

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PRISCILLA LEINE CASSOTTA

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO: ORGANIZAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO DO PODER**

maio, 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO: ORGANIZAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO DO PODER**

PRISCILLA LEINE CASSOTTA

Texto de Defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga


São Carlos-SP
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Priscilla Leine Cassotta, realizada em 28/05/2019:

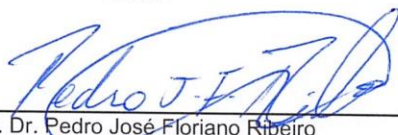


Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
UFSCar

Prof. Dr. Bruno Konder Comparato
UNIFESP

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto
FGV

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
UFSC



Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Bruno Konder Comparato, Cláudio Gonçalves Couto, Tiago Daher Padovezi Borges e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

Aos meus pais, Miguel e Bete.

Ao Gê, que ressignificou para mim o que é ser companheiro e afetuoso.

Agradecimentos

O caminho percorrido até a finalização desta Tese, como esforço intelectual, somente foi possível pela contribuição de pessoas muito queridas, somado ao apoio institucional necessário para tamanha empreitada.

Agradeço ao Departamento de Ciência Política da UFSCar, em especial a professora Simone Diniz pelas contribuições e sugestões que ajudaram na construção deste trabalho; e ao professor Pedro Ribeiro, por todas as sugestões e pelas ideias, elas foram essenciais para o caminhar deste trabalho.

Ao professor Bruno Konder Comparato, por ser sempre tão solícito e acreditar no meu trabalho. Sem dúvida você foi, com toda sua gentileza e compreensão, um dos meus maiores incentivadores da vida acadêmica.

Ao professor Stefano Bartolini, pela leitura atenta do meu texto e contribuições inestimáveis que foram essenciais para conclusão desta tese.

À minha orientadora, Maria do Socorro S. Braga, obrigada por compartilhar todo o seu conhecimento com muita paciência e dedicação. Ainda agradeço por todo suporte, orientação e por ser compreensiva nos meus maiores momentos de angústia.

Aos meus amigos de formação: Patrícia Braga, por toda cumplicidade, amizade e por sempre me ouvir, ler os meus textos com atenção e fazer dessa caminhada mais alegre; Luís Gustavo Locatelli, que me incentivou demais, acreditou na minha pesquisa, leu atentamente o meu texto e contribuiu de forma inestimável para a conclusão deste trabalho; Flávio Contrera, pela parceria acadêmica ao longo da pós-graduação e por todas as indicações atenciosas; Sérgio Simoni Junior, por todas as indicações e conversas, em especial por escutar as minhas aflições sobre a tese. À queridíssima Claudia Cerqueira, que é daquelas pessoas que logo de cara nos conquistam com tanta delicadeza e carinho, muito obrigada pelas leituras do meu texto e por todas as indicações. Não posso deixar de agradecer aos membros do NEPPLA, por todas as profícuas discussões e debates. Minha gratidão aos membros do NECI – USP, por me receberem tão bem, especialmente ao professor Glauco Peres, por toda sua generosidade e humanidade num ambiente tão complexo como o da academia.

Agradeço a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de 1 ano de bolsa de pesquisa.

Agradeço à Fapesp - Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2015/17574-5, a concessão de bolsa de 3 anos de pesquisa, sem a qual este trabalho não seria exequível e por permitir a interlocução com um assessor que contribuiu para o andamento e finalização desta Tese.

Aos meus queridos amigos: Flávia Nishimoto, muito obrigada por ser uma amiga tão querida e companheira, por todas as horas ao telefone, você é a minha pessoa; Ana Lúcia Teixeira, por sempre ser uma luz na minha vida, me trazer tranquilidade e amor nos momentos mais complexos e por sua alegria contagiosa que sempre faz dos nossos encontros dias mais leves e felizes; e Viviane Nascimento, por toda sua doçura e amizade que fizeram eu defrontar a atividade física de uma forma muito mais divertida.

Aos meus pais, Miguel e Bete, obrigada pelo amor incondicional e por acreditarem tanto em mim mesmo eu tendo escolhido um caminho de formação tão longo. Raffaella e Ivan, obrigada por todo carinho. Meus sobrinhos queridos, Miguel e Isabella, os sorrisos de vocês sempre me ajudaram a repor as energias.

Não posso deixar de fora os meus amados filhos de 4 patas: Quincas Borba, Leia Banana Anakin e Hércules, que sempre me proporcionaram as maiores demonstrações de amor e lealdade.

E, por fim, ao Gê, por quem eu sou imensuravelmente grata. Obrigada por compartilhar comigo as suas ideias, amor e carinho. Esse trabalho foi possível graças ao seu apoio, incentivo e risadas que garantiram dessa caminhada uma empreitada menos solitária e muito mais feliz. Essa é a conclusão do nosso plano A que traçamos juntos.

“A missão há de ser, então, a de formular, com a máxima nitidez possível em meio à inesgotável multiplicidade que se aloja em cada fenômeno histórico, o que aqui vislumbramos assim, sem nitidez.” (WEBER, Max. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo).

Resumo

O processo de tomada de decisão no interior dos partidos políticos é um dos temas mais recorrentes no debate sobre a institucionalização do sistema partidário. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar as transformações organizativas do Partido Social Cristão - PSC, com destaque às mudanças internas promovidas pelas elites do partido e suas possíveis consequências e conflitos, uma vez que este partido concentra cristãos católicos e evangélicos, muitas vezes com interesses conflitantes. Nos últimos anos, por toda América Latina é possível observar a reemergência de forças conservadoras no cenário político. Nesta ocasião, no Brasil, os evangélicos vêm endossar uma agenda conservadora, munidos de um discurso moralista em defesa dos preceitos cristãos e em favor da família tradicional. Assim, buscamos responder a seguinte questão: como ocorre a distribuição de poder interno no PSC, a partir de mudanças no seu quadro de líderes? Quais são as consequências organizacionais a partir dessa mudança? Nossa hipótese geral é que a partir de mudanças dos “*top leaders*”, influenciados pelo ambiente externo, o PSC passou a alinhar o seu apelo político com o cristianismo evangélico, mudando o seu território de caça e tornando-se mais conservador. Por consequência, os vínculos e recursos advindos desse segmento cristão passaram a ser mais importantes à sobrevivência organizativa do partido.

Palavras-chave: Partidos Políticos, PSC, Religião, Organização, Poder.

Abstract

The decision-making process within political parties is one of the most recurrent themes in the debate on the institutionalization of the party system. In this sense, the objective of this research is to analyze the organizational transformations of the Christian Social Party - PSC, with emphasis on the internal changes promoted by the party elites and their possible consequences and conflicts, since this party concentrates Catholic and Evangelical Christians, often with conflicting interests. In recent years, throughout Latin America it is possible to observe the reemergence of conservative forces in the political scenario. On this occasion, in Brazil, evangelicals come to endorse a conservative agenda, equipped with a moralistic discourse in defense of Christian precepts and in favor of the traditional family. Thus, we try to answer the following question: how does the distribution of internal power in the PSC occur, from changes in its leadership? What are the organizational consequences of this change? Our general hypothesis is that from changes of the *top leaders*, influenced by the external environment, the PSC began to align its political appeal with evangelical Christianity, changing its hunting territory and becoming more conservative. Therefore, the bonds and resources derived from this Christian segment became more important to the party's organizational survival.

Keywords: political parties, PSC, religion, organization, power.

LISTA DE SIGLAS

Siglas Partidárias Brasil

Período 1985 - atual

PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PR – Partido da República
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PST - Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil
PTR - Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
SD – Solidariedade

Período 1945 – 1964

UDN - União Democrática Nacional

Período Ditadura Militar

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDR - Partido Democrático Republicano

Siglas Partidárias Europa

CDU - União Democrata Cristã

Siglas Partidárias América Latina

COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

DC – Democracia Cristã

FN – Falange Nacional

PAN – Partido da Ação Nacional

PDC - Partido Democrata Cristão

SDC – Social Democracia Cristã

Outras Siglas

ADs – Assembleias de Deus

AI-5 Ato Institucional nº5

CDH - Comissão dos Direitos Humanos e Minorias

CEN – Comissão Executiva Nacional

CGADB - Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

CONAMAD - Convenção Nacional de Ministros da Assembleia de Deus Ministério da Madureira

CP - Comissão Provisória

CPIs – Comissões Parlamentares de Inquérito

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DNP - Diretório Nacional Provisório – DNP

FIPA – Fundação Instituto Pedro Aleixo

INSS - Instituto Nacional do Seguro Nacional

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos

RILE – right and left scale

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de Deputados Evangélicos na Câmara	pág. 39
Gráfico 2. Número de Comissões Provisórias Municipais de 1995-2018	pág. 80
Gráfico 3. Número de Filiado do PSC 2002 – 2018	pág. 93
Gráfico 4. Percentual de aumento e recuo dos filiados do PSC 2004 – 2017	pág. 94
Gráfico 5. Percentual do PSC em relação ao Total de Filiados	pág. 94
Gráfico 6. % Pirâmide Etária PSC – 2008	pág. 100
Gráfico 7. % Pirâmide Etária PSC – 2009	pág. 100
Gráfico 8. % Pirâmide Etária PSC – 2010	pág. 100
Gráfico 9. % Pirâmide Etária PSC – 2011	pág. 100
Gráfico 10. % Pirâmide Etária PSC – 2012	pág. 101
Gráfico 11. % Pirâmide Etária PSC – 2013	pág. 101
Gráfico 12. % Pirâmide Etária PSC – 2014	pág. 101
Gráfico 13. % Pirâmide Etária PSC – 2015	pág. 101
Gráfico 14. % Pirâmide Etária PSC – 2016	pág. 102
Gráfico 15. % Pirâmide Etária PSC – 2017	pág. 102
Gráfico 16. % Pirâmide Etária PSC – 2018	pág. 102
Gráfico 17. Deputados Federais e Estaduais eleitos 1998 – 2018	pág. 108
Gráfico 18. Prefeitos eleitos pelo PSC 2000 – 2016	pág. 109
Gráfico 19. Percentual de Candidatos com cues religiosa do PSC	pág. 117
Gráfico 20. Percentual das Igrejas Evangélicas dos Deputados Federais	pág. 119
Gráfico 21. Da Ênfase por Domínios Manifesto de Lançamento 1985	pág. 141
Gráfico 22. Da Ênfase por Domínios Manifesto de Lançamento 1998	pág. 144
Gráfico 23. Da Ênfase por Domínios Manifesto de Lançamento 2014	pág. 145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição percentual da população residente, segundo os grupos de religião	pág. 34
Tabela 2. Estados com maior percentual de filiados do PSC de 2004 – 2010	pág. 96
Tabela 3. Estados com maior percentual de filiados do PSC de 2011 – 2017	pág. 96
Tabela 4. Percentual de Votos do PSC de 1998 – 2018	pág. 105
Tabela 5. Percentual de Candidatos com “ <i>cues</i> ” religiosas (1998-2018)	pág. 116
Tabela 6. Percentual de doações do financiamento eleitoral do PSC	pág. 122
Tabela 7. Diferença de Médias das Receitas dos Candidatos do PSC	pág. 123
Tabela 8. Diferença de Médias das Receitas totais dos Candidatos do PSC	pág. 124
Tabela 9. Valores investidos pelo PSC e coligação nos candidatos à reeleição	pág. 125
Tabela 10. Média das receitas entre eleitos e não eleitos	pág. 127
Tabela 11. Percentual de candidatos homens e mulheres de 1998 – 2014	pág. 129
Tabela 12. Média das receitas por Gênero	pág. 130
Tabela 13. Média das receitas totais por Gênero	pág. 131
Tabela 14. Categorias da Escala Direita – Esquerda 1985 (RILE)	pág. 147
Tabela 15. Categorias da Escala Direita – Esquerda 1998 (RILE)	pág. 148
Tabela 16. Categorias da Escala Direita – Esquerda 2014 (RILE)	pág. 149
Tabela 17. Adequação do RILE – Manifesto de 1985	pág. 151
Tabela 18. Adequação do RILE – Manifesto de 2014	pág. 151
Tabela 19. Percentual do Assunto da Produção Legislativa dos deputados	pág. 157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Igrejas com Representantes no Congresso Nacional	pág. 33
Quadro 2. Partidos Democratas Cristão na América Latina	pág. 56
Quadro 3. Participação em anos na CEN do PSC – 1985 a 2019	pág. 72
Quadro 4. Membros da CEN e religião separados por facção.....	pág. 73
Quadro 5. Religião da CEN do PSC – 2003 a 2011	pág. 74
Quadro 6. Religião da CEN do PSC – 2011 a 2019	pág. 75
Quadro 7. Religião da CEN do PSC – 2011 a 2019	pág. 76
Quadro 8. Candidatos aos cargos de Deputado Federal e Estadual pelo PSC de 1998-2018	pág. 85
Quadro 9. Total de Evangélicos eleitos para Deputado Federal	pág. 118
Quadro 10. Categorias da Escala Direita-Esquerda (RILE)	pág. 140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Órgãos, hierarquia e composição do PSC	pág. 69
Figura 2. Número de filiados com relação ao aumento do percentual de votos ...	pág. 106

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1. Percentual de Comissões provisórias do PSC por estado 1995 – 1998 ... pág. 88
- Mapa 2. Percentual de Comissões provisórias do PSC por estado 1999 – 2002 ... pág. 88
- Mapa 3. Percentual de Comissões provisórias do PSC por estado 2003 – 2006 ... pág. 88
- Mapa 4. Percentual de Comissões provisórias do PSC por estado 2007 – 2010 ... pág. 88
- Mapa 5. Percentual de Comissões provisórias do PSC por estado 2011 – 2014 ... pág. 89
- Mapa 6. Percentual de Comissões provisórias do PSC por estado 2015 – 2017 ... pág. 89
- Mapa 7. Evolução do número de filiados por estado (2004-2017) pág. 92

Sumário

Introdução	18
CAPÍTULO I – QUESTÕES TEÓRICAS E APRESENTAÇÃO GERAL DA PROBLEMÁTICA DA TESE	24
1.1. Mudança organizacional, partidos políticos e coalizão dominante	24
1.2. Elementos para análise da estrutura organizativa	26
1.3. Mudanças políticas e religiosas no ambiente externo	29
1.4. Evangélicos na Política.....	31
CAPÍTULO 2 – GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO SOCIAL CRISTÃO: ATORES, GRUPOS POLÍTICOS E DOCTRINAS	42
2.1 Antecedentes: Pedro Aleixo e o PDR.....	42
2.2 PSC: Do nascimento a Social Democracia Cristã.....	53
2.2.1 PSC e Evangélicos	59
Considerações parciais	65
CAPÍTULO 3 – TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA INTERNA E DISTRIBUIÇÃO DO PODER NO PSC	66
3.1 Estrutura Interna: Organização Burocrática	66
3.1.1 Inclusão: grupos que controlam a CEN do PSC	70
3.1.2 Centralização do Poder	77
3.1.3 Institucionalização e nacionalização do PSC.....	82
3.2 Implicações das mudanças internas.....	103
Considerações parciais	110
CAPÍTULO 4: MUDANÇAS INTERNAS NA ESTRUTURAÇÃO DA COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA: SELEÇÃO DE CANDIDATOS E FINANCIAMENTO DE CAMPANHA	112
4.1 Recrutamento de candidatos	112
4.2 Financiamento de Campanha.....	120
4.2.1 Seleção de candidatas mulheres e financiamento de campanha no PSC	127
Considerações Parciais.....	132
CAPÍTULO 5. TRANSFORMAÇÕES INTRAPARTIDÁRIAS NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR E REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA	1344
5.1 Questões teóricas sobre ideologia	1344
5.2. Questões metodológicas: Manifestos dos Partidos Políticos como medida ideológica.....	138
5.3. O caso PSC	141
5.4. Produção Legislativa dos Parlamentares do PSC.....	153
Conclusões Parciais	161

Considerações Finais.....	163
Referências Bibliográficas	169
Apêndices	185

Introdução

“Nós começamos essa jornada orando, e o mover de Deus ninguém vai explicar isso nunca, o que acontece é que os tentáculos da esquerda jamais seriam arrancados, chegamos, começamos orando e mais que justo que agora oremos *pra* agradecer a Deus”. Foram com essas palavras que Magno Malta, pastor evangélico e ex-senador pelo Partido Progressista - PP, puxou uma oração em comemoração à vitória do candidato Jair Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal – PSL, nas eleições presidenciais de 2018, antes mesmo do discurso do político do PSL. O massivo apoio dos cristãos evangélicos certamente é um dos destaques do processo eleitoral brasileiro. Não por menos, quase dois anos antes das eleições presidenciais, enquanto o Senado Federal, num momento dramático para o Brasil, decidia sobre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro, então deputado pelo Partido Social Cristão – PSC, era batizado no rio Jordão, em Israel, pelo seu correligionário político à época, Pastor Everaldo. Discursos de apelo à volta da Ditadura Militar, defesa da família tradicional brasileira e contra possíveis “favorecimentos” à comunidade LGBT estiveram presentes de forma marcante nos últimos processos eleitorais e possivelmente ajudaram a atrair o voto desses cristãos.

No Brasil, a relação entre política e religião está cada vez mais complexa, em parte, pela forte presença de diferentes grupos religiosos, como os evangélicos¹. Neste sentido, esta tese tem como objetivo contribuir para este debate por meio da análise da mudança organizacional partidária, com especial atenção ao papel das lideranças políticas no processo de tomada de decisão no interior dos partidos políticos. Para tanto, analisamos o Partido Social Cristão, agremiação atualmente liderada por um pastor evangélico.

Com exceção de alguns países que mantêm governos autoritários, dificilmente podemos entender a estrutura de poder e dos governos sem referência ao sistema partidário (MANUEL, 1997). A importância dos partidos políticos para democracia e, em específico países em desenvolvimento, pode ser explicada pelas funções que desempenham: partidos políticos e suas lideranças são essenciais em transições democráticas; são a principal forma de garantir aos políticos acesso ao poder do Estado

¹ No Brasil 3 partidos são identificados e ou se identificam como cristãos: Partido Republicano Brasileiro - PRB, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus; Partido Social Cristão – PSC, ligado com estreitas ligações com à Igreja Assembleia de Deus; e o Partido Social Democrata Cristão – PSDC, sem ligação direta com alguma igreja.

para promoção de mudanças políticas e sociais; é o principal meio pelo qual os cidadãos expressam suas preferências quanto a quem deve governar; são a base primária para organizar apoio/oposição aos governos; oferecem um caminho mais curto de informação aos eleitores e; por fim, ajudam a moldar as identidades dos cidadãos (MAINWARING, 2018, p. 43-45). Assim, a democracia moderna é impensável sem os partidos políticos (SCHATTSCHNEIDER, 1942).

Nas últimas décadas, presenciou-se na academia um intenso debate sobre o desempenho da democracia brasileira, cujo cerne estava relacionado ao funcionamento dos partidos políticos e do sistema partidário (BRAGA, 2007). Apesar de a organização interna dos partidos ser uma dimensão de extrema importância para avaliar a institucionalização do sistema partidário, ainda é um campo pouco explorado. Todavia, sabe-se que todo partido político se encontra imerso em uma rede de disputas internas que envolve mecanismos pouco estudados pelos cientistas políticos (GUARNIERI, 2011). Desde os trabalhos teóricos aos clássicos sobre a temática, este aspecto sobre as agremiações tem recebido pouca atenção (MEDERO, 2012). Por sua vez, os poucos estudos existentes nessa área costumam privilegiar os grandes partidos brasileiros, com destaque principalmente para o Partido dos Trabalhadores - PT. As pequenas agremiações de direita no Brasil e América Latina, de modo geral, têm sido pouco estudadas (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000).

As mudanças no cenário político brasileiro têm gerado uma nova agenda de pesquisa. Sob a ótica do sistema partidário, o Brasil tem vivenciado expressivo aumento da fragmentação partidária desde os anos 1990. Nas eleições de 2014, 28 partidos conseguiram eleger representantes para Câmara dos Deputados, adicionando seis partidos à divisão de cadeiras em relação ao pleito anterior, em 2010. Em 2015, 32 partidos foram registrados na Justiça Eleitoral e ao menos outras 12 solicitaram o reconhecimento formal (MAINWARING; POWER; BIZARRO, 2018). Apesar de o número efetivo de partidos políticos ser menor, as pequenas legendas estão formando blocos políticos que podem dificultar a eficiência governativa, incentivar barganhas e criar conflitos entre o Executivo e Legislativo (KLEIN, 2007 p. 97). Neste sentido, muitas siglas partidárias no Legislativo podem afetar negativamente a eficiência do governo na medida em que dificulta a formação de maiorias estáveis capazes de sustentar as propostas do Executivo Federal (RODRIGUES, 1995 p. 79). Todavia, pouco se sabe sobre a organização dos partidos pequenos. Excluídos de grande parte das análises, os partidos políticos pequenos importam e impactam no desenvolvimento do sistema partidário (PEDERSEN, 1982). A

importância e relevância de uma agremiação, especialmente em quadros fragmentados como o Brasil, está diretamente relacionada com o seu valor de posição, ou seja, seu posicionamento ao longo da dimensão esquerda-direita traduzido em potencial de coalizão ou veto (SARTORI, 1982).

Soma-se a este cenário a recente “virada à direita” que não só o Brasil, mas uma parte dos países da América Latina, bem como da Europa Ocidental e do Leste, têm presenciado. A partir 1998, a América Latina, a começar pela eleição de Chávez, seguida pelas vitórias de Lula no Brasil e Michelle Bachelet no Chile, testemunhou a “virada à esquerda” com importante expansão de políticas públicas de cunho social, mas, recentemente tem assistido uma nova tendência à direita (NIEDZWIECKI; PRIBBLE, 2017). Esse cenário começa a mudar no Brasil no ano de 2016, com ascensão e defesa de pautas conservadoras.

Essa mudança política é favorecida pelo crescimento dos evangélicos na política brasileira. Esse grupo religioso, ao se envolver com a política partidária, passou a endossar uma pauta mais conservadora com uma agenda moral evangélica pró-vida e família e, por conseguinte, contrária ao aborto e direitos LGBTs (GUADALUPE, 2018), revertendo a guinada à esquerda vivida na região. Ao mesmo tempo é crescente as reivindicações de grupos sociais pelo alargamento dos direitos da comunidade LGBT, bem como discussões sobre a legalização do aborto e a descriminalização da maconha. Essas demandas acabam se deparando com a resistência política desses atores por conta de suas posições religiosas em defesa de uma “moral familiar” (MARIANO, 2005).

Sendo assim, esta pesquisa situa-se na área dos estudos sobre partidos políticos que investiga o processo de tomada de decisão no interior dessas agremiações. Nosso objetivo principal é analisar as transformações organizativas do Partido Social Cristão - PSC, com destaque às mudanças internas promovidas pelas elites do partido e suas possíveis consequências e conflitos, uma vez que este partido tem estreitado cada vez mais os laços com cristãos evangélicos. Como objetivo secundário, buscamos investigar como ocorre a distribuição de poder político intrapartidário no Partido Social Cristão - PSC. Para tanto, construiremos um quadro geral das mudanças organizativas do partido, desde o período da sua fundação até 2017.

Esta pesquisa destaca as transformações institucionais promovidas pelas elites partidárias, como a distribuição de poder interno, com vistas às mudanças do ambiente externo, com destaque à aproximação com os evangélicos. Nosso estudo possui um recorte longitudinal que abrange o período entre 1985 e 2017.

Por *mudanças externas* nos referimos à emergência de correntes conservadoras, não somente no meio político, mas também na opinião pública em geral, que se posicionam claramente como “de direita” (KAYSEL, 2015 p. 49). Outra mudança importante é o crescimento dos cristãos evangélicos, principalmente pela inserção de sua versão pentecostal e neopentecostal. Desde a Constituinte, diversos partidos têm buscado estabelecer alianças com esses religiosos em troca de apoio político. Em suma, apesar das teorias da secularização que delegaram as religiões um local mais privado, por meio de um processo de declínio lento e gradual, as evidências empíricas têm desafiado essa hipótese (LACERDA, 2018). Por *poder interno* definimos o controle de recursos vitais ao partido, ou das chamadas “zonas de incerteza” descritas por Panebianco (2005), tais como: o controle dos recursos humanos, o controle e distribuição do dinheiro, seleção de candidato, estrutura decisória e o controle por incentivos seletivos e coletivos (ideológicos, entre outros).

Logo, consideramos que este trabalho tem duas dimensões de análise: uma análise intrapartidária, visto que buscamos investigar as mudanças internas promovidas pelas principais lideranças da sigla; e uma perspectiva histórica, dado que buscamos analisar o partido da sua fundação até os dias atuais, salientando o momento originário como essencial para entender a organização política.

Todo desenvolvimento de uma agremiação está relacionado a uma situação histórica de interação de insumos socioculturais, que influenciam nas muitas oportunidades de articulação de demandas, e nos resultados institucionais, como as regras do jogo e as disposições institucionais (MAIR; BARTOLINI, 2001). As mudanças externas, que incidem sobre a organização interna da sigla são cruciais, com destaque para as transformações no campo religioso brasileiro sucedidas pelo crescimento dos evangélicos e as mudanças institucionais decorrentes de reformas políticas. Sendo assim, a vinculação teórica que embasa esta pesquisa é o institucionalismo histórico.

Após as modificações ocorridas no sistema partidário brasileiro em 1979, principalmente com a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos – LOPP, por meio da lei 6.767, o primeiro partido confessional fundado foi o PSC, em 1985. Sua plataforma, contudo, não é monoconfessional, e desde seu nascedouro agregou cristãos católicos, protestantes e pentecostais. Como veremos mais adiante, a origem do PSC remonta à década de 70, com a tentativa do político mineiro Pedro Aleixo em criar o Partido Democrático Republicano (PDR). Ex-ARENA, Pedro Aleixo, durante a ditadura militar, foi vice-presidente da República do General Costa e Silva. Considerada uma sigla de

pequena expressão do espectro ideológico de direita (RODRIGUES, 2009; SCHMITT, 2005), o PSC participou de todas as eleições subsequentes à sua fundação, quase sempre lançando candidatos próprios para o cargo de Executivo Federal, em busca de visibilidade para o partido e sua mensagem. Após a tomada da direção partidária por um líder evangélico e seu grupo, em 2003, tal projeção assume uma nova dimensão política, especialmente com o crescimento de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados e a conquista do governo Rio de Janeiro – estado símbolo do Brasil com cerca de 16 milhões de eleitores.

Analisamos o PSC desde o seu nascimento, passando por seu envolvimento com o segmento evangélico e as transformações organizativas da legenda. Partimos das seguintes indagações: Como ocorre a distribuição de poder interno no PSC, a partir de mudanças no seu quadro de líderes? Quais são as consequências organizacionais a partir dessa mudança? Nossa hipótese geral é que a partir de mudanças dos “*top leaders*”², influenciados pelo ambiente externo, o PSC passou a alinhar o seu apelo político com o cristianismo evangélico, mudando o seu território de caça³ e tornando-se mais conservador, mas também mais competitivo enquanto organização política. Partimos da premissa que apesar da centralidade dos partidos políticos como organizações, os atores políticos individuais são cruciais para a política democrática (PRUYERS; CROSS; KATZ, 2018). Mudanças nas lideranças/coalizão dominante incidem diretamente sobre as estratégias internas e transformações da própria estrutura partidária (HARMEL; JANDA, 1994).

Esta tese está dividida da seguinte forma: no capítulo 1 discutimos os principais pressupostos teóricos que serviram de base para a construção da tese. O capítulo 2 é dedicado à reconstrução histórica do PSC e sua relação com a Social Democracia Cristã, bem como, de forma breve, sobre a introdução dos evangélicos no campo político. Neste contexto, buscamos discernir a relação entre o PSC e a Igreja Assembleia de Deus. No capítulo 3 apresentamos a estrutura formal interna do PSC, suas características e mudanças ao longo dos anos; nossa atenção é direcionada às mudanças na composição da Comissão Executiva Nacional e as transformações organizacionais do partido. No capítulo 4 trabalhamos as questões relativas à seleção de candidatos e financiamento de

² Harmel e Janda (1994), consideram que toda organização partidária possui uma hierarquia de autoridade. Os *top leaders*, neste sentido, são aqueles que possuem o poder de decisão nacional da agremiação.

³ Território de caça aqui é entendido como o eleitorado em potencial que a agremiação busca concentrar o seu maior esforço em busca de apoio político traduzido em voto (PANEBIANCO, 2005).

campanha. No capítulo 5, nossa atenção é voltada às questões ideológicas da agremiação e seu impacto na arena governativa. Por fim, a última parte sintetiza e conclui a pesquisa.

CAPÍTULO I – QUESTÕES TEÓRICAS E APRESENTAÇÃO GERAL DA PROBLEMÁTICA DA TESE

A história da Ciência Política está repleta de esforços por parte de alguns pesquisadores em desenvolver tipologias capazes de apreender as principais características dos partidos políticos (GUNTHER; DIAMOND, 2003). Nesta seção trataremos o aporte teórico utilizado ao longo desta tese. Para tanto, definimos partido político enquanto uma organização com vida própria, com complexos processos de interação, sistemas de regras e procedimentos que possuem metas, organizado para a realização de fins, que atuam nas arenas eleitoral, parlamentar e governamental, formado por uma coalizão, normalmente constituída de diferentes grupos⁴.

1.1.Mudança organizacional, partidos políticos e coalizão dominante

A análise de como as organizações partidárias mudam ao longo do tempo não é um campo novo para Ciência Política. Em 1911, Robert Michels publicou o livro “Sociologia dos Partidos Políticos”, um dos primeiros trabalhos e talvez o mais difundido, sobre as causas e consequências da mudança organizacional partidária (GAUJA, 2017). O autor, com uma visão pessimista sobre as organizações partidárias, escreveu sobre a inexorável oligarquização dos partidos políticos. O partido político moderno passa a exigir uma classe de políticos profissionais e, com isso, o poder é pouco a pouco retirado das massas e passa a se concentrar numa elite partidária. É essa oligarquização, inevitável para qualquer organização de massa, que Michels denomina de “Lei de Ferro” (MICHELS, 1982). Durante muito tempo, grande parte da discussão sobre as organizações partidárias ficou em torno da obra de Michels – seja enquanto crítica à sua obra ou mesmo tentativa de verificação da sua lei de ferro (RIBEIRO, 2010 p. 39).

Também foram resultado dos esforços para entender as mudanças organizativas das agremiações a classificação dos partidos políticos europeus como os tipos de massa e de quadro, com suas diferenças diretamente relacionadas à infraestrutura social e política de suas origens (DUVERGER, 1970); partido *catch all*, caracterizado por um processo de desideologização e ampliação do apelo eleitoral, ambas as dinâmicas flexibilizando as clivagens clássicas de classe ou religiosa (KIRCHHEIMER, 2012); partido eleitoral profissional, produto do papel exercido pelos profissionais e técnicos

⁴ Ver Alcantara e Freidenberg, 2003 p. 11-12 e Panebianco (2005 p. 35).

dentro da agremiação (PANEBIANCO, 2005); partido de cartel, analisado a partir do desenvolvimento da relação entre Estado e as agremiações, e da cooperação interpartidária que emerge desta relação (KATZ; MAIR, 2009).

Esses autores clássicos são comumente utilizados para estudar os partidos políticos no Brasil. Muitos pesquisadores passaram a analisar e classificar os partidos políticos brasileiros como mais próximos do modelo de partido *catch all* ou de cartel (KRAUSE; REBELO; SILVA, 2015; RODRIGUES, 2009). Contudo, grande parte desses estudos sobre mudanças partidárias tem como foco o sistema partidário, e pouca atenção tem sido dada para as mudanças em partidos individuais (HARMEL; JANDA, 1994).

Ainda que os principais partidos brasileiros possam ser analisados por meio de alguns elementos que Katz e Mair (1995) denominam como partido de cartel, no qual os partidos passam a estreitar maiores ligações, em diferentes dimensões, com o Estado, se afastando da sociedade civil, ou mesmo pelo processo de enfraquecimento das preocupações ideológicas, caracterizado pelo partido *catch all*, ao que parece, em alguns aspectos, o PSC vai numa direção contrária. Essa agremiação, por meio, principalmente das igrejas evangélicas, tem estreitado os laços com uma significativa parcela cristã, demarcando um território de eleitorado muito específico ao levantar claras bandeiras ideológicas. Uma questão considerável na literatura sobre a mudança organizacional dos partidos tem discutido se as organizações partidárias continuam a usar medidas formais para fornecer ligação com grupos sociais, ou se o desenvolvimento das agremiações está cada vez mais dominado por elites (VERGE; ALLERN, 2015) desembocando nos modelos teóricos propostos por Kirchheimer (2012) e Katz e Mair (1995).

Tendo em vista esse panorama, assim como Harmel e Janda (1994, p.262), incorporaremos elementos teóricos que assumem que as mudanças nas agremiações resultam da decisão do grupo operativo da sigla, e, por sua vez, inclui também como causa fatores internos e externos. Em outras palavras, argumentamos que as mudanças partidárias são resultado de uma mudança no grupo dominante combinada com estímulos externos. Essa proposição não difere da proposta por Panebianco (2005) que, ao escrever sobre os desafios ambientais e circulação das elites, contrariando a teoria de Michels, subscreve que as mudanças partidárias ocorrem por meio do desenvolvimento político, interpretada como o efeito de possíveis alterações nas alianças internas, e não algo *a priori*. Contudo, para além de Panebianco, Harmel e Janda (1994) partem da premissa que o maior estímulo externo para um partido mudar é aquele que faz com que a

agremiação reavalie sua efetividade em atingir sua meta primária. Neste sentido, a mais ampla mudança interna ocorre quando o partido experiencia um “choque externo”, entendido aqui como um estímulo externo que impacta diretamente na meta primária da agremiação. Como o termo “mudança partidária” é extremamente amplo, nossa pesquisa está interessada somente nas mudanças promovidas diretamente por um grupo e/ou liderança autorizada, e que detenha o controle de parte da agremiação, para agir pelo partido nessa esfera (HARMEL; JANDA, 1994). Neste sentido, uma mudança na pessoa e ou grupo que lidera o partido provavelmente irá produzir mudanças partidárias.

Nota-se que, embora a literatura clássica comumente crie uma dualidade entre indivíduos *versus* partidos, partimos do pressuposto que mudanças na liderança podem empenhar transformações organizativas que tornem a agremiação mais forte e competitiva na arena eleitoral. Apesar de os partidos políticos possuírem um senso de identidade coletiva e uma ideologia definida, muitas vezes as agremiações são definidas pelo seu líder (CROSS; KATZ, 2018).

1.2.Elementos para análise da estrutura organizativa

Para examinar a estrutura organizativa de um partido, primeiramente se faz necessário investigar como ocorre a distribuição de poder dentro da organização. A ordem organizativa do partido é sempre negociável, ou seja, depende do equilíbrio entre as forças. Os acordos internos da organização são realizados com negociações entre as demandas que surgem no interior do partido. No entanto, um partido é uma estrutura em movimento que reage às mudanças externas do ambiente em que está inserido (PANEBIANCO, 2005). Nossa abordagem teórica é pautada no institucionalismo histórico. Neste sentido, buscamos enfatizar as assimetrias de poder associadas ao desenvolvimento do PSC ao longo de sua história. No que lhes concerne, as instituições conferem a certos grupos e/ou indivíduos um acesso desproporcional ao poder, de modo que este é repartido de forma diversa entre diferentes grupos sociais (HALL; TAYLOR, 2003 p. 200).

Quando nos remetemos ao termo “lideranças partidárias”, mais do que indivíduos, na prática, esses líderes fazem parte de coalizões e/ou grupos dentro da agremiação (PANEBIANCO, 2005 p. 27). Portanto, a ação desses *decision makers* são acordos tácitos internos à organização e sujeitos a influências internas e externas. Se há uma coalizão majoritária, isso significa que há também coalizões alternativas (idem, p.22-28). Neste

sentido, identificar as elites de um partido não é tarefa fácil, pois isso significa identificar “quem manda” ou quem faz parte do grupo seletivo com poder para influenciar decisões importantes (CODATO, 2015 p. 16). Por elite partidária classificamos o conjunto de pessoas que ocupam posições de autoridade com alto poder de influência (PAPPI, 1984) e decisão sobre questões substanciais para o funcionamento e sobrevivência da organização.

Com relação ao PSC, buscamos investigar quem faz parte da elite dominante e como se alternaram ao longo dos anos – em especial, depois da aproximação do partido com os cristãos evangélicos, bem como da Igreja Assembleia de Deus –, de modo a salientar que todas as decisões dos líderes partidários devem garantir a estabilidade e manter o equilíbrio entre interesses divergentes. Assume-se também que se a margem de manobra da coalizão dominante for muito restrita, dificultando uma ação rápida como resposta as possíveis mudanças ambientais, poderá colocar em risco a própria organização (PANEBIANCO, 2005).

Para os fins desta pesquisa, por *poder* definimos a posse de recursos materiais e institucionais, em outras palavras, possui poder aqueles indivíduos que dominam as zonas de incertezas descritas por Panebianco (2005, p 66-71): a) seleção de candidatos, pois o recrutamento político em toda organização partidária supõe a competição entre diferentes postulantes, visto que a escolha de um candidato é uma escolha que pode comprometer todos os membros da organização (FREIDENBERG; LÓPEZ, 2002 p. 159). Neste sentido, essa escolha está sujeita a diversos grupos de pressão dentro da organização, o que permite apreender diferentes dimensões intrapartidária. A forma como um partido seleciona os candidatos pode ser importante para entender o quão democrática as relações no partido são conduzidas (GALLAGHER; MARSH, 1988), bem como as posições dentro de uma possível divisão hierárquica; b) aquele que é acreditado pelos demais membros da organização como um especialista essencial para o funcionamento da instituição; c) o ambiente externo, talvez a mais importante das zonas de incerteza, porque controlar as relações com o ambiente exige jogos estratégicos sobre as mudanças de diversas áreas: mudanças no campo social, religioso, econômico etc. (PANEBIANCO, 2005). Este ponto é crucial, pois é por meio da relação com o ambiente externo que é possível se aproximar ou distanciar de certos grupos sociais, no nosso caso como igrejas e/ou certos setores da sociedade; d) as regras formais, pois são elas que ditam o ritmo do jogo. Diz respeito ao monopólio ou poder de influência sobre as interpretações dessas regras e seus intérpretes; e) os financiamentos, tanto do período eleitoral quanto do

período posterior. O financiamento é primordial para a manutenção da organização, já que é necessário para custear gastos básicos de infraestrutura; f) a comunicação, quem controla essa zona tem a possibilidade de manipular informações vitais, bem como controlar ou suprimi-las.

Pela complexidade de toda organização partidária, contudo, não podemos supor que todas as zonas de incertezas se concentrem nas mãos de apenas um grupo dominante. Enquanto estrutura organizativa, um partido político exige divisão de trabalho e distribuição de poder para então conseguir alcançar os seus objetivos (MEDERO, 2012 p. 124).

Fatores como a história do partido, do modelo originário, as modalidades de sua formação e como se consolidou podem exercer forte influência sobre as características organizativas (PANEBIANCO, 2005). A formação de um partido é um processo complexo, que pode envolver diferentes grupos políticos e sociais. Segundo Panebianco (2005, p. 94-97), o modelo originário de um partido, apesar de ser um momento histórico muito peculiar, pode ser caracterizado por meio de três fatores distintos que serão alvo de nossa análise: 1) o modo pelo qual se desenvolveu a organização; 2) sobre a presença, ou não, de alguma instituição externa que patrocine o partido. Neste ponto, o partido pode nascer como o braço de alguma instituição, o que pode influenciar diretamente na fonte de legitimação da liderança; 3) estabelecer se o partido é um veículo de afirmação de um líder carismático, se foi formado por um líder que se coloca como um idealizador de um conjunto de símbolos políticos.

No entanto, algumas ponderações teóricas ao trabalho do Panebianco são necessárias. De acordo com Carty (2004 p. 4), há uma perceptível mudança nas organizações partidárias⁵, como uma maior autonomia dos líderes, principalmente aqueles que ocupam cargos públicos. Ademais, há mudanças do ambiente externo como a inserção de novos meios de comunicação no jogo político, em especial, pela popularização do uso das redes sociais. Neste sentido, e diante destas mudanças, as definições clássicas de partidos como organizações essencialmente hierárquicas, compostas por indivíduos que competem por poder não são suficientes, perante a complexidade dessas organizações no contexto atual. O autor se refere à algumas abordagens clássicas como dos partidos de massa de Duverger (1970), onde autoridade e poder estariam concentrados na parte inferior da organização; e sobre o trabalho seminal

⁵ O autor se refere aos partidos políticos Europeus, contudo, alguns pontos se aplicam ao caso brasileiro.

de Michels (1982), que investia o poder nas mãos das lideranças profissionais. Mesmo Kirchheimer (2012) e Panebianco (2005) em suas abordagens “deixam implícito que a competição pelo poder organizacional é um jogo de soma zero, em que o poder dos líderes, ativistas ou membros é exercido às custas dos outros” (idem, p.3).

Além disso, as relações dentro das agremiações partidárias são mais complexas que um modelo hierárquico (MAIR, 1994). Uma hierarquia simples não representa mais a estrutura dos partidos políticos, pois os grupos dentro da organização partidária podem possuir significativa autonomia (CARTY, 2004). Quanto a este ponto, é importante assinalar que os partidos políticos no Brasil operam em multi-nível, ou seja, há diversas unidades sobrepostas com relação a unidade do partido quando nos remetemos à relação entre organização central-local, onde o poder pode ser exercido por lideranças muito diferentes. Assim sendo, os partidos podem ter uma organização interna não necessariamente hierárquica. As organizações modernas parecem funcionar mais como uma estratarquia, onde a autoridade e poder não repousam exclusivamente em um único ator ou grupo. Nesta lógica, a distribuição de poder e atribuições como a seleção de candidatos se tornam mais complexas. No caso do PSC, como será desenvolvido nas próximas seções, há uma coexistência de duas facções com igual poder.

1.3 Mudanças políticas e religiosas no ambiente externo

A estratégia de dominar ou se adaptar ao ambiente é um dos dilemas organizativos que todo partido político pode enfrentar. Além das características ambientais é importante como o partido age para assegurar a sobrevivência da organização, como equilibrar as demandas plurais internas e externas da organização e garantir a continuidade dela, de modo a não se esquecer dos incentivos seletivos e coletivos⁶.

Sendo assim:

“O partido é movido também nessa direção pela função (ao mesmo tempo externa e interna) da ideologia organizativa que é a de definir o “território de caça” específico, a reserva sobre a qual a organização estabelece os próprios direitos e em relação à qual é definida a identidade organizativa, seja “externa (aos olhos dos que não fazem parte da organização), seja “interna” (aos olhos dos membros da organização) e se estabelecem as relações

⁶ Incentivos coletivos são benefícios e promessas distribuídos de forma igual entre todos os participantes da organização partidária. Já os incentivos seletivos são os benefícios distribuídos de modo desigual, apenas para alguns participantes (PANEBIANCO, p. 17-18).

de conflito (disputa pelos mesmos recursos) e de cooperação (troca de recursos diferentes) com as outras organizações” (PANEBIANCO, 2005 p. 25).

Este ponto é essencial para análise do PSC. Enquanto organização partidária, foi fundada tendo em vista os preceitos dos partidos Democratas Cristãos, com forte influência do cristianismo católico. A partir de 2003, com a entrada de uma nova facção, o partido passou a estreitar os laços com o segmento evangélico, a ponto de algumas vezes ser chamado de partido da Igreja Assembleia de Deus por possuir número significativo de membros – alguns dos quais são lideranças ou frequentadores dessa denominação, e que chegaram a conquistar cargos públicos. No entanto, sabe-se que delimitar um território eleitoral do tipo “partido dos evangélicos” pode gerar custos altos à organização. Se, de um lado, assim como descrito por Panebianco (2005), os incentivos seletivos alimentam os interesses em manter a organização partidária, levando esta a adaptar-se ao ambiente, por outro as lealdades relacionadas a ideologia do partido – ou seja, os incentivos coletivos – levam a dominar o próprio ambiente.

À luz do que definimos na seção anterior como “poder organizativo”, a coalizão dominante de um partido é constituída por agentes que controlam as zonas de incertezas que são vitais (PANEBIANCO, 2005 p. 74). Por conseguinte, as mudanças no ambiente externo em que o PSC está inserido, como o crescimento do segmento evangélico, declínio dos cristãos católicos, envolvimento dos evangélicos com outros partidos políticos não confessionais, podem ter alterado a estrutura de distribuição de poder intrapartidário. Portanto, o ambiente externo e as características da organização são importantes para averiguar o papel das lideranças partidárias e como o controle das zonas de incertezas do “ambiente externo” pode influenciar diretamente na composição da coalizão dominante. Se toda organização está inevitavelmente envolvida em uma multiplicidade de relações com o ambiente externo, ao entender que esse ambiente é na verdade as diversas arenas na qual a organização está inserida, as estratégias de dominação ou adaptação do ambiente dependerão dessas arenas (PANEBIANCO, 2005 p. 21-23).

Assim, embora grande parte das pesquisas sobre esta temática retratem mudanças na organização partidária como uma mudança gradual, ou que os partidos são forçados a se profissionalizar de forma abrupta por conta do ambiente externo, estamos olhando para as mudanças organizacionais como produto das decisões internas promovidas pela elite, tendo em vista também as mudanças no ambiente externo (HARMEL; JANDA, 1994).

Com relação às mudanças no ambiente externo, se no cenário político advindo com a Constituição de 1988 qualquer envolvimento com setores mais conservadores, principalmente ligados à ditadura, era interpretado de forma negativa, os fatos atuais nos mostram uma retomada às antigas bandeiras, como críticas a direitos sociais conquistados e, em alguns casos, até pedidos de volta ao regime militar. Longe de corresponder a um fenômeno brasileiro, é possível observar por toda América Latina o reagrupamento de forças conservadoras, com novas caras e táticas (CODATO, 2015 p.8). Nesta seara, os evangélicos vêm endossar uma agenda conservadora com um discurso moralista em defesa dos preceitos cristãos e em favor da família tradicional. Também destacamos como mudanças recentes o crescimento de um antipetismo acompanhado de um discurso intolerante com relação a toda uma pauta de esquerda, que trouxe consigo uma guinada ao conservadorismo.

Crise econômica e política, desemprego, descontentamento com os partidos políticos – não cabe aqui levantar quais motivos levaram a esse fenômeno atual da direita no Brasil. O fato é que esses condicionantes mudam o ambiente externo dos partidos políticos (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015), e influenciam as táticas adotadas pelas lideranças partidárias. O avanço da direita é multifacetado: do advento de novas questões não contabilizadas à crise crescente da representação; do surgimento de figuras carismáticas na extrema direita, somada à crescente personalização da política, a crescente alienação política e social, a insatisfação pelas características tradicionais do sistema político e para a política como tal (IGNAZI, 2003)⁷.

1.4. Evangélicos na Política

O vínculo entre política e religião no Brasil tem sido, especialmente em anos eleitorais, cada vez mais debatido e estudado por cientistas políticos. A cada nova eleição, representantes evangélicos têm progressivamente conquistado mais cadeiras no Congresso Nacional e postos como chefe do Executivo nas três esferas da federação. Todavia, a participação dos chamados “políticos de Cristo” no cenário político brasileiro não é fenômeno homogêneo ou de fácil compreensão. Distorcer as posturas políticas desses agentes religiosos como fundamentalismo irracional constitui uma simplificação (RAMÍREZ, 2018) que não ajuda a entender tal fenômeno.

⁷ Ainda que Ignazi (2003) esteja se referindo a Europa ocidental, tais características do avanço da direita se aplicam bem ao caso brasileiro.

Grande parte das igrejas evangélicas pioneiras chegaram em terras brasileiras por meio de missões no século XX, derivadas do mundo anglo-saxão, das chamadas “igrejas-livres”, sem envolvimento algum com o Estado (BONINO, 2011 p. 16). Originárias do seio protestante, as igrejas pentecostais chegaram no Brasil em 1910, em sua maioria advindas dos Estados Unidos. O segmento evangélico, desde suas origens na Europa, até os dias atuais no Brasil, configura grande heterogeneidade relativa às inúmeras instituições religiosas desse segmento cristão (ALMEIDA, 2014 p. 38). Com importantes distinções doutrinárias (MARIANO, 2005), alguns pesquisadores empenhados no estudo da Sociologia da Religião perscrutaram estabelecer categorias a fim de classificar e entender esse fenômeno religioso. Os dois estudos mais clássicos sobre essa temática são de Mariano⁸ (2005), que agrupa as igrejas considerando, principalmente, as mudanças ideológicas delas ao longo dos anos; e o trabalho do Freston (1993), que privilegia mais os aspectos políticos dessas instituições cristãs (BORGES, 2009).

Apesar do nosso reconhecimento das diferenças doutrinárias entre as igrejas pentecostais e neopentecostais, não adotaremos nenhuma dessas classificações. Para tanto, buscaremos salientar, quando houver necessidade, as possíveis diferenças doutrinárias dessas igrejas que podem influenciar no nosso campo de análise – a política partidária. Assim, nossa preferência será pelo uso do termo evangélico, utilizado no Brasil de forma muito genérica (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2009 p. 303).

As igrejas evangélicas, diferente das igrejas católicas, por não possuir uma hierarquia que dite regras rígidas, e mesmo como estratégia de inserção social, se modificam de forma rápida às mudanças sociais e econômicas, o que dificulta adotar qualquer classificação rígida. A título de exemplo, a Igreja Assembleia de Deus é classificada como pertencente ao pentecostalismo clássico, que tem como característica o distanciamento da política partidária. No entanto, a Assembleia de Deus, uma das maiores denominações evangélicas da América Latina, tem fortes vínculos partidários, e grande parte das lideranças do PSC são membros dessa denominação. Além disso, ao

⁸ Mariano (2005), categoriza os evangélicos em três esferas: *pentecostais clássicos*, *deuteropentecostais* e *neopentecostais*. O pentecostalismo clássico, conhecido como primeira onda de evangelização (1910-1950) tem como característica radical sectarismo e ascetismo, negação do envolvimento na política, a crença na volta eminente de Cristo e por enfatizar o “dom de línguas” do Espírito Santo. A segunda onda, deuteropentecostalismo, iniciada na década de 50 é marcada pelo evangelismo de massa, centrada na ideia da cura divina, e o uso do rádio como meio de comunicação com os seus fiéis. Por fim, a terceira onda tem início na década de 70 com os neopentecostais, como característica empreendem forte guerra contra o diabo, estruturam-se empresarialmente, enfatizam a teologia da prosperidade, participam da política partidária e usam de forma exacerbada diversos meios de comunicação, principalmente a TV.

lado da Igreja Batista e Igreja Universal do Reino de Deus⁹, é uma das denominações que mais lançam candidatos à cargos públicos. Estima-se que atualmente existem mais de 300 denominações pentecostais no Brasil com ampla diversidade ritual e doutrinal (ORO, 2011).

Quadro 1. Igrejas com representantes no Congresso Nacional 1986-2019

Denominações Evangélicas
Assembleia de Deus
Igreja Universal do Reino de Deus
Batista
Catedral do Avivamento
Catedral do Reino de Deus
Congregação Cristã
Cristã Maranata
Evangelho Quadrangular
Fonte da Vida
Igreja Internacional da Graça de Deus
Luterana
Metodista
Mundial do Poder de Deus
Nova Vida
O Brasil para Cristo
Presbiteriana
Presbiteriana Independente
Presbítero da Igreja Presbiteriana da Glória
Projeto Vida Nova
Sara Nossa Terra
Universal

Fonte: Câmara dos Deputados, elaboração própria.

O crescimento demográfico deste grupo e o processo de redemocratização do país, contribuíram para a da entrada desses cristãos na política partidária (ALMEIDA, 2014). Na tabela abaixo, podemos observar o crescimento numérico desse segmento religioso no Brasil, que a partir de ano de 2010 já contava com pouco mais de 22% de uma população de 190 milhões de habitantes. Também é visível que esse crescimento é acompanhado do declínio dos fiéis da religião católica.

⁹ O PRB já nasce como um braço da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD. A sua origem remonta a uma ruptura entre o Partido Liberal – PL e a IURD e, por conseguinte aos esforços do Bispo Carlos Rodrigues como um dos organizadores pela fundação da sigla (CERQUEIRA, 2017). Inicialmente chamado de Partido Municipalista Renovador (PMR), o PRB “tem sua origem iniciada por uma igreja evangélica⁹”, que possui uma rígida estrutura hierárquica e centralizada.

Tabela 1. Distribuição percentual da população residente, segundo os grupos de religião -2000/2010.

	2000	2010
Católica Apostólica Romana	73,6	64,6
Evangélicos	15,4	22,2
Espírita	1,3	2
Umbanda e Candomblé	0,3	0,3
Sem religião	7,4	8
Outras religiosidades	1,8	2,7
Não sabe/ Não declarou	0,2	0,1

Fonte: Censo IBGE, elaboração própria

No tocante ao envolvimento desses cristãos na política, foi na Constituinte, em 1986, que os evangélicos ganharam papel mais significativo, em termos de cargos públicos conquistados, pela primeira vez¹⁰. Em um país de tradição católica, saltaram de 2 para 18 deputados federais (FRESTON, 1993). Protestantes históricos e pentecostais juntos, formaram um grupo composto por 33 deputados federais na Constituinte. A partir de então, os evangélicos passam a compor uma nova opção para o voto conservador no país (PIERUCCI; PRANDI, 1996). Na ocasião, o discurso sobre a liberdade religiosa e a defesa dos bons costumes foram as bandeiras levantadas por esses parlamentares religiosos que se auto intitulavam como os representantes de Deus na Constituinte¹¹.

Contudo, como bem destaca Santos (2013, p. 79), se o engajamento desses religiosos favoreceu o surgimento de novas lideranças políticas, explorar a condição de religioso desses políticos como principal recurso eleitoral não é garantia de voto. Sendo assim, para a autora, vincular de forma direta ações assistenciais e fé ao comportamento eleitoral pode se mostrar precipitado. Soma-se a isso que muito candidatos simplesmente se declaram como evangélicos, sem ter fortes ligações com alguma instituição, da mesma forma que muitos se declaram como “católicos não praticantes”. Logo, se montar um perfil político-religioso dos políticos que ocupam cargos é uma tarefa árdua, é quase

¹⁰ Outros países da América Latina experimentaram fenômeno parecido “no Peru a virada de Fujimoro levou ao parlamento 19 evangélicos, além do segundo vice-presidente. Na Guatemala, em 1991, Jorge Serrano tornou-se o primeiro protestante praticante a chegar à presidência de nação latino-americana pelo voto popular” (FRESTON, 1993 p. 6).

¹¹ Durante a Constituinte Daso Coimbra, um dos líderes evangélicos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) chegou a dizer: “a maioria do nosso povo acredita em Deus e a Constituição deve expressar a vontade dessa maioria” (PIERUCCI & PRANDI, 1996 p. 174).

impossível fazer uma avaliação capaz de identificar e classificar os evangélicos que se apresentam entre os milhares de candidatos (SPECK; NETTO, 2017 p. 10). Ainda assim, é razoável assumir que a religião possa exercer influência entre os seus membros no que diz respeito às suas escolhas políticas, por razões como senso de comunidade, identidade e a relação de confiança gerada pelos líderes religiosos (CERQUEIRA, 2017).

O campo político institucional não se mostrou insensível à interpelação evangélica, de forma que os canais de relacionamento entre lideranças políticas (em ambas as esferas) foram alargados nos últimos anos (ORO, 2011 p. 391). Por consequência, procuradas por diversos partidos, as Igrejas Evangélicas passaram a desempenhar um papel importante não apenas nas eleições proporcionais, mas também nas majoritárias.

Na eleição presidencial de 1989, os evangélicos¹² apoiaram fortemente a candidatura de Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). À época Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, chegou a afirmar que: *"Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido"* (Jornal do Brasil, 3.12.89) (Apud MARIANO; PIERUCCI, 1992 p. 94). No segundo turno, fizeram forte campanha contra o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, associando-o ao comunismo que colocaria em risco a família tradicional e os bons costumes cristão. À época, foi lançado como candidato à presidência o político Afif Domingos – PL, numa coligação intitulada “Aliança Liberal Cristã”. Porém, como membro da coligação “Movimento Brasil Novo”¹³, desde o início o PSC apoiou o candidato do PRN.

Em 1994, o cenário não foi diferente para o candidato do PT. Além de identificarem Lula como um “demônio”, os evangélicos garantiam que sua vitória resultaria na perseguição aos cristãos (MARIANO, 2005). Nessas eleições, o PSC escolheu lançar candidatos próprios à presidência, mas, sem sucesso de conseguir atrair o eleitorado cristão, obteve apenas a 8ª colocação.

Nas eleições de 1998, mais uma vez o PSC tentou lançar candidatos próprios ao cargo do Executivo Nacional, mas não obteve nem 1% dos votos válidos (0,38%). Nesse pleito, para o cargo de presidente da república, a participação dos evangélicos teve menor protagonismo e, assim, menor influência (CAMPOS, 2006 p. 74). Porém, para cargos do

¹² Inicialmente os evangélicos tentaram lançar como candidato à presidência o evangélico Íris Rezende à Presidência da República pelo PMDB, fracassada essa possibilidade decidiram apoiar o candidato do PRN.

¹³ formada pelos partidos: PSC, PST, PTR e PRN.

executivo estadual e legislativo (federal e estadual), os evangélicos conquistaram diversos cargos políticos. Cabe destacar o Rio de Janeiro, que elegeu Anthony Garotinho para governador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como vice-governadora Benedita da Silva pelo PT, ambos evangélicos declarados (MACHADO, 2006).

Benedita da Silva é uma das poucas políticas evangélicas filiadas a um partido identificado como de esquerda. No pleito de 2000, a candidata do PT concorreu à prefeitura do Rio lançando o *slogan* “Bota fé no 13”, que lhe rendeu apenas a terceira posição no primeiro turno. No seio evangélico, muitas igrejas reservam às mulheres um papel secundário na distribuição de poder dentro dos templos. À exemplo disso, a Igreja Universal do Reino de Deus não permite que mulheres assumam postos de lideranças da cúpula da igreja, seja no âmbito local ou nacional (TADVALD, 2010 p. 97).

Apesar de seu histórico de embate com os evangélicos, Lula – antes identificado como grande inimigo desses cristãos – foi quem ampliou as alianças políticas com esse segmento. No pleito de 2002, inicialmente, os evangélicos apoiaram o candidato Anthony Garotinho, agora filiado ao Partido Socialista Brasileiro - PSB. Foi neste cenário que começou a se desenhar a relação entre o PSC e o Pastor Everaldo. No primeiro turno do pleito de 2002, o PSC fez parte da coligação de Garotinho (PSB, PGT, PTC e PSC). Foi Garotinho, no ano de 1998, quem deu a Everaldo o seu primeiro cargo político, como subchefe da casa civil naquela gestão. Também foi o ex-governador do RJ quem incentivou Everaldo a se filiar ao PSC.

Frustrada a eleição de um evangélico, no segundo turno de 2002, o apoio dos evangélicos foi dado, principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, ao candidato Lula (GONÇALVES, 2011 p. 17). Na campanha eleitoral de 2006, Lula e o PT tiveram como prioridade de agenda a conquista do voto evangélico (ORO, 2011 p. 391). Para tanto, lograram obter apoio de diferentes lideranças religiosas das principais igrejas evangélicas. O candidato do PT participou de reuniões com lideranças religiosas, prometeu ampliar as parcerias na área social entre o governo federal e as igrejas desse segmento, pediu votos e contou com um comitê destinado a esses religiosos (MARIANO; HOFF; DANTAS, 2006). Em 2006, Lula conseguiu apoio de Marcelo Crivella¹⁴, que lhe garantiu o suporte oficial das igrejas Assembleia de Deus e IURD. Em contrapartida, Lula e o PT apoiaram Crivella em sua candidatura ao governo do Estado do Rio de Janeiro, e

¹⁴ Em um evento evangélico arranjado por Crivella, Lula se encontrou com diversos cantores gospel e discursou: “*Quis Deus que fosse esse, que era chamado de demônio, que fosse lá sancionar o Código Civil que permite total liberdade de religião neste país*”. (cf MARIANO, HOFF e DANTAS, 2006, p. 66).

oficializaram a coligação em março de 2006 (IDEM, 2006). Nessa eleição, o PSC não se posicionou com relação aos candidatos à presidência da República.

Nas eleições de 2010, a influência de grupos de pressão religiosos, não apenas os evangélicos, mas também os católicos, atingiu o seu ápice (ORO, 2011). Marina Silva, candidata pelo Partido Verde - PV, era a única evangélica entre os presidencializáveis. Por conta disso, sofreu dentro do próprio partido, pois logo após oficializar a sua candidatura um grupo de políticos do PV, acusou o partido de abandonar sua luta pela legalização do aborto e união homoafetiva (ORO; MARIANO, 2011 p. 256). A candidata Dilma Rousseff – PT sofreu com forte campanha difamatória após demonstrar simpatia por questões como a união homoafetiva (TADVALD, 2010). A fim de reverter esse quadro, Dilma, junto a Lula, chegou a se reunir com mais de 60 lideranças religiosas reafirmando o seu compromisso com o povo evangélico de que não enviaria proposta ao Congresso Nacional sobre a legalização do aborto (idem, 2010 p. 105). Dilma foi eleita com uma grande coligação¹⁵, que contou inclusive com o apoio do PSC.

Nas eleições de 2014, o PSC lançou como candidato o Pastor Everaldo – vice-presidente da sigla à época. Em entrevistas, Everaldo chegou a afirmar que “não era o candidato dos evangélicos”, mas que “o partido tinha como objetivo trazer a ética cristã para o debate político”¹⁶. Sua campanha foi centrada na defesa da família tradicional brasileira, com a bandeira conservadora no que tange às questões morais, e liberal no que diz respeito aos aspectos econômicos, com incisivas frases onde o candidato defendia a necessidade de um estado mínimo e da desburocratização da máquina estatal. Nesse pleito, Marina Silva também participou da corrida pelo cargo, após a morte de Eduardo Campos (PSB). Ambos os candidatos disputaram o voto dos evangélicos. Marina, por sua vez, perdeu parte do apoio dessa categoria depois da publicação do manifesto do PSB, que defendia o casamento gay e criminalizava a homofobia. Apesar de ter tirado essas questões do programa do partido, apenas um dia após a sua publicação, o fato lhe tirou o apoio do religioso Silas Malafaia, um dos mais influentes no campo político, que após o episódio declarou seu apoio ao candidato do PSC, Pastor Everaldo.

Na arena legislativa, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi criada no ano de 2003. Duarte (2012 p. 54) descreve que, no ano de sua instauração, os deputados da FPE

¹⁵ A coligação foi composta pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PR, PSB, PDT, PCdoB, PSC, PRB, PTC e PTN.

¹⁶ Entrevista concedida à rádio Verdinha, disponível em: <http://www.verdinha.com.br/podcasts/nao-candidato-evangelicos-pastor-everaldo-pereira-pre-candidato-psc-presidencia-republica/>.

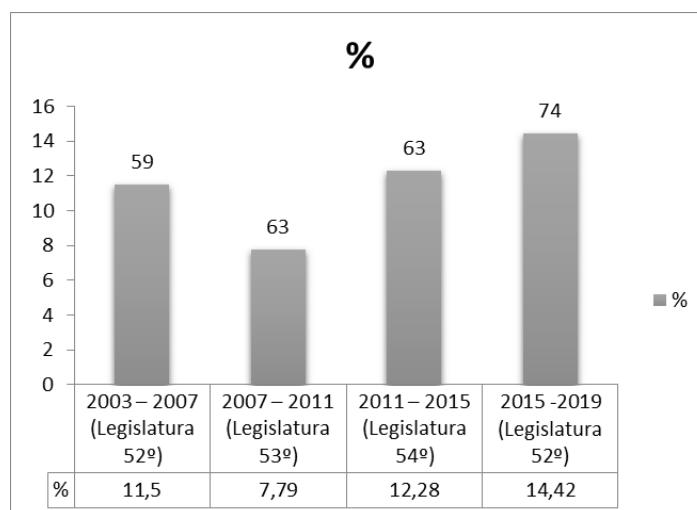
realizavam cultos em um dos plenários da casa todas às quartas pela manhã, transformando um espaço de fazer leis em um local de invocação do religioso. Na 55ª legislatura, a Frente teve como presidente o deputado federal João Campos – PSDB/GO, e 199 deputados federais e 4 senadores como membros. No documento oficial disponível no site da Câmara, a organização se denomina de natureza civil, integrada por deputados federais e senadores. Como consta no documento¹⁷:

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica:

I) acompanhar e fiscalizar os programas e a Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução; **II)** promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação; **III)** procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra (Câmara dos Deputados

Em menos de 20 anos os evangélicos duplicaram a sua base parlamentar na Câmara dos Deputados, reforçando a chamada “Bancada Evangélica”.

Gráfico 1. Número de Deputados Evangélicos na Câmara



Fonte: ORO (2006), Câmara dos Deputados e Diap.

* Porcentagem com relação aos 513 deputados que compõe a Câmara.

¹⁷ Portal Câmara dos Deputados, consulta realizada no dia 10/10/2016.

Com exceção da 53ª Legislatura, em que houve queda significativa dos parlamentares pentecostais, os demais anos mostram o crescimento desses religiosos na política. A visível perda de cadeiras da Bancada Evangélica sofrida no ano de 2007 é o resultado do envolvimento desses políticos no escândalo da Máfia dos Sanguessugas¹⁸, que diz respeito ao esquema de corrupção de superfaturamento na venda de ambulâncias para diversas prefeituras, em troca de emendas parlamentares que tiveram protagonismo maciço de parlamentares evangélicos (SOUZA, 2009 p. 11). Para tentar diminuir os danos, as grandes denominações pentecostais, como a Universal e a Assembleia de Deus, retiraram o apoio político aos deputados envolvidos, fator que pode ser associado à redução da bancada na legislatura seguinte (MARIANO; HOFF; DANTAS 2006, p. 69). Apesar disso, foi nesse pleito que o PSC, pela primeira vez, elegeu uma bancada mais significativa, com 9 deputados federais, sendo destes 6 evangélicos. Essa também foi a primeira eleição nacional com a participação de Everaldo e seu grupo de políticos como membros da Comissão Executiva Nacional do PSC.

Apesar de na 54ª Legislatura os deputados evangélicos ainda estarem espalhados em diferentes partidos políticos¹⁹, representando 22 estados diferentes, o PSC e PRB se destacaram pelo número de políticos dessa vertente religiosa. O PSC foi o que concentrou o maior número de evangélicos: 11 deputados. Além disso, o partido cristão ganhou destaque pela atuação política de alguns dos seus deputados, com especial atenção ao Pastor Feliciano. No ano de 2013, o cantor gospel Feliciano, líder da igreja Tempo de Avivamento, denominação ligada à Assembleia de Deus foi nomeado para presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Figura polêmica por suas posições sobre assuntos essenciais tratados na comissão, tais como direitos da comunidade *LGBT*, direitos civis de índios e negros e atentados contra os direitos humanos, sua nomeação causou comoção na sociedade civil, com manifestações de insatisfação. No dia 12 de março de 2013, o Colégio de Líderes decidiu manter o cargo do deputado. Tradicionalmente a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias - CDH sempre foi presidida por parlamentares ligados a partidos de esquerda. Especula-se que a eleição do político do PSC teria sido manobra política do PT para evitar

¹⁸ Segundo depoimentos colhidos pela Justiça Federal e CPMI, acredita-se que a bancada evangélica participou ativamente do esquema, arrecadando uma média de R\$ 53 milhões (cf MARIANO, HOFF e DANTAS, 2006).

¹⁹ Partido Progressista, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido Social Cristão, Democratas, Partido dos Trabalhadores, Partido Republicano Brasileiro, Partido da República, Partido Trabalhista Cristão, Partido Verde, Partido Socialista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista e Partido da Mobilização Nacional

que Sóstenes Cavalcante – Partido Social Democrático (PSD/RJ), evangélico ligado a Silas Malafaia, fosse eleito.

Na presidência da comissão, Feliciano se empenhou numa pauta “anti gay”. Ainda no ano de 2013, na Comissão, Feliciano conseguiu aprovar o fim da resolução que obrigava os cartórios a realizarem casamento entre pessoas do mesmo sexo. Criou a subcomissão “Direito das Forças Armadas”, que foi presidida por Jair Bolsonaro, deputado pelo Partido Progressista – PP/RJ – à época. Também foi contra o projeto que prevê ao parceiro homossexual a condição de dependente do INSS²⁰. Foi a favor do projeto apelidado de “cura gay”, apresentado pelo deputado federal João Campos do PSDB-GO, sobre tratamento psicológico para pessoas que se declarem homossexuais. Além disso, criou polêmica em suas redes sociais como *Twitter* e blogs ao atacar a comunidade *LGBT*, ser favorável a censura e a redução da maioria penal.

Muitos evangélicos foram contra as declarações do Marco Feliciano, colocando em dúvida a existência de um grupo religioso coeso. No ano seguinte de sua gestão enquanto presidente, a Comissão voltou às mãos do PT com a presidência do deputado Assis do Couto. Como consequência, foram arquivados todos os requerimentos não votados durante a gestão de Feliciano. Além disso, não houve grandes avanços dessas pautas fora da comissão. No ano de 2015, o PT manteve a presidência da CDH, com a eleição de Paulo Pimenta – PT/RS à sua frente. Contudo, a vaga de vice voltou para um evangélico, ninguém menos que Marco Feliciano.

Na 55ª Legislatura, a Bancada Evangélica cresceu em termos numéricos. Além da presença desses cristãos em diferentes comissões, os evangélicos ainda demonstraram força política em outros momentos de atuação na Câmara, como no episódio da votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Grande parte dos 513 deputados justificaram a destituição da presidenta como um ato “por Deus” e, poucos dias antes da votação, a Frente Parlamentar Evangélica, no dia 06 de abril de 2016, por meio do seu presidente João Campos, declarou apoio ao *impeachment* da presidenta. Segundo deputado declarou em nota, a decisão foi tomada pela “grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o país” e dos “recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo e crimes de responsabilidade praticados por Dilma que constituem uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito” (Jornal o Globo 06/04/2016).

²⁰ Instituto Nacional do Seguro Social.

Embora os governos de Lula e Dilma tenham estreitado relações com os evangélicos, Michel Temer – PMDB, após tomar posse como Presidente da República, em sua reforma ministerial deu papel de destaque a esses religiosos. Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC nomeou o Bispo Marcos Pereira, grande aliado de Edir Macedo. Para o Ministério do Trabalho nomeou o Pastor Ronaldo Nogueira. Para Secretaria de Políticas para mulheres, que objetiva implementar políticas para as mulheres, nomeou a deputada evangélica Fátima Pelaes, que já se declarou contra o aborto mesmo em caso de estupro²¹.

O Brasil presenciou a força dos evangélicos durante as eleições 2018. Questões morais de cunho religioso, alinhadas com um forte conservadorismo nos costumes, esteve na pauta de muitos candidatos ao Legislativo e Executivo. Mais do que qualquer outro candidato, Jair Bolsonaro explorou essas questões ao se colocar como o paladino da defesa dos bons costumes e da família tradicional brasileira que expurgaria de nossa sociedade um marxismo cultural voltado a proteção de minorias. Para tanto, Bolsonaro explorou e propagou *fake news*, como o caso do chamado “Kit Gay”, que seria distribuído pelo governo federal. O material em questão, na verdade, fazia parte do projeto “Escola sem Homofobia”, com o objetivo de combater a violência e preconceito voltado a comunidade LGBT. Bolsonaro contou com o apoio de várias lideranças religiosas de peso: Silas Malafaia, Edir Macedo – IURD e do Pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente das Assembleia de Deus – Ministério Madureira. Seu discurso conservador, alinhado com muitos evangélicos, colaborou para o seu partido, o PSL, passar de sigla nanica à segunda maior bancada na Câmara, com 52 deputados. A relação entre Bolsonaro e os evangélicos se delineou de forma mais clara a partir de sua composição ministerial com as indicações de Onyx Lorenzoni (Igreja Luterana), como ministro da Casa Civil; e Damare Alves (Pastora da Igreja Batista), como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

²¹ Dados coletados no site do Palácio do Planalto e jornal El País publicado em 08/06/2016

CAPÍTULO 2 – GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO SOCIAL CRISTÃO: ATORES, GRUPOS POLÍTICOS E DOUTRINAS

O objetivo deste capítulo é reconstruir a história e trajetória do PSC. Um partido político não é uma instituição insulada do seu tempo e contexto. Ao contrário, uma agremiação partidária é uma instituição em constante mudança como reação ao tempo e às modificações do ambiente externo em que atua (PANEBIANCO, 2005 p. 91). A partir desse histórico, buscamos demonstrar que apesar do PSC reivindicar um papel de herdeiro do antigo PDR, partido idealizado pelo político mineiro Pedro Aleixo, são poucas as semelhanças entre ambas as agremiações. Malgrado a fundação do PDR, políticos ligados a Aleixo decidiram fundar uma nova agremiação. Nesse cenário, destacamos o papel do religioso José Carlos Aleixo, filho de Pedro Aleixo, e talvez um dos maiores responsáveis pela formação do PSC enquanto sigla democrata cristã. Em um segundo momento deste capítulo, indicamos as condições históricas que foram favoráveis para a entrada dos setores evangélicos no PSC, representados, em especial, pelo Pastor Everaldo.

2.1 Antecedentes: Pedro Aleixo e o PDR

A corrente institucionalista histórica esforça-se por investigar como as causas políticas são interferidas pelo ambiente institucional (instituições formais e não formais) em que os fatos ocorrem, de modo que esses procedimentos interfiram e estruturam condutas (THELEN; STEINMO, 1992 p. 02). Define-se instituições como normas e protocolos oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política, bem como aos procedimentos rotineiros e convenções que governam comportamentos (HALL e TAYLLOR 2003, p. 196). Como característica, ainda destacamos a importância do desenvolvimento institucional de modo a privilegiar as trajetórias políticas.

Assim, reconstituiremos o histórico do PSC partindo de sua referência como o herdeiro do político mineiro Pedro Aleixo e os seus esforços em fundar o Partido Democrata Republicano - PDR. O institucionalismo histórico concentra sua análise nos temas de poder e interesses com uma visão macrossociológica perpassando por diferentes períodos históricos (IMMERGUT, 1998 p. 16 e 17). Por meio da observação histórica, essa corrente teórica considera a causalidade como contextual. Neste sentido, é uma análise que restringe generalizações, ainda mais porque pode conter incontinentes

históricos. Ainda assim, assumimos a importância do tempo histórico de um evento e o seu desenvolvimento ao longo dos anos, em outras palavras, a ligação de elementos políticos com o passar do tempo (PIERSON, 2004 p. 55).

Feitas essas considerações, pressupomos que os elementos de maior influência na ordem organizativa de um partido político que explicam o seu desenvolvimento é o seu passado, sua história organizativa e as relações que ele estabelece com outras instituições e com o ambiente externo (PANEBIANCO, 2006 p. 91). Posto isto, nos valemos do modelo originário proposto por Panebianco (2006) para analisar a estrutura organizativa do PSC. A história do nascimento do partido e como ele se consolidou possui forte influência sobre as características organizativas da agremiação.

A origem do PSC remonta a história do político mineiro Pedro Aleixo, um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), criada em 1945. Considerado “o dono” do partido no estado de Minas Gerais, Aleixo era um dos grandes nomes que representava o grupo²² udenista dos liberais históricos (BENEVIDES, 1981). Foi um dos líderes civis que, junto aos militares, participou de articulações políticas pela derrubada de João Goulart. À vista disso, filiado a Arena como um dos seus fundadores, foi líder da bancada do governo na Câmara dos Deputados em 1965 e ministro da Educação por breve período no governo de Castello Branco. Também foi vice-Presidente da República do general Costa e Silva, de 1966 a 1969, embora tenha se colocado veementemente contrário ao AI-5. Enquanto vice do general Costa e Silva, coordenou uma comissão de juristas que objetivava reformular a Constituição de 1967, na qual certas medidas visavam desfazer o regime de arbítrio, em especial com a reabertura do Congresso e eleições diretas para os governos estaduais²³ (CPDOC).

Contudo, foi impedido de assumir o cargo como presidente da República após a morte do General. Por ter sido contrário ao AI-5, os ministros militares afirmaram que Aleixo não teria força para colocar em prática o programa traçado por Costa e Silva, que incluía a reabertura do Congresso e a reforma constitucional, por conta da resistência militar (CPDOC). Em consequência, no ano 1970 desligou-se da ARENA e passou a articular a quebra do bipartidarismo por meio da criação do Partido Democrático Republicano – PDR²⁴.

²² Também representavam o grupo dos liberais históricos Milton Campos, Alberto Deodato e Afonso Arinos (BENEVIDES, 1981 p. 177).

²³ Fonte CPDOC, https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_aleixo.

²⁴ A época, os líderes nacionais da ARENA e MDB se posicionaram contrários, embora por motivos diferentes, à criação do PDR. Na ocasião, Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB e deputado

O contexto político no qual se desenrolaram as tentativas de criação do PDR combinava todo conjunto de medidas que caracterizam as ditaduras (como violência política) com a singularidade de um sistema político bipartidário marcado por eleições indiretas para presidentes militares, e eleições diretas para alguns cargos legislativos (NICOLAU, 2012). Durante esse período, os militares fixaram inúmeros dispositivos que tolheram a liberdade de organização interna dos partidos políticos (FREIRE, 2014). O Ato Institucional nº 2, entre outras medidas, selou o destino das agremiações partidárias ao extinguir todos os partidos. Tal medida foi consequência direta das eleições de 1965, que teve como resultado a derrota dos candidatos oficiais dos militares em importantes estados do país (KINZO, 1994; REIS, 2009).

Em novembro de 1965, o Ato complementar nº 04, que extinguiu os resquícios das regras do regime anterior sobre a organização dos partidos, estabeleceu normas ainda mais rígidas. A principal exigência para a criação de um partido era que para funcionar, “deveriam arregimentar, no mínimo, 120 deputados federais, de um de total de 409, e 20 senadores, de um total de 66” (FREIRE, 2014 p. 292). Tais medidas embora permitissem a organização de mais de dois partidos, tinham como objetivo criar um sistema bipartidário com um grande partido de sustentação do regime e uma pequena oposição, própria de uma fachada democrática (KINZO, 1994 p. 143).

Foi diante dessa conjuntura que Pedro Aleixo, em 1971, deu os primeiros passos para a formação do PDR²⁵ que tinha como proposta

[...] “a defesa da “autenticidade do sistema representativo, sem pretender restaurar situações ultrapassadas, lutando ainda pela concretização dos objetivos da revolução de 31 de março, cujo movimento, dizem os fundadores do partido, despertou as maiores esperanças no povo”. (JORNAL DO BRASIL, Domingo, 21, e 2ª feira, 22/03/1971, 1ª Caderno)²⁶.

federal, em entrevista para o Jornal do Brasil disse “os dois partidos sobrevivem dentro de normas que restringem a ação política e que em termos de ortodoxia partidária, agora não há partidos no Brasil, MDB e ARENA não tem autonomia e independência que deveriam ter [...]. Se essas condições adversas existem para os dois partidos, por que a formação de três ou quatro partidos?” (JORNAL DO BRASIL, Terça-feira, 23/03/1971, 1ª Caderno). (Consultado dia 09/11/2018 no site Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

²⁵ Apêndice A o manifesto de lançamento e programa completo do PDR

²⁶ Consultado dia 09/11/2018 no site Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A referência quanto aos objetivos da “revolução” de 1964 à qual o manifesto do PDR faz menção, parece alinhada com um ponto chave do discurso de posse do ex-presidente Castelo Branco: a defesa da democracia. Como a “Revolução de 1964” foi idealizada pelos militares como um movimento de defesa da democracia, o novo governo se empenhou em manter as aparências de um sistema democrático (FLEISCHER, 1994). Outras menções também são similares, tais como a defesa da união do Brasil e de sua independência. Mas o que prevalece em ambos os casos é a defesa do exercício da democracia por meio de uma Constituição.

Acerca das diferenças, o art. 9 do programa do PDR tinha como proposta emendar, por meio de processo legislativo, a Constituição em vista de “excluir dispositivos contrários a tradição política e ao sentimento do povo brasileiro”. Apesar disso, Aleixo e seus correligionários políticos não assumiram um posicionamento de oposição ao governo em exercício. Não fica claro qual o posicionamento pretendido pelo PDR no cenário bipartidário. Entre os apoiadores de Aleixo, estava o General Carlos Guedes, um dos expoentes do estado de Minas Gerais no Golpe de 1964. Embora tenha se unido a Aleixo desde o início da organização da legenda, Guedes nunca admitiu sua filiação como descontentamento para com os rumos do golpe²⁷ (CPDOC).

Em março de 1971, Pedro Aleixo publicou para a imprensa nacional os nomes dos membros da comissão executiva provisória do partido, composta por profissionais liberais²⁸. Antes de qualquer publicação dos documentos sobre o PDR, nos primórdios de sua organização, o governo estava descrente da capacidade do político mineiro em conseguir formar um “terceiro partido”. Esse descrédito era consequência das barreiras institucionais que necessitavam ser transpassadas para a criação de um novo partido. A época, para conseguir o registro no TSE era necessário comprovar adesão de 5% do eleitorado que havia votado na última eleição, somados com os votos brancos e nulos, para a Câmara dos Deputados²⁹, em 7 estado com participação mínima de 7% em cada um. A meta dos seus fundadores era conseguir cumprir essas regras em tempo hábil para participar das eleições municipais de 1972.

²⁷ Fonte CPDOC, <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/guedes-carlos-luis>.

²⁸ A comissão era composta por 7 pessoas: Geraldo Aroeira de Sousa Neves (MG), Antônio Carlos Ferreira (SP), Cristovão Fernandes (SP), Manuel Jose do Nascimento (DF), Rubens de Azevedo Lima, Lauro Alvares da Silva Campos (DF) e Antônio Luis da Costa Neve (DF) (JORNAL DO BRASIL, Sábado, 27/03/1971, 1ª Caderno). (Consultado dia 09/11/2018 no site Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

²⁹ Na ocasião, a última eleição havia ocorrido em 1970, para a composição da 44ª Legislatura da Câmara dos Deputados.

Contudo, a aprovação da LOPP de 1971 azedou os planos da criação de um terceiro partido. Batista Ramos, presidente da executiva nacional da ARENA foi o relator, após inúmeras reuniões com o ministro da Justiça Alfredo Buzaid, do projeto que deu origem a atualização da LOPP. José Cabral, ex-deputado e à época presidente do Banco Central Mineiro, chegou a afirmar que a mudança na legislação “foi feita para impedir o partido”, se referindo ao PDR (JORNAL POLITIKA, 1971)³⁰. Na ocasião, o político fazia referência, entre outros fatores, ao fato de que antes da mudança da LOPP não havia prazo para obtenção de assinaturas do eleitorado exigidas pelo TSE, apenas depois de conseguilas era estipulado um período de 12 meses para obtenção do registro. Com a mudança nas regras, passou-se a exigir um prazo de 12 meses para aquisição de toda documentação exigida para criação da agremiação (IDEM, 1971). De acordo com as novas regras (LOPP de 1971):

“Art. 18. Ficarão dissolvidas automaticamente as comissões provisórias, constituídas na forma dos art. 8º, 9º e 10, se, no prazo de 12 (doze) meses, contados da publicação do manifesto de lançamento, se não houver sido requerido o registro do partido com observância de todos os requisitos previstos no art. 15”.

A lei foi aplicada ao PDR de forma retroativa, o manifesto da agremiação havia sido publicado em março de 1971, portanto, 4 meses antes da mudança na legislação.

Com efeito, desde os rumores da sua organização, até o decorrer de sua efetiva busca para conseguir o registro junto ao TSE, o PDR não foi bem recebido por parte da classe política. Uma das preocupações, como a exposta pelo Governador da Bahia a época, Antônio Carlos Magalhães, era com possíveis migrações partidárias por parte de políticos descontentes com suas agremiações e que, no mais, uma terceira agremiação “somente fomentaria discórdia e agitaria o país” (ACERVO ESTADÃO, 1971, 25/03/1971, p. 04)³¹. Alguns jornais chegaram a noticiar que o governo criaria, por intermédio da Arena, meios de barrar a criação do PDR. De acordo com o Jornal Correio da Manhã (1971, 08/05/1971, 1ª Caderno) “o governo só reconhece e autoriza um instrumento de ação política e revolucionária, a Arena. Fora dela não haverá salvação”. Em consonância, o próprio Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, chegou a declarar que “não há de modo algum qualquer necessidade de partido ou organização para revigorar

³⁰ Consultado dia 15/11/2018 no site Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

³¹ Consulta em 16/11/2018 no site Acervo do Estadão, disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710325-39437-nac-0004-999-4-not/tela/fullscreen>

os ideais da Revolução” (ACERVO ESTADÃO, 1971, 26/03/1971, p. 01), por conseguinte completou dizendo que não existiria lacuna a ser preenchida pelo terceiro partido (IDEM, 1971).

Essa crítica do Ministro da Justiça é porque ideologicamente o PDR se colocava como um partido em defesa dos valores democráticos, que objetivava colocar em prática a pluralidade dos partidos políticos representativos. Pedro Aleixo criticava que a abertura política já deveria ter ocorrido há anos, no governo Costa e Silva (JORNAL DO COMÉRCIA, 02/08/1973). Nesta linha, o PDR seria para os jovens, de acordo com o político mineiro, “uma alternativa democrática e cívica aos que desejam contribuir ao engrandecimento nacional” (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, Segunda-feira, 02/05/1972)³². Com efeito, o manifesto de lançamento do PDR se propõe como um partido “destinado a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo” (MANIFESTO DE LANÇAMENTO, 31/03/1971, Acervo do Estadão). Não por menos, o curto programa político apresentado, por ocasião do momento, é fortemente voltado à defesa dos valores democráticos, manutenção de direitos garantidos, contrário a repressão política e de forte presença do liberalismo político. Há também forte apelo ao plano social, com referência a execução prioritária de programas sociais na área da saúde e educação. Ainda assim, não há um posicionamento claro como oposição, o manifesto e programa do PDR dialogam tanto com os governistas da ARENA, quanto com a oposição representada pelo MDB, estratégia que poderia lhe render simpatia de ambas as partes.

A despeito de ter chegado a estabelecer a sede do PDR em Brasília, formado comissões provisórias regionais em alguns estados³³ e até conseguido uma cadeira na Câmara, o terceiro partido nunca conseguiu o seu registro junto ao TSE. O deputado Adolfo Oliveira, ex-MDB, no ano de 1971, migrou no meio de seu mandato para o PDR, embora este ainda estivesse em fase organização. Em discurso na Câmara dos deputados chegou a dizer que “de agora em diante, nesta Casa, será ouvida a palavra do partido que está surgindo em nome da união, em nome da comunhão de esforços, pelo Brasil: o Partido Democrático Republicano” (JORNAL DO BRASIL, 06/08/1971, 1º Caderno).

³² Consultado dia 12/11/2018 no site Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

³³ Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Norte foram os primeiros estados a estabelecer comissões provisórias.

Contudo, o registro do PDR se tornou tarefa ímproba, em especial, pelas mudanças na LOPP de 1971. Dois pontos da nova LOPP foram cruciais para dificultar o registro do PDR: prazo de 1 ano após a publicação do manifesto e programa partidário para apresentar ao TSE a relação do eleitorado inscrito (5% do eleitorado que votou nas eleições anteriores, de 1970) e a proibição, para aqueles que migrarem de partido, de participar de qualquer eleição pelo período de 2 anos. Sobre este último, o governo desenhou regras detalhadas sobre as penas relativas à disciplina partidária, expostas por dois capítulos e 19 artigos na LOPP (FREIRE, 2014 p. 292).

Apesar das dificuldades de Pedro Aleixo em conseguir formar o PDR, ele foi o primeiro político a enfrentar o bipartidarismo e propor uma terceira opção num momento de inexistência democrática. Entre os anos de 1945 a 1964, o sistema partidário brasileiro chegou a contar com 13 partidos políticos de relevância variada para o sistema político (REIS, 2009). Os esforços do político mineiro para além da fundação do PDR, foi para o retorno da pluralidade dos partidos políticos enquanto organizações importantes num sistema democrático.

Em nova tentativa, em agosto de 1972, Pedro Aleixo chegou a relançar o manifesto de fundação e constituir novas comissões provisórias. Tal estratégia foi a solução encontrada pelo político para conseguir entregar as assinaturas exigidas pelo TSE para o reconhecimento da sigla. Decorrido um ano da primeira publicação, o partido não conseguiu as assinaturas necessárias para tal feito, anulando todo trabalho e estrutura alcançados perante a Justiça Eleitoral. Em sua segunda tentativa chegou a conseguir apoio de figuras importantes que contribuíram com o golpe de 1964, como o General Carlos Luís Guedes, que declarou: “Eu, como Dr. Pedro, acho que a liberdade está em risco no Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 12/08/1972, 1ª Caderno), e o General Gerson de Pina. Nessa segunda empreitada, o PDR conseguiu a formação de comissões regionais em 4 estados: São Paulo, Ceará, Goiás e Pernambuco. No entanto, passado um ano dessa segunda tentativa, o deputado Adolfo de Oliveira regressava aos quadros do MDB, dando sinais que o PDR não sairia do papel (JORNAL DO BRASIL, 1ª Caderno).

Ainda na busca pelo registro da agremiação, nas eleições de 1974 o PDR fez boca de urna não para conseguir votos, mas assinaturas para obter o seu registro junto a Justiça Eleitoral. Diante das novas eleições, Pedro Aleixo, em 1974, anunciou a reformulação das comissões estaduais, tendo em vista que a base para o cálculo do número de assinaturas seria esta última eleição. Aleixo mantinha que os compromissos da nova agremiação eram apenas com a democracia e a “Revolução” (CORREIO

BRAZILIENSE, 27/09/1974). Por conseguinte, o partido não se colocava nem como oposição nem como governista, podendo, portanto, apoiar tanto a ARENA quanto o MDB, nas palavras do próprio Pedro Aleixo: “desde que se compatibilizem com o interesse verdadeiro da coletividade, nosso objetivo” (ACERVO ESTADÃO, 05/04/1975). À vista disso, ao longo de sua história o PDR chegou a apoiar candidatos estaduais de ambos os partidos.

Com a morte de Pedro Aleixo em março de 1975, os membros da comissão executiva, General Carlos Guedes³⁴ e o advogado Mozart Camargo, anunciaram que um novo manifesto de constituição da sigla seria publicado ainda naquele ano (JORNAL DO BRASIL, 05/03/1975, 1ª Caderno). Com efeito, o manifesto foi publicado em 1975 mas agora sob a liderança do filho de Pedro Aleixo, Mauricio Aleixo, advogado católico que até então não possuía envolvimento significativo com a política partidária. Também passou a fazer parte do partido como secretário geral da Comissão Nacional do PDR, Vitor Nösseis, que anos depois se tornaria líder do PSC. Bem como se torna mais ativo na tentativa de reconhecimento do PDR, José Aleixo, padre jesuíta e filho de Pedro Aleixo, que passou a compor a Comissão Nacional Provisória. (ACERVO ESTADÃO, 05/04/1975).

Em mais uma tentativa, no ano de 1976, a Comissão de Direção encaminhou à imprensa novo manifesto, estatuto e programa numa nova tentativa de obtenção do número de assinaturas exigido pela justiça eleitoral. Sem sucesso, em 1977 é anunciado que haverá uma nova publicação de manifesto e estatuto. No campo ideológico, a agremiação continuou oscilando entre MDB e a ARENA, chegou a apoiar o MDB, afirmando que os ideias de ambos os partidos coincidem com relação às reformas políticas em geral (JORNAL DO BRASIL, 28/03/1977, 1ª Caderno). Porém, no mesmo ano apoiou a candidatura do Senador Magalhães Pinto (ARENA – MG) à Presidência da República (JORNAL DO BRASIL, 07/11/1977, 1ª Caderno). Ainda em 1977, Mauricio Aleixo começou os trabalhos da Associação Pedro Aleixo de Estudos Políticos, que objetivava a formação de lideranças políticas jovens³⁵.

³⁴ O estado de Minas Gerais foi um dos maiores redutos políticos de conspiração a favor do Golpe de 1964. Entre as figuras políticas que contribuíram para tal feito estavam José de Magalhães Pinto, governador de MG e os generais Carlos Guedes e Olímpio Mourão filho (CPDOC, Verbetes). Guedes se tornou presidente de honra do PDR, e faleceu em 1976.

³⁵ Posteriormente a Instituição é chamada de FIPA – Fundação Instituto Pedro Aleixo e ligada ao PSC.

A deslegitimação do regime militar começou a ser sentida após os resultados do pleito de 1978. Apesar do “pacote de abril” que inaugurara os senadores biônicos³⁶, o MDB confirmou sua penetração popular, e alcançou 4 vezes mais votos que a ARENA (BENEVIDES, 1986). No mais, o debate sobre a necessidade de uma reforma partidária, começou a mobilizar a elite política (NICOLAU, 2012). Dessa maneira, é somente em 1978 que o PDR, ainda sem reconhecimento por parte do TSE, começa a fazer críticas contundentes ao regime político em questão, acusando-o de regime de exceção. Ainda que a sigla apoiasse alguns políticos arenistas, passa a ser descrita como um partido oposicionista e começa a apoiar a Frente Nacional pela Redemocratização (JORNAL DO BRASIL, 04/06/1978, 1ª Caderno).

Entre as medidas de abertura política, em meados de 1979, o Congresso aprovou uma lei que extinguiu os dois partidos existentes e estabeleceu prazo de 180 dias para a organização de novas legendas (NICOLAU, 2012). Por meio da implosão do MDB, que demonstrava sinais de facciosismo, o governo do General Figueiredo, com o intuito de dividir a oposição, decidiu reconstruir um pluripartidarismo moderado (FLEISCHER, 1994). Tal medida permitiu uma reorganização partidária ainda limitada, marcada pelo dilema plebiscitário – pró e contra – o regime autoritário (BRAGA, 2006). Nesse mesmo ano, o PDR conseguiu instituir diretórios em quase todos os estados, além de mais de um milhão de adesões. Porém, o TSE negou o registro dos estatutos do PDR, por este não conseguir os 5% do eleitorado que havia votado na última eleição (JORNAL DO COMÉRCIO, 07/04/1979). Por conseguinte, no mesmo ano o TSE arquivou o pedido de registro do PDR por este não se encaixar nas normas vigentes.

No início dos anos 80 os dirigentes do PDR anunciaram que seria lançado um novo manifesto. Já com mudanças pragmáticas, para os seus fundadores o “PDR nasce das bases populares, com os estudantes, com os operários e com os profissionais liberais e os participantes do clero, inclusive que o formam” (JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA 30/01/1980). E que este, por sua vez, passa a contar com uma linha de socialismo cristão, expondo a ligação do PDR com o cristianismo.

“outro caminho não ficou ao PDR que o socialismo cristão, para que o sistema democrático que desejamos como forma de governo, encontre as soluções de ordem econômico-social que

³⁶ No ano de 1977, foi instituído eleições indiretas para o senado. “Nos anos em que fossem eleitos dois senadores, um deles, conhecido como “senador biônico” seria escolhido pelo mesmo colégio eleitoral que tenha elegido os governadores (NICOLAU, 2012 p. 109).

possam gerar a justa distribuição de renda, a adequada política agrária a produção e a honesta distribuição da riqueza, a plena educação do povo, a irrestrita condição de liberdade, o grau máximo de tecnologia do país e a sua independência econômica (MANIFESTO PDR, p.02, 1980).

A sigla passa a propagar a defesa do cristianismo, não uma vertente cristã específica. De acordo com o programa partidário, no item 30 é condenada “todas as formas de discriminação notadamente a racial e religiosa [...]” (PROGRAMA POLÍTICO DO PDR, p.08,1980). Além disso, embora com ideias democráticas, tais como “garantir a participação ativa dos cidadãos no processo de escolha dos seus governantes [...]” (MANIFESTO PDR, p. 06, 1980), o manifesto do PDR afirma que a sigla não se fundou para ser oposição ao governo vigente, mas que deseja o poder e somente fará oposição aqueles que forem contrários aos ideais manifestados pela agremiação (MANIFESTO PDR³⁷, p. 04 e 05, 1980). Ainda assim, defendia a ampliação do serviço militar e a defesa dos direitos civis e militares, respeitando a especificidade de cada um. Também está presente a defesa da moralidade privada e pública, como base indispensável à preservação da família³⁸.

Com relação à política externa, é defendido o fortalecimento das nações unidas como instrumento de cooperação entre os povos, há, também, passagens exaltando o nacionalismo e a necessidade de defesa dos nossos bens naturais de acordo com os interesses nacionais. Bem como o combate ao “neocolonialismo e imperialismo”. Fica evidente que há uma mudança na agremiação, principalmente pela aproximação com o cristianismo. O PDR que durante anos Aleixo lutou para ser reconhecido pelo TSE não mantinha nenhum vínculo ou mesmo fazia referências a democracia cristã. Tal feito pode ser atribuído a maior participação de José Carlos Aleixo, também filho de Pedro de Aleixo e padre jesuíta da Igreja Católica.

Em 1981 foi anunciado que todo grupo que tentou criar o PDR iria ingressar no Partido Demócrata Cristão, que também estava em processo de formação, encabeçado pela ex parlamentar da ARENA, Sandra Cavalcanti³⁹ (JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA, 28/01/1981). A fusão entre os dois partidos

³⁷ Na ocasião foi apresentada uma nova lista com os membros da executiva nacional: Augusto Gonçalves Couto, João Nelson de Senna, Mauricio Brandi Aleixo, Vítor Nólseis, Geraldo Aroeiro de Souza Neves, José Carlos Brandi Aleixo, Salim Antônio Issa e Sylvio Barbosa.

³⁸ Manifesto PDR, p. 08, 1980.

³⁹ A tentativa de recriação do PDC não logrou sucesso, pois parte dos seus idealizadores migraram para o PP, e a própria Sandra Cavalcanti acabaria por se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (FGV –

[...] foi justificada como uma união em torno do ideal democrático cristão. Os adeptos do PDR, segundo Vitor Nösseis, sempre desejaram criar um partido Democrata Cristão, mas com a antiga legislação não permitia a volta das antigas siglas extintas pelo AI-2 eles partiram para a organização do Partido Democrático Republicano, que em essência é democrático cristão. “Foi uma união de grupos de pensam da mesma maneira”, disse”. (JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA, 29/01/1981).

Ressaltamos que apesar das declarações de Vitor Nösseis, não encontramos relação entre os documentos do PDR lançados por Pedro Aleixo e a democracia cristã. Por sua vez, o posicionamento ideológico do PDC foi descrito por Sandra Cavalcanti “como um partido de oposição sem uma postura ideológica de esquerda que aceita em princípio participar da frente das oposições (JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA, 29/01/1981)

Menos de um mês após essa decisão, Sandra Cavalcanti anunciou sua saída do Partido Democrata Cristão - PDC junto com um grupo de políticos - entre eles os antigos organizadores do PDR - e comunicou a fundação do PDR. A comissão provisória eleita do novo PDR contava com Sandra na presidência, Mauricio Aleixo como 1ª vice-presidente, Vitor Nösseis 1ª secretário, entre outros (JORNAL DO BRASIL 17/02/1981). Em 1981 foi solicitado junto ao TSE o registro provisório da agremiação. De acordo com a nova presidente do PDR o partido possuía “uma filosofia nitidamente de centro liberal” (TRIBUNA DA IMPRENSA 12-13/08/1981). Finalmente, em 14 de setembro de 1981, o PDR conseguiu o registro provisório junto ao TSE⁴⁰.

Por não poder participar desse pleito de 1982⁴¹, o PDR, em acordo com o PTB⁴², apresentou uma lista de partidários que concorreriam as eleições sob esta segunda legenda, entre estes, a própria presidenta do PDR, Sandra Cavalcanti. Contudo, o PDR apoiou políticos de outras agremiações, como José Aparecido de Oliveira, candidato a deputado federal pelo PMDB – MG⁴³ (TRIBUNA DA IMPRENSA 14/10/1982).

CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-pdc-1985-1993>).

⁴⁰ Resolução TSE nº 11.105/1981, dados TSE: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>

⁴¹ A época, não era permitido a partidos políticos com registro provisório disputarem eleições.

⁴² Vitor Nösseis chegou a ser candidato a deputado federal pelo PTB.

No primeiro pleito pós abertura política, cinco partidos políticos obtiveram o registro definitivo para concorrer às eleições (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido Democrático Social – PSD, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Partido Democrático Trabalhista – PDT e o Partido dos Trabalhadores – PT) (NICOLAU, 2012 p. 110). Sem sucesso na obtenção do registro definitivo do PDR e, após 8 anos tentando dar continuidade aos trabalhos do pai com a sigla, em setembro de 1983, Mauricio Aleixo começou os trabalhos de formação de uma nova agremiação, o PSC. Em nota, o político mineiro alegou que o PSC se propõe “a valorizar a pessoa humana, sobre quaisquer outros valores, sociais, políticos ou econômicos e pretende combater todas as formas de corrupção, por todos os meios ao seu alcance” (JORNAL DO BRASIL, 26/09/1983, 1ª caderno). Na mesma ocasião, foi argumentado que o caminho da agremiação não era a religião, mas a solidariedade, por isso a defesa do social cristianismo (IDEM, 1983).

2.2 PSC: Do nascimento à Social Democracia Cristã

Em 1985, por meio da promulgação da Emenda Constitucional nº 5, ampliou-se o multipartidarismo no Brasil, com o favorecimento do processo de organização de novos partidos (BRAGA, 2006). Foi nesse mesmo ano que o PSC conseguiu a habilitação para concorrer às eleições (Res. TSE nº 12.184/1985). O registro permanente da agremiação foi deferido 5 anos depois, em 1991. De acordo com Vitor Nólseis,

“o PDR já havia esgotado a sua proposta ideológica, programática e política até, o PSC era uma outra proposta, principalmente colocar o ser humano acima de quaisquer valores por mais importantes que eles sejam: sociais, políticos ou econômicos; sem realçar religiões, nada disso, foi um esforço para ver se a gente conseguia fazer uma coisa, vamos chamar de ecumênica, então foi colocado na sua comissão executiva nacional evangélicos, católicos, espíritas até umbandistas. Porque o verdadeiro cristianismo não segrega, não exclui nem discrimina, aceita a todos. Tenho a impressão que a intenção de cristo foi esta [...]”⁴⁴

A declaração do político mineiro está em consonância com os princípios fundamentais dos partidos democratas cristãos que surgiram na América Latina no final

⁴⁴ Entrevista concedida a Priscilla Leine Cassotta, no dia 04/09/2018, Belo Horizonte.

dos anos 30. Tais valores dizem respeito a uma condição de organização justa e solidária, na qual a pessoa humana é a forma mais importante da vida (VERDEJO, 2003).

Porém, como foi discutido na seção anterior, o PDR de Pedro Aleixo não demonstrava qualquer tipo de ligação com a democracia cristã, ou mesmo fazia qualquer referência a esta. Mesmo após a morte do político mineiro, somente a partir da década de 1980 é que a agremiação começa a fazer referências de aproximação com a democracia cristã. Com o intuito de entender essa aproximação com o movimento político conhecido como democrata cristão, não podemos desprezar a participação do filho de Pedro Aleixo, o Padre José Carlos Brandi Aleixo⁴⁵, que passou a se envolver mais ativamente na construção do PDR após a morte do seu pai, no ano de 1975.

José Aleixo, como padre jesuíta, foi fortemente influenciado pelas obras do filósofo francês Jacques Maritain, conhecido por sua orientação religiosa tomista e por ser um dos principais intelectuais que inspirou o conceito de Democracia Cristã, ao escrever sobre uma possível simbiose entre o cristianismo e a democracia (GOLÇALVES, 2007). No ano de 1968, Padre Aleixo defendeu a tese de doutorado intitulada “*The Catholic Church and elections: a study of the catholic thought on the moral obligation of voting*”, pela *Georgetown University*.

No início da década de 1970, Padre Aleixo esteve em contato com figuras da Democracia Cristã, como o político chileno Eduardo Frei, primeiro presidente eleito na América Latina membro de um partido DC. Mas o seu contato foi mais profícuo com Rafael Caldera, fundador e líder do Partido Social Cristão (COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) e, à época, presidente da Venezuela. José Carlos Aleixo dedicou o seu livro intitulado *Integração Latino-americana* (1970), à Caldera, obra que conta com carta introdutória e prefácio do político venezuelano⁴⁶. O contato entre ambos foi intermediado por Franco Montoro, que não por acaso foi o último presidente do PDC brasileiro, antes do período bipartidário. Montoro, junto de figuras como Alceu Amoroso Lima⁴⁷ participou do Movimento de Montevideu de 1949, que

⁴⁵ Professor Doutor José Carlos Brandi Aleixo, é cientista político, padre e foi professor de Ciência Política um dos fundadores do curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. José Carlos Aleixo foi contratado em 1969 para implementar um novo curso de graduação em Ciências Sociais na UNB

⁴⁶ Caldera chegou a vir ao Brasil ministrar aulas no curso de ciências sociais ministrado por José Aleixo na Universidade de Brasília

⁴⁷ O literato e político Alceu Amoroso Lima (de pseudônimo Tristão de Ataíde) foi um dos colaboradores da organização do PDC no Brasil, e, por conseguinte, foi autor do seu manifesto de lançamento. Com uma trajetória religiosa e política inicialmente mais conservadora, após contato com a obra de Jacques Maritain, na década de 40, voltou-se a concepções mais liberais e, em 1964, manifestou-se contrário o regime militar (ACERVO CPDOC/ FGV).

objetivava organizar a democracia cristã na América Latina e que contou com a presença de políticos como Rafael Caldera e Eduardo Frei (ACERVO CPDOC/FGV).

Deste modo, embora o PSC tenha se organizado sem a presença direta de alguma igreja cristã, como por exemplo a Católica, sua composição sofreu forte influência do fenômeno democrata cristão. A proposta inicial da agremiação era fazer parte de um movimento maior, ainda que fosse um caso tardio.

A Democracia Cristã foi um movimento político originário da Europa Ocidental durante o século XIX que, após 2ª Guerra Mundial, atraiu tanto liberais quanto conservadores, com sua crença fundada na visão cristã que todo indivíduo deve ser tratado com dignidade (GRABOW, 2011). Os partidos democratas cristãos, como características, possuíam uma identidade confusa, não tão simples de se encaixar em categorias de análises, pois são seculares e não religiosos, não são intolerantes e, no geral, não dependiam/dependem financeiramente de qualquer igreja (KALYVAS, 1996). O projeto político e social desenhado pela democracia cristã estava assentada em um conjunto de ações: respeito e valorização da democracia, por ser o melhor sistema político para o desenvolvimento dos indivíduos; a defesa dos direitos humanos no sentido de pensar uma nação como uma sociedade enriquecida pela diversidade étnica e regional; e a defesa de uma integração nacional na América Latina (VERDEJO, 2003 p. 271).

Na América Latina, a democracia cristã foi uma importante força política para muitos países: Chile, Costa Rica, El Salvador, Venezuela, México e Guatemala (MAINWARING, 2003). Porém, não experienciamos no Brasil uma agremiação democrata cristã forte e competitiva. Em 1945, no limiar da ditadura de Vargas, foi legalmente criado o PDC, mas de pouca expressão política. Ainda assim, o fenômeno foi de grande importância no contexto latino e, em muitos países, os partidos democratas cristãos desempenharam importante papel na luta contra governos autoritários e conseguiram eleger presidentes (MAINWARING, 2003).

Longe de ser caracterizado como um movimento único, os partidos democratas cristãos latinos apresentaram grande diversidade política, correspondendo desde a esquerda favorável ao socialismo revolucionário, à direita do espectro político (MAINWARING; SCULLY, 2003). Parte dessa diversidade reside nas diferenças de gerações em que esses partidos foram fundados

Quadro 2 – Partidos Democratas Cristão na América Latina

1ª Geração		
<i>Partido</i>	<i>País</i>	<i>Ano de Fundação</i>
FN*	Chile	1938
PAN**	México	1939
PDC	Brasil	1945
COPEI***	Venezuela	1946
2ª Geração		
<i>Partido</i>	<i>País</i>	<i>Ano de Fundação</i>
PDC	Argentina	1955
PDC	Peru	1956
PDC	Chile	1957
PDC	El Salvador	1960
PDC	Uruguai	1962
PDC	Equador	1964

* FN – Falange Nacional, **PAN – Partido da Ação Nacional, *** COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

Fonte: Mainwaring e Scully, 2003. Elaboração própria.

As duas gerações foram influenciadas por tendências católicas. Porém, a 1ª onda foi influenciada por uma igreja politicamente mais conservadora e clerical, preocupada com o comunismo e marxismo, além de emergirem durante governos de centro-esquerda; a 2ª ocorre num momento de mudança da igreja católica para uma fase mais progressista e preocupada com questões sociais, fortemente influenciada pela Guerra Fria e, por conta disso, oferecendo uma posição centrista contra o comunismo e a desigualdade social (MAINWARING; SCULLY, 2003 p. 36). Fleet (2014) argumenta que, neste segundo momento, os PDCs estavam mais inclinados a defesa do direito do setor privado, somado a estabilidade e harmonia dentro de uma estrutura econômica.

No ano de 1977, Vitor Nósseis, por indicação do Padre José Carlos Aleixo⁴⁸, viajou para Caracas⁴⁹ para a realização de um curso sobre a Democracia Cristã organizado pelo Instituto de Formação Democrata Cristão. Em carta endereçada à José Aleixo, Nósseis agradece a indicação do Padre e acrescenta que “sei que vou aprender muitas

⁴⁸ De acordo com Padre José Aleixo, ele foi consultado pelo instituto inúmeras vezes para indicar nomes para participar dos cursos de formação oferecidos pela instituição.

⁴⁹ Em visita a Fundação Pedro Aleixo, Vitor Nósseis, mostrou algumas fotos em que participou do que parecia ser uma convenção da Democracia Cristã em Caracas. Inclusive, foi desta viagem que surgiu o logo do PSC.

coisas boas e que poderemos aproveitá-las⁵⁰”. De acordo com o político mineiro, alguns dos grupos políticos que participaram eram sociais cristãos e outros democratas cristãos, mas ambos estavam lá pelo mesmo propósito.

Apesar de mais aparente do que real, há uma distinção histórica e ideológica que separa a Democracia Cristã – DC da Social Democracia Cristã. A DC associou-se à economia social de mercado, e a social democracia ao estado de bem-estar social (WALKER; JOUANNET, 2006). Porém, ambas as correntes reivindicaram oferecer uma posição intermediária – tanto na Europa quanto na América Latina - entre o liberalismo individualista e o socialismo coletivista (SIGMUND, 2003). Enquanto terceira via⁵¹, essa posição teve grande incidência sobre a formação do PSC, ponto que fica claro quando analisamos o Manifesto de Lançamento do partido de 1984, que será discutido no último capítulo.

Nota-se algumas dualidades no manifesto da sigla, provavelmente resultado da influência do momento histórico vivido à época. Entre essas dualidades, embora sempre tenha havido uma tendência anticomunista no PSC (desde a sua formação), é possível identificar alguns elementos citados no manifesto de lançamento em consonância com ideias comunistas. Contudo, Nósseis chegou a afirmar que no PSC perduram como preceitos “os ensinamentos de Pedro Aleixo e, além de anticomunistas, seus adeptos se declaram abertos aos cristãos de todas as denominações e aos não cristãos de todos os credos” (JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA, 1985). Além dessa declaração, em junho de 1985 o PSC entrou junto ao TSE com pedido de impugnação do registro do Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Apesar da fundação do PSC ter sido anunciada somente em 1983, essa intensa relação com as instituições democratas cristãs de outros países é um indicativo de que a sua criação enquanto uma nova agremiação já estava em curso. No ano de 1979, em carta endereçada ao Padre José Carlos Aleixo um ex-aluno seu, que participou de um dos seus cursos ministrados em São Paulo no ano de 1977, o questiona:

“Recordo-me que na época estava o senhor empenhado na criação de um novo partido [...]. Visto que não mais tive o prazer de entrar em contato com V. S^a, peço-lhe informações a respeito de sua iniciativa quanto a criação do partido ao qual me reporte” (Carta

⁵⁰ Carta endereçada ao Padre José Carlos Aleixo em 18/10/1977 por Vítor Nósseis.

⁵¹ No final da Segunda Guerra Mundial, a proposta Democrata Cristã surgiu como um movimento político que se proclamava como distinto do que se apresentava no cenário político-partidário mundial, uma terceira via, que seria uma alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária (COELHO, 2003).

de ex-aluno, Eduardo A. Bastos ao Padre José Aleixo, Recife, 04/03/1979).

Perguntado sobre qual partido seu ex-aluno se referia, tendo em vista que na carta não há referência a nomes, Padre José Aleixo afirmou que já era sobre o PSC. A ideia, conforme declaração do religioso dada em entrevista⁵², era a criação de um partido político que fizesse parte de uma família maior, no caso a Democracia Cristã.

O Pr. José Aleixo também destacou o papel da fundação Konrad Adenauer⁵³, que oferecia cursos de formação sobre a Democracia Cristã, além de fornecer verba para eventos sobre a mesma. Vitor Nösseis também declarou que esteve em contato, por cartas, com um político alemão da democracia cristã conhecido como “Hans Saider”, da Baviera⁵⁴.

O PSC solicitou o registro definitivo da agremiação no ano de 1989 -- tardiamente, quando comparado com outros partidos cristãos da América Latina. Porém, o pedido foi indeferido por não atender as exigências do comparecimento na Convenção Nacional de representantes dos diretórios regionais de, ao menos, 9 estados da federação. Na ocasião, compareceram apenas 23 convencionais⁵⁵, apesar dos seus líderes terem entregado ao TSE certidões expedidas pelas Secretarias dos Tribunais Regionais de 6 estados. Isso demonstra que apesar das declarações de Nösseis de que dispunha de parte do apoio do eleitorado adepto ao PDR, na prática, a sigla enfrentou dificuldades para conseguir a obtenção do registro permanente, o que coloca em dúvida o PSC como um remanescente do PDR.

As atas das Convenções Nacionais de 1992 e 1993 já indicavam baixa adesão de filiados, contando respectivamente com 41 e 39 membros presentes. Em maio de 1994 foi realizada a Convenção Nacional para indicação dos candidatos à presidente e à vice do partido. Na ocasião, por chapa única, foram indicados respectivamente os nomes do Almirante Hernani Fortuna e Vitor Nösseis. Curioso apontar que o nome foi aprovado por 13 convencionais favoráveis, nenhum contrário e ou voto nulo. O que indica que apenas 13 pessoas participaram, número atípico para uma convenção nacional.

Essa baixa adesão dos membros é observada nos anos seguintes. Na Convenção Nacional de 1998, ao invés do número de participantes aumentar – o que demonstraria

⁵² Entrevista realizada nos dias 05 e 06/12/2018.

⁵³ Presente no Brasil desde 1969, é uma fundação de origem alemã de cunho política e sem fins lucrativos que atua de acordo com os valores da União Democrata Cristã – CDU.

⁵⁴ Não encontramos informações sobre quem seria este político alemão.

⁵⁵ Documento “Registro do Partido nº174 – CLS. 7ª Distrito Federal”.

maior capilaridade da agremiação –, foram aprovados os nomes dos políticos Sérgio Bueno – PSC/SP e Ronald Abrahão Ázaro – PSC/RJ, ambos membros da Comissão Executiva Nacional, para concorrer às eleições nacionais como candidatos à presidente e vice da República, respectivamente. A lista de presença dos convencionais somente foi assinada por 10 pessoas, incluindo o próprio Nösseis.

Não por acaso, a chapa proposta para concorrer às eleições presidenciais foi aprovada sem nenhum voto contrário, constando de sua apuração vitória por 10 votos⁵⁶. Também foi aprovado que, em caso de morte ou renúncia dos candidatos à presidente e vice, caberia a comissão executiva do Diretório Nacional do PSC indicar os seus substitutos sem necessidade de uma nova convenção. A Convenção Nacional de 2002 seguiu o mesmo ritmo, com baixa participação, e com aprovação das questões discutidas de forma unânime. Nota-se que em todas as atas das convenções quase não há manifestação de outros grupos ou líderes.

2.2.1 PSC e os Evangélicos

O ponto chave da mudança na agremiação ocorre no ano de 2003. Esse ano representa a entrada de um novo grupo no partido, uma nova facção. De acordo com Nösseis, após as tentativas de se chegar ao executivo federal com candidatos próprios – referente as eleições de 1994 e 1998 - o partido ficou “extenuado financeiramente”, até que o político carioca Ronald Ázaro, filiado do PSC e presidente da Comissão Diretora Regional do Rio de Janeiro em 1999, “apareceu” com um grupo de evangélicos liderados pelo Pastor Everaldo. À época, Nösseis já estava há anos como presidente da sigla e, nas palavras do político, “já tinha praticamente dado a minha contribuição, então concordei em colocá-los [no partido] e fizemos uma partilha”⁵⁷. Tal partilha foi uma divisão de poder decisório. Segundo Nösseis, ele ficaria com metade dos “diretorianos e membros da comissão executiva nacional, Everaldo ficaria com a outra metade e Ronaldo seria o voto de minerva, para desempatar”. Essa divisão, complementa Nösseis, teria funcionado por algum tempo.

“Depois ardilosamente eles foram manipulando. Como eu já estava saturado disso tudo eu concordei, eles nomearam uma nova comissão executiva nacional, deixaram uma meia dúzia de

⁵⁶ Documento “Ata da Convenção Nacional do PSC de 15/06/1998”.

⁵⁷ Entrevista concedida 04/09/2018.

membros. Deixaram eu, o Mauricio Aleixo, o Padre José Carlos Aleixo, o Sérgio Bueno e o Ronaldo, de se não me falha a memória 15. Então eles ficaram com 10 e nós com 5”. (ENTREVISTA CONCEDIDA 04/09/2018)

A relação entre o Pastor Everaldo e o PSC, apesar de intermediada por Ronald Ázaro – PSC/RJ, também está relacionada com o político carioca Anthony Garotinho. Nas eleições presidenciais de 2002, o PSC fez parte da coligação que apoiou a candidatura do ex-governador do RJ. Everaldo foi subsecretário estadual do Gabinete Civil de Garotinho entre os anos de 1998 e 2002, e coordenou o programa conhecido como Cheque Cidadão, apontado posteriormente por inúmeras irregularidades.

Além de Everaldo, também fizeram parte do governo de Garotinho os políticos Antônio Oliboni, que foi secretário estadual de Justiça, e Rogério Vargas, ex-secretário de Administração. Ambos se transferiram posteriormente para o PSC. Garotinho teria incentivado Everaldo e alguns dos seus correligionários a se filiar ao PSC. Em entrevista ao jornal O Globo, Ronaldo Ázaro, presidente do diretório estadual do RJ, chegou a afirmar que “certamente não haveria espaço para todos os aliados de Garotinho no PMDB. Nós iniciamos essa ação conjunta há mais de dois anos. Temos no partido vereadores, ex-prefeitos e pessoas que estavam dentro da máquina do governo” (JORNAL O GLOBO, 01/10/2005). Embora Garotinho tenha anunciado em 2006 que se filiaria ao PSC, o político carioca nunca chegou a concretizar sua filiação⁵⁸.

Pouco antes da efetivação da filiação de Everaldo, em maio de 2003, por meio de reunião extraordinária da Comissão Executiva Nacional, foi decidido que ela passaria a ser composta por 15 membros efetivos, e o Diretório Nacional por 72 membros. No dia 10 de julho de 2003, em nova reunião extraordinária da Comissão Executiva, foi aprovado por unanimidade para abreviar o mandato da Comissão em exercício, “por necessidade de reestruturação imediata dos órgãos dirigentes nacionais do partido” (ATA Reunião Extraordinária 10/07/2003).

No dia 20/07/2003, das 13h às 15h, com *banners* pela sala onde ocorreu a reunião com os dizeres “Novos militantes, novas lideranças, para o crescimento da nação Social Cristã”, foi realizada uma Convenção Nacional Extraordinária para informar sobre as mudanças no número de membros do Diretório Nacional e Comissão Executiva, bem como sobre a votação de nova chapa para composição da Executiva Nacional. Também

⁵⁸ Garotinho continuou no PMDB até o ano de 2009, e logo após mudou para o Partido da República – PR.

nessa reunião foi informado que apenas uma chapa intitulada “Futuro Agora”, subscrita por 27 convencionais, havia se inscrito para participar. Por conseguinte, foi realizada a votação dos novos membros do Diretório Nacional. Entre os eleitos, constam os nomes do pastor Everaldo, seu irmão e pastor Edvaldo Dias Pereira e, como suplentes, seus filhos Filipe de Almeida Pereira e Laercio de Almeida Pereira.

No mesmo dia às 16h, o Diretório Nacional se reuniu para eleger os novos membros da Comissão Executiva Nacional, consagrando o Pastor Everaldo como 1ª vice-presidente, fato um tanto atípico para quem acabou de se filiar. Questionado sobre este ponto, de acordo com Everaldo:

Quando me chamaram, o partido naquela época estava para ser votado a cláusula de barreira [...], então como eles não tinha condições de continuar, me chamaram para fazer parte do partido e dar uma alavancada no partido [...]. E aí pegou e já me botou na Executiva [...] e levei algumas pessoas comigo. (ENTREVISTA CONCEDIDA 19/09/2018, RJ)

A cláusula de barreira referida pelo pastor era uma entrave aos partidos nanicos. Criada em 1995, mas prevista para começar a valer em 2007, as legendas que não obtivessem 5% dos votos válidos no país e 2% em 9 estados, ficariam impedidas de participar das comissões parlamentares e CPIs, além de terem o tempo de TV limitado e a redução drástica do acesso ao fundo partidário. Por conta dessa possibilidade, em 2006, o PSC colocou em pauta a possibilidade de mudança estatutária do art. 45, sobre a fusão com outras agremiações; e também sobre a possível fusão do PSC com o Partido Verde (PV), Partido Liberal (PL), Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) e outros partidos⁵⁹. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade, autorizando o partido a fundir-se com mais de uma sigla mediante deliberação da Comissão Executiva Nacional.

A cláusula de barreira foi derrubada em dezembro de 2006, com base no julgamento de duas ações de inconstitucionalidade contestando a mesma, ajuizadas pelo PCdoB e PSC⁶⁰, mas causou grande *frisson* entre os partidos políticos. Isso porque desde 2003 estava em discussão uma possível reforma política.

⁵⁹ Ata da Convenção Nacional de 26 de outubro de 2006.

⁶⁰ Folha de São Paulo 07/12/2006 – STF Derruba Cláusula de Barreira. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84242.shtml>

Ainda que a relação entre as lideranças – Vítor Nólseis e Everaldo – tenha se desenrolado de forma aparentemente pacífica, em fevereiro de 2015 foi realizada reunião extraordinária pela Comissão Executiva do Diretório Nacional com a finalidade de deliberar sobre dois pontos: 1) Prorrogação dos mandatos dos membros do diretório nacional e comissão executiva, pelo período de 4 anos e; 2) Indicação de nomes para compor a comissão executiva por motivo de vacância. As duas propostas e seus respectivos nomes foram aprovados por unanimidade, garantindo a Vítor Nólseis o cargo de presidente do partido até 2019.

Na ata consta a assinatura do Pastor Everaldo. Porém, em 17 de julho de 2015, foi realizada uma Convenção Nacional extraordinária que elegeu o Pastor Everaldo e Marcondes Gadelha⁶¹ como presidente e vice-presidente, respectivamente. Alguns documentos, datados do mesmo ano, antecipavam esse desgaste. Como exemplo, podemos citar o ofício protocolado no TSE no dia 02 de junho, informando que os documentos outorgados por meio de procuração deveriam constar a assinatura do seu presidente nacional com firma reconhecida em cartório.

Outro ponto de disputa entre Nólseis e Everaldo é a FIPA – Fundação Instituto Pedro Aleixo. Criada como instituição de assessoramento e estudos do PSC, a instituição também promove cursos de formação política e de divulgação da doutrina social cristã. Vinculada à sigla até 2017 e financiada com fundo partidário, após as brigas entre as lideranças do PSC, a instituição ficou sob o comando de Nólseis. Em junho de 2018, o PSC entregou ao Ministério Público-MG e à Polícia Federal uma gravação em que o Nólseis afirma ter usado recursos da instituição para pagar prostitutas.

Nólseis, em entrevista, diz que parte da briga com Everaldo e seu grupo de apoiadores foi desencadeada porque eles “queriam utilizar o fundo partidário e as doações das empresas [...] com os candidatos deles, das igrejas evangélicas e da confiança do pastor Everaldo”. Por sua vez, questionamos o Pastor Everaldo sobre as possíveis causas dos impasses entre ambos, de acordo com o religioso:

⁶¹ Marcondes Gadelha é um político natural da Paraíba. Foi deputado federal pelo MDB de 1971 a 1983; de 1983 – 1993 foi senador pelo PDS; de 1997 a 2007 foi deputado federal pelo Partido da Frente Liberal - PFL e de 2007 – 2001 pelo PSB. Filiado ao PSC no ano de 2009, foi presidente regional do PSC da Paraíba. Chegou a concorrer ao cargo de vice-presidente da República, em 1989, na chapa com o apresentador de TV Silvio Santos, pelo Partido Municipalista Brasileiro - PMB. Porém, a TSE impugnou a chapa pelo fato de Silvio Santos ser concessionário de uma rede de televisão e de consideraram inexistente o PMB.

“Ele [Vítor Nólseis] em determinado momento em 2015 aloprou do juízo e aí o pessoal resolveu que ele não podia ficar mais presidente. Começou a fazer arbitrariedades no partido de trocar as pessoas, trocar os dirigentes...assim da cabeça. Aí o diretório se reuniu, ele participou na reunião do diretório, perdeu no voto, aí pediu pra ser presidente de honra, todo mundo concordou e no outro dia entrou na justiça dizendo que não reconhecia a Convenção, e ele tava lá, assinou a ata [...] E ainda nesta Convenção por unanimidade resolveu que ele não deveria nem ficar mais no partido [...] E no outro dia ele entrou na justiça”. (ENTREVISTA CONCEDIDA, 19/09/2018, RJ)

Em resposta às investidas jurídicas de Nólseis, Antônio Oliboni, então secretário geral do PSC, em petição protocolada alegou que:

“O presidente nacional da sigla, Dr. Vítor Nólseis, que está no poder por mais de 30 anos sentiu-se contrariado e passou a utilizar de meios arbitrários e absolutistas contra vários dirigentes e convencionais do PSC, na tentativa de impedir a realização da convenção regulamente convocada” (TSE, 14.359/2015).

Ainda que Nólseis deixe claro que há relação entre Everaldo, o PSC e os evangélicos, para o político evangélico

“[...] Não tem essa coisa, essa conotação de evangélico não, mas naturalmente que o nosso discurso atrai o cristão e o cristão efetivamente mais atuante é o evangélico. A igreja católica é maioria, [...], mas o praticante é em torno de 8%. E hoje a igreja Renovação Carismática tem uma atuação muito maior, a Igreja Católica. O Evangélico sendo evangélico ele é praticante, não existe evangélico não praticante, tá certo? O percentual de evangélico não praticante tende a zero. Não é porque é evangélico, não” [...] Só porque eu sou da Assembleia de Deus. Isso é uma coisa totalmente equivocada, totalmente equivocada [...] tem ficha limpa quer ser candidato vem, não tem nenhum problema. E como tem essa afinidade ideológica conservadora, e o evangélico de um modo geral é empreendedor, o evangélico tem mentalidade de empreendedor. Tem que trabalhar, suar a camisa, quem não trabalha não come. Conhece a Parábola dos talentos, não conhece? Jesus deu *pra* um 5, pra outro deu 2, pra outro deu 1. O que tinha 5 multiplicou pra mais 5, 10; o outro tinha 2 multiplicou pra 4, o que tinha 1 enterrou. Aí Jesus na palavra diz, você que pegou 5 e multiplicou pra mais 5 vou te botar agora sobre grande empresa, o que tinha 2 também multiplicou, grande empresa; e você miserável que dei 1 e enterrou, tira do seu e dá pra quem produziu e vou te mandar embora. Então é assim, não

tem pacto com preguiçoso, tem que trabalhar. [...] Há confluência natural de evangélicos como de outros segmentos religiosos. Mas não porque é evangélico, mas porque a doutrina se encaixa com nossos princípios. E aí porque que cresceu, primeira coisa, não tenha dúvida que “Deus Abençoe”, se Deus não abençoar você não faz nada, se não tiver a mão de Deus pra te ajudar a dar inteligência, a dar estratégia, mas tem que trabalhar [...]. (ENTREVISTA CONCEDIDA em 19/09/2018, RJ)

Apesar das negativas do Pastor Everaldo sobre uma possível relação entre PSC e os evangélicos, há uma associação feita por parte da mídia e de muitos estudiosos entre a agremiação e a Igreja Assembleia de Deus - AD. Contudo, diferente da Igreja Universal do Reino de Deus, a AD não é uma instituição centralizada. Pelo contrário, a AD é composta por Ministérios autônomos, tais como Assembleia de Deus Ministério da Madureira, Assembleia de Deus Ministério do Belém, Igreja Catedral do Avivamento (Liderada por Marco Feliciano), Assembleia de Deus Ministério de Santos etc.

A Assembleia de Deus foi uma das primeiras igrejas evangélicas a chegar no Brasil, em 1911, em Belém. De acordo com o IBGE (2010), é a maior denominação evangélica do Brasil, contando com 12.314.410 fiéis por todo território nacional. Embora exista a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB, fundada em 1930 em uma tentativa de alinhar as características das igrejas, estas possuem forte autonomia. A convenção é organizada por meio do registro e participação dos pastores de “todas” as Assembleias.

No início do séc. XIX, a CGADB criou um Conselho Político com o objetivo de “desenvolver a consciência política das Assembleias de Deus no Brasil e gerenciar o lançamento de candidatos oficiais da denominação nos pleitos eleitorais em todo Brasil”⁶². Porém, no ano de 1989 a Assembleia de Deus Ministério da Madureira, denominação da qual o Pastor Everaldo faz parte, foi desligada da CGADB por manterem a Convenção Nacional de Ministros da Assembleia de Deus Ministério da Madureira – CONAMAD, abrindo assim espaço para mais uma dissidência no seio das ADs.

Diferente da IURD que mantém uma hierarquia piramidal composta por bispos, comissões e pastores regionais, que reverbera numa divisão de trabalho religioso centralizado (CERQUEIRA, 2018), as ADs, embora possuam uma certa organização, são muito descentralizadas e apresentam muitas dissidências, o que dificulta a análise de sua relação com um único partido político. Logo, nos próximos capítulos iremos explorar a

⁶² Histórico das ADs <http://www.cgadb.org.br/2018a/index.php/inst/historia-da-cgadb.html>

relação entre o PSC e os evangélicos de modo geral, ainda que a Assembleia de Deus seja, em nossa análise, um *locus* privilegiado.

Considerações parciais

Neste capítulo reconstituímos a história do PSC desde sua origem, reivindicada nos documentos da sigla como herdeiro do PDR. Demonstramos que essa reivindicação do partido enquanto herdeiro do PDR é questionável. O partido de Pedro Aleixo, durante o período em que esteve sob as suas tentativas para obter o registro da sigla no TSE, não possuía ligação com o movimento democrata cristão – à época, bem difundido não somente na Europa, mas também na América Latina. Os documentos do partido e as entrevistas realizadas indicam que a fundação de um partido democrata cristão – o PSC – nasceu da influência do Padre José Carlos Aleixo, que mantinha contato com importantes lideranças da Democracia Cristã na América Latina, em especial, com Rafael Caldera.

Uma vez obtido o reconhecimento do TSE, o PSC passa a enfrentar baixo desempenho eleitoral, o que colocou em risco a própria sobrevivência da agremiação. A situação do PSC se tornou mais complexa com a possibilidade de nova cláusula de barreira. É nesse cenário que o Pastor Everaldo e um grupo de políticos se filiam ao partido, por meio de um acordo entre lideranças, assegurando à essa nova facção posições de destaque na Comissão Executiva Nacional, como uma investida para alavancar o partido. A relação entre o PSC e o grupo de políticos liderados por Everaldo foi possível, entre outros fatores, por conta da atuação do partido no RJ e o apoio que este dispendeu nas eleições presidenciais de 2002 para o candidato a presidente da República, Anthony Garotinho. É importante notar que, antes da entrada do Pastor Everaldo e seus correligionários políticos, o PSC não mantinha relação especial com igrejas evangélicas e que, a partir da filiação de Everaldo, duas facções passam a dividir a Comissão Executiva Nacional do PSC.

CAPÍTULO 3 – TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA INTERNA E DISTRIBUIÇÃO DO PODER NO PSC

Este capítulo é dedicado a analisar as principais características do PSC e de sua estrutura interna, com destaque para as regras formais e suas possíveis mudanças ao longo do tempo. Em outras palavras, investigaremos o PSC enquanto uma organização complexa, como um sistema em si mesmo. Buscamos responder a seguinte questão: A partir da entrada de uma nova facção na direção do PSC, representada pelo Pastor Everaldo e seus correligionários, ocorreram mudanças na estrutura interna do partido? Argumentamos que alterações na coalizão dominante do partido e, por conseguinte, daqueles que detém o controle de parte da organização, produzem mudanças organizativas internas (HARMEL; JANDA, 1994). Logo, a participação de uma nova facção política, com forte presença na Comissão Executiva Nacional - CEN do PSC e com controle de parte da organização, teria influência nas mudanças internas do partido. Mais especificamente, que a agremiação expandiu suas capacidades organizacionais com uma possível melhora no desempenho eleitoral.

Para tanto, na primeira parte apresentamos de forma mais descritiva as principais características organizacionais do PSC. Num segundo momento verificamos se houve mudanças e, se sim, quais, na agremiação a partir da entrada de novos membros na coalizão dominante, liderada pelo Pastor Everaldo. O primeiro passo para examinar a ordem organizativa de um partido é investigar como o poder é distribuído dentro da organização (PANEBIANCO, 2005). Como as mudanças nas regras internas podem influenciar o comportamento dos grupos internos, nossa variável dependente são as transformações internas ocorridas na sigla. As principais dimensões analisadas são: organização institucional (regras internas, normas formais e informais, composição da CEN) e penetração territorial e social (por meio dos filiados).

3.1 Estrutura Interna: Organização Burocrática

Como os partidos chegam as escolhas internas importantes, tais como: lista de candidatos, líderes de comissões locais e estaduais, mudanças ideológicas, coligações e políticas que apresentam aos eleitores? Qual o papel da democracia interna no sucesso eleitoral das agremiações? Essas são algumas questões que demonstram a importância das análises sobre a organização interna dos partidos políticos. O exame da estrutura

interna das máquinas partidárias e como sua burocracia funciona é um campo que pode fornecer dados riquíssimos sobre o sistema partidário e eleitoral do país no qual a agremiação está inserida. Por outro lado, a obtenção dos dados exige grande esforço. Isso porque, como no caso do PSC, além da resistência de algumas lideranças políticas em fornecer informações sobre sua dinâmica de funcionamento, há o problema da falta de organização dos documentos mais antigos que estão no TSE. Soma-se a isso o fato de o TSE praticamente não ter digitalizado documentos anteriores a 2007⁶³ sobre os partidos políticos.

Todo partido político possui uma estrutura de autoridade, regras para o processo de recrutamento, um processo representativo interno e normas e regras para solução de conflitos (ELDERSVELD, 1964 p.1). Definimos⁶⁴ como estrutura interna o conjunto de regras formais e informais que organizam a democracia intrapartidária: normas sobre a competição por cargos diretivos, inclusão de filiados, formação de listas de candidatos para cargos públicos etc. Tais regras perscrutam sobre a formação de possíveis facções, tendo em vista que incentivos internos à concentração de poder, podem garantir amplos poderes a um grupo muito fechado, impedindo e ou dificultando a formação de grupos divergentes. O PSC, em particular, foi inicialmente fundado de acordo com os preceitos da Social Democracia Cristã, o que torna imprescindível analisar esse aspecto interno, aspirando entender como ocorreu a guinada dos evangélicos dentro da sigla – atualmente presidida pelo Pastor Everaldo, evangélico da Assembleia de Deus Ministério da Madureira.

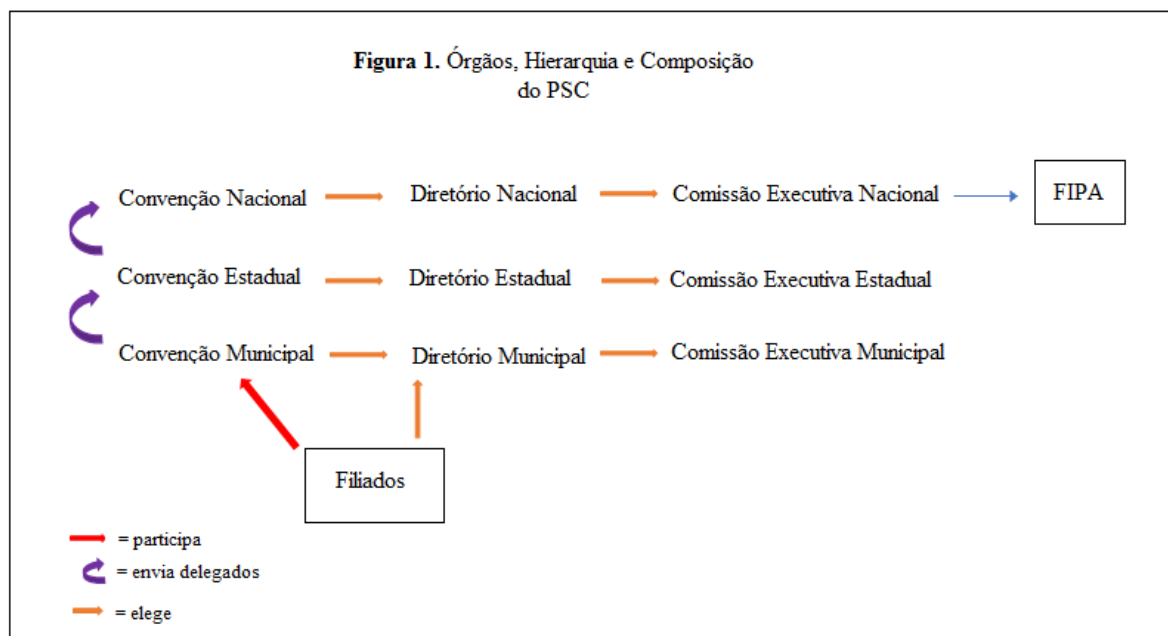
Alguns pesquisadores defendem que a estrutura intrapartidária dos partidos deve ser julgada, principalmente, em termos do quanto elas podem ajudar a agremiação a escolher políticas públicas e representantes políticos que reflitam as preferências de seus eleitores; outros, por sua vez, enfatizam a democracia interna como um valor em si, e que são as estruturas internas da agremiação que devem proporcionar oportunidades para os cidadãos influenciarem as escolhas que o partido irá oferecer ao eleitorado (SCARROW, 2005).

No Brasil, os partidos políticos se organizam formalmente da base para o topo, da esfera local para o nível nacional, com uma estrutura partidária correspondente a divisão federativa do nosso país (GUARNIERI, 2011). As principais legendas, com exceção do

⁶³ Estes encontram-se em pastas antigas sem conformar uma ordem cronológica.

⁶⁴ Para nossa definição, utilizamos Lacerda (2002).

PT, apresentam uma estrutura altamente federalizada, com pouca participação das instancias locais sobre as decisões mais importantes (ROMA, 2002; RIBEIRO, 2010)



Fonte: Elaboração própria a partir do Estatuto do PSC aprovado em 27.11.2007

A instância mais importante da estrutura interna dos partidos políticos brasileiros é a Convenção Nacional. De acordo com o estatuto do PSC, da base à cúpula do partido, os filiados participam da Convenção Municipal (CM), única instância na qual podem participar diretamente da eleição para membros do Diretório Municipal. A CM envia delegados para Convenção Estadual (CE), e esta última repete o mesmo processo enviando delegado para Convenção Nacional (CN). A Comissão Executiva ainda pode escolher um presidente de honra, com direito a voz e voto na CN, desde que ele seja uma personalidade importante do quadro político do PSC. Além disso, a Comissão Executiva conta com o líder da agremiação da Câmara e do Senado, que ocupam as duas primeiras vagas de vogais.

O sistema interno do PSC também possui uma Comissão de Ética para cada instância política, podendo esta ser eleita por convenção ou pelo presidente do respectivo órgão executivo (Seção I, artigo 16 do Estatuto do PSC). Porém, como o PSC possui apenas Comissões Provisórias nos municípios e estados, toda estrutura citada acima é substituída pelo poder que se concentra nas mãos da Comissão Executiva Nacional.

Mesmo depois das mudanças na LOPP, em 1995, o PSC manteve praticamente o sistema eleitoral interno sem grandes mudanças. Constam no estatuto do PSC de 1989, como órgãos de deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacional. Os diretórios municipais, distritais, regionais e nacional eram órgãos de ação e direção. Com relação à forma das eleições dos órgãos citados, o estatuto diz que respeitará às disposições da legislação em vigor. A lei em questão era a LOPP 6.767 de 1979, que “refletia a organização federalista do Estado brasileiro”. A convenção era o órgão máximo deliberativo em cada esfera, devendo eleger seu respectivo diretório, que escolhia a executiva” (RIBEIRO, 2013 p. 231). As convenções eram a base da organização, onde se escolhiam os candidatos aos postos dos diretórios, e os diretórios indicavam a comissão executiva, processo esse válido para as esferas local, estadual e nacional (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008). Somente em 1995, com a lei 9.096, os partidos passaram a poder se organizar internamente com maior liberdade.

A análise das atas do PSC referente a Convenção Nacional do partido nos revela que esta organização é altamente centralizada, concentrando seus processos decisórios em poucas lideranças, o que indica baixa participação de seus membros nas principais instâncias do diretório e executivas nacionais. As atas das reuniões da Executiva Nacional de 1985 a 2003 demonstram que questões como a aprovação de chapa para disputar eleições, mudanças no estatuto da agremiação, decisões sobre coligações são aprovadas por unanimidade por uma média de 8 membros do partido. Não foi possível observar se a adesão às reuniões cresceu a partir das mudanças de 2003, pois depois dessa data tivemos acesso apenas as atas da convenção nacional de 2006 e 2015, em que 40 e 87 pessoas assinaram cada ata, respectivamente.

De acordo com a legislação partidária brasileira, para concorrer nas eleições o partido precisa apresentar uma estrutura organizacional mínima. Portanto, toda agremiação que concorre em eleições livres e democráticas possui algum tipo de organização interna. Para analisarmos a estrutura interna do PSC serão considerados os seguintes aspectos: a) baixa inclusão, onde a agremiação é controlada por um único líder ou um grupo pequeno (SCARROW, 2005); b) centralização, que diz respeito as decisões tomadas por um único grupo ou órgão e; c) institucionalização, entendidos por nós não apenas pela forma como os procedimentos de decisão são formalizados (IDEM, 2005 p. 6), mas também, a partir do caráter dinâmico do processo de institucionalização dos partidos, ao invés de apenas a estabilidade e/ou trajetória (ROSE; MACKIE, 1988; TAROUCO, 2010).

3.1.1 Inclusão: grupos que controlam a CEN do PSC

Os partidos políticos são formados, segundo Sartori (1982, p. 97), por três subunidades partidárias: “frações (categoria geral), facções (grupo de poder específico) e tendências (série configurada de atitudes). Completa-se ainda essa configuração interna com “os partidários não alinhados”, membros independentes que não se apoiam em facções e ou tendências (IDEM, p. 97). A coesão interna de uma agremiação diz respeito a comunhão de valores políticos e conformação de grupos, em alguns casos com visões políticas diferentes, que são parte constitutiva da agremiação (PANEBIANCO, 2005 p. 356). A literatura sobre partidos tem feito importante distinção, com relação a coesão e formação de grupos internos, dos principais partidos quando comparados com partidos menores⁶⁵, como no caso do PSC. Partidos de pequena dimensão muitas vezes são caracterizados como de elevada homogeneidade política e com um grupo dirigente coeso (PANEBIANCO, 2005 p. 356).

Apesar dessa aparente percepção, nem todo partido pequeno é homogêneo, e o mesmo vale para agremiação maiores, que à despeito da amplitude da agremiação podem apresentar um grupo dirigente coeso (PANEBIANCO, 2005). A coesão e conformações de grupos e ou tendências está muito mais relacionada com a institucionalização do partido. A relação entre os grupos e unidades partidárias, está também diretamente ligada com o controle das zonas de incerteza e dispersão dos incentivos coletivos e seletivos (IDEM, 2005). Assim, os partidos políticos são formados por pessoas que desempenham certas atividades (filiados, dirigentes) relacionadas umas com as outras, tais atividades são coordenadas pela estrutura organizativa da agremiação, geralmente prevista pelo estatuto da sigla (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007).

Com relação a baixa inclusão, há pouca rotatividade dos membros da Comissão Executiva Nacional – CEN. De 1985 a 1989, o livro ata do PSC mostra que poucas foram as mudanças na sua executiva⁶⁶. No Quadro 3 apresentamos a participação de membros assíduos da Executiva Nacional.

⁶⁵ Entende-se por partido de pequena dimensão “qualquer partido que nomeie candidatos para cargos públicos do governo, mas que raramente acaba melhor que o terceiro colocado, geralmente não ganha cargos públicos, e geralmente representa apenas uma pequena fração do voto” (FISHER, 1974 p.07).

⁶⁶ Infelizmente não conseguimos todas as composições da CEN, nem mesmo o cartório Marcelo Ribas 1º ofício de registro civil localizado em Brasília, que por lei os partidos devem registrar mudanças na composição da CEN, possui os dados sobre o PSC.

Quadro 3. Participação em anos na Comissão Executiva Nacional do PSC – 1985 a 2019*

	Presidente	1 Vice-Presidente	2 vice-presidente	3 vice-presidente	Secretario	Secretário-Geral	Tesoureiro-Geral	1 Tesoureiro
Vitor Nólseis - MG	30							
Édipo Ázaro - RJ		1	17					
Sergio Bueno - SP			4	4	1	19		
Ronald Ázaro - RJ					10			
Antônio F. Macedo							10	
Itiberê Zen - DF								13
Everaldo Dias Pereira - RJ		12						
Antônio Oliboni - RJ					1	4		
Luiz R. Ognibeni Vargas							16	
Elsa E. Schleich - MG					5			4
Filipe A. Pereira - RJ					12			
Gilberto N. Silva - SP					12			

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos do PSC pesquisados no TSE e na Fundação Pedro Aleixo.

Observações: Não encontramos todas as composições, contabilizamos as mudanças na CEN indicadas em reuniões que constam em atas. No ano de 1993 a Comissão Executiva Nacional prorrogou o seu mandato por 8 anos. Contudo, ainda constam prorrogações no ano de 1995 e 2003. Sendo assim, o tempo de participação dos dirigentes acima pode variar para mais.

Vitor Nólseis esteve à frente do PSC por 30 anos, enquanto o Pastor Everaldo esteve por 12 anos como 1º vice-presidente e, de 2015 até os dias atuais, ocupa o cargo de presidente. Os mandatos dos Diretórios e Executivas são de 4 anos. Até meados de 2007 era possível prorrogar o mesmo por mais 1 ano (Art. 75/1996, 1998, 2003), porém o estatuto do PSC ainda garantia a reeleição dos membros de órgãos de direção (Art. 66/1996, 2003, 2007), sem nenhum tipo de limite. Além disso, no estatuto de 1996 foi incluído o inciso 1º que prorrogou, a partir de 1993, os mandatos do Diretório Nacional e sua Executiva por mais 8 anos, prorrogável por mais 2. Tal inciso foi excluído somente em 2007, quando houve uma reforma estatutária mais significativa⁶⁷. A partir de 2007 também os mandatos passaram a ser prorrogáveis por mais 4 anos, ao invés de 1.

Quatro membros mais assíduos da CEN concorreram ao cargo de presidente da República e vice-presidente: Vitor Nólseis, concorreu em 1994 a vaga de vice-presidente

⁶⁷ No ano de 2007 foi formada uma comissão especial com o objetivo de reformar o estatuto da agremiação. Foram membros da comissão: Vitor Nólseis, Ronald Azaro e Antônio Oliboni.

na chapa com Hernani Fortuna; Sérgio Bueno e Ronald Ázaro concorreram respectivamente a presidente e vice-presidente, no ano de 1998; e Pastor Everaldo concorreu em 2014 à presidência e, embora tenha alcançado somente a 5ª posição, foi o mais bem sucedido de todos. Porém, apenas um dos membros, Gilberto Nascimento Silva, acumulou cargo eletivo com sua atuação na CEN. Embora muitas vezes o acesso a cargos públicos aumente a capacidade das agremiações em conseguir recursos organizacionais tais como dinheiro (MAIR, 1994 p. 07), somente a partir de 2003 é que o partido conta com membros com cargos eletivos⁶⁸ em sua CEN. A partir desse quadro, é possível concluir que há pouca renovação dos membros da CEN e uma grande concentração de membros pertencentes a dois estados: Minas Gerais e Rio de Janeiro. A manutenção dos mesmos nomes para cargos importantes, é um forte indicativo da ausência de mecanismos que incentivem a participação de filiados na seleção de dirigentes. O estatuto do PSC não apresenta qualquer tipo de restrição a direção da CEN, que favorecesse mais participação dos filiados, o que contribui para esse quadro de baixa inclusão.

Independente da disposição organizacional, um partido é um agregado de pessoas que formam grupos rivais (SARTORI, 1982 p. 94). No caso do PSC, há uma clara divisão de facções⁶⁹ na composição apresentada acima, que podem ser nomeados como o Grupo do Vítor Nólseis e o Grupo do Everaldo. Essa divisão, quando associada com a religião dos membros da CEN, nos fornece um dos principais indícios da aproximação do PSC com o seguimento evangélico.

Quadro 4. Membros da Comissão Executiva Nacional e religião separados facção 2003

Membros	Religião	Membros	Religião
Vitor Nólseis	Igreja Sirian Ortodoxa	Everaldo Dias Pereira	Evangélico AD
Édipo Ázaro	Católico	Filipe de Almeida Pereira	Evangélico AD
Sergio Bueno	Espírita	Gilberto Nascimento Silva	Evangélico
Antônio F. S. Macedo		Antônio Oliboni	
Itiberê Zen		Luiz Rogério O. Vargas	
Elsa Elisabeth Schleich	Espírita		
Ronald Ázaro - Católico			

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos do PSC pesquisados no TSE e na Fundação Pedro Aleixo, e de entrevistas realizadas nesta última.

⁶⁸ Uzias Silva Filho, mais conhecido como Uzias Mocotó foi Deputado Estadual do RJ, à época, também fez parte da CEN, embora como suplente.

De acordo com Nósseis, como descrito no capítulo anterior, ele e o pastor Everaldo dividiram as indicações dos membros da CEN, enquanto Ronald Ázaro teria o voto de minerva em caso de impasse entre ambos. Não obstante, embora esses sejam os membros mais assíduos da CEN, há uma divisão temporal: Édipo Ázaro, Itiberê Zen e Antônio F. S. Macedo tiveram a última participação na composição de 2003-2007, e Elsa E. Schleich na composição de 2001-2007. Isso indica que, após a chegada do grupo do pastor Everaldo, alguns dos membros mais antigos do PSC foram com o tempo sendo substituídos.

Édipo Ázaro, pai de Ronald Ázaro foi um importante membro fundador da sigla, inclusive a mantendo financeiramente em alguns momentos⁷⁰. Essa mudança dos membros foi acompanhada de uma transformação social no seio do partido, que passa a contar com um maior número de políticos evangélicos – em especial da Assembleia de Deus. Se o partido contava com um maior número de católicos e espíritas entre os seus membros mais ativos, após 2003, com a entrada de uma nova facção, há uma aproximação do partido com os evangélicos.

⁷⁰ De acordo com Juliana Nósseis, foi Édipo Azaro quem durante os momentos financeiros mais críticos manteve o PSC.

Quadro 5. Religião da Comissão Executiva do PSC 2003-2011

2003 - 2007		2007-2011		
Presidente	Vítor Nólseis	Igreja Sirian Ortodoxa	Vítor Nólseis	Igreja Ortodoxa Síria
1 Vice-Presidente	Everaldo Pereira	Evangélico/ AD	Everaldo Pereira	Pastor Evangélico/ AD
2 Vice-Presidente	Édipo Ázaro	Católico	Sergio Bueno	Espírita
3 Vice-Presidente	Ronaldo Souza	Evangélico/ AD	Ronald Ázaro	Católico
Secretário Geral	Sergio Bueno	Espírita	Antônio Oliboni	***
Secretario	Antônio Oliboni		Gilberto Silva	Evangélico/Teólogo
Secretario	Ronald Ázaro	Católico	Filipe Pereira	Evangélico AD
Tesoureiro Geral	Luiz O.Vargas	***	Luiz O. Vargas	***
Tesoureiro	Itiberê Zen	***	Elsa Schleich	Espírita
Líder Câmara	Renato C. Filho	***	***	***
Vogal do Senado	Jesus Chediak	***	***	***
Suplente	Uzias Silva Filho	***	Ana Haro Bueno	Espírita
Suplente	Rogério Almeida	***	Ratinho Junior	***
Suplente	José Brandi Aleixo	Católico	Eduardo Amorim	Católico
Suplente	Cleuza Mangenot	***	José Brandi Aleixo	Padre Jesuíta
Suplente	Ana Haro Bueno	Espírita	Regis de Oliveira	***
Suplente		***	***	***
Vogal	Antônio Macedo	***	Antônio N. Santos	***
Vogal	Wilson J. Silva	***	Eliel Lima Santana	***
Vogal	Rodvalho	Bispo/Sara Nossa Terra	Mario de Oliveira	Evangélico/ Quadrangular
Vogal	Antônio N. Santos	***	Mauricio Brandi Aleixo	Católico
Vogal	***	***	Wanderley Oliveira	Espírita
Vogal	***	***	Hugo Silva	Católico

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos do PSC pesquisados no TSE e na Fundação Pedro Aleixo, e de entrevistas realizadas nesta última.

Quadro 6. Religião da Comissão Executiva do PSC 2011-2019

	2011 - 2015		2015-2019	
Presidente	Vítor Nólseis	Igreja Ortodoxa Síria	Everaldo Dias Pereira	Pastor Evangélico/ AD Madureira
1 Vice-Presidente	Everaldo Pereira	Pastor Evangélico/ AD Madureira	Marcondes Gadelha	***
2 Vice-Presidente	Marcondes Gadelha	***	Gustavo C. Santos	***
3 Vice-Presidente	Sérgio Bueno	Espírita	Sérgio Bueno	Espírita
Secretário Geral	Antônio Oliboni	***	Antonio Oliboni	***
Secretario	Gilberto Silva	***	Gilberto Silva	***
Secretario	Filipe Pereira	Evangélico AD	Filipe Pereira	Evangélico AD
Tesoureiro Geral	Luiz O. Vargas	***	Luiz O. Vargas	***
Tesoureiro	Ronald Ázaro	Católico	Ronald Ázaro	Católico
Líder Câmara	***	***	***	***
Vogal do Senado	***	***	***	***
Suplente	Victorio G. Filho	Pastor Evangélico/AD	Marcelo Pimentel	***
Suplente	Mario de Oliveira	Evangélico/ Igreja Quadrangular	Ratinho Junior	***
Suplente	José Marinho	Evangélico/AD	Marco Feliciano	Evangélico AD
Suplente	José Brandi Aleixo	Padre Jesuíta	José Carlos Brandi Aleixo	Padre Jesuíta
Suplente	Ana Haro Bueno	Espírita	Mauricio Brandi Aleixo	Católico
Suplente	***	***	José da Cruz Marinho	Evangélico/AD
Vogal	Eduardo A. Amorim	Católico	André Luís Dantas Ferreira	Católico
Vogal	André L. D. Ferreira	Católico	Eduardo Alves de Amorim	Católico
Vogal	Ratinho Junior	***	Victorio Galli Filho	Pastor Evangélico/AD
Vogal	Gustavo C. Santos	***	Julia Marinho	Evangélica/AD
Vogal	Hugo Silva	Católico	Denise A. Fernandes	Evangélica
Vogal	Eliel Lima Santana	Evangélico/ AD		
Vogal	Julia Marinho	Evangélica/AD		
Vogal	Lauriete R. de Almeida	Evangélica/AD		
Vogal	Denise A. Fernandes	Evangélica		

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos do PSC pesquisados no TSE e na Fundação Pedro Aleixo, e de entrevistas realizadas nesta última.

Quadro 7. Religião da Comissão Executiva do PSC 2011-2019

	2015-2019	
Presidente	Everaldo Pereira	Pastor Evangélico/ AD Madureira
1 Vice-Presidente	Marcondes Gadelha	
2 Vice-Presidente	Gustavo Santos	
3 Vice-Presidente	Eliel Lima Santana	Evangélico/ AD
Secretário Geral	Alessandro Martelo Panno	
Secretario	Gilberto Silva	
Secretario	Filipe Pereira	Evangélico AD
Tesoureiro Geral	Luiz O. Vargas	
Tesoureiro	Ronald Ázaro	Católico
Líder Câmara		
Vogal do Senado		
Suplente	Mario de Oliveira	Evangélico/ Igreja Quadrangular
Suplente		
Suplente	José Brandi Aleixo	Católico
Suplente	Mauricio Brandi Aleixo	Católico
Suplente	Debora Evangelista Borges	
Suplente		
Vogal	André Luis Dantas Ferreira	Católico
Vogal	Takayama	Evangélico/AD
Vogal	Leonardo Gadelha	
Vogal	José da Cruz marinho	Evangélico/AD
Vogal	Julia Marinho	Evangélico/AD
Vogal	Denise A. Fernandes	Evangélica

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos do PSC pesquisados no TSE e na Fundação Pedro Aleixo, e de entrevistas realizadas nesta última.

Sabemos que a tendência nas organizações partidárias é a de que os recursos de poder fiquem concentrados nas mãos de um grupo restrito, ou até de um indivíduo (PANEBIANCO, 2005). A estrutura de poder é complexa – mesmo quando um líder dispõe de poder quase que absoluto, pois este deve negociar com outros agentes organizativos (IDEM, 2005). De acordo com os quadros 5, 6 e 7 acima há um divisor de águas na história do PSC quando nos remetemos a coalizão dominante. Até 2003 não existiam facções – aqui entendida nos termos descritos por Panebianco (2005) como sendo um grupo de forte organização. A entrada do Pastor Everaldo e seus correligionários políticos por meio de um acordo com um grupo já dominante resultou numa coalizão dominante pouco coesa.

O processo de divisão de poder que ocorreu no PSC não é o caminho típico observado nos partidos políticos brasileiros. Com exceção do PT, grande parte dos partidos adotam como processo de seleção para composição dos membros da Comissão Executiva o sistema de lista fechada, no qual é preciso fazer parte de uma chapa e conseguir a maioria dos votos na Convenção Nacional (GUARNIERI, 2011). Apesar do Pastor Everaldo e seu grupo terem passado por tal processo, não é comum um grupo de políticos recém filiados a uma agremiação conseguir cargos tão importantes, o que demonstra a força dessa facção. Portanto, no que diz respeito a categoria “inclusão”, com a entrada dos membros evangélicos, o PSC passou a ser dirigido por lideranças das duas facções intrapartidárias, mas ainda manteve o poder restrito a um grupo muito pequeno.

3.1.2 Centralização do Poder

A partir da chegada dos evangélicos (liderados por Everaldo), a coalizão dominante, antes concentrada principalmente na figura de Vítor Nösseis, encontra-se verticalmente dividida – do vértice a base –, por duas facções. Nos partidos em que a coalizão dominante é liderada por facções, o controle das zonas de incerteza se torna disperso (PANEBIANCO, 2005 p. 75). No caso do PSC, com relação a concentração das principais decisões num líder e ou grupo pequeno, há alguns indicativos – além dos mencionados – a respeito da baixa participação dos membros da CEN. Dentre eles, destacamos o número de comissões provisórias.

Como já foi visto, os partidos políticos brasileiros são obrigados a manter uma estrutura organizativa nos três níveis federativos com diretórios nos municípios e estados, além de um diretório nacional. Há, contudo, grande dificuldade para o partido construir e

manter uma estrutura organizacional em um ambiente multinível. Questões regionais podem ser levantadas por lideranças locais de um partido, especialmente durante períodos eleitorais, de modo a gerar tensões com o partido central. Manter o equilíbrio entre a coesão do partido e as demandas regionais é um grande desafio enfrentado pelos partidos. Neste panorama, os partidos enfrentam um grande dilema eleitoral.

[...] electoral competition in general (or state-wide) elections requires that parties behave as single unitary actors and present a single and coherent programme to the electorate. However, in order to maximise votes in regional elections, statewide parties must give some leeway to their regional party branches in order to appeal to regional sensibilities (LIBBRECHT *et al.*, 2009, p. 58)

A comissão executiva é responsável (dentre outras atribuições) por possíveis intervenções em diretórios regionais ou municipais, podendo aplicar penalidades aos membros dos partidos (GUARNIERI, 2011 p. 239). Desta forma, os partidos políticos no Brasil operam em um ambiente multinível. Partidos multinível criam estruturas de oportunidades para competir em diferentes níveis, sejam eles locais, regionais ou nacional (FABRE, 2010 p. 345). Como o sucesso do partido enquanto organização nacional depende de uma ampla base de apoio nacional, ele também depende de organizações locais e regionais fortes, que por sua vez, demandam autonomia para responder as questões locais e regionais (THORLAKSON, 2013).

As normas para formação de Diretórios Estaduais e Municipais foram consolidadas pelo PSC em 1998, tendo em vista as mudanças exigidas pela lei 9.504/57, com objetivo de regulamentar o pleito eleitoral desse mesmo ano, permanecendo com as mesmas regras até setembro de 2007. Assim, ficou decidido pela agremiação que em zonas eleitorais com menos de 100 mil eleitores é necessário um mínimo de 50 filiados para formação do diretório; acima de 100 mil, são necessários 100 eleitores filiados; para Diretórios Estaduais é necessário um mínimo de 30 diretórios municipais. A partir de outubro de 2007 as regras passaram a ser mais claras e para eleição de diretório municipal e sua comissão executiva passou a ser necessário, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, filiação de no mínimo 2% dos eleitores, nos demais 1%; comprovar desempenho eleitoral de acordo com a última eleição e comprovar sólida capacidade de suportar as despesas como a manutenção da sede (Art. 22, seção III / 2007, ESTATUTO PSC).

No caso dos diretórios estaduais, é necessário comprovar possuir diretórios municipais em pelo menos 50% dos municípios, ter atingido desempenho eleitoral de no mínimo 3% dos votos da última eleição para Câmara dos Deputados e comprovar capacidade de organização e administração financeira (Art. 22, seção III / 2007, ESTATUTO PSC). O direito a voto para eleições dos membros dos diretórios municipais é garantido para aos eleitores filiados há 6 meses ou mais e que estiverem com suas contribuições em dia. Tal eleição somente terá validade com a presença de 50% dos filiados do respectivo diretório. No caso dos diretórios estaduais, a eleição somente será válida com a presença mínima de 50% dos delegados convencionais. Ainda assim, todo esse processo somente terá validade com resolução da Comissão Executiva Nacional autorizando as eleições que elegeram o correspondente diretório (Art. 22, inciso 7, ESTATUTO PSC).

Na ausência de Diretório Municipal ou Estadual, o órgão responsável por designar uma Comissão Provisória e escolher o seu presidente é a Comissão Executiva Nacional (art. 10/ 1996, 1998, 2003; art. 29, 2007)⁷¹. Esta, por sua vez, possuirá a mesma incumbência de um diretório eleito, até o seu cancelamento ou substituição (art. 11/1996). Em 2007 foi incluído o inciso 1, ao art. 33 autorizando a dissolução das comissões provisórias, por parte da Executiva Nacional, caso o desempenho político-eleitoral não corresponda aos interesses do PSC, considerando-se o desempenho de no mínimo 5% dos votos à Câmara dos Deputados. O repasse de verba do fundo partidário para os diretórios estaduais foi estipulado, a partir de 2007, em no mínimo 10%, desde que estes preencham os requisitos de desempenho eleitoral (Art. 46, 2007). Como as comissões executivas estaduais, municipais e a Nacional, bem como as convenções⁷² são órgãos de deliberação (art. 14/1996, 1998, 2003; art. 29, 2007), há uma grande concentração de poder na Executiva do PSC. Também é previsto que os diretórios municipais não poderão traçar diretrizes contrárias as estabelecidas pelo órgão superior (Art. 22/1996, inciso 2; Art. 21/1998, inciso 2).

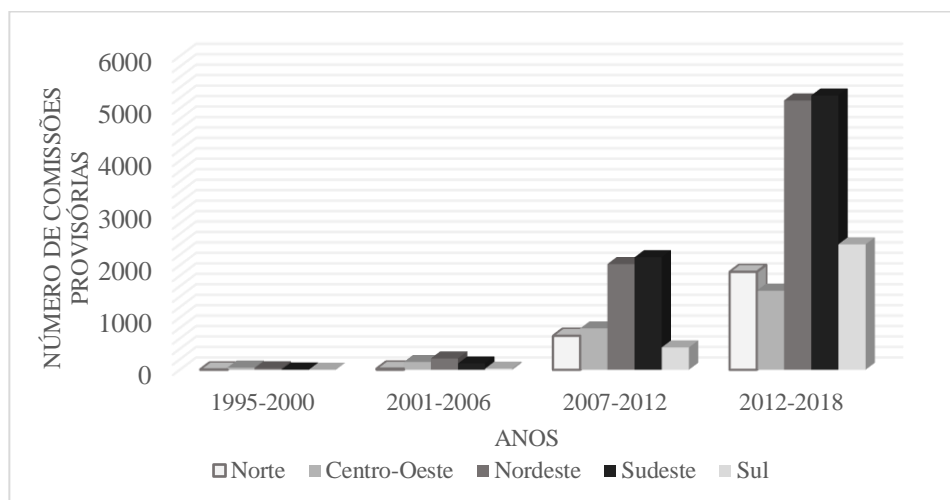
No estatuto ainda consta um conselho fiscal e de auditoria, sendo este composto por 5 membros nomeados diretamente pelo presidente da Executiva Nacional. Embora o

⁷¹ No ano de 2003 houve mudança no Art. 10. A mudança diz respeito ao número de membros da comissão provisória estadual que passou de 7, para de 7 a 9, mais a possibilidade da nomeação de um presidente de honra com voz, voto e veto; e comissão provisória municipal de 5 membros, para de 5 a 7.

Art. 19 dos estatutos do PSC (1996, 2007) determine que não haverá intervenção dos órgãos hierarquicamente inferiores pelos superiores, há uma salvaguarda: “manter a integridade partidária, reorganizar as finanças do partido, assegurar a disciplina partidária, preservar as normas estatutárias, normalizar a gestão financeira e garantir os direitos da minoria”. Tal intervenção, caso necessário, é prevista para ser feita por meio de votação dos órgãos superiores ou da Comissão Executiva.

Por conta do art. 7 da LOPP 9.096/1995, todo partido quando criado precisa ter caráter nacional, comprovando apoio político do eleitorado por no mínimo um terço dos estados brasileiros. Para tanto, durante período de formação os partidos criam Comissões Provisórias nos três níveis da federação. Passados 30 anos da formação do PSC, seria de se esperar que este possuísse comissões permanentes, que seriam responsáveis pelas próximas Convenções. Até 2018 o PSC não havia registrado nenhum Diretório Municipal ou Estadual, apenas Comissões Provisórias distribuídas por todos os estados e Distrito Federal, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 2. Número de Comissões Provisórias Municipais de 1995-2018



Fonte: TSE, elaboração própria.

Observação: Embora o Distrito Federal não possua municípios, na região há os diretórios zonais. Sendo assim, tais dados foram contabilizados na região centro-oeste.

Do ponto de vista organizacional, uma divisão de poder formal que se inicia de baixo (Diretórios Municipais) para cima (Executiva Nacional), poderia refletir uma organização, como descrita por Panebianco (2005), de caráter *poliárquico*, com o poder dividido entre os diferentes níveis da federação (GUARNIERI, 2011).

Em entrevista realizada com o presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo, questionamos sobre a ausência de diretórios municipais e estaduais. Em resposta

[...]Todos os partidos no Brasil, com exceção talvez de PT e PCdoB, os demais são tudo comissão provisória, só Diretório Nacional Executivo que é eleito, mas a partir do ano que vem todo mundo tem que fazer aí. A lei tá fazendo isso, uma arbitrariedade da lei. Não tem lado nenhum, tem lado seguinte, se eu tenho a provisória e administro assim, se acha que não tem democracia então procura outro partido, pô! Isso é o livro mercado [...] eu elejo um diretório, é tanto requisito *pro* cara cumprir aquilo ali que tá eleito, que no outro dia posso dissolver ele. Todos os estatutos são assim, inclusive o PT. O PT já interviu em diretórios aqui, um dos partidos mais organizados é o PT. Em 1998 ele interviu aqui para fazer a aliança da Benedita como vice do Garotinho. [...] Eu tenho os estatutos, se você quiser você vem para o partido, tá lá, se você concorda ou não concorda. É igual eu vou na igreja tal, dou o dízimo e oferto porque eu gosto dela, tá certo? Eu não gosto, o pastor lá é um ditador. Mas eu gosto dele, acabou, entendeu?! Isso é democracia. Essa interferência do Estado querer dizer como funciona ou não funciona, isso é um absurdo [...].

As implicações de uma estrutura organizada como se ainda estivesse no seu momento de constituição, é claramente uma demonstração da concentração de poder nas mãos do diretório nacional. As comissões provisórias são totalmente dependentes do diretório nacional no que diz respeito às decisões internas importantes, como a escolha de dirigentes, seleção de candidatos, coligação eleitoral, escolha dos delegados para as convenções, entre outros. A prerrogativa de indicar os delegados, permite o controle da CEN sobre os votos nas convenções. Neste sentido, as comissões provisórias estão mais sujeitas às mudanças de estratégias por parte da CEN, que pode substituir um determinado grupo de uma comissão, por outro, de acordo com os seus objetivos. O presidente do PSC, de acordo com o trecho da entrevista citada acima, é enfático que essa é uma estratégia do partido. De acordo com Everaldo, democracia partidária não está relacionada com a autonomia e poder de decisão das instâncias menores dentro do partido, mas sim, na decisão do indivíduo em seguir ou não a regras e imposições da CEN.

3.1.3 Institucionalização e nacionalização do PSC

Há uma intensa produção de trabalhos, nacionais e internacionais, que discutem institucionalização dos partidos políticos e sistema partidário. Talvez uma das razões da diversidade de produção acadêmica sobre esta temática seja porque institucionalização é um conceito multidimensional cujos componentes individuais são ligados teoricamente (HARMEL; SVASAND; MJELD, 2018 p. 48).

No Brasil, os primeiros trabalhos sobre institucionalização do sistema eleitoral foram pessimistas. Parte dessa literatura sofreu influência da noção de institucionalização do sistema partidário proposta por Mainwaring⁷³ (1999) e colaboradores, “essa noção envolve os seguintes aspectos: a) o grau de estabilidade dos padrões de competição eleitoral; b) o grau de enraizamento dos partidos na sociedade; c) o grau de legitimidade dos partidos junto a diferentes atores políticos; d) o grau de independência das organizações partidárias frente aos seus líderes” (CARREIRÃO, 2014 p. 256).

Tais pesquisas ressaltaram que a combinação das características do nosso desenho institucional traria consequências nefastas para o nosso sistema partidário e partidos políticos. Como consequência, o sistema partidário brasileiro seria uma grave ameaça à democracia no Brasil, isso por combinar um sistema de lista aberta, bicameral, presidencialista, federativo de representação proporcional. Para estes analistas, o resultado desse arranjo seria a fragmentação do poder, partidos políticos fracos e pouco institucionalizados, parlamentares legislando de forma pessoal e falta de controle do eleitorado sobre os seus representantes (LAMOUNIER, 1992; MAINWARING, 1999; KINZO, 2003; AMES, 2003).

Com um olhar mais voltado aos partidos políticos, a definição de institucionalização mais usada na Ciência Política foi formulada por Samuel Huntington (HARMEL; SVASAND; MJELD, 2018). Em seu trabalho seminal, Huntington (1968, p. 12) define institucionalização como o processo no qual uma organização adquire valor e estabilidade dos seus procedimentos. Neste sentido, o nível de institucionalização pode ser medido pela “adaptabilidade, complexidade e coerência da organização”. Panebianco (2005, p. 100) deu um passo adiante na conceituação de institucionalização dos partidos

⁷³ Para Mainwaring (1999), o nosso sistema partidário seria pouco institucionalizado. Como produto teríamos partidos políticos fracos, de forma a limitar a representação popular no sistema político. Os partidos seriam formados por políticos mais interessados por questões pessoais, de forma a minar a legitimidade de nosso sistema democrático. Ademais, as fusões e dissoluções de partidos aconteceriam sem maiores constrangimentos estruturais, colocando em risco nossa estabilidade político-institucional (KINZO, 2003).

políticos. Para o autor, institucionalização é um processo que começa a se desenvolver no período seguinte do seu nascimento. É um momento intermediário do partido, “é o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido” (IDEM, 2005).

Neste sentido, o foco da organização passa a ser seus objetivos organizativos. Como todo partido político deve em algum momento se institucionalizar para sobreviver, há diferentes graus de institucionalização possíveis. Essa diferença está relacionada com outras variáveis, como o tipo de modelo originário e a influência do ambiente⁷⁴. Janda (1980 p. 19) define um partido institucionalizado⁷⁵ como aquele que é reificado na mente pública. Assim, "o partido" deve existir como uma organização social separada de seus líderes momentâneos, e essa organização deve demonstrar padrões recorrentes de comportamento valorizados por aqueles que se identificam com ele (IDEM, p. 20-21).

Nessa mesma linha de pensamento, para Levitsky (2003, p. 03), a institucionalização de um partido está relacionada com sua capacidade de se adaptar às oportunidades e constrangimentos que surgem a partir de mudanças no ambiente, tais como as transformações socioeconômicas. Partidos menos institucionalizados, quando comparados a partidos mais institucionalizados, conseguem se adaptar melhor às mudanças do ambiente por serem mais flexíveis. Como conceito multidimensional, para superar os problemas de definição de institucionalização, o autor propõe centrar-se no aspecto da rotinização interna do partido, que pode ser entendido “como um estado em que as regras e procedimentos dentro de uma organização são amplamente conhecidos, aceitos e respeitados” (IDEM, p. 17).

Apesar da contribuição dos trabalhos citados até aqui, utilizaremos a definição de institucionalização proposta por Rosie e Mackie (1988). Com uma abordagem minimalista, os autores privilegiam o caráter dinâmico do processo de institucionalização dos partidos políticos (BRAGA, 2010; TAROUÇO, 2010), e propõe que:

“para merecer reconhecimento como um partido político estabelecido, um grupo de políticos deve fazer três coisas: (1) criar uma organização *crosslocal* para disputar eleições em todo o país; (2) indicar candidatos para disputar eleições nacionais; e

⁷⁴ Panebianco (2005), discorre sobre graus de institucionalização. Para tanto, o autor sugere cinco indicadores de institucionalização partidária.

⁷⁵ Janda (1980, p. 19), propõe 6 variáveis para analisar a institucionalização partidária: o ano de origem, mudanças de nome, descontinuidade organizacional, concorrência de liderança, instabilidade legislativa e instabilidade eleitoral.

(3) continuar a indicar candidatos em eleições sucessivas (ROSE; MACKIE, 1988, p. 535)

Para os autores, um partido somente será considerado institucionalizado se continuar disputando no mínimo 3 pleitos nacionais. Uma agremiação que não faz isso não é um partido político estabelecido, mas um partido efêmero (ROSE; MACKIE, 1988). Observa-se que os autores privilegiam a análise da trajetória partidária, ao verificar se estas permanecem ou não ao longo das competições eleitorais (BRAGA, 2010). Embora essa análise enfatize aspectos mais externos do partido (HARMEL; SVASAND; MJELD, 2018 p. 51), a justificativa para tal escolha reside na dificuldade de adaptação de outras análises para o caso brasileiro e, em especial para o PSC, principalmente pela falta de dados.

Medindo a Institucionalização a partir dos indicadores de Rosie e Mackie

Para analisarmos a institucionalização do PSC avaliamos dois indicadores sugeridos por Braga (2010), que contemplam as dimensões propostas por Rose e Mackie (1988): (2) indicar candidatos para disputar eleições nacionais e (3) continuar a indicar candidatos em eleições sucessivas. Em termos de indicação de candidatos a cargos públicos e participação em disputas eleitorais consecutivas, a partir das eleições de 2010 o PSC lançou candidatos aos cargos de deputado federal e estadual por todos os estados do Brasil, mais o Distrito Federal. Os dados também apontam para o crescimento no número de candidatos a partir de 2006. Nas eleições de 1994, 1998 e 2014, a sigla ainda lançou candidatos próprios para o pleito presidencial, embora nas duas primeiras tenha apresentado desempenho ínfimo.

Quadro 8. Número de candidatos aos cargos de Deputado Federal e Estadual pelo PSC de 1998-2018

	1998		2002		2006		2010		2014		2018	
	D. F	D. E	D. F	D. E	D. F	D. E	D. F	D.E	D.F	D.E	D.F	D.E
AC	0	0	2	5	0	0	5	11	1	15	1	11
AL	0	1	2	5	2	1	2	3	1	2	2	2
AM	0	11	1	22	0	4	2	4	1	5	5	18
AP	2	7	1	17	1	23	5	17	8	36	3	34
BA	8	47	2	26	9	45	17	45	12	16	9	40
CE	21	24	3	24	1	11	2	10	7	66	1	2
DF	13	75	10	58	1	21	6	52	3	40	5	48
ES	2	19	4	15	2	9	3	18	3	22	1	25
GO	1	15	1	26	3	14	7	26	10	41	7	23
MA	2	15	0	14	1	11	2	16	4	16	4	17
MG	11	38	4	10	29	47	42	40	22	42	36	70
MS	1	1	0	1	4	10	2	11	3	12	3	13
MT	1	5	0	2	4	6	0	10	1	16	9	6
PA	14	15	9	1	5	21	4	39	2	57	2	52
PB	0	1	1	4	3	7	3	11	1	20	3	12
PE	11	23	9	73	6	24	1	2	1	9	6	40
PI	0	2	0	1	1	4	4	5	2	13	7	3
PR	8	22	17	26	9	21	24	55	16	85	7	38
RJ	34	93	52	77	50	84	19	105	8	46	56	101
RN	0	9	1	33	0	0	1	0	2	6	2	11
RO	6	22	0	0	1	4	5	20	1	14	2	15
RR	0	2	0	3	2	34	5	19	5	12	2	9
RS	1	8	4	7	9	4	3	10	14	34	9	23
SC	4	8	4	18	0	0	2	7	3	59	1	5
SE	1	15	5	11	2	10	3	5	2	9	2	9
SP	14	18	17	43	88	133	78	135	57	85	3	19
TO	1	4	2	4	1	15	2	6	1	3	1	3

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do TSE.

Um partido tem importância temporal ao persistir – sem interrupções – na arena eleitoral, lançando candidatos em eleições sucessivas, o que pode ser um indicativo de

sua capacidade de sobrevivência a despeito das mudanças no ambiente externo, interno ou mesmo nas regras eleitorais. Neste ponto, apesar do PSC ser uma sigla pequena, tem lançado candidatos a deputado federal e estadual por todo Brasil, desde sua fundação até a última eleição, ocorrida em 2018. No pleito de 1998, o partido lançou candidatos em 74% dos estados brasileiros, nas eleições 2002 e 2006 esse número alcançou 85%, nas demais o partido lançou candidatos em todos os estados, o que também demonstra uma progressão do partido.

Por conta da LOPP 9.096, um partido somente pode lançar candidatos em estados que possuam estruturas organizativas da agremiação. Assim, esses dados também são um indicativo do processo de nacionalização da sigla. Não é incomum que um partido brasileiro ofereça candidatos por todo território nacional, mas acabe tendo apenas um apoio eleitoral regionalizado (VASSELAI, 2015). Dos três requisitos propostos por Rose e Mackie (1988), o item (1) “criar uma organização *crosslocal* para disputar eleições em todo o país” pode ser entendido como o grau de nacionalização de um partido.

A nacionalização partidária tem grandes implicações para a governabilidade e está diretamente relacionada com o desenho institucional de um país, além de ajudar a compreender a competição partidária (LAGO; MONTERO, 2010). O processo de nacionalização representa uma ampla evolução histórica para a formação de eleitorados nacionais e sistemas partidários, bem como para organizações partidárias (CARAMANI, 2004 p.21). Uma agremiação com baixa nacionalização e baixa institucionalização, mas que obteve grande quantidade de votos em certas subunidades, pode ser uma competidora menos relevantes em outras, ou mesmo pode nem fazer parte daquele subsistema estadual numa determinada eleição (BRAGA, 2010 p. 50). Contudo, são tantas as propostas de definição do que é nacionalização e índices para aferir tal questão, que os partidos políticos podem ser altamente e pouco nacionalizado ao mesmo tempo, dependendo das dimensões de nacionalização⁷⁶ que são escolhidas (VASSELAI, 2015).

Sendo assim, embora reconhecida a importância dessa discussão para analisar a capacidade do partido enquanto uma organização capaz de criar capilaridades, utilizaremos duas variáveis sobre organização para tal feito: o percentual de Comissões Provisórias que o PSC foi capaz de criar ao longo do tempo e os dados sobre filiados. É um grande desafio para uma organização operar em diferentes níveis, ainda mais em um país de grandes dimensões como o Brasil. Isto inclui a forma de como os estados e as

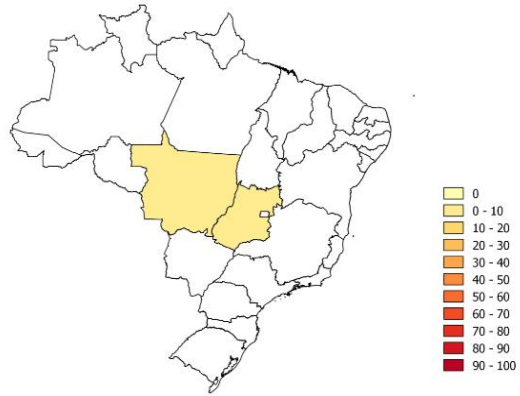
⁷⁶ Sobre nacionalização ver Cox (1997), Caramani (2004), Schattschneider (1960), Jones e Mainwaring (2003) e Morgenstern *et al.* (2009).

organizações federais estão estruturalmente integradas, e em que medida os recursos e serviços são compartilhados, além de metas e interesses em comum (THORLAKSON, 2013). A integração vertical de um partido político é de extrema importância para a nacionalização deste, ainda mais em sistemas federativos, em que os partidos enfrentam o desafio de concorrer por cargos em vários níveis de governo.

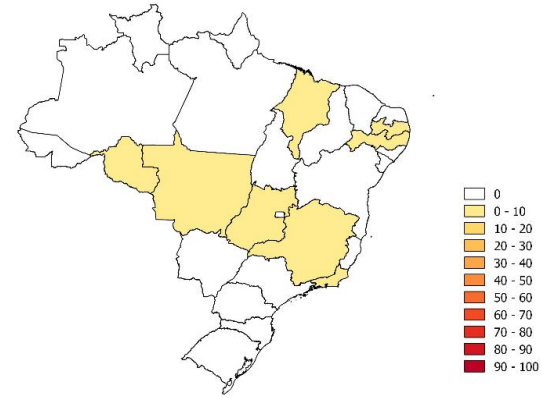
Nos mapas abaixo, apresentamos o percentual de comissões provisórias do PSC por estado, tendo em vista o número de municípios⁷⁷.

⁷⁷ Realizamos uma média por período.

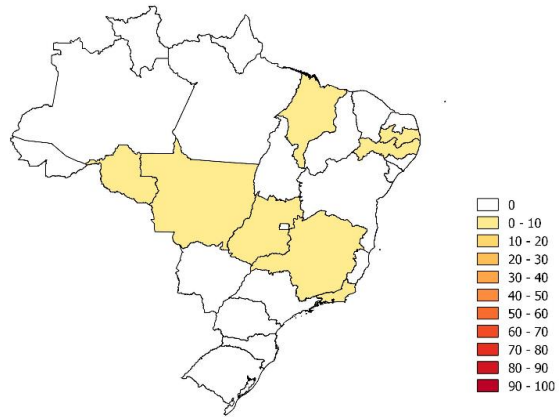
Mapa 1. 1995 – 1998



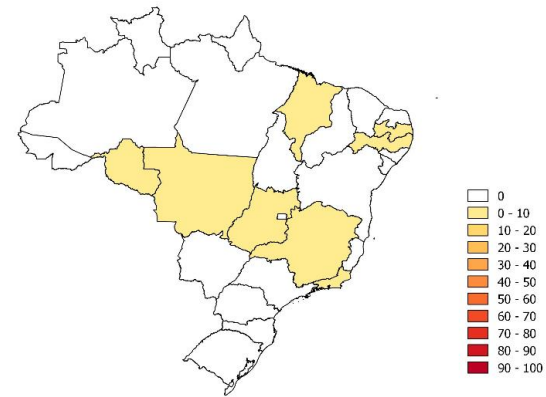
Mapa 2. 1999 – 2002



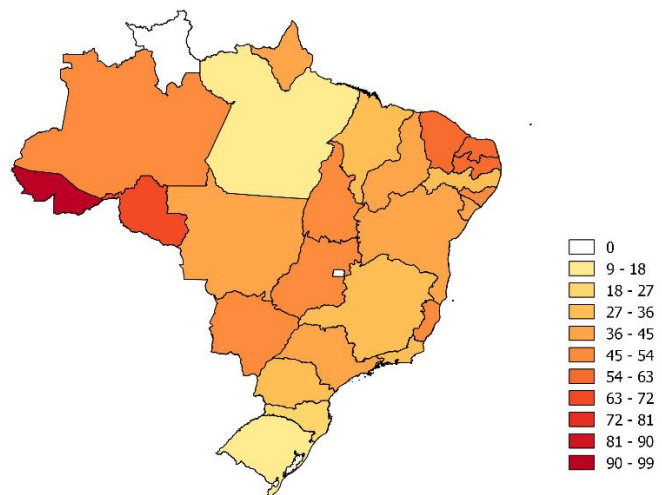
Mapa 3. 2003 – 2006



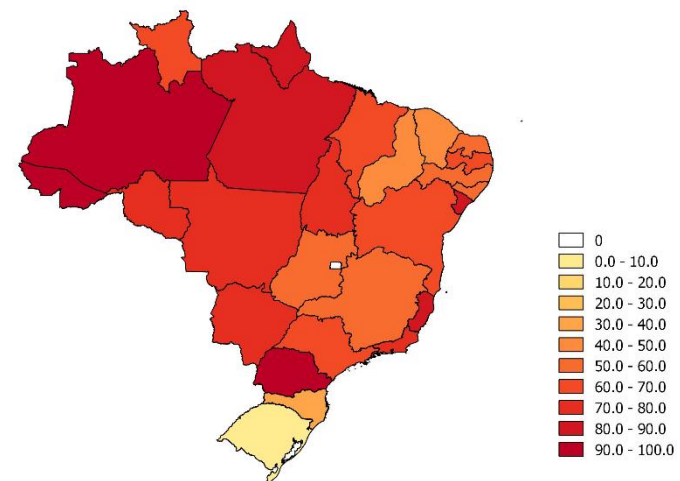
Mapa 4. 2007 – 2010



Mapa 5. 2011 – 2014



Mapa 6. 2015 – 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Entre 1995 e 2002, o PSC alcançou presença em somente 8 estados brasileiros. Essa configuração começa a mudar a partir de 2003, quando o partido passa a estar presente em 11 dos 27 estados⁷⁸. Ainda assim, a presença é ínfima, mesmo em estados importantes para a história do PSC, como Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do Brasil. Contudo, o PSC tem crescido paulatinamente e, neste sentido, 2015 é um ano chave, quando o número de Comissões Provisórias do partido mais do que dobra em muitos estados. Este também é o ano no qual o pastor Everaldo assume de vez a presidência do partido.

A quantidade de comissões provisórias de um partido está relacionada com o número de filiados que este consegue captar. De acordo com a legislação vigente, somente a partir de um mínimo de filiados é permitida a realização de convenções e a constituição de diretórios (GUARNIERI, 2011). Assim sendo, o número de comissões provisórias municipais está diretamente associado ao número de filiados. No caso do PSC, testamos a correlação⁷⁹ entre as duas variáveis e, embora não seja possível concluir se há mudança na variável “filiados” por meio da variável órgãos municipais, a correlação encontrada foi positiva e alta 0,97, o que indica que há uma ligação entre ambas.

Os filiados partidários são entendidos como um subconjunto de atores cuja relação com o partido envolve obrigações (como contribuir financeiramente, apoiar a sigla etc.) e privilégios (direito de voto dentro da agremiação e influenciar as decisões programáticas) (SCARROW, 1996). Dentre as possibilidades de simpatizantes dos partidos políticos e ativistas, “a filiação partidária se destaca pela formalização e a regularidade do compromisso assumido com o partido” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015 p. 126). A Ciência Política tem se dedicado a tentar explicar a relação entre os partidos políticos e o eleitorado. Para tanto, foram desenvolvidas diferentes correntes teóricas que buscaram compreender a decisão eleitoral: Escola de Michigan, Teoria

⁷⁸ No Apêndice B apresentamos tabela com os dados detalhados sobre as comissões provisórias do PSC.

⁷⁹ Utilizamos o Coeficiente de Correlação de Pearson $r = \frac{\sum_i (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_i (x_i - \bar{x})^2 \sum_i (y_i - \bar{y})^2}}$, onde os valores variam entre 1 e -1. Assim, quando: P = 1 há uma correlação perfeita positiva entre duas variáveis; P = -1 há uma correlação perfeita negativa entre duas variáveis e P = 0 não há dependência linear entre as duas variáveis.

Sociológica e Teoria da Escolha Racional (PAIVA; TAROUÇO, 2011 p. 427). De acordo com os objetivos desta pesquisa, não nos cabe discutir estas teorias.

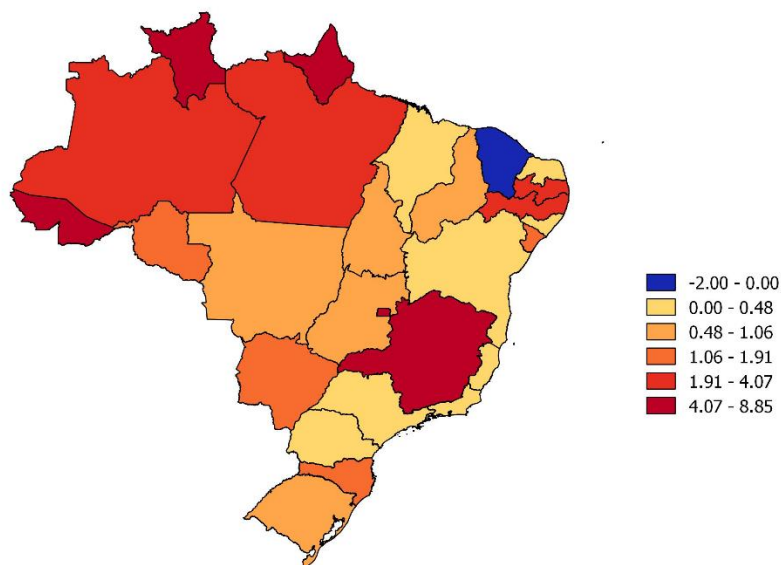
Reconhecemos que “os filiados partidários não só garantem um importante suporte político para que a agremiação sobreviva à possíveis contratempos, mas também é uma base importante que pode alterar o equilíbrio de forças dentro do partido” (KATZ; MAIR, 2002 p. 132). Neste sentido, filiados são uma importante fonte de legitimidade, um recurso organizacional que contribui para todo o funcionamento da sigla (VAN HAUTE; GAUJA, 2015). A filiação é uma variável importante para verificar o enraizamento social de uma agremiação, com grande influência na capacidade dos partidos em agregar e filtrar interesses sociais (LOCATELLI, 2017, p. 63)

No que tange aos filiados, ao longo dos anos o PSC não fez mudanças significativas no seu estatuto, apenas alguns ajustes frente às mudanças legislativas previstas. Desde sua fundação os filiados possuem apenas votos nas convenções para escolhas de membros dos órgãos diretivos executivos municipais. Estes, como consta no estatuto, só podem votar após completar um mínimo de 6 meses como filiado da agremiação. Desde o estatuto de 1989, o maior destaque que é dado aos filiados diz respeito aos deveres de disciplina, ao respeito aos princípios programáticos e sobre a contribuição partidária.

A partir de 1998 há uma maior abertura para os filiados. De acordo com o art. 60 do estatuto, passa a existir a possibilidade de consulta aos filiados, se assim entender a Comissão Executiva do Diretório Nacional, sobre questões importantes da política interna, possível apoio político a outros partidos e assuntos gerais. Com relação a contribuição partidária, a partir do estatuto de 1996, as questões relativas às finanças passam a constar de forma mais bem detalhadas exigindo contribuição de 10% ou 15% do salário bruto de detentores de cargos administrativos ou cargos eletivos, desde que este fosse superior a 2,5 salários mínimos. Mesmo os gastos com transporte e alistamento para convenções e reuniões era algo exclusivo a cargo dos filiados. Esse cenário não é modificado com as alterações estatutárias de 1998. A partir do estatuto de 2007, válido até os dias atuais, a contribuição dos detentores de cargo administrativo e eleitos cai de 15% para 5%, mas passa a constar a exigência de contribuição de R\$20,00 reais por ano por parte de todos os filiados no montante.

Abaixo apresentamos o mapa referente ao percentual de crescimento dos filiados do PSC por estado.

Mapa 7. Evolução do número de filiados por estado (2004-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE, consulta realizada 20/09/2017

Em 2016, o percentual de filiação partidária no Brasil foi de 11%, o que corresponde a um aumento de quase 8% quando comparado ao ano anterior⁸⁰. De acordo com os dados atuais⁸¹ sobre filiados no Brasil, São Paulo é o estado que apresenta o maior número de filiações, seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

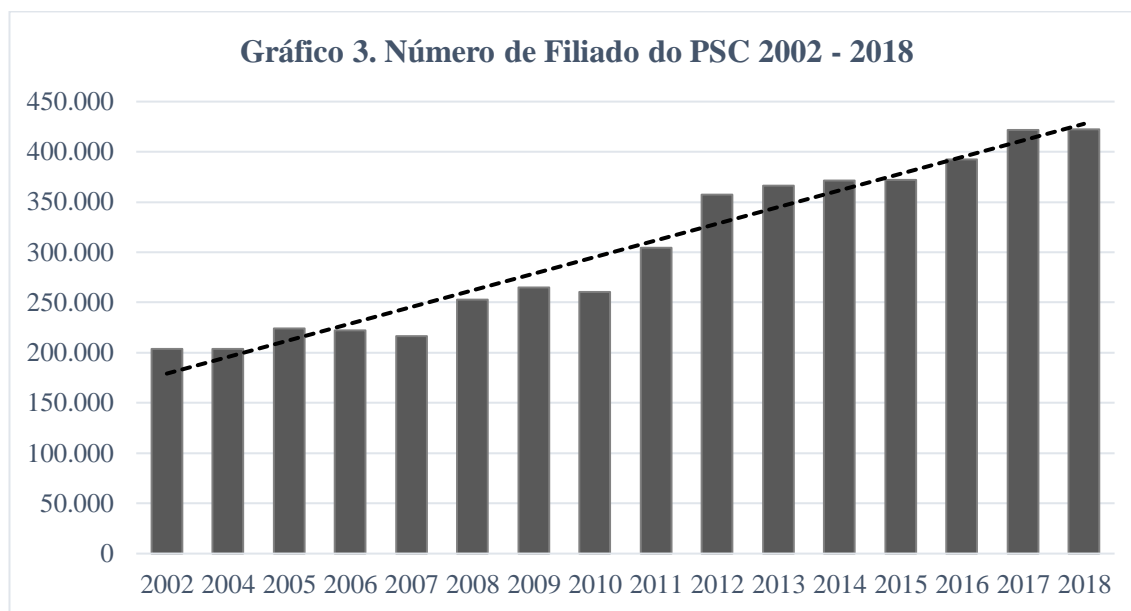
As áreas mais escuras do mapa indicam os estados onde o PSC obteve maior crescimento percentual no número de filiados. Como pode ser observado, os estados com melhor desempenho estão localizados na região Norte e Centro-Oeste do Brasil: Acre, Distrito Federal, Mato Grosso e Amazonas. No Nordeste, Piauí e Paraíba são os estados com o maior crescimento percentual de filiados. O Ceará, por sua vez, é o único estado em que houve redução no número de filiados. Na região sul, o Rio Grande do Sul está entre os estados com maior crescimento do número de filiados.

O gráfico a seguir é referente ao número absoluto de filiados do PSC. Os dados disponíveis são a partir de 2002 e foram coletados no site do TSE. De acordo com a LOPP 9.096/2015 (art. 19), os partidos devem encaminhar ao TSE a relação de seus filiados duas vezes ao ano (em abril e outubro), o que exige dos partidos um certo controle sobre

⁸⁰ Fonte: Jornal o Globo, Perfil de Filiados: <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/filiacao-partidaria-no-brasil.html>.

⁸¹ Dados Gerais de filiados no Brasil, consulta realizada até o ano de 2016 pelo site: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/filiados>.

as listas de filiação. Logo, precisamos fazer um adendo sobre a validade dos dados. Há dúvidas sobre o possível registro de pessoas que já faleceram ou se desfiliam da agremiação, com registro de filiado ainda ativo no TSE, ou mesmo filiação realizada à revelia dos próprios filiados, por meio de uso ilegal do documento eleitoral desses cidadãos (SPECK, 2013).



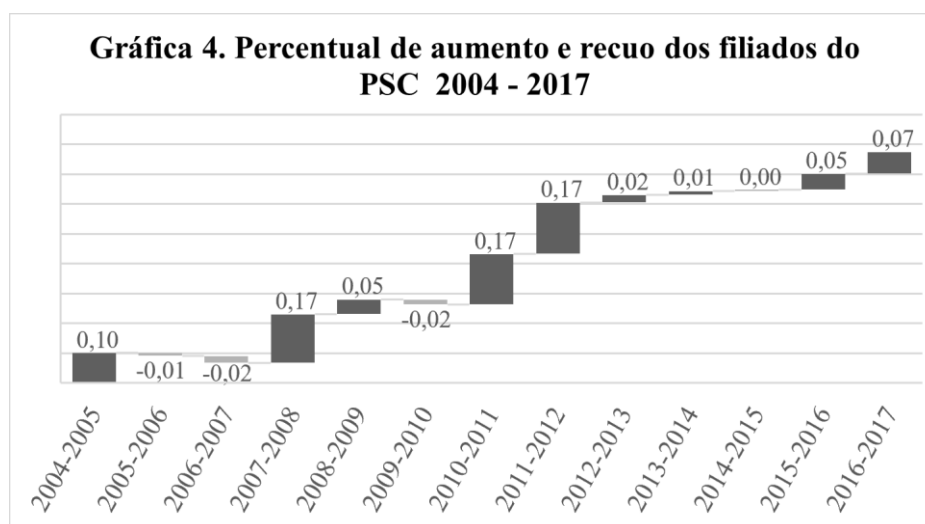
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE, consulta realizada 01/10/2017 e 11/03/2018

Os dados absolutos demonstram que, nos últimos anos, o PSC tem conseguido aumentar o número de seus filiados. Apesar da literatura corrente sobre partidos políticos sublinhar as dificuldades que as nossas agremiações possuem para mobilizar o eleitorado, o Brasil, em uma corrente contrária do que tem ocorrido na Europa, que vem experienciando a queda no número de filiados, está entre as democracias com maior taxa de filiação (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015; KATZ; MAIR, 2002). No Brasil, de acordo com a legislação vigente, a filiação partidária possui controle e registro oficial por parte do Estado, sendo esta condição obrigatória para qualquer político que queira competir por um cargo eletivo (RIBEIRO, 2015).

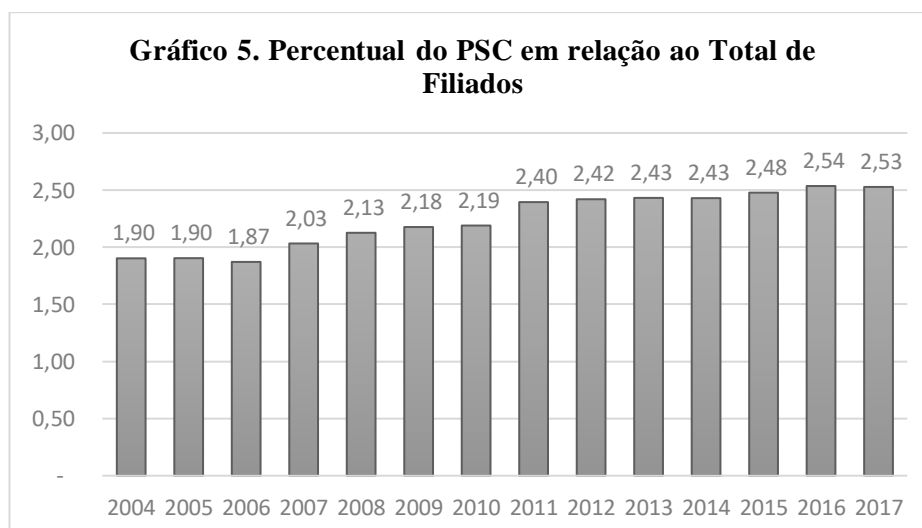
Nos gráficos abaixo, apresentamos os dados sobre os filiados de duas formas: i) por meio taxa de variação do número de filiados de um ano para outro, sem contar com o número total do eleitorado daquele ano. Apesar do número total de eleitores funcionar como uma variável de controle, ela também pode ser entendida enquanto uma variável explicativa, pois a variação do número de filiados pode estar relacionado com a variação

do número total de eleitores. No entanto, como forma de comparação, um partido pode ter um percentual de aumento dos filiados superior aos demais, mas em termos quantitativos não significar muita coisa no quadro geral brasileiro de número de filiados. Para não desconsiderar o seu crescimento e, ao mesmo tempo, não o superestimá-lo resolvemos apresentar os dados de ambas as formas.

Os gráficos 4 e 5 são referentes ao 1) Aumento e recuo do percentual de filiados dos PSC⁸²; 2) percentual do número de filiados do PSC⁸³ considerando o total do eleitorado.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE, consulta realizada 20/09/2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE, consulta realizada 20/09/2017

⁸² Apêndice C, tabela contendo os dados de todos os partidos políticos referente ao aumento e recuo do percentual de filiados.

⁸³ Apêndice D, tabela com o percentual de filiados de cada partido político em relação ao total do Brasil. Na data da consulta (20/09/2017) os dados do PMB, REDE e SDD não estavam disponíveis.

O Gráfico 4 nos mostra que desde 2010 o PSC obteve aumento e ou/ não perdeu filiados, em números absolutos. No quadro partidário brasileiro, mais dois partidos políticos apresentam a mesma característica: PRB e PSDC. Assim como o PSC, são agremiações pequenas, ideologicamente de direita ou centro-direita, e possuem ligação com segmentos cristãos⁸⁴. No que diz respeito ao percentual de filiados considerando-se o número total de eleitorado, o PSC apresentou certa estabilidade nos últimos três anos – ainda que sua participação seja baixa quando comparada com outras agremiações. Embora PMDB, PT e PSDB, de acordo com dados do TSE, sejam os partidos que possuem o maior número de filiados, nenhum deles apresenta um crescimento contínuo de filiados nos últimos cinco anos. PP foi o partido que mais perdeu filiados nos últimos anos, seguido pelo DEM.

Nas tabelas abaixo, apresentamos os dados referentes aos cinco estados com o maior número de filiados do PSC, entre 2004 e 2017⁸⁵. Os partidos possuem características organizacionais variadas e operam em condições ambientais similares, o que pode gerar padrões de integração societais de filiação distintos (LOCATELLI, 2017 p. 87). No Brasil, as regiões sudeste e centro-oeste são as que concentram as menores taxas de filiação, ao passo que a região nordeste apresenta as maiores taxas (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015). No caso do PSC, os cinco estados com maior sucesso em número absoluto de filiados são: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia e Rio de Janeiro.

⁸⁴ PSD, PRB, PSOL e PEN obtiveram crescimento acima da média. Porém, essas agremiações foram fundadas recentemente, o que pode ser um fator explicativo para seu bom desempenho em relação ao aumento dos seus filiados.

⁸⁵ Apêndice E, tabela completa com todos os estados.

Tabela 2. Estados com maior percentual de filiados do PSC de 2004 - 2010

UF	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
BA	33.221	14,802	32.175	14,479	30.992	14,295	31.246	12,371	31.391	11,843	30.759	11,804	36.156	11,88
MG	33.509	14,93	32.194	14,488	31.840	14,686	35.774	14,164	39.941	15,069	38.642	14,829	41.116	13,51
PR	22.207	9,895	21.574	9,709	21.141	9,751	25.812	10,22	26.411	9,964	26.969	10,35	29.718	9,765
RJ	19.680	8,769	19.858	8,936	20.473	9,443	22.012	8,715	20.966	7,91	20.774	7,972	24.169	7,941
SP	25.106	11,186	25.525	11,487	25.654	11,833	35.678	14,126	40.479	15,272	41.209	15,814	46.476	15,271

Fonte: dados do TSE, elaboração própria

Tabela 3. Estados com maior percentual de filiados do PSC de 2011 - 2017

UF	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
BA	38.937	10,901	39.339	10,749	39.217	10,568	39.165	10,522	39.681	10,109	41.538	9,853	41.450	9,927
MG	44.848	12,556	45.249	12,363	46.183	12,445	46.242	12,423	47.166	12,016	50.811	12,053	50.750	12,154
PR	36.851	10,317	37.516	10,25	37.583	10,127	37.581	10,096	42.622	10,858	45.831	10,871	45.718	10,949
RJ	25.645	7,18	25.938	7,087	25.869	6,971	25.762	6,921	25.258	6,435	26.031	6,175	25.685	6,151
SP	53.855	15,077	55.000	15,028	55.249	14,888	55.096	14,802	56.015	14,27	58.541	13,886	58.771	14,075

Fonte: dados do TSE, elaboração própria

O desempenho em Minas Gerais pode estar associado, em parte, pela própria ligação do partido com esta região. Pedro Aleixo, atribuído como o grande idealizador da agremiação (mesmo que remanescente do PDR), foi um importante político mineiro – assim como também Vitor Nösseis, um dos fundadores do partido. Minas Gerais também foi lugar do primeiro diretório nacional da agremiação. Grande parte das primeiras reuniões realizadas com o objetivo de fundar a sigla ocorreram na capital mineira, Belo Horizonte. Desde sua fundação, o partido mantém na região a Fundação Instituto Pedro Aleixo. Contudo, apesar das raízes da sigla estarem ligadas à região mineira, os documentos analisados mostram que Minas Gerais não estava entre as primeiras regiões que conseguiu formar um Diretório Regional⁸⁶.

O estado do Paraná, no que lhe concerne, foi uma das primeiras regiões a solicitar o registro de comissões provisórias municipais do PSC. Já em 1989 foi solicitado⁸⁷ junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Curitiba o pedido de registro de 32⁸⁸ diretórios municipais. Àquela época, a região já contava com 6 comissões municipais provisórias registradas⁸⁹. Mais recentemente, a região contou com a influente atuação do político Ratinho Junior, filiado ao PSC-PR em 2007, que foi reeleito como deputado federal com quase 360 mil votos, e alcançou em 2014 o status de deputado estadual mais votado no estado.

O Rio de Janeiro, por sua vez, sempre foi um polo importante para o PSC. Durante os primeiros anos da sigla, Édipo de Medeiros Ázaro, residente do RJ, foi um dos fundadores do PSC, e quem manteve financeiramente o partido em funcionamento. Seu filho, Ronald Ázaro⁹⁰, seguiu os passos do pai no partido, se tornando segundo secretário

⁸⁶ Em 1992, Vitor Nösseis, presidente da sigla em exercício, solicitou ao ministro relator (Ministro Relator José Cândido) do TSE prazo de 90 dias para comprovar à existência de 2 dos 9 Diretórios Regionais necessários, para o registro definitivo da agremiação. Isso porque por determinação da LOPP N° 6.767 de 1979, art. 37, a constituição do diretório nacional dependia da existência de pelo menos 9 diretórios regionais. Por conseguinte, os primeiros diretórios regionais fundados pelo partido foram: Rio de Janeiro, Rondônia, Amapá, Ceará, Amazonas, Paraná, Roraima Alagoas e Distrito Federal.

⁸⁷ Documento: Certidão do Tribunal Regional de Curitiba, novembro de 1989.

⁸⁸ Adrianópolis, Agudo do Sul, Almirante Tamandaré, Arapoti, Assaí, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Carlopo, Conselheiro Mairince, Curiúva, Figueira, Araqueçaba, Guaratuba, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Tará, Lobato, Primeiro de Maio, Quatinguá, Loanda, Matinhos, Paraguá, Piên, Piraquara, Rio Branco do Sul, Salto do Itararê, Sapora, Sarandi, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, Tomazina e Ceslau Braz.

⁸⁹ Municípios: Antonina, Assis Chateaubriand, Itapejara do Oeste, Morretes, Orti e Paranaguá.

⁹⁰ Ronald Ázaro também foi subsecretário de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, Superintendente da Secretaria de Agricultura e Subsecretário de Governo. Comandou a secretaria de Estado de Trabalho e Renda (Setrab), entre 2008 – 2010. Em 2011, assumiu a Secretária Estadual de Turismo – RJ.

nacional e, posteriormente, presidente do PSC-RJ. Além disso, em 1994, Ronald foi candidato ao governo do estado do RJ, mas com desempenho muito baixo nas urnas.

Outro fator que pode ter influência é a participação do PSC nas coalizões vitoriosas para o governo do estado do RJ. Participar do governo, mesmo enquanto membro da coalizão, aumenta o fluxo de incentivos coletivos e seletivos (PANEBIANCO, 2005), o que pode estimular a filiação partidária. Desde o pleito de 2002, o PSC tem feito parte das coligações que venceram as eleições para o governo do estado do RJ. Em 2002 o PSC fez parte da coligação “Rio Esperança” (PSB, PPB, PST, PTC, PSC, PRP, PSD, PRONA, PGT), em apoio à candidatura da Rosinha Garotinho – PSB; em 2006 da coligação “Unidos pelo Rio” (PMDB, PP, PSC, PL, PTB, PAN, PMN, PRONA e PTC), na chapa do Sérgio Cabral e Luiz Pezão - PMDB; em 2010, fez parte da coligação pela reeleição de Sérgio Cabral, junto com os partidos PC do B / PDT / PHS / PMDB / PMN / PP / PRP / PRTB / PSB / PSDC / PSL / PT / PTB / PTC / PTN; nas eleições de 2014 fez parte da coligação pela eleição de Luiz Pezão, “O Rio em Primeiro Lugar” (PMDB, PP, DEM, PSD, PSC, PSDB, PPS, PSL, SD, PHS, PTN, PSDC, PMN, PTC, PRP, PRTB, PEN e PTB). A entrada do Pastor Everaldo é mais um fator de forte presença no RJ. Residente da região, Everaldo chegou a participar de cargos públicos na cidade do RJ. A presença do partido no RJ se confirmou no pleito de 2018, quando a sigla conseguiu emplacar a vitória do candidato Wilson Witzel – PSC para governador do estado.

Em relação ao estado de São Paulo, este aparece nos registros do PSC como o estado com maior número de comissões provisórias municipais. Em maio de 1985, antes da obtenção do registro pelo TSE, consta em ata reunião com a finalidade de designar a Comissão Diretora Regional Provisória do Estado de São Paulo. Um dos primeiros membros do diretório estadual de SP é Rivailde Walcy Ovidio, que também foi secretário geral da primeira formação do Diretório Nacional Provisório - DNP do PSC, entre 1985 e 1989. Posteriormente, Sergio Bueno⁹¹, membro do diretório estadual de SP, foi também eleito para o cargo de secretário do DNP, em 1986. Nesse mesmo ano, Dirce Tutu Quadros foi eleita deputada federal por SP, tornando-se a primeira e única representante do partido na Assembleia Nacional Constituinte.

⁹¹ Sergio Bueno foi candidato a presidente da República, nas eleições de 1998, terminando em penúltimo lugar com apenas 0,18% dos votos (CPDOC – Acervo PSC).

No caso do estado da Bahia, não encontramos muitos indícios que pudessem fornecer pistas sobre o elevando número de filiados, quando comparado com os demais estados.

Os níveis de filiados de um partido parecem estar mais associados com as redes sociais e atitudes políticas que levam os indivíduos a se envolverem nas questões intrapartidárias, todos operando dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento da região, em particular com a disseminação da televisão como um canal alternativo de comunicação de campanha⁹² (NORRIS, 2002 p. 132). Mas também ressaltamos que alguns fatores externos podem influenciar na taxa de filiação, como tamanho dos municípios, região, período antecedente às eleições ou não, tempo de fundação do partido (SPECK, 2013). A literatura sobre os evangélicos e partidos políticos tem demonstrado que em período pré-eleitoral e eleitoral, algumas das principais igrejas evangélicas se tornam espaço de atuação para algumas agremiações que passam a angariar filiados como candidatos, além de promoverem suas legendas (MARIANO, 2005; MARIANO; PIERUCCI, 2002; SPECK; NETO, 2014).

Traçamos também o perfil dos filiados do PSC, como pode ser observado nos gráficos abaixo:

⁹² De acordo com Norris (2002 p. 132), quando as formas tradicionais de campanha presencial são predominantes, a presença de filiados se torna mais necessária, quando comparado com regiões onde os partidos possuem outros canais de comunicação, como a televisão.

Gráfico 6. % Pirâmide Etária PSC - 2008

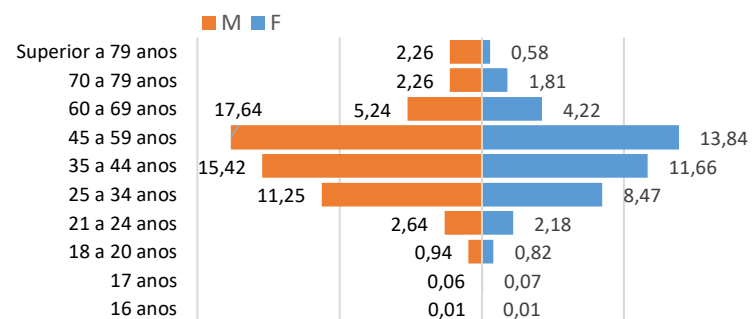


Gráfico 7. % Pirâmide Etária PSC - 2009

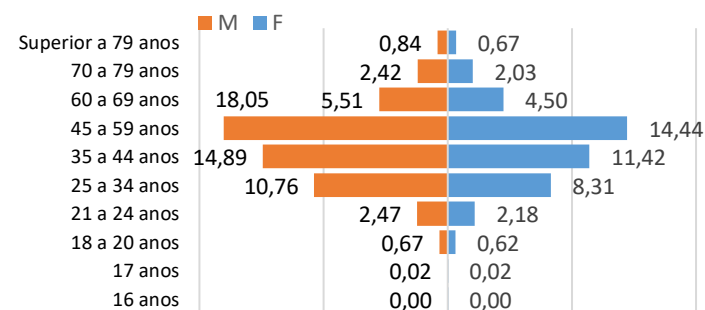


Gráfico 8. % Pirâmide Etária PSC - 2010

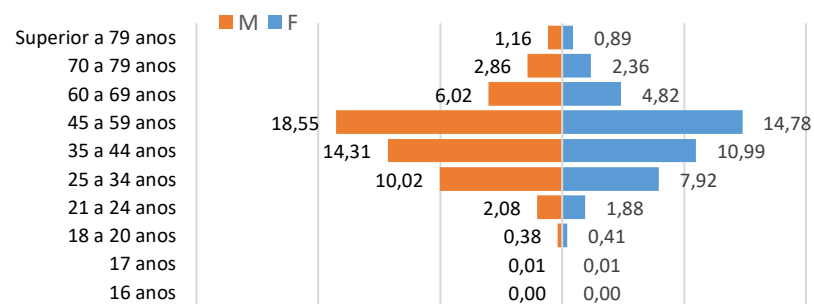
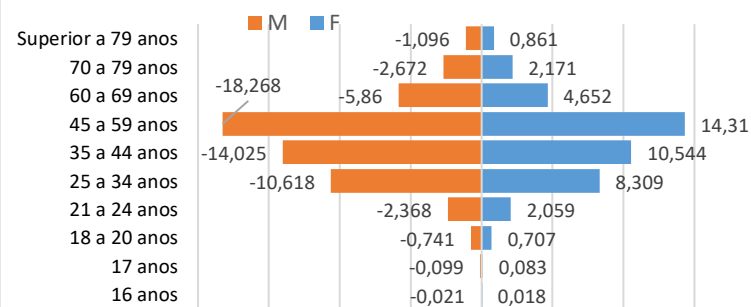


Gráfico 9. % Pirâmide Etária PSC - 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Gráfico 10. % Pirâmide Etária PSC - 2012

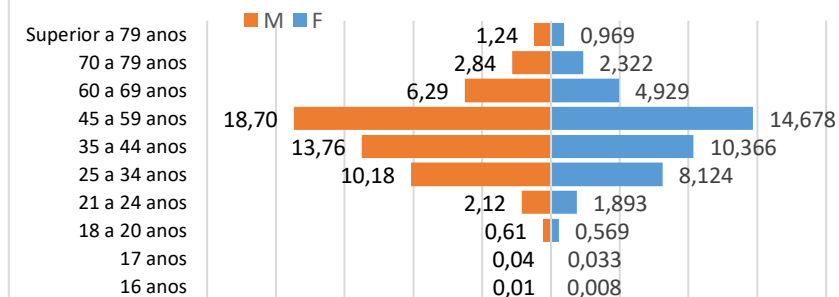


Gráfico 11. % Pirâmide Etária PSC - 2013

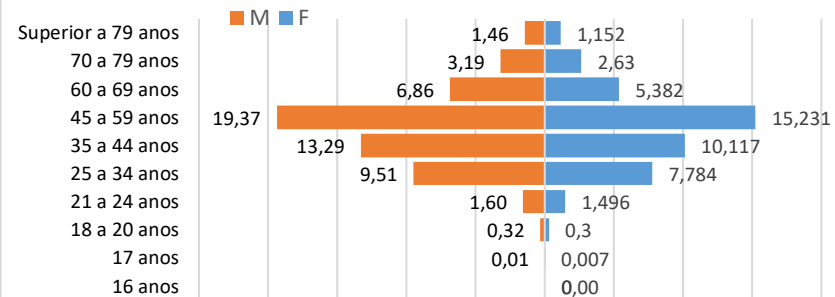


Gráfico 12. % Pirâmide Etária PSC - 2014

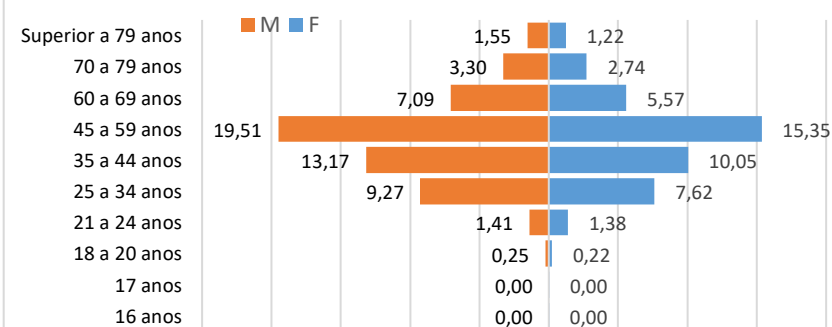
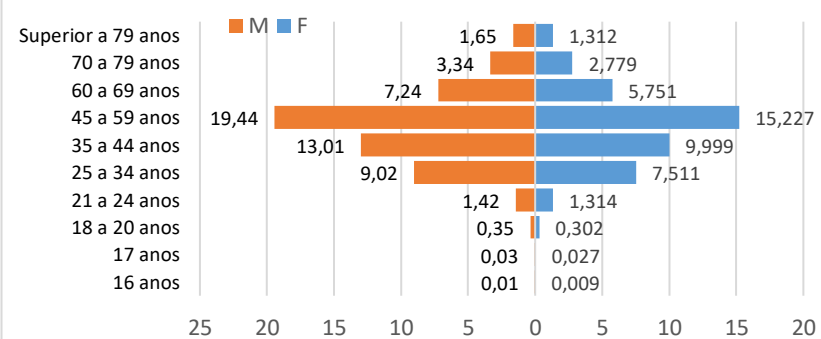


Gráfico 13. % Pirâmide Etária PSC - 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Gráfico 14. % Pirâmide Etária PSC - 2016

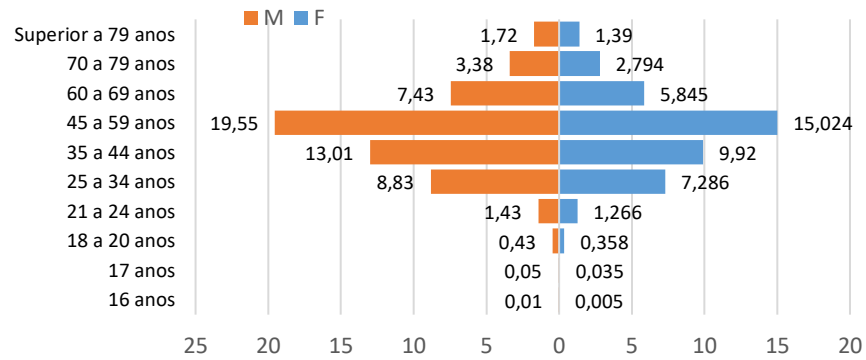


Gráfico 15. % Pirâmide Etária PSC - 2017

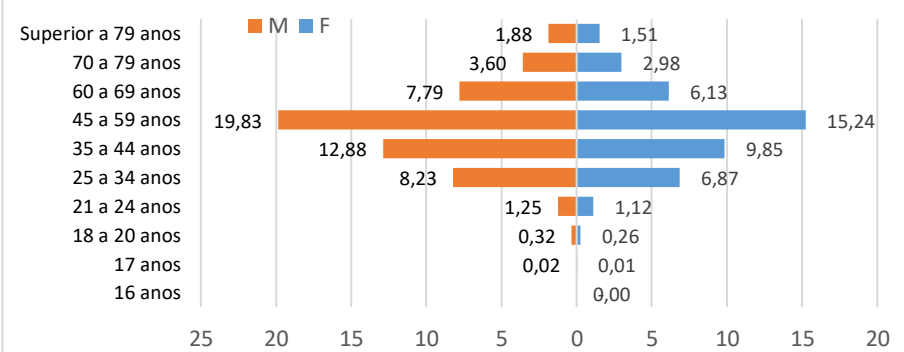
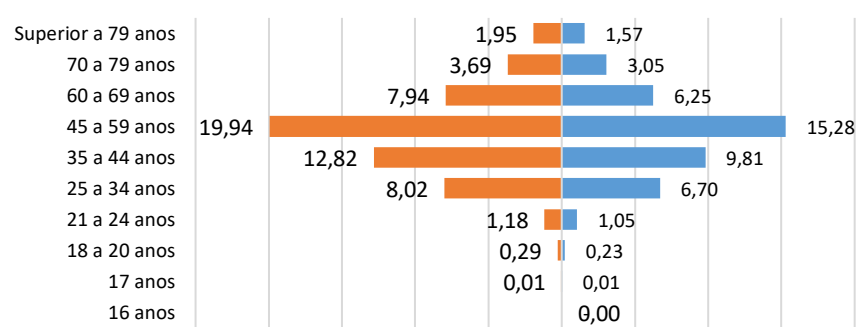


Gráfico 16. % Pirâmide Etária PSC - 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

O padrão geral descrito pela literatura indica que os filiados são, em sua maioria, homens, mais velhos, mais educados, e com rendimentos maiores que a média da população (RIBEIRO, 2014 p. 18). Semelhante à média nacional, a maior parte dos filiados do PSC são homens entre 45 e 59 anos. O envelhecimento dos filiados tem sido descrito como uma tendência tanto na Europa, como no Brasil (VAN HAUTE; GAUJA 2015; LOCATELLI, 2017). Embora esse fenômeno possa, em parte, ser explicado pelo envelhecimento da população no geral, também pode ser compreendido como um indicativo da democracia interna do PSC. Partidos com maior capilaridade territorial e projeção nacional, como os casos do PT e PSDB, tendem a mobilizar recursos para cultivar laços com os mais jovens, ainda que o retorno destes para com a organização seja no médio e longo prazo (LOCATELLI, 2017). Neste sentido, priorizar filiados mais velhos, com maiores recursos ou com experiência política pode ser mais vantajoso, pois além de dificultar o acesso aos jovens na máquina partidária (AMARAL, 2010), pode também garantir a manutenção do poder nas mãos dos mesmos líderes – reverberando em baixo nível de renovação política.

No Brasil, o menor índice de filiados diz respeito a faixa etária acima de 79 anos. No caso do PSC, diferentemente desse perfil geral, o menor índice se encontra entre os jovens de 16 a 20 anos. A dificuldade de atração de jovens para os quadros de filiados não é algo restrito ao PSC, dado que os partidos políticos brasileiros, no geral, têm dificuldades para atrair indivíduos dessa faixa etária (LOCATELLI, 2017).

Nas eleições de 2018, o PSC fez pela primeira vez uso intensivo de redes sociais e recursos tecnológicos – ferramentas que, nos próximos pleitos, podem ajudar na atração de filiados mais jovens. Entre estas ferramentas, destacamos o WhatsApp, onde o partido envia semanalmente mensagens para qualquer usuário que peça para entrar na lista, com conteúdos sobre datas especiais, programa político, visita à cidades por parte de suas lideranças etc., além das páginas oficiais do PSC no Facebook, Instagram e Twitter – onde são realizadas entrevistas com os parlamentares do partido, com espaço para perguntas dos internautas.

3.2 Implicações das mudanças internas

Quais são as possíveis implicações das mudanças organizacionais, descritas nas seções anteriores, para a performance do PSC na arena eleitoral? Para responder a esta questão, primeiramente é preciso assumir que os partidos políticos são atores estratégicos

que atuam em ambientes específicos e possuem objetivos eleitorais de concorrer eleições de forma eficaz (FRENDREIS; GIBSON; VERTZ, 1990). Logo, o que torna os partidos politicamente interessantes é que sua busca por poder se dá, em especial, por meio de eleições livres (POMPER, 1990).

Seria impossível abordar nesta seção todas as variáveis que influenciam o desempenho eleitoral de um partido. Sabe-se que as articulações intrapartidárias são essenciais para o sucesso eleitoral das siglas, ainda mais se considerarmos a peculiaridade do federalismo brasileiro, “que é organizado a partir da relação entre os três níveis de governo, uma vez que os municípios também são reconhecidos como fontes soberanas de poder político” (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012 p. 992). Nesse cenário, são de suma importância as estratégias das lideranças partidárias e da coordenação das preferências partidárias dos eleitores (BRAGA, 2008). Também destacamos como essencial para o desempenho eleitoral: as coligações partidárias, que são de grande relevância nas eleições proporcionais por favorecer, em algumas situações, partidos menores (NICOLAU, 1996); e a questão do financiamento de campanha, que se impõe como indispensável para o sucesso eleitoral do partido (SAMUELS, 2001; BENOIT e MARSH, 2003; SCARROW, 2007)⁹³.

O crescimento do eleitorado no Brasil é uma evidência da incerteza quanto aos resultados eleitorais, que impõe a todo partido político a dificuldade que este deve enfrentar ao ter que conquistar muitos eleitores⁹⁴ (LIMONGI, 2015). Apresentar candidatos a cargos públicos que sejam viáveis, com reais chances de vitória, não é algo tão simples (LIMONGI; MESQUISTA, 2008), ainda mais se considerarmos a quantidade de candidatos que concorrem nas eleições proporcionais. Força e o sucesso organizacional são realidades distintas, mas a relação entre ambas pode ser testada (POMPER, 1990). A força eleitoral de um partido pode ser mensurada de diversas formas, por meio de votos ganhos, cadeiras conquistadas e formação de governo (JANDA; COLMAN, 1998).

⁹³ Há outras variáveis, além das organizacionais, que podem influenciar o voto: o voto pode ser utilizado pelos eleitores como uma forma de sancionar – positivamente ou não – o desempenho de governos e ou agremiações (MOISÉS, 1990); ser influenciado por questões sociais, tais como gênero, classe social, religião, entre outros (LIPSET, 1967); por escolhas ideológicas e de identificação partidária (SINGER, 2000), entre outros fatores.

⁹⁴ Há 3 grandes correntes teóricas que buscam explicar o comportamento eleitoral: sociológica, a psicológica e a da escolha racional (BORBA, 2005). Embora seja reconhecido por nós a importância dessa discussão teórica sobre as preferências partidárias manifestadas eleitorado, não entraremos nessa seara.

Na tabela abaixo apresentamos os dados referente ao percentual de votos do PSC, em relação ao total de votos para cada cargo, nas últimas eleições:

Tabela 4. Percentual de votos do PSC entre 1998 e 2018

Cargos	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Dep. Federal	0,67	0,59	1,91	3,15	2,59	1,79
Dep. Estadual	1,62	1,2	2,59	3,35	3,31	2,71
Governador	0,12	0,025	0,16	0,8	0,45	3,95
Senador	0,6	0,19	0,16	0,71	0,02	2,41

Fonte: Cepesp, elaboração própria.

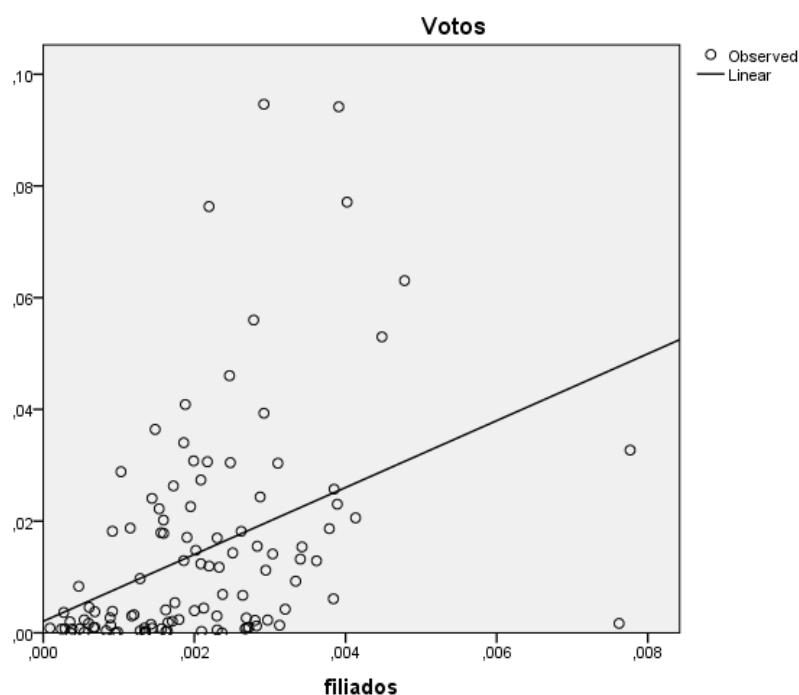
Os dados sugerem um padrão que já foi abordado nas seções anteriores: a melhora do desempenho do partido a partir das eleições de 2006, a primeira com a presença da facção liderada por Everaldo. Nas eleições de 2002, o partido demonstra uma queda na proporção de votos para todos os cargos. A partir de 2006, o partido mais do que dobra o seu percentual de votos, embora ainda apresente um desempenho baixo se comparado com as grandes agremiações. Os resultados da Tabela 4 ainda apontam para queda do percentual de votos nas duas últimas eleições. Essa queda pode ser efeito do sistema eleitoral, que tem influência direta sobre o número de partidos (o formato do sistema partidário), uma vez que estabelece como os votos são traduzidos em assentos parlamentares (SARTORI, 1982). Não por acaso, PT e PSDB⁹⁵ também sofreram quedas no percentual de votos para os cargos de deputado federal e estadual. Outras variáveis também podem ter influenciado a queda no percentual de votos para esses cargos nas eleições de 2014 e 2018, como o aumento dos votos brancos e nulos, processo em ascensão desde as eleições de 2014, que indica um rechaço às opções políticas. Também é necessário citar o caráter excepcional das eleições de 2018. Com exceção do último pleito, a polarização da competição presidencial em torno do PT e PSDB foi um fenômeno observado e estudado há vários ciclos eleitorais (LIMONGI; CORTEZ, 2010; LIMONGI; GUARNIERI, 2014; MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017). As terceiras

⁹⁵ Com relação ao cargo de deputado federal o percentual referente ao desempenho do PT nas últimas eleições foi: 16,79 (2010), 13,92 (2014) e 10,28 (2018). O PSDB também apresentou queda do percentual de votos para o mesmo cargo: 11,58 (2010), 11,39 (2014) e 5,99 (2018). Referente ao percentual de votos para deputado estadual o PT: 15,05 (2010), 12,12 (2014) e 8,77 (2018); e o PSDB: 13,19 (2010), 11,05 (2014) e 7,04 (2018).

vias, até então sem grande sucesso eleitoral, tiveram um desfecho diferente com o pleito de 2018, o que garantiu a ascensão do PSL, representado pelo político Jair Bolsonaro. Na arena eleitoral, o PSL teve o maior percentual de votos para deputado federal 11,64%, elegendo a segunda maior bancada na Câmara, o que mudou o quadro político partidário⁹⁶.

Testamos qual efeito a variável “filiados” tem sobre o percentual de votos do PSC. Para tanto, utilizamos regressão linear simples para estimar se o número de filiados tende a aumentar o percentual de votos. Controlamos os dados de ambas as variáveis (votos e filiados), pelo total de eleitores de cada estado.

Figura 2. Número de filiados com relação ao aumento do percentual de votos.



Fonte: Cepesp, elaboração própria.

Os resultados demonstram que há uma associação positiva entre votos e filiados ($p < 0,000017$). Como abordamos na seção acima, os filiados são uma ferramenta organizacional vital para os partidos políticos (SCARROW, 1996). A filiação partidária é uma variável de peso que fornece indicadores sobre o enraizamento social do partido,

⁹⁶ <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564009-PT-E-PSL-ELEGEM-AS-MAIORES-BANCADAS-DA-CAMARA-DOS-DEPUTADOS.html>.

além de ser uma fonte legitimidade (VAN HAUTE; GAUJA, 2015; LOCATELLI, 2016). A filiação partidária permite que os cidadãos assumam posições de responsabilidade política e, ao mesmo tempo, produza dividendos eleitorais (SCARROW, 1996).

Por conseguinte, testamos qual efeito a variável “comissões” tem sobre o percentual de votos do PSC. Também utilizamos regressão linear simples, mas para estimar se o número de comissões provisórias tende a aumentar o percentual de votos. Controlamos os dados de ambas as variáveis (votos e comissões), pelo total de eleitores de cada UE. Não houve associação positiva entre as variáveis. Isso não significa que a variável “comissões” não seja importante para o percentual de votos. Vale lembrar, como descrito anteriormente, que há uma associação positiva entre filiados e comissões. Os órgãos partidários são essenciais para o recrutamento de filiados.

O aumento do percentual de votos para governador nas eleições de 2018 é justificado, em parte, pela vitória do PSC nos estados do Rio de Janeiro e Amazonas. Nesse pleito, o PSC lançou apenas 3 candidatos⁹⁷ para o cargo de governador. O ex-juiz federal Wilson Witzel foi eleito pelo RJ, no segundo turno, com mais de 3 milhões de votos, e Wilson Lima foi eleito na AM com mais de 500 mil votos.

Nas eleições para o governo do RJ, Witzel atrelou o seu discurso político ao de Jair Bolsonaro (PSL), com proposta de endurecimento contra o crime organizado e a corrupção. Além disso, lançou mão de uma campanha que reforçava sua imagem enquanto um *outsider* na política: “Meu único compromisso é com o povo que me elegeu. Não tenho compromisso com partidos e com políticos. Terei um secretariado técnico”⁹⁸. No primeiro turno, durante ato de campanha de Witzel, Daniel Silveira, à época candidato a deputado federal pelo PSL, e Rodrigo Amorim, candidato a deputado estadual pelo mesmo partido, quebraram uma placa que estava disposta em homenagem a vereadora do RJ, Marielle Franco, assassinada em março de 2018. Esse fato, ocorrido durante campanha eleitoral do candidato PSC, mas com a participação de candidatos do PSL, demonstra a aproximação do candidato junto a políticos ligados ao PSL, o que pode ter favorecido sua campanha política.

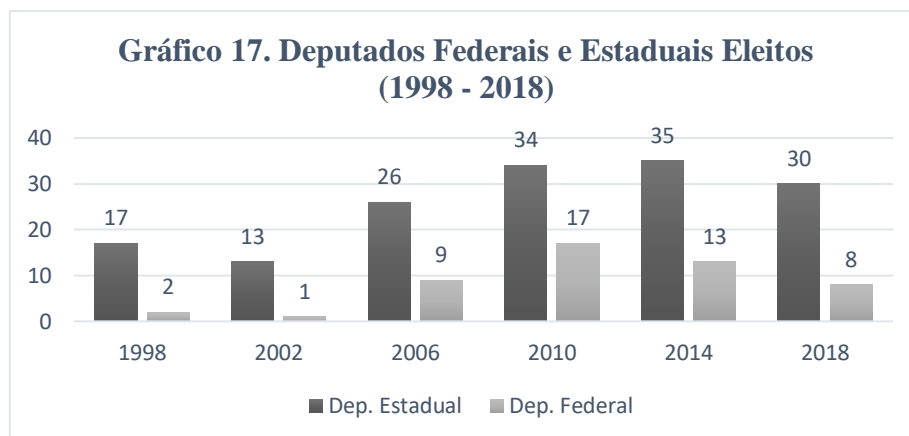
O pleito de 2018 garantiu ao PSC, pela primeira vez, a vitória para cargos do executivo estadual. Witzel, pelo Rio de Janeiro, foi eleito em 2º turno com 59,87% dos votos, após derrotar o político Ricardo Paes-DEM; enquanto Wilson Lima foi eleito pelo

⁹⁷ Concorreram nessa categoria: Wilson Lima (AM), Valter Rebelo (PI) e Wilson Witzel (RJ).

⁹⁸ Fonte: uol eleições, disponível em: <https://www.uol/eleicoes/especiais/wilson-witzel-e-eleito-governador-do-rio-de-janeiro.htm#um-ex-juiz-na-onda-bolsonaro>.

estado do Amazonas, em segundo turno, após vencer o candidato do PDT, Amazonino Mendes.

No tocante a conquistas de cadeiras no legislativo, essa melhora do percentual de votos é acompanhada pelo aumento do número de eleitos, como pode ser observado no gráfico abaixo:



Fonte: TSE, elaboração própria.

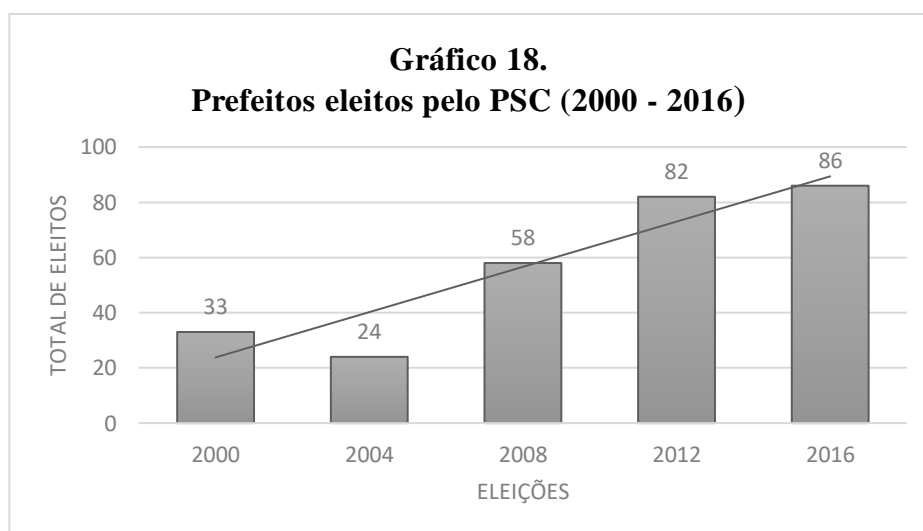
Como era esperado, as duas últimas eleições representaram queda do número de eleitos para o cargo de deputado federal. Ainda assim, antes do pleito de 2006 o PSC contava apenas com um deputado federal eleito. Com exceção do pleito de 2014, o PSC sempre elegeu pelo menos um deputado federal representando o estado do Rio de Janeiro. Como já abordamos nas seções anteriores, há uma relação especial do partido com o estado do RJ, mediada, principalmente, pela participação de Ronald Ázaro e, posteriormente, reforçada pela presença do Pastor Everaldo.

No estado de Minas Gerais, local de nascimento da sigla, o PSC nunca conseguiu eleger mais do que 1 deputado para a mesma legislatura. No pleito de 2010, o PSC elegeu 4 representantes para o cargo de deputado federal, do estado do Paraná. O bom desempenho no estado foi resultado da eleição do político Ratinho Junior, que conseguiu mais de 350 mil votos, batendo o recorde do estado. Os puxadores de voto são um ativo importante, pois dada as características do nosso sistema eleitoral, “os votos acumulados por esses candidatos auxiliam na eleição de outros candidatos do mesmo partido ou coligação” (BRAGA; AMARAL, 2013 p. 37). Algo parecido ocorreu no estado de São Paulo, com a reeleição do Pastor Marco Feliciano, com quase 400 mil votos, o que lhe rendeu o status de terceiro deputado mais bem votado no estado.

No tocante ao cargo de deputado estadual, no pleito de 1998 o PSC conseguiu eleger deputados estaduais em 13 estados; no pleito de 2002 em apenas 9; em 2006

conseguiu eleger deputados em 13 estados; no pleito de 2010 em 17; no de 2014 em 15 estados; e no último em 13 estados⁹⁹. Os estados da Bahia, Rio de Janeiro e Sergipe em todas eleições conseguiram eleger ao menos 1 deputado estadual, entre 1998 e 2018.

Os dados também apontam para o crescimento no número de eleitos. Nas eleições de 2002, o partido elegeu 13 deputados e no pleito de 2006 dobrou esse número, elegendo 26 parlamentares. Mais uma vez, embora a história do PSC nos remeta ao estado de Minas Gerais, o desempenho do partido na região é muito baixo no que diz respeito a eleição de deputados estaduais. O mesmo pode ser dito com relação ao estado do Rio de Janeiro, que apesar de sempre ter eleito representantes pelo PSC, possui um baixo desempenho. Ainda assim, é notável que após 2006 o PSC expandiu o número de estados em que conseguiu eleger deputados estaduais e ampliou notavelmente o número de eleitos.



Fonte: Cepesp, elaboração própria.

No que diz respeito ao total de prefeitos eleitos pelo PSC, o crescimento ocorre somente a partir das eleições de 2008 e, diferente das eleições nacionais, o desempenho do partido não sofreu baixas nos dois últimos pleitos. O PSC é um dos poucos partidos que, desde o pleito de 2014, se declarou como uma organização partidária conservadora de direita. Após o *impeachment* da presidenta Dilma, é possível observar um crescente discurso de defesa dos valores tradicionais e intolerância quanto à violência, com medidas polêmicas. Neste sentido, até 2016, o PSC tinha poucos partidos disputando o mesmo

⁹⁹ Apêndice F, quadro completo de eleitos para o cargo de deputado estadual; Apêndice G, quadro completo de eleitos para o cargo de deputado federal.

território de caça e com discursos semelhantes. Esse cenário pode ter contribuído para o crescimento do partido nas eleições locais. Após esse período é possível observar um realinhamento ideológico do sistema partidário, impulsionado por agremiações como o PSL e NOVO, com discursos semelhantes ao do Pastor Everaldo, nas eleições de 2014.

Considerações parciais

Encerramos este capítulo com algumas considerações importantes. A primeira consiste em frisar a importância de análises intrapartidárias dos partidos políticos pequenos, como o PSC. Apesar de ser compreensível a exclusão de agremiações menores em grande parte dos estudos sobre partidos políticos e sistema partidário, esta exclusão não é justificável, pois muitas das condições relacionadas ao declínio de grandes agremiações, podem ser propícias ao aumento e sucesso dos partidos menores (PEDERSEN, 1982). Na Europa, a crise do euro e o aumento da pressão social por meio de protestos e grupos organizados levou em alguns países partidos políticos pequenos a tornarem-se centrais na região (CORDERO; COLLIER, 2018).

Demonstramos que a estrutura interna do PSC mudou ao longo do tempo. A partir da entrada de uma nova facção no partido, em 2003, liderada pelo Pastor Everaldo, a composição social da CEN mudou e passou a ser composta principalmente por representantes das igrejas evangélicas, em especial da Assembleia de Deus. No que tange as regras internas, uma reforma estatutária mais ampla ocorreu no ano de 2007, o que garantiu à sigla a prorrogação dos mandatos da CEN por um período de quatro anos, além de descrever de forma mais detalhada as funções de cada categoria de membros do partido.

Sobre a máquina partidária, embora a sigla continue controlada por um grupo pequeno de líderes, esse controle mudou de facção ao longo dos anos. A divisão de cargos da CEN acordada entre as lideranças dessas facções – Vitor Nólseis e Pastor Everaldo –, com o passar dos anos, foi substituída por uma maior representação de políticos ligados a este último. Contudo, a centralização das decisões internas na CEN é uma característica do PSC que não foi modificada ao longo do tempo, nem mesmo sob a liderança de uma nova facção, pois sua estrutura interna continua organizada por meio de comissões provisórias, e sem mecanismos de inclusão que pudessem garantir a participação mais efetiva dos filiados.

A maior mudança na sigla foi observada com relação a expansão de sua estrutura interna e penetração territorial. Até 2002, o PSC possuía comissões provisórias somente em 8 estados, e atualmente está presente em todos os estados do Brasil. O percentual de comissões, tendo em vista o número de municípios, mais que dobrou em grande parte dos estados brasileiros. Como consequência, o percentual de filiados do PSC, com exceção do estado do Ceará, cresceu significativamente. Em números absolutos, entre os anos de 2010 e 2017, o PSC obteve aumento e/ou não perdeu filiados, diferente de alguns partidos com maior representação política, como o DEM e PP, que têm experienciado queda nos seus quadros de filiados durante esse período.

Essas mudanças influenciaram a performance do partido na arena eleitoral. Sobre a oferta de candidatos, nas eleições de 1998, o partido concorreu em 74% dos estados brasileiros, entre 2002 e 2006, alcançou 85% e, após esses pleitos, lançou candidatos em todos os estados do Brasil. Se considerarmos como referência o pleito de 2002, anterior a entrada da nova facção, o percentual de votos do PSC para os cargos de deputado federal e estadual mais que dobrou. Nas duas últimas eleições, o percentual de votos do partido caiu, seguindo a tendência de outros partidos políticos, como possível consequência da deterioração do nosso sistema eleitoral e crescimento da fragmentação partidária. O aumento do percentual de votos do PSC nas eleições de 2018 para o cargo de governador pode ser em parte explicado pela performance do partido nos estados do Amazonas e Rio de Janeiro, em especial este último, logradouro do Diretório Nacional do PSC.

Como era esperado, o número de eleitos para os cargos de deputado federal e estadual, quando comparados com as eleições anteriores ao pleito de 2002, demonstra significativa melhora da performance do partido, que passou de 1 para 9 representantes na Câmara dos Deputados, e de 13 para 26 deputados estaduais eleitos.

A partir desses dados, concluímos que ocorreram mudanças internas na sigla, com significativa ampliação da estrutura interna do partido e melhora no desempenho eleitoral, após a entrada de uma nova facção política, ligada ao segmento evangélico e liderada pelo Pastor Everaldo.

CAPÍTULO 4: MUDANÇAS INTERNAS NA ESTRUTURAÇÃO DA COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA: SELEÇÃO DE CANDIDATOS E FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

O controle sobre o recrutamento de indivíduos para participar dos diferentes níveis da organização demanda um poder organizativo notável (PANEBIANCO, 2005). Em muitos casos, a autoridade decisória difere entre as atividades, e o recrutamento é dividido de forma a não ser incomum que um grupo decida sobre a seleção dos líderes, outro sobre a seleção de candidatos e assim por diante (CROSS; KATZ, 2013). Como tal processo descrito por Panebianco tem sentido amplo, ou seja, tanto das listas de filiados aos aspirantes as “carreiras” internas, nossa atenção será direcionada a seleção de candidatos. Isso porque a seleção de políticos é uma questão chave para a qualidade da democracia, uma vez que o candidato eleito para o seu respectivo cargo tem a responsabilidade de controlar os governos e de fazer leis e, portanto, tem um grande impacto na sociedade e na imagem do partido (CORDERO; COLLIER, 2018). Por sua vez, embora de grande importância, o processo de seleção de candidatos ocorre fora dos olhares da mídia e do público em geral e, muitas vezes, até por práticas informais e obscuras (HAZAN; RAHAT, 2001; CORDERO; COLLIER, 2018).

O objetivo deste capítulo é entender quem possui o domínio sobre a seleção de candidatos e financiamento de campanhas por meio da lista de candidatos. São duas as nossas hipóteses: 1) a partir da presença de uma nova coalizão dominante, representada pelo pastor Everaldo e seus correligionários religiosos na CEN, o território de caça do PSC mudou e, conseqüentemente, o recrutamento de evangélicos para compor as listas de candidatos cresceu nas últimas eleições; 2) para favorecer esse grupo de políticos religiosos, o partido tem privilegiado esses atores na distribuição das receitas eleitorais. Com relação a primeira hipótese, recorreremos as listas dos candidatos e as pistas eleitorais fornecidas por estes em períodos eleitorais; para a segunda, utilizamos “dinheiro” como variável dependente e a religião dos candidatos como variável explicativa.

4.1 Recrutamento de candidatos

Cada agremiação partidária, sob os constrangimentos impostos por questões legais, escolhe como se organizar internamente, de modo a refletir sua visão de práticas internas apropriadas – democráticas ou não – de acordo com o seu próprio interesse

(CROSS; KATZ, 2013). As regras de seleção de candidatos estão diretamente relacionadas com os parâmetros democráticos: participação, representação, competição e capacidade de resposta (HAZAN; RAHAT, 2010). Os partidos políticos enquanto canais de representação oferecem os meios para articulação e implementação das demandas dos governados, como forma de expressão de suas reivindicações (SARTORI, 1982). Para cumprirem tal tarefa, no entanto, a fim de transformar metas em ações políticas, as agremiações precisam recrutar políticos que atendam ao programa partidário (BOLOGNESI, 2013). Pesquisas sobre a seleção de candidatos identificaram que há uma conexão entre a representação demográfica e o tipo de sistema eleitoral utilizado (HAZAN; RAHAT, 2010).

No caso do Brasil, como visto no capítulo 3, são as instâncias decisórias em cada nível que são responsáveis pelo processo de seleção de candidatos à cargos eletivos. Em termos da conformação das listas para o Legislativo, a representação proporcional de lista aberta e as regras eleitorais permitem que para Câmara dos Deputados um partido apresente uma lista com até uma vez e meia (1,5) o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; em caso de coligação esse número é de 2 vezes; em circunscrições que possam eleger até 20 representantes, uma agremiação pode lançar até o dobro de candidatos (NICOLAU; POWER, 2007 p. 100). A adoção de lista aberta, que permite exclusivamente aos eleitores a definição dos nomes dos eleitos, incentiva os partidos a atrair nomes de lideranças e personalidades com popularidade (NICOLAU, 2012).

Oro (2003 p. 100) descreve que antes de cada eleição a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD realiza um recenseamento dos seus fiéis para ter conhecimento da situação eleitoral dos seus membros. Esses dados passam a ser compartilhados com os bispos regionais, que a partir daí decidem sobre quantos e quem lançar como candidato (IDEM, 2003).

Outra Igreja com grande organização sobre o processo de escolha dos seus candidatos é a Igreja Evangelho Quadrangular - IEQ. Primeiramente é apresentado os fiéis que querem entrar para o ramo da política partidária, logo em seguida é realizado um pleito interno que define quais serão os candidatos oficiais e suas agremiações (SCHOENFELDER; PAZ, 2006 p. 28). Em ambos os casos, a consulta sobre candidatos e agremiações é realizada entre o corpo eclesial da igreja, não estendida para os fiéis no

geral (IDEM, 2006). Nas eleições¹⁰⁰ de 2014, o número de candidatos declarados como “evangélicos” cresceu 45%, aumento superior ao de candidatos, no geral, das duas eleições anteriores ao pleito de 2014, que foi de 12,5%.

Os métodos de seleção de candidatos são os mecanismos partidários particulares não padronizados e, em sua maioria, não regulamentados pelos quais os partidos políticos escolhem seus candidatos para eleições gerais (HAZAN; RAZAT, 2010). A decisão sobre as listas dos candidatos do PSC, de acordo com o estatuto da agremiação

[...] a cargos nacionais caberá à Comissão Executiva Nacional, de cargos de representação estadual, caberá à Comissão Executiva ou Comissão Provisória Regional bem como a indicação de candidatos a Prefeito e vereadores nas Capitais dos Estados. Nos demais municípios, caberá à Comissão Executiva ou Comissão Provisória Municipal. Em todos os casos elencados neste artigo os membros funcionarão como convencionais em suas devidas jurisdições e circunscrições (Art. 58 ESTATUTO).

Como o partido somente possui comissões provisórias, a possibilidade de intervenção da CEN nesse tipo de decisão se torna muito maior. Caso uma Comissão Provisória decida pela candidatura de políticos que desagrade a CEN, esta pode dissolver sem maiores problemas tal comissão. Questionamos Vitor Nösseis sobre possíveis estratégias e coordenações utilizadas pelo PSC na formação de listas de candidatos. De acordo com o político mineiro

Se você está num partido político que esteja sendo criado agora e propõe isso e aquilo, você não tem condição de criar muita estratégia. Você tem a simpatia, a antipatia e o desejo das pessoas de se filiarem ao partido até para poderem se candidatar [...] Então pessoas que nutriam a simpatia pelo símbolo do peixe [...] saíram candidatos [...] você tem que deixar não tem saída, você não tem recurso pra poder impor qualquer doutrina, você tem que fazer de forma gradativa. Foi a intenção da escola de líderes [...] era ali que nós íamos amalgamar [...].

De acordo com Nösseis, ficava a cargo dos próprios candidatos resolver os impasses entre dois candidatos numa mesma região, que eles por si só deveriam chegar em um denominador comum, sem a necessidade de intervenção do partido. Ainda

¹⁰⁰ Dados retirados de matéria publicada no Estadão 31/07/2014: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidatos-evangelicos-crescem-45-entre-eleicoes-de-2010-e-2014,1536964>

segundo o político mineiro, também não era do seu conhecimento se havia alguma pré-seleção de candidatos dentro de alguma igreja. Perguntamos também sobre a aplicação do fundo partidário e, de acordo com Nósseis:

[...] Essa foi uma questão que me deixou muito agastado, eles queriam utilizar, nuns tempos foi o que desencadeou a situação toda, queriam utilizar o fundo partidário e as doações das empresas Odebrecht etc., com os candidatos deles, das igrejas evangélicas e da confiança do pastor Everaldo. [...] No meu tempo, em que eu poderia dar a direção, era feito igualmente, nós pagávamos os programas em rede nacional ou regional de rádio e TV e distribuíamos igualmente esse tempo, mas eles não queriam [...] Depois começaram a controlar o fundo partidário, foi uma guerra, só você vendo que coisa horrível. Eles queriam os candidatos deles pra tomar conta do partido, o segmento evangélico [...].

Na tentativa de identificar se houve esse direcionamento do fundo partidário para candidatos do segmento evangélico, buscamos indicações nas chamadas “*cues*”¹⁰¹ eleitorais. Como o sistema de lista aberta não impõe muitos obstáculos para um candidato (KINZO, 1980; AMES, 2003; NICOLAU, 2011), torna-se favorável a participação de diversos grupos sociais. A fim de identificar possíveis mudanças no perfil dos candidatos do PSC, relacionadas com a entrada do segmento evangélico, recorreremos a possíveis estratégias que estes possam ter recorrido.

Embora alguns recursos eleitorais tenham grande impacto nas eleições, como por exemplo o tempo de TV (SPECK; CERVI, 2016) estes são escassos, tendo em vista o número de candidatos. Como estratégia política, muitos candidatos buscam se diferenciar uns dos outros por meio de pistas eleitorais (“*cues*”) (CERQUEIRA, 2017 p. 30). Essa diferenciação pode operar em duas frentes, por associação de grupos e por estereótipos (BOAS, 2014). Assim, a identificação religiosa por meio de “*cues*” é utilizada como um atalho de informação para o eleitorado (MCDERMOTT, 2009). Nessa esteira, algumas igrejas no Brasil, em especial a IURD, tem desenvolvido estratégias eleitorais com listas de candidatos a cargos públicos oficiais da igreja (BOAS, 2013). As transformações no campo religioso caracterizada pela quebra do monopólio católico e aumento dos evangélicos pentecostais, aliada ao nosso desenho institucional pós 1988, são fatores que contribuíram para o fenômeno dos candidatos ao poder legislativo com apoio oficial das

¹⁰¹ *Cues* eleitoral são pistas que os candidatos costumam fornecer, tais como: Dr., Pastor, Irmão, etc.

denominações evangélicas (LACERDA, 2017 p. 57). Os candidatos oficiais das igrejas, podem contar com o empenho da denominação religiosa em sua eleição e com todo o aparato institucional que esta pode lhe fornecer.

No Brasil, as listas partidárias contam com muitos candidatos, em especial evangélicos, que recorrem a referências religiosas no nome de urna adotado (BOAS, 2013; CERQUEIRA, 2017). Para investigar se houve algum tipo de mudança na seleção de candidatos do PSC que aproximasse o partido do seguimento evangélico, levantamos todos os candidatos para os cargos de deputado federal, estadual, senador e governador, no período entre 1998 a 2018 que utilizaram “*cues*” religiosas no nome de urna. Para tanto, recorreremos a mesma estratégia de Cerqueira (2017 p. 30-31), e extraímos da base todos os candidatos que utilizaram alguma denominação clerical: “pastor”, “bispo”, “ministro”, “irmão”, “presbítero”, “missionário”, “reverendo” e “apóstolo”, além das variações de gênero e possíveis abreviaturas, que foram selecionados para compor o grupo religioso.

Tabela 5. Percentual de Candidatos com “*cues*” religiosas (1998-2018)

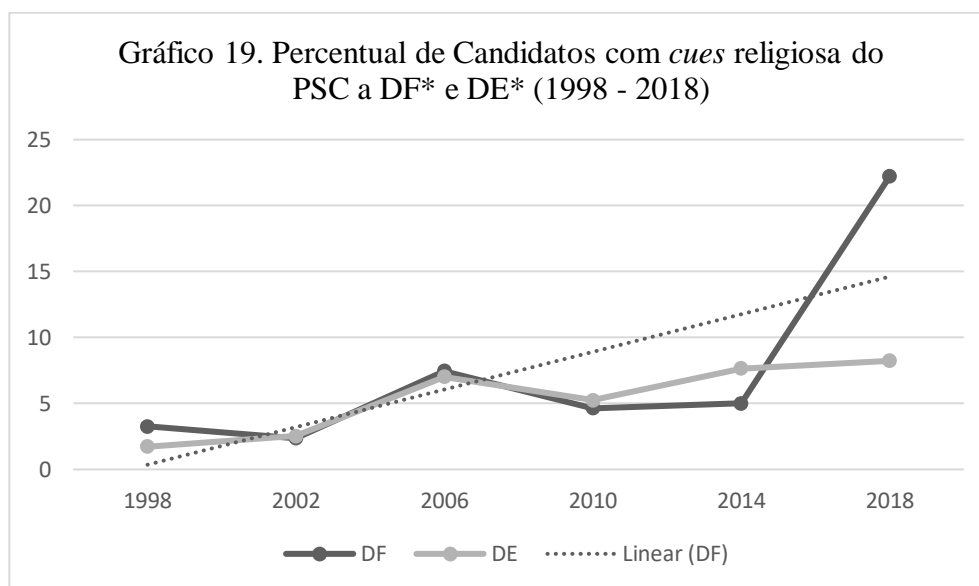
	1998	2002	2006	2010	2014	2018
DF	3,26	2,36	7,46	4,63	5	22,2
DE	1,72	2,52	7,03	5,24	7,66	8,23
Senador	0	0	0	0	0	33,33
Governador	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do CEPESP

Foram retirados do banco de dados todos os candidatos que não conseguiram registro do TSE por questões de renúncia, cassação, problemas com documentação e falecimento.

É visível que o percentual de candidatos do PSC que utilizaram *cues* religiosas aumentou ao longo dos anos. No pleito de 2010, a queda no número de candidatos religiosos não foi um caso isolado do PSC. De acordo com Cerqueira (2017), embora tenha diminuído o número de candidatos religiosos no pleito de 2010, há um aumento na proporção de eleitos. Nos pleitos de 1998 e 2002, nenhum deputado com *cue* religiosa foi eleito pelo PSC. Em 2006 apenas um deputado federal e um estadual que utilizou nomenclatura religiosa foi eleito; no ano de 2010, 4 deputados estaduais e nenhum federal; em 2014 dois deputados federais e 4 deputados estaduais; em 2018 não houve nenhum eleito. Não há correlação entre usar pistas evangélicas e ser eleito. Porém, chama atenção o crescimento do número de candidatos religiosos, em especial para o cargo de

deputado federal no ano de 2018, primeiro pleito para eleições nacionais sem a presença de Vitor Nólseis como membro da CEN.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do CEPESP

DF = Deputado Federal DE = Deputado Estadual

Dentre as pistas religiosas, a que mais se destacou foi o uso da *cue* “pastor” – a mais recorrente de todas. Empregamos o teste Qui-Quadrado (χ^2)¹⁰² para verificar possíveis associações entre o uso desta pista e a variável “candidato a deputado federal”. O resultado demonstra associação positiva de 3,372 com significância estatística ($p < 0,04$).

Seria esperado que o uso de pistas religiosas somada às mudanças sociais no campo religioso, marcada pelo crescimento da proporção de evangélicos no Brasil, tivessem algum efeito maior no sucesso eleitoral dos candidatos cristãos (CERQUEIRA, 2017). Contudo, não encontramos essa associação. É importante destacar que embora muitos candidatos usem pistas religiosas com o intuito de atrair um eleitorado religioso, são poucos os que realmente possuem um apoio oficial da igreja¹⁰³ (LACERDA, 2017). Apesar de não termos acesso as listas de candidatos oficiais da AD ao legislativo, há grandes chances de que a maioria dos políticos que utilizaram *cues* não sejam candidatos oficiais – por uma questão de limitação de recursos dessas instituições. O apoio da igreja

¹⁰² Como as variáveis são categóricas, para avaliar se há associação entre elas utilizamos o teste qui-quadrado de Pearson.

¹⁰³ Lacerda (2017 p. 59) define o candidato oficial como “aquele cuja candidatura é promovida aos fiéis de uma igreja e cujo desempenho eleitoral depende em considerável medida do apoio dessa igreja”.

enquanto um recurso institucional, oferece ao candidato evangélico um contingente de possíveis votos (LACERDA, 2017), mas é algo restrito a poucos candidatos.

O uso de *cues* pode trazer vantagens e desvantagens aos seus usuários, pois esta fornece aos eleitores uma pista de informação que lhes permite aplicar estereótipos sociais de afiliação religiosa (McDERMOTT, 2009 p. 352). No Quadro 9 abaixo apresentamos todos os candidatos do PSC para Deputado Federal¹⁰⁴, eleitos entre o período de 1998 a 2018, separados por aqueles que utilizaram como recurso alguma pista religiosa ou não.

Quadro 9. Total de Evangélicos eleitos para Deputado Federal

Eleição	N ^a E*.	N ^a E. C*	Demais Eleitos	Total Eleitos
1998	0	0	2	2
2002	0	0	1	1
2006	5	1	3	9
2010	13	0	4	17
2014	7	2	4	13
2018	4	0	4	8

Fonte: Cepesp, elaboração própria

N^a E = Número de Evangélicos Eleitos

N^a E. C = Número de Evangélicos Eleitos que utilizaram pistas religiosas

Não foi possível identificar a religião de todos os candidatos

No ano de 2006, o deputado federal Mario de Oliveira - MG foi eleito e, durante a sua campanha, utilizou a pista “Pr”. Na eleição seguinte foi reeleito, mas abandonou no nome de urna a pista religiosa. De modo contrário, o candidato Marco Feliciano - SP foi eleito no ano de 2010 sem utilizar nenhuma pista religiosa, com pouco mais de 211.000 votos. No pleito seguinte, adotou o uso da pista “Pastor” em seu nome de urna e, após ficar conhecido por sua atuação enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, direcionada à defesa dos valores da família tradicional e contra direitos LGBTs, foi o 3^a candidato a deputado federal mais votado pelo Estado de SP, alcançando mais de 398.000 votos. Outro exemplo é o caso do filho do Pastor Everaldo, evangélico da Assembleia de Deus como o pai, que no pleito de 2006 concorreu pelo estado do RJ

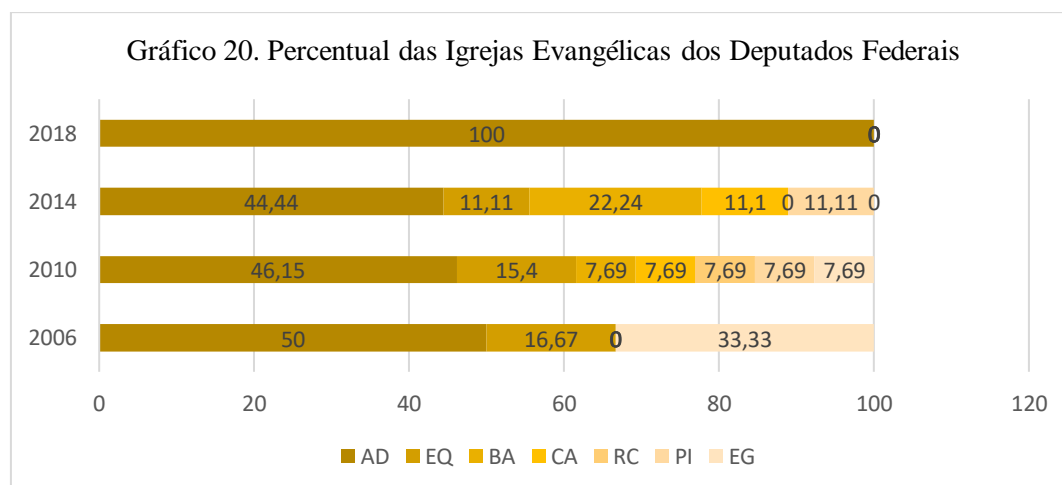
¹⁰⁴ Com relação ao cargo de Deputado Estadual, são poucos os eleitos que utilizaram pista religiosa no nome de urna: em 1998 e 2002, nenhum eleito fez uso de *cues* religiosas; no ano de 2006, apenas 1 deputado; em 2010 e 2014, 4 deputados em cada pleito foi eleito usando pistas religiosas; por fim, em 2018 foram 8 deputados estaduais eleitos com o uso de pistas religiosas. Segue em anexo a lista completa com o nome de urna dos candidatos a deputado estadual.

para o cargo de deputado federal com o nome de urna “Filipe Rio de Cara Nova” e, no pleito seguinte, apenas com o nome “Filipe Pereira”, sem utilizar nenhuma pista religiosa.

De longe, o partido político ao qual o candidato faz parte é o atalho mais acessível que os eleitores costumam utilizar, mas não é a único (McDERMOTT, 2009). Neste sentido, a religião dos candidatos também funciona como um atalho de informação para os eleitores, o que também pode trazer prejuízos aos candidatos. Isso porque, “implícito no mecanismo de estereotipagem, está a noção de que efeitos causais heterogêneos derivam de reações diferentes a uma suposição comum sobre o candidato” (BOAS, 2014 p. 44). Isso significa que embora o uso de pistas possa atrair um certo nicho eleitoral, provavelmente afastará outros.

A literatura tem indicado o possível efeito negativo no uso de *cues* religiosas no caso dos evangélicos (McDERMOTT, 2009; BOAS, 2014; LACERDA, 2017, CERQUEIRA, 2017). Isso pode ser um indicativo do porquê mesmo a bancada do PSC – a partir do pleito de 2006 em diante - ser composta majoritariamente por evangélicos atuantes na Câmara, tais políticos foram eleitos, em sua maioria, sem recorrerem a este tipo de estratégia eleitoral.

Do total de evangélico nos chama atenção as denominações religiosas das quais esses políticos fazem parte.



Fonte: Câmara dos Deputados e DIAP, elaboração própria.

AD = Assembleia de Deus, EQ = Evangelho Quadrangular, BA = Igreja Batista, CA= Catedral do Avivamento, RC = Renascer em Cristo, PI = Presbiteriana Independente e EG = Evangélicos que não declararam a igreja que fazem parte.

O quadro de evangélicos eleitos pelo PSC, para o cargo de Deputado Federal, ligados à Igreja Assembleia de Deus - AD é mais um indício da relação entre o partido e

essa denominação. As Igrejas Assembleia de Deus e Evangelho Quadrangular - EQ adotam o modelo de representação corporativa, entendida como um recurso institucional que certas igrejas oferecem aos seus candidatos oficiais (FREESTON, 1993; LACERDA, 2017). A AD foi uma das primeiras igrejas pentecostais a chegar em solo brasileiro, fundada em 1911.

Nos últimos anos, a AD se fragmentou institucionalmente e apresenta diferenças doutrinárias pontuais, mas sem abrir mão da identidade assembleiana (ALMEIDA, 2017 p. 09). Embora descentralizada, a trajetória dessa denominação está intrinsecamente relacionada com o seu envolvimento na política partidária. A AD e a IURD são as denominações evangélicas com o maior número de representantes na Câmara dos Deputados. Apesar de ser possível encontrar membros da AD espalhados pelo quadro partidário brasileiro, o PSC é a sigla que tem atuado como um importante aglutinador dos representantes dessa igreja (CERQUEIRA, 2017; ALMEIDA, 2017). O Pastor Everaldo, atual presidente da sigla, também é importante liderança da Igreja Assembleia de Deus Ministério da Madureira.

4.2 Financiamento de Campanha

A necessidade de recursos financeiros para a atividade de representação política é de extrema importância nos sistemas democráticos. Como os partidos são organizações essenciais para o funcionamento da democracia estes, como qualquer outra organização, demandam recursos financeiros (FISCHER; EISENSTADT, 2004; ZOVATTO, 2005; CERVI, 2010). Além disso, doar dinheiro para causas políticas é uma forma cívica de participação política (SCARROW, 2007). Pesquisas têm sugerido que as campanhas eleitorais no Brasil estão entre as mais caras do mundo (MAINWARING, 1999; SAMUELS, 2001). Apesar do volume de recursos e a origem dos mesmos – doação pessoa física, jurídica ou partidária – não serem suficientes para explicar o resultado das eleições (CERVI, 2010), os candidatos precisam de dinheiro para mobilizar o eleitorado.

A literatura sobre o impacto do financiamento de candidatos em campanhas eleitorais, em geral, tem demonstrado que o dinheiro é importante para os resultados das eleições (SAMUELS, 2001; BENOIT; MARSH, 2003). Todos os candidatos e partidos políticos, independentemente do tempo que dispõe na mídia, precisam de pelo menos algum dinheiro para desenvolver e divulgar suas visões de bem público (SACARROW, 2009). Não cabe para os fins deste trabalho discutir as diferenças e implicações do

financiamento público e privado de campanhas eleitorais, embora seja reconhecida por nós a importância dessa temática. Neste sentido, não estamos interessando em analisar o impacto de doações sobre recompensas futuras de seus doadores.

Nosso foco é investigar como se deu a distribuição do dinheiro para campanhas eleitorais do PSC, visando verificar se houve ou não estratégia do partido para favorecer certos candidatos em detrimento de outros. Isso porque as finanças partidárias são importantes na área de representação e processos democráticos, pois por meio delas é possível identificar aspectos organizacionais relacionados com a prática partidária mais geral (CERVI, 2010 p. 139).

No sistema de lista aberta adotado pelo Brasil, muitas vezes o controle das listas de candidatos fica a cargo dos estados (SAMUELS, 2011). Respeitando as normas constitucionais e legais qualquer cidadão pode almejar um cargo eletivo. Neste sentido, os gastos de campanha eleitoral, principalmente no caso de novos aspirantes, são importantes para os candidatos que precisam se apresentar e se fazer conhecer, entre os eleitores (JACOBSON, 1978). Cada partido ou coligação pode registrar candidatos até 150% do número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados e Assembleias legislativas, e nos estados em que o número de cadeiras for superior a 12 é permitido o registro de até 200% das respectivas vagas¹⁰⁵.

Grande parcela do volume de doações não são alocadas diretamente sobre os candidatos individuais, mas dirigidas para os comitês e diretórios partidários que redistribuem os recursos de forma estratégica entre os seus filiados (FONSECA, 2017). Portanto, ainda que exista uma correlação entre gastos de campanha e resultados eleitorais, esses gastos, por sua vez, são realizados com base em projeções sobre possíveis resultados (BOURDOUKAN, 2009). Como os recursos financeiros das agremiações são limitados, embora argumenta-se que todo cidadão tem direito à participação política, a proporção de distribuição financeira entre os candidatos não é a mesma (FISCHER; EISENSTADT, 2004).

Neste sentido, buscamos investigar quais candidatos receberam mais doações provenientes dos órgãos partidários estadual e nacional. Utilizamos os dados do TSE referente a prestação final dos candidatos a deputado federal do PSC nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Por conseguinte, analisamos a alocação de recursos provenientes tanto do fundo partidário, quanto de doações de empresas ou pessoas físicas por parte dos

¹⁰⁵ Resolução TSE, disponível em <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/resolucao-define-regras-para-escolha-e-registro-dos-candidatos-das-eleicoes-gerais-2018>.

órgãos partidários que foram repassadas para os candidatos. Como as coligações partidárias têm por objetivo ampliar as chances eleitorais dos partidos políticos, a partir de cálculos estratégicos de custos e benefícios (CARREIRÃO, 2006), também contabilizamos as doações provenientes de outros partidos políticos. Para tanto, assumimos que tais recursos fazem parte de coligações, ou acordos partidários durante o período eleitoral e, neste sentido, devem passar pela coordenação das elites partidárias.

Para nossa análise tratamos de separar os dados em dois grupos: financiamento partidário, que diz respeito as receitas advindas dos órgãos partidários, coligações e candidatos¹⁰⁶ (partidários ou da coligação); e demais financiamentos que engloba financiamento de pessoa física e jurídica (neste caso doação feita diretamente para o candidato). As quatro eleições analisadas ocorreram antes das mudanças acerca do financiamento de campanha. Sendo assim, contaram com financiamento de empresas e não possuíam limite de gastos de acordo com o cargo do candidato.

A tabela 6 abaixo sumariza a distribuição geral do financiamento eleitoral realizada somente pelos órgãos partidários do PSC e coligações/acordos entre partidos.

Tabela 6. Percentual de doações do financiamento eleitoral do PSC

Valor	Eleições			
	2002	2006	2010	2014
0	96,10	64,7	27,83	31,01
Até 100,00	0,8	0,49	2,06	0
Entre 100,00 - 1.000,00	0,8	8,82	9,79	9,49
Entre 1.000,00 - 10.000,00	2,3	20,09	38,14	33,54
Entre 10.000,00 - 50.000,00	0	4,9	7,731	13,29
Entre 50.000,00 - 100.000,00	0	0,49	3,6	1,89
Entre 100.000,00 - 500.000,00	0	0,49	8,76	6,32
Entre 500.000,00 - 1.000.000,00	0	0	0,51	3,16
Acima de 1.000.000,00	0	0	1,54	1,26

Fonte: TSE, elaboração própria.

É preciso fazer algumas observações com relação aos dados das receitas dos candidatos. A única fonte de dados oficial é a do TSE, que se limita no cumprimento de formalidades previstas em lei (CERVI, 2010). Assim, o alto percentual de candidatos que

¹⁰⁶ Consideramos aqui candidatos que doaram por meio de CNPJ para si mesmo ou outros candidatos. Quando o candidato doou por meio do próprio CPF, este foi considerado como doação de pessoa física.

não receberam qualquer ajuda de custo por parte do partido pode estar relacionado com outros fatores. Nas buscas realizadas pelo TSE, apesar do sistema encontrar os nomes desses candidatos, quando solicitada a receita referente a campanha eleitoral, aparece a informação “não foi encontrado nenhum resultado para esta pesquisa”. Isso sugere que o candidato não possui nenhuma receita ou que não declarou a prestação de contas.

Os dados indicam que grande parte dos candidatos, a partir das eleições de 2006, receberam entre R\$100 e R\$10.000. Nas eleições de 2002, o percentual de candidatos com doações provenientes dos órgãos partidário do PSC e ou coligações não alcançou nem 5%. Também constatamos que após o pleito de 2002 cresceu o percentual de candidatos com campanhas mais caras.

A média das receitas – referente aos valores repassados pelos órgãos partidários do PSC e coligações – no ano de 2002 foi de R\$154,08 por candidato, com desvio padrão de R\$986,01; em 2006 foi de R\$3.166,33 por candidato, com desvio padrão de R\$ 16.033,77; no ano de 2010 a média foi de R\$ 62.618,96, com desvio padrão de R\$ 302.296,68; e em 2014 a média foi de R\$ 56.698,57, com desvio padrão de R\$ 197.300,77.

Também testamos se há diferenças dos valores investidos pelo partido nas campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos para o cargo de deputado federal. Consideramos evangélicos aqueles que utilizaram pistas religiosas e/ou se declararam como pertencentes dessa vertente cristã. Para tanto, realizamos um teste de diferença de médias (ANOVA) considerando candidatos evangélicos e não evangélicos¹⁰⁷.

Tabela 7. Diferença de Médias das Receitas dos Candidatos do PSC

Eleição	Média Evangélicos	Média Outros
2006*	R\$12.866,39	R\$ 2.053,21
2010**	R\$323.505,78	R\$25.787,88
2014***	R\$225.582,10	R\$33.613,76

* $p < 0,003$ ** $p < 0,00004$ *** $p < 0,00005$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

¹⁰⁷ Não aplicamos o teste para o ano de 2002, pois apenas 3 candidatos se declararam evangélicos e nenhum deles recebeu dinheiro provenientes do PSC.

De acordo com a Tabela 6, as diferenças de receitas entre candidatos evangélicos e os demais, provenientes dos órgãos partidários do PSC, foram estatisticamente significantes para os pleitos analisados. As médias dos candidatos evangélicos foi superior às dos demais, revelando a alta concentração dos recursos nesses candidatos. Aplicamos o mesmo teste, mas dessa vez considerando a receita total de dinheiro arrecadado pelo candidato.

Tabela 8. Diferença de Médias das Receitas totais dos Candidatos do PSC

Eleição	Média Evangélicos	Média Outros
2006*	R\$75.029,79	R\$ 17.357, 92
2010**	R\$551.000,12	R\$74.032,64
2014***	R\$458.026,10	R\$120.712,26

* $p < 0,00054$ ** $p < 0,00001$ *** $p < 0,004$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Assim como na tabela anterior, a média das receitas totais dos candidatos evangélicos é significativamente maior, quando comparada com a média dos demais. Os dados demonstram que o PSC nos pleitos analisados, entre outras estratégias, privilegiou os candidatos evangélicos em relação aos repasses das receitas dos órgãos partidários e coligações. É importante pontuar que antes das eleições de 2006, o PSC não era uma agremiação associada aos evangélicos. Isso passou a acontecer somente após esse pleito, quando o partido elegeu uma bancada com 9 deputados, sendo destes 6 evangélicos.

A variada gama de partidos políticos no Brasil faz com que a concorrência em torno dos eleitores evangélicos seja grande (ALMEIDA, 2004). Como abordamos acima, o uso de pistas religiosas pode ser um meio de atrair esses eleitores. No pleito de 2006, a primeira eleição nacional com a participação do pastor Everaldo e seu grupo, mais que triplicou o número desses candidatos. Até então, o PSC não tinha nenhum incumbente disputando para cargos de deputado federal, e nem tampouco era um partido associada ao segmento religioso. É de se esperar que o partido tenha investido mais no segmento evangélico no pleito de 2006, tendo em vista que é necessário recursos para se investir em atividades orientadas para conseguir o voto.

Nas eleições de 2010, o PSC passa a contar com incumbentes na disputa por cadeiras no Congresso Nacional. A literatura sobre essa temática tem demonstrado que

candidatos incumbentes à reeleição, tem conseguido maiores receitas (MANCUSO, 2015). Assim, as diferenças são visíveis se considerarmos eleitos e não eleitos, além de políticos que buscaram a reeleição. Na tabela 9 abaixo mostramos os valores investidos pelo partido e coligações nos candidatos que buscaram a reeleição¹⁰⁸ nos pleitos de 2010 e 2014.

Tabela 9. Valores investidos pelo PSC e coligação nos candidatos à reeleição

Ano	UE	Nome	Valor
2010	MG	Mario de Oliveira	R\$ 101.190,00
2010	PA	Zequinha Marinho	R\$ 361.149,95
2010	RJ	Hugo Leal	R\$ 1.674.224,42
2010	RJ	Filipe Pereira	R\$ 3.064.625,07
2014	BA	Erivelton Santana	R\$ 200.455,00
2014	PR	Takayama	R\$ 73.936,64
2014	SE	André Moura	R\$ 329.228,70
2014	SP	Pastor Marco Feliciano	R\$ 126.062,35

Fonte: TSE, elaboração própria.

Não houve receitas maiores que R\$206.666,64 no pleito de 2006, considerando somente o valor repassado pela agremiação. No pleito de 2010, por sua vez, 21 candidatos receberam entre R\$200.000,00 mil e R\$3 milhões. Destes, 11 são evangélicos estreates e 6 candidatos à reeleição; um incumbente não evangélico. Nas eleições de 2014 há também concentração de dinheiro em um grupo de 17 candidatos, que receberam entre R\$100.000,00 e quase dois milhões: sendo destes 6 evangélicos estreates e 3 incumbentes; um incumbente não evangélico; e 3 membros da CEN¹⁰⁹.

Os dados demonstram que, nos pleitos de 2010 e 2014, ocorreu maior concentração de dinheiro direcionado para um grupo menor de candidatos que contava com muitos políticos evangélicos. Isso pode ser sinal de maior coordenação por parte do partido a fim de privilegiar alguns políticos, em especial incumbentes que, na ocasião, eram majoritariamente evangélicos.

¹⁰⁸ Nas eleições de 2002, nenhum dos candidatos do PSC para o cargo de deputado federal concorreram à reeleição.

¹⁰⁹ Três membros da CEN concorreram ao cargo de deputado federal no pleito de 2014: Marcondes Gadelha – Vice-Presidente da sigla; Ronald Azaro – Tesoureiro; Gilberto Nascimento (evangélico) - Secretário

No tocante aos valores totais arrecadados, os evangélicos também demonstraram médias superiores aos demais candidatos em todos os pleitos. Isso pode estar relacionado com a importância do papel da igreja para esses políticos. Embora não se possa afirmar que todos esses candidatos contaram com o apoio oficial das igrejas, visto que estas também possuem recursos limitados e investem de modo estratégico, a literatura sobre a participação desses cristãos tem salientado a importância das igrejas em mobilizar o eleitorado. Há uma relação entre fidelidade religiosa e lealdade política, pela importância do local do culto (BOHN, 2004).

O modelo de organização eclesial das igrejas possibilita um papel importante para a liderança religiosa, que tem influência na capacidade de persuasão dos estímulos políticos (RODRIGUES; FUKS, 2015). Algumas igrejas evangélicas, em especial a Universal, muitas vezes funcionam como redutos eleitorais importantes, colocando à disposição de seus candidatos oficiais jornais internos da denominação e organizando reuniões onde se discute sobre política e eleições (NOVAES, 2001). Isso não significa que o apoio e votos dos grupos religiosos seja necessariamente obediente e submisso aos poderes dos chefes de comunidades religiosas (PIERUCCI, 2011 p. 7). Ainda assim, é possível dizer que algumas igrejas usam sua estrutura para desdobrar esforços políticos (CERQUEIRA, 2017)¹¹⁰.

Além disso, ainda com relação as receitas totais, como já abordamos acima, é necessário salientar que nas eleições de 2010 e 2014 o PSC passou a contar com incumbentes, que em sua maioria eram evangélicos. A literatura tem apontado que candidatos à reeleição recebem mais doações e, em média, gastam mais quando comparados com os desafiantes, que geralmente conseguem menos acesso ao dinheiro (LEMOS; MARCELINO; PEDERICA, 2010). Por já possuírem histórico político e certa vantagem, incumbentes podem também ser uma fonte mais confiável de investimento por parte de pessoas jurídicas.

Abaixo realizamos o teste de médias para averiguar a relação entre dinheiro e sucesso eleitoral. Para tanto, utilizamos as receitas totais dos candidatos, provenientes tanto dos órgãos partidários do PSC e ou coligação, quanto de doações de pessoas físicas e jurídicas direto para os candidatos¹¹¹.

¹¹⁰ Embora Cerqueira (2017), se refira especificamente ao caso da Igreja Universal do Reino de Deus, acreditamos que a Igreja Assembleia de Deus funcionado de forma similar.

¹¹¹ Nas eleições de 2002 o PSC elegeu somente 1 deputado Federal, a receita total deste foi de R\$68.500,00.

Tabela 10. Média das receitas entre eleitos e não eleitos

Eleição	Média eleitos	Média não eleitos
2006*	R\$221.906,38	R\$14.198,03
2010**	R\$931.201,27	R\$56.379,27
2014***	R\$903.736,19	R\$94.709,77

Fonte: TSE, elaboração própria.

* $p < 0,000001$ ** $p < 0,000001$ *** $p < 0,00001$

Em resumo, embora a variável dinheiro não seja suficiente para explicar o sucesso eleitoral (HEILER; VIANA; SANTOS, 2016; BOLOGNESI; CERVI, 2011), os dados resumizam o que a literatura sobre financiamento de campanhas tem encontrado para o caso brasileiro: dinheiro importa para os resultados eleitorais, e os candidatos eleitos possuem receitas com médias superiores aos não eleitos (CERVI, 2010; LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; MANCUSO, 2015).

4.2.1 Seleção de candidatas mulheres e financiamento de campanha no PSC

Ainda que não existam empecilhos legais para a entrada de mulheres na competição eleitoral, as candidaturas femininas se apresentam em desnível em comparação às masculinas (ÁLVARES, 2008). A elite política brasileira, em relação ao conjunto total da população, é mais masculina, mais rica e branca (MIGUEL; BIROLI, 2009). Portanto, o apuro das nossas instituições por maior representação feminina está diretamente relacionado com a aperfeiçoamento do sistema democrático. Partidos de centro-esquerda, em geral, elegem mais mulheres, quando comparados com as demais agremiações do espectro ideológico (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012).

Somente em abril de 2017 o PSC, por meio de resolução da CEN, regulamentou o funcionamento de um grupo voltado a defender e ampliar a participação da mulher na política brasileira. O PSC Mulher foi fundado em 2010, com o objetivo de:

“I - difundir a doutrina política adotada pelo PSC; II - incentivar a participação política de mulheres visando à ampliação dos quadros do Partido e a formação de novas lideranças; III - planejar, coordenar, executar e apoiar estudos, projetos, pesquisas e ações voltadas para o atendimento da mulher, objetivando o seu

pleno desenvolvimento como cidadã; IV - apoiar e promover eventos, estudos e pesquisas nas áreas política, econômica e social, destinados à divulgação, debate e discussão de temas ligados as mulheres, à sua formação profissional e ao seu desenvolvimento; V - fomentar o desenvolvimento político da mulher, visando a sua integração na vida pública brasileira; VI - a realização e execução de seu programa com base na Doutrina Social Cristã; VII - a defesa e o respeito da soberania nacional, do regime político democrático e do pluripartidarismo; VIII – a defesa e o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, definidos na Constituição Federal, da ecologia e do ambiente; e, IX – a participação do PSC MULHER nos pleitos eleitorais que se realizarem em todos os níveis, único meio legítimo e pacífico para alcançar o poder e governar com as instituições democraticamente constituídas. Parágrafo único: É responsabilidade da Coordenadora Geral apresentar semestralmente a Comissão Executiva de sua circunscrição o relatório de atividades, contendo os atos e ações executadas ao longo do exercício” (Resolução CEN nº 04/2017).

O PSC Mulher é organizado como um partido dentro do partido. Sendo assim, sua estrutura está presente nos três níveis: local, regional e nacional. Cada nível conta com uma estrutura burocrática composta por uma coordenadora geral, uma coordenadora executiva, uma coordenadora de mobilização, uma coordenadora de comunicação e publicidade, uma coordenadora de intercâmbio e uma coordenadora de filiação. Somente podem participar desse órgão eleitoras filiadas e que aceitem respeitar e seguir a doutrina social cristã. Em agosto de 2017, o PSC Mulher realizou um encontro que contou com a participação da presidenta nacional do órgão à época, Denise Assumpção, e com a presença das presidentas estaduais. Na ocasião, foi discutida a PEC 134/15, de autoria do Senado, que defende a reserva de 10% das cadeiras do Legislativo, independentemente do nível, para as mulheres.

A maior surpresa é que esta proposta foi defendida pelo PSC Mulher, que assinalou que a proposta atual Lei 12.034/09, que reserva no mínimo 30% para os cargos no legislativo é ineficiente. A justificativa da presidenta do órgão foi que a cota atual está fora da realidade, e por isso incentiva que as mulheres concorram apenas para cumprir a meta numérica e não por um real interesse. Ainda, Maria Delurdes, Presidenta do PSC regional do Rio Grande do Sul completou:

“Não faço política por conveniência, mas por convicção. Gostaria que todas as candidatas tivessem esse mesmo sentimento.” (Notícias PSC/Maria Delurdes - PSC Mulheres 17/08/2017).

A primeira lei de cotas (Lei nº 9.100/95) correspondia apenas a participação das mulheres às eleições municipais. O que talvez seja um fator de influência pelo fato de a participação feminina no pleito local ser maior, quando comparada com as eleições nacionais (BRAGA; CASSOTTA; SABBAG, 2017). À época, a lei determinava o mínimo de 20% de participação das mulheres. Tal medida foi estendida para todos os outros cargos no Legislativo no ano de 1997, por meio da Lei nº 9.504, e assegurou mínimo de 30% de cota feminina e máximo de 70%, para ambos os sexos (GROSSI; MIGUEL, 2001). A política de cotas para mulheres é uma forma de ação afirmativa que objetiva diminuir a disparidade de gênero entre o acesso à cargos públicos políticos. De fato, uma das primeiras assimetrias que saltam aos olhos dos pesquisadores que se dedicam ao estudo de filiados, diz respeito a desigualdade de gênero (LOCATELLI, 2017). Não só o PSC, mas todos os partidos políticos, inclusive o PT, conhecido por ter uma estrutura interna diferente das demais agremiações, são majoritariamente formados por homens, com pouca participação das mulheres em cargos importantes (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2010). O estatuto do PSC não faz qualquer menção sobre as mulheres de modo a garantir alguma medida que diminua as desigualdades de gênero no interior da sigla.

Nas democracias ocidentais, são os partidos políticos que desempenham o papel de recrutadores, mediando as relações entre órgãos decisórios, filiados e os procedimentos eleitorais para seleção de candidatos (ALVARES, 2008). Isso significa que além das medidas legais para garantir a participação de mulheres nas eleições, cabe também aos partidos políticos adotar medidas que promovam maior participação desse grupo. A tabela 11 abaixo mostra o percentual de candidatas mulheres para os cargos de deputada federal e estadual do PSC. Os dados são referentes apenas as candidaturas deferidas. Isso significa que excluímos da amostra: candidatos que renunciaram, morreram e foram impugnados.

Tabela 11. Percentual de candidatos homens e mulheres do PSC de 1998 - 2014

Eleição	Dep. Estadual		Dep. Federal	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1998	12,26	87,74	13,07	86,93
2002	16,36	83,64	10,24	89,76
2006	14,52	85,48	13,5	86,5
2010	22,96	77,04	18,18	81,82
2014	27,00	73,00	28,93	71,06

Fonte: Dados do TSE, elaboração própria.

No ano de 1997, quando a lei de cotas n^a 9.504 foi estendida para as demais disputas legislativas, ficou definido que nas eleições parlamentares de 1998 referente aos cargos para deputados estaduais e federais, as cotas seriam de no mínimo 25%, e nos pleitos seguintes o percentual mínimo seria de 30% (ARAÚJO, 2001). No caso do PSC, com exceção das eleições de 2014, os dados mostram um percentual muito longe do exigido por lei. Por sua vez, o sucesso eleitoral das mulheres, além da mera formalidade da composição das listas, está atrelado a outras variáveis, tais como as dificuldades em levantar fundos eleitorais e conseguir apoio efetivo da agremiação partidária.

Para testar um maior comprometimento por parte da agremiação com relação as candidaturas das mulheres, comparamos a média de receitas do grupo mulheres e homens para o cargo de deputado federal nos pleitos de 2006, 2010 e 2014¹¹². Primeiramente comparamos considerando apenas as receitas provenientes do partido e coligação.

Tabela 12. Média das receitas por Gênero

Eleições	Mulheres	DPM*	Homens	DPH**
2006	3.799,19	11.677,10	3.069,79	16.622,46
2010	15.398,87	48.382,70	72.297,61	330.467,49
2014	13.576,60	48.894,14	75.080,97	232.684,65

*Desvio padrão receita mulheres **Desvio padrão receita homens

Fonte: TSE, elaboração própria.

De acordo com os dados, é a partir das eleições de 2010 que as médias das receitas entre as duas categorias se tornam claramente desiguais. A receita média das mulheres representa menos que 1/3 dos valores doados para o gênero masculino. Ainda que nas eleições de 2014 o percentual de candidatas mulheres tenha crescido, a receita delas, em comparação com a dos homens, foi a menor se considerarmos os últimos dois pleitos. Aumentar a representação de mulheres em sistemas proporcionais como o brasileiro, exige para além das cotas garantir condições de disputas à essas candidatas (SACCHET; SPECK, 2010). Entre tais condições, destacamos aqui a questão do financiamento de campanha, essencial para qualquer candidato se fazer conhecido, em especial, em distritos maiores. Os dados acima demonstram que as mulheres estão em evidente desvantagem,

¹¹² Nas eleições de 2002, apenas 1 candidata do gênero feminino e 4 do gênero masculino receberam algum tipo de doação dos órgãos do PSC.

quando comparadas com os homens, em relação aos repasses de receitas por parte do partido. A tabela abaixo apresenta as médias de receitas totais dos candidatos por gênero.

Tabela 13. Média das receitas totais por Gênero

Eleições	Mulheres	DPM	Homens	DPH
2002	317,65	1058,86	8415,63	30.250,38
2006	13.148,15	25.000,76	24.842,51	66.634,95
2010	26.867,45	83.191,37	154.800,78	471.038,78
2014	109.820,81	512.138,08	184.042,61	464.734,35

**Desvio padrão receita mulheres **Desvio padrão receita homens*

Fonte: TSE, elaboração própria.

A tabela 13 demonstra que mesmo considerando o total de receitas arrecadas pelos candidatos, há um subfinanciamento das campanhas femininas. Assim, embora o PSC se diga comprometido com a participação da mulher, são poucos os partidos brasileiros que implementam ações substantivas nesse sentido (ARAÚJO, 2005). Há um claro prejuízo às mulheres na distribuição de recursos. A baixa performance eleitoral das mulheres pode estar relacionada com um baixo investimento em suas campanhas, a partir de diferentes fontes de financiamento, e não somente a partidária (SACCHET, 2011). Isso não exime a participação do partido. O ambiente interno partidário, a perenidade e homogeneidade de suas práticas afetam diretamente a participação política das mulheres (ARAÚJO, 2005).

Buscamos também testar se há diferenças entre financiamento para mulheres evangélicas e não evangélicas. Contudo, o *n* de mulheres candidatas evangélicas é muito baixo: nas eleições de 2006 elas corresponderam a 7,4% do total de candidatas mulheres; no pleito de 2010, o percentual foi timidamente melhor, 12,12%; e em 2014, o percentual de evangélicas não chegou nem aos 5%. A baixa participação de mulheres evangélicas pode estar relacionada com a complexa relação entre elas e as lideranças eclesiais. Se por um lado muitas igrejas evangélicas, como a Assembleia de Deus, resistem as demandas de paridade de gênero no sistema de autoridade (MACHADO, 2006). Por outro lado, o evangelismo pentecostal estimula o processo de autonomização das mulheres em relação ao marido e filhos, que gera um fortalecimento da autoestima e amplia as possibilidades dessas mulheres em se envolverem em atividades extra domésticas (MACHADO, 2005). Contudo, poucas mulheres ocupam cargos de liderança dentro das igrejas pentecostais.

Mesmo igrejas como a IURD, que, em alguns casos, estimula a participação de mulheres na política, há uma rígida estrutura patriarcal e hierárquica (BANDINI, 2008). A ausência de lideranças mulheres nessas igrejas, faz com que as decisões acerca das candidaturas ainda sejam decisões tomadas por homens.

Considerações Parciais

O objetivo deste capítulo foi trazer a luz quem domina o processo decisório em áreas importantes da estrutura interna do PSC: a seleção de candidatos e o financiamento de campanha. Com relação a nossa primeira hipótese, há uma clara associação entre a presença dos evangélicos na CEN, liderados pelo pastor Everaldo, e o aumento de candidatos evangélicos identificados pelo uso de *cues* religiosas. Chama atenção o crescimento do número de candidatos religiosos, particularmente para o cargo de deputado federal no ano de 2018, primeiro pleito para eleições nacionais sem a presença de Vitor Nólseis como membro da CEN. Não encontramos correlação entre uso de pistas evangélicas e ser eleito.

Com relação a segunda hipótese, há uma capacidade limitada de *fundraising* dos partidos políticos, que tem por efeito o aumento da disputa pelos cargos eletivos e elevam a competição dentro da própria agremiação (LEMOS; MARCELINO; PEDERICA, 2010 p. 369). A aplicação dos recursos financeiros por parte do PSC direcionada ao segmento evangélico confirmou a nossa hipótese de favorecimento desses candidatos cristãos, em comparação com os demais candidatos. Talvez um dos maiores desafios de um candidato seja conseguir levantar fundos para campanha eleitoral.

Neste jogo político, os candidatos que buscam a reeleição saem na frente por já possuírem um histórico político, *staff*, ter seu nome conhecido etc. (LEMOS; MARCELINO; PEDERICA, 2010). Nas eleições subsequentes ao pleito de 2006, a reeleição de alguns candidatos nos ajuda a entender o porquê das receitas totais dos evangélicos serem maiores que a dos demais candidatos. Apesar de não termos acesso a quais candidatos são oficialmente apoiados pelas respectivas igrejas evangélicas da qual fazem parte, é preciso salientar a importância dessas instituições religiosas na promoção de algumas candidaturas. Não se pode afirmar que o voto e apoio político do eleitor evangélico é direcionado para candidatos dessa vertente cristã, mas o compartilhamento de valores religiosos e a participação em uma rede de sociabilidade tecida na igreja são

fatores que podem afetar os eleitores a seguirem as indicações políticas de suas lideranças religiosas (MACHADO, 2006).

Com relação a participação de mulheres nos quadros de candidatos do PSC, o percentual de candidatas cresceu ao longo dos anos. Contudo, há grandes chances dessa transformação ter sido motivada pelas modificações das regras eleitorais. Apesar do aumento percentual de mulheres nas listas de candidatos, o repasse de verbas dos órgãos partidários do PSC e coligações, para essa categoria, nas eleições de 2010 e 2014, não corresponderam nem a um terço dos valores repassados para os homens. O valor total arrecadado pelas mulheres também se mostrou significativamente inferior quando comparado com o dos homens.

CAPÍTULO 5. TRANSFORMAÇÕES INTRAPARTIDÁRIAS NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR E REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA

Neste capítulo nosso principal objetivo é analisar o posicionamento ideológico do PSC. Buscamos responder a seguinte questão: As mudanças na coalizão dominante e, conseqüentemente, a aproximação com o segmento evangélico, alteraram o posicionamento ideológico e conteúdo programático do PSC? Para avaliar esta questão defendemos as hipóteses que: 1) o PSC se afastou da doutrina social cristã, acarretando mudanças programáticas em relação não somente aos costumes tradicionais; Já na hipótese 2 afirmamos que as proposições dos parlamentares eleitos pelo PSC se tornaram voltadas à defesa de questões morais tradicionais mais conservadoras, alinhadas com os preceitos religiosos dos evangélicos.

Para testar essas hipóteses primeiro apresentaremos o posicionamento ideológico do partido nos documentos oficiais: manifesto de lançamento do partido e manifestos políticos eleitorais. O próximo passo será confrontar esses dados com a participação deles na arena governativa, mais especificamente com as propostas dos deputados federais do PSC. Assim, buscamos verificar se a incorporação pelo PSC de lideranças do segmento evangélico alterou o conteúdo programático do partido.

5.1 Questões teóricas sobre ideologia

A classificação ideológica dos partidos políticos nos ajuda a compreender a dinâmica e estrutura das agremiações de modo a nos permitir avaliar porque algumas coalizões políticas são formadas, e a nível transnacional investigar o papel desempenhado pela ideologia na promoção de alianças, bem como a fragmentação dos sistemas partidários (MAIR, 2001). Desde a reorganização do sistema partidário brasileiro, os partidos têm sido posicionados de diferentes formas, de acordo com a classificação ideológica dos cientistas políticos. A percepção sobre os partidos está relacionada com o sistema partidário e suas mudanças a partir da institucionalização do mesmo e transformações de suas orientações políticas, em especial quando confrontados com a realidade do governo (RODRIGUES, 2002 p. 32).

A díade direita-esquerda nas ciências humanas tem sofrido inúmeras tentativas de explicação por parte da psicologia, história e sociologia (BOBBIO, 1994). A abordagem clássica de ancoragem sociológica credita à esquerda o significado de mudança social em busca de maior igualitarismo, enquanto à direita a manutenção do tradicional capitalismo socioeconômico (IGNAZI, 2003 p. 05). Nos últimos anos, com a crescente complexidade da sociedade e a queda das clivagens políticas tradicionais suplantadas pelo enfraquecimento ideológico de algumas instituições políticas, houve crescente crítica quanto à validade explicativa das categorias esquerda-direita para apreender a realidade atual (BOBBIO, 1994; IGNAZI, 2003).

Algumas análises mais recentes diminuíram a importância das questões econômicas, a partir da menor ênfase dos partidos políticos em relação as clivagens sociais e passaram a destacar questões culturais. Nesta seara, Inglehart (1977), acrescenta ao espectro esquerda-direita, questões materiais e pós-materialistas a partir de um processo de mudanças de valores. Assim, a clivagem econômica clássica esquerda-direita na competição partidária é sobreposta, atualmente, por uma nova clivagem cultural (NORRIS e INGLEHART, 2016¹¹³). Essas questões culturais enfraqueceram a polarização política baseada na classe social, e “a base social de apoio às novas políticas de esquerda vem cada vez mais das fontes da classe média - mas, ao mesmo tempo, uma parte substancial da classe trabalhadora deslocou seu apoio aos partidos populistas” (idem, p. 25).

Há sérios obstáculos envolvidos na mensuração de ideologias eleitorais e ideologias partidárias (ADAMS J, CLARK M, EZROW L, ET AL., 2004). Apesar das posições esquerda-direita serem comumente empregadas em argumentos teóricos e ou testes empíricos, exige-se medidas confiáveis para tal tarefa (GABEL e HUBER, 2000).

O posicionamento dos partidos políticos no espectro ideológico esquerda-direita tem sido amplamente aplicado em estudos empíricos de política comparada e estudos de casos, perfazendo três as principais abordagens: 1) *surveys* desenvolvidos por especialistas, 2) dados de pesquisas de opinião e 3) análise dos manifestos partidários (DINAS e GEMINIS, 2009). Além dessas, acrescentamos o uso da análise das votações nominais. São extensas as críticas e limitações de cada abordagem acima. Budge (2000, p. 111), ao discorrer sobre o uso de *surveys* para classificação ideológica alerta que este

¹¹³ Para os autores, a nova clivagem cultural é denominada como os populistas e os liberais cosmopolitas, e entendida como ortogonal à clivagem da classe econômica clássica, que dominou a competição partidária na Europa Ocidental (NORRIS e INGLEHART, 2016).

tipo de pesquisa produz algo como uma foto de onde o partido está em um determinado momento; não é claro se este tipo de pesquisa reflete intenções ou comportamentos dos partidos políticos; se estas pesquisas são baseadas em eventos, não podem ser usadas para explicar comportamentos, como a formação de governos e alianças ao longo do tempo. Carruba et all (2006) alerta que o uso das votações nominais, não somente para o posicionamento ideológico, representa apenas uma fração dos votos legislativos, o que pode ser um viés na pesquisa, mesmo isso não invalidando a importância desses dados.

No Brasil, a conceituação do conteúdo esquerda e direita tem sido tratado por especialistas das mais diversas formas. Essa definição além de sofrer variação ao longo do tempo, é influenciada conforme o aporte teórico, concepções normativas e o contexto cultural (MADEIRA e TAROUÇO, 2013).

Nessa direção, Rodrigues (2002), classificou as agremiações conforme o posicionamento ideológico e a composição social de suas bancadas. Para tanto, trabalhou com os partidos que elegeram mais de 5% do total de deputados na Câmara dos Deputados e que apresentavam consistência ideológica. Para o autor, os parlamentares, de acordo com suas origens socioeconômicas, fazem parte de partidos que mais se aproximam de suas posições ideológicas, indicando que as agremiações também se diferenciam quanto aos segmentos sociais neles representados. Apesar da grande contribuição deste artigo, não é discutido pelo autor como se é realizada a classificação esquerda-direita. O autor limita-se a acompanhar as classificações expressas pela maior parte dos especialistas e meios de comunicação, apesar de reconhecer que há alguns pontos de divergências nessas classificações. Assim, Rodrigues classifica os partidos em três blocos: direita – PPB e PFL; centro – PMDB e PSDB; e esquerda PDT e PT.

Mainwaring, Meneguello e Power (2000), propõem uma classificação conforme posições pragmáticas dos partidos. Os autores realizaram uma divisão das agremiações segundo o posicionamento destas em relação à certas políticas, expressas principalmente por meio das votações no Congresso, mas também por pesquisas de opinião nessa mesma instituição. No mais, os autores dividiram o conteúdo da agenda defendida por partidos conservadores ao longo dos anos: 1987- 1988, defesa de posições autoritárias, contrários a abertura dos arquivos militares e predisposição as formas restritas de democracia; 1990, defesa do neoliberalismo, abertura ao capital estrangeiro, enxugamento da máquina estatal, privatizações, oposição à reforma agrária, contrários ao aborto e união entre pessoas do mesmo sexo (idem, 2000). À época, os autores classificaram os partidos

brasileiros conservadores da seguinte forma¹¹⁴: Centro Direita: Partido Democrata Cristão - PDC (Fundiu-se com o PDS e formou o PPR), Partido Municipalista Brasileiro – PMN, Partido Progressista – PP, Partido Social Cristão – PSC, Partido Social Liberal – PSL, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e Partido Trabalhista Renovador – PTR; Direita: Partido Democrático Social – PDS, Partido da Frente Liberal - PFL (Atualmente DEM), Partido Liberal – PL, Partido Progressista Brasileiro – PPB, Partido da Reconstrução Nacional – PRN, Partido da Reedificação da Ordem Nacional – PRONA, Partido da Representação Popular – PRP e Partido Social Democrático – PSD.

Por sua vez Zucco (2011), com foco nos estudos legislativos, utilizou como metodologia o registro da opinião dos próprios parlamentares a respeito da ideologia, por meio de entrevistas realizadas com 139 deputados e senadores, mais os dados das votações nominais destes. Como resultado, os autores demonstraram que esquerda-direita ainda estão associadas à intervenção do Estado na economia. Também constataram que ocorreu uma importante retração à esquerda, que os partidos, em geral, independente do espectro ideológico, estão mais ao centro; há também a tendência do fenômeno “direita envergonhada”, ou seja, parlamentares que se declaram mais à esquerda de onde realmente estão; e pouca variação ideológica das agremiações ao longo do tempo. Como resultado: PSOL mais à esquerda; no extremo oposto está o DEM mais à direita, acompanhado logo após pelo PP; PMDB, PPS e PSDB estão no centro.

Madeiro e Tarouco (2013), analisaram as posições dos partidos políticos por meio dos manifestos partidários. Para tanto, utilizaram como método uma adequação das categorias do Manifesto Project. Os autores constataram mudanças pragmáticas das agremiações que podem estar relacionada com o enfraquecimento dos vínculos sociais dos partidos com suas bases sociais de origem, somada à possível adaptação às mudanças conjunturais. Também verificaram que há um deslocamento das agremiações da esquerda para direita. Com exceção do PT e PFL, o quadro ideológico encontrado a partir da classificação dos autores, indica um posicionamento dos partidos bem diferente das classificações usuais.

Ainda há estudos que contemplaram o uso da posição ideológico na composição de coligações, coalizões na Câmara dos Deputados e sobre a percepção do eleitorado referente à escala direita-esquerda (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1999; CARREIRÃO, 2006; SINGER, 2009).

¹¹⁴ Mainwaring, Meneguello e Power (2000), págs. 30 e 31.

Para os nossos objetivos recorreremos à análise do manifesto de lançamento, manifestos eleitorais e a agenda legiferante proposta por estes atores, ou seja, classificaremos os projetos de leis dos deputados evangélicos.

5.2. Questões metodológicas: Manifestos dos Partidos Políticos como medida ideológica

Nos governos democráticos, os partidos políticos desempenham o papel de força organizadora, dando coerência, direcionando as suas políticas e proporcionando ao eleitorado, por meio dos manifestos políticos, alguma visão sobre as políticas que eles estão votando (BUGDE, 1982). Os documentos produzidos pelos partidos políticos apesar de amplamente disponíveis são os mais negligenciados em termos de análise quantitativa pela Ciência Política (KINGLEMANN et al, 2006). Os partidos políticos são privilegiados para a tarefa de canalizar opiniões e mecanismos de representação de interesses de diferentes preferências na arena eleitoral por meio dos manifestos e programas políticos que expressem a imagem que a sigla possui de si mesma (CONTRERA e HEBLING, 2017). Os manifestos partidários eleitorais são, no geral, a única declaração política do partido aprovada por uma convenção, com um plano político para o desenvolvimento da sociedade (KINGLEMANN et al, 2006).

Desde 1979 o *Manifesto Research on Political Representation* tem formado um banco de dados com manifestos políticos de inúmeros partidos políticos de diferentes países e os codificado com o objetivo de estimar as preferências políticas. O projeto MARPOR tem por objetivo:

[...] analisar o papel dos partidos políticos em diferentes estágios do processo político e especificamente examinar a qualidade da representação programática. Estuda a oferta programática de partidos, a relação entre os partidos e eleitores, o papel dos partidos no parlamento e a tradução de programas partidários em resultados de políticas (MARPOR¹¹⁵)

Os procedimentos de codificação da MARPOR capturam a agenda política dos partidos durante uma campanha eleitoral e, apesar de descreverem a realidade, são limitados ao processo de criação de dados (FRANZMANN, 2013 p. 215). O pressuposto teórico desta abordagem é o *Saliency Theory*, que consiste em como as elites partidárias

¹¹⁵ <https://manifesto-project.wzb.eu/information/documents/information>

percebem as preferências eleitorais (DOLEZAL et al, 2014). De acordo com essa teoria, os partidos políticos costumam endossar a mesma posição para determinada agenda de problemas, salvo algumas exceções¹¹⁶. Sendo assim, as agremiações não estão preocupadas em distinguir suas políticas dos seus rivais nas áreas de emissão; em vez disso, eles destacam certas áreas favoráveis e minimizam as que são desfavoráveis, mostrando que há ênfases seletiva por temáticas (BUDGE, 1982 p. 149).

Metodologicamente, o MARPOR oferece uma escala de variáveis sociais e econômicas, conhecida como RILE (left and right scale), que permite a análise quantitativa dos programas políticos, com o objetivo de prover dados fiáveis sobre as preferências políticas partidárias (VOLKENS et al, 2015). O RILE tem sido amplamente utilizado porque resume as categorias políticas em variáveis de forma condensada e de fácil compreensão para estimação do posicionamento ideológico esquerda-direita (BUDGE, 1982; MEYER e JENNY, 2013). Sua escala é construída a partir de 7 domínios¹¹⁷ que são formados a partir de 57 categorias concebidas pela MRG-CMP para classificar quase-sentenças nos textos selecionados¹¹⁸.

Os pesquisadores à frente do Manifesto Project destacam dois pontos sobre a codificação: 1) uma derivada dos próprios documentos, as ênfases relativas encontradas nos programas era a maneira pela qual os partidos britânicos se expressavam. 2) o confronto entre os partidos está presente nos manifestos, mas assume a forma indireta de enfatizar outra questão, em vez de comentar negativamente a posição rival (KINGLEMANN et al, 2006).

O primeiro passo da aplicação do método é codificar o documento utilizando as 57 categorias com o objetivo de descobrir a temática mais saliente que o partido despande atenção. São duas as principais questões que a codificação do texto, a partir das categorias, pretendem responder: Qual a mensagem que o candidato a presidente/ partido está tentando transmitir para o eleitorado? Quais são as questões que o partido / candidato presidencial considera mais importantes? (WERNER, LACEWELL e VOLKENS, 2014 p. 05).

A codificação é realizada a partir de quase sentenças, definidas como:

¹¹⁶ Wagner (2012, p. 82) conclui que os partidos políticos enfatizam mais as posições extremas se essas posições favorecerem a diferenciação de políticas, o que geralmente ocorre com os partidos pequenos, quando as questões são ideologicamente distintas e quando outras agremiações negligenciam o tópico.

¹¹⁷ External Relations, Freedom and Democracy, Political System, Economy, Welfare and Quality of Life, Fabric of Society e Social Groups.

¹¹⁸ Apêndice H, todas das categorias do MARPOR.

“Uma "quase-sentença" é definida como um argumento ou frase que é a expressão verbal de uma ideia ou significado. Muitas vezes é marcado em um texto por vírgulas ou pontos e vírgulas. Frases longas podem conter mais de um argumento, de modo que elas precisam ser divididas em quase-sentenças” (KINGLEMANN et all, 2006 p. xxii).

O segundo passo é a codificação a partir da escala RILE, composta por 26 categorias, 13 de direita e 13 de esquerda.

Quadro 10. Categorias da Escala Direita-Esquerda (RILE)			
Direita		Esquerda	
104	Forças Armadas: Positivo	103	Anti-Imperialismo
201	Liberdade e Direitos humanos	105	Forças Armadas: Negativo
203	Constitucionalismo: Positivo	106	Paz
305	Autoridade Política	107	Internacionalismo: Positivo
401	Economia de Mercado Livre	202	Democracia
402	Incentivos Econômicos	403	Regulação do Mercado
407	Protecionismo: Negativo	404	Planejamento Econômico
414	Ortodoxia Econômica	406	Protecionismo Negativo
505	Limitação do Welfare State	412	Economia Controlada
601	Nacionalismo: Positivo	413	Nacionalização
603	Moralidade Tradicional: Positivo	504	Expansão do Welfare State
605	Lei e Ordem	506	Expansão da Educação
606	Civismo: Positive	701	Classes Trabalhadoras: Positivo

Fonte: BUDGE, 2013, pp.4-5.

O resultado da escala é a soma das categorias da direita subtraída da soma das categorias de esquerda, a categoria “outras” caso existente também faz parte do cálculo:

$$(R - L) / (R + L + O)$$

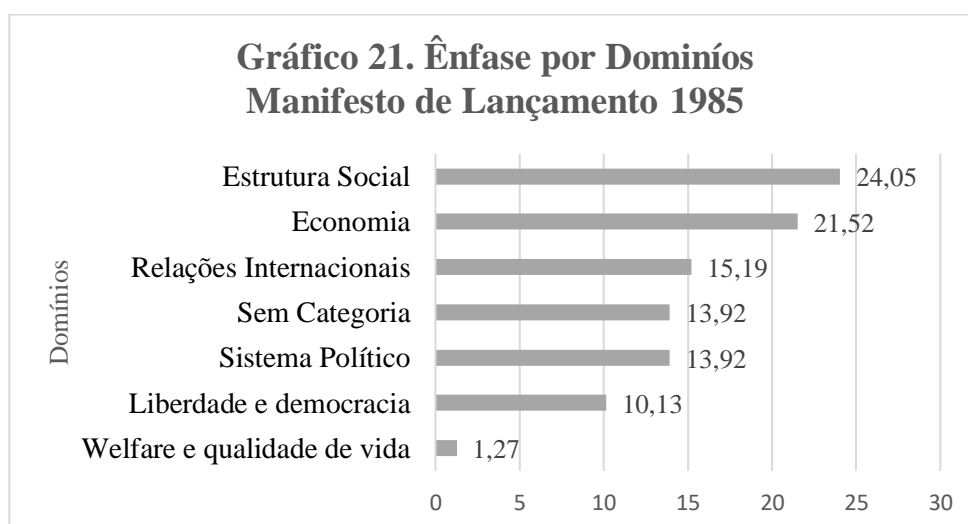
A escala vai de 100 (extrema direita) até -100 (extrema esquerda), com o 0 representando um partido de centro¹¹⁹. De acordo com Volkens et all (2013, p. 86), as

¹¹⁹ “Um partido que faz 200 declarações no total com 100 (ou 50%) sendo referências 'Esquerda' e 40 (ou 20%) sendo 'Direita' recebe uma pontuação de -30 (20% - 50%). Em uma hipotética segunda eleição que o partido diga exatamente as mesmas coisas, mas acrescente 200 novas declarações sobre um assunto que

escolhas dessas categorias para escala esquerda-direita reside na teoria e discursos ideológicos discutidos por volta de 1900 que tendiam a agrupar e contrastar as preocupações com a ordem tradicional das coisas e sua proteção e liberdade interna e externa à direita, com preocupações como o bem-estar geral, intervenção estatal para assegurar-las e internacionalismo pacífico, à esquerda.

5.3. O caso PSC

Aplicamos as escalas do Marpor no Manifesto de Lançamento do PSC do ano de 1985, e os Manifestos das eleições presidências de 1998 e 2014¹²⁰. Apesar do partido ter lançado candidatos próprios para o cargo Executivo Federal nas eleições de 1994, nesse pleito não foi lançado nenhum manifesto eleitoral. Abaixo apresentamos o percentual de cada domínio no manifesto de 1985.



Fonte: Elaboração própria

É necessário indicar que este não é um manifesto eleitoral para o cargo de presidente da República, mas sim um documento muito mais curto (quando comparado

não é diretamente relevante para a esquerda-direita (por exemplo, no meio - ambiente). Agora o partido está fazendo 400 declarações ao todo. Em relação a esse total, eles estão fazendo apenas metade das declarações de esquerda (25%) e metade de direita (10%). No RILE, a posição do partido é registrada como se movendo de -30 para -15. O partido é assim classificado como consideravelmente menos à esquerda na segunda eleição em comparação com a primeira. Mudou-se para o Centro em virtude de dedicar mais atenção a tópicos que não são puramente da esquerda ou direita” (BUDGE, 2013 p. 05)

¹²⁰ Para tanto, utilizamos o software MAXQDA.

com os manifestos eleitorais) destinado à sociedade para apresentação da nova agremiação que estava sendo lançada. Outro ponto importante é o contexto político. Este documento foi lançado em julho de 1985, período de início do primeiro governo civil escolhido indiretamente, pós ditadura militar. O contexto brasileiro era de inauguração de uma “Nova República”, com o estabelecimento da hegemonia política do partido de oposição e a promulgação de uma nova Constituição poucos anos depois (CODATO, 2005). Neste sentido, era um momento de grande discussão e reestruturação de um sistema democrático, bem como de sua salvaguarda. Além disso, embora os direitos políticos tenham sido expandidos em 1988, a nova ordem se iniciou tendo que dar conta de graves problemas econômicos e sociais, como a alta inflação, desigualdade social e alta do desemprego (CARVALHO, 2012).

Diante desse contexto, o documento do PSC de 1985 faz extensas menções a importância da democracia cristã para solucionar a situação em que o Brasil se encontrava, descrita como “a submissão nacional para os mandos dos países economicamente mais ricos, que submetiam as relações humanas à crueldade do capital” (MANIFESTO DE LANÇAMENTO, 1985). Dentre os domínios, o com maior saliência foi o *Estrutura Social*, dentro deste a seguinte categoria teve maior incidência: 1) **603 Moralidade Tradicional: Positiva**, descrito como menções favoráveis a valores morais tradicionais ou religiosos, como valorização da família tradicional e apoio de instituições religiosas no estado e sociedade, tais como: “Esta agremiação propõe-se a nortear seus valores, seu procedimento, nas proposições da Doutrina Cristã [...]”, “O Social Cristianismo vem para combater tais mazelas [...]” (MANIFESTO DE LANÇAMENTO, p. 2).

O segundo domínio com maior saliência foi o econômico, contudo, o seu conteúdo nos surpreendeu. Uma das categorias com maior incidência dentro desse domínio foi: 1) **per415 Análise Marxista: Positivo**, caracterizada como referências positivas à ideologia marxista-leninista e ou uso de terminologias marxista pelo manifesto (não necessariamente pelos partidos comunistas). Como exemplo: “A exploração do homem pelo homem está prestes de atingir sua máxima plenitude”, “[...] economia e o dinheiro se tornam o princípio dominador dos povos [...]”, “Não queremos o capitalismo consumista, decadente e selvagem [...]”. “Declara, não por menos, sua repugnância pelas formas de capitalismo que materializam a sociedade [...] acendendo o estopim do ódio entre as classes, lançando na miséria milhões de trabalhadores” (MANIFESTO DE LANÇAMENTO, p. 1 e 2). Isso não quer dizer que o partido esboçava simpatia pelos

ideais comunistas, pelo contrário, há fortes críticas ao comunismo no manifesto, associando-o ao ateísmo e ao desinteresse material exacerbado, “[...] o comunismo extirpa do homem toda a aspiração *supramaterial*. Por isso, o social cristianismo declara enfaticamente sua posição radical contra o comunismo e se dispõe a combater enfaticamente sua posição radical.” (MANIFESTO DE LANÇAMENTO, p. 2).

Essas questões apresentadas estão em consonância com a democracia cristã nos moldes dos partidos que surgiram na Europa e América Latina pós-segunda guerra mundial. As democracias cristãs, como já abordamos no segundo capítulo, se denominavam como uma terceira via à política presente. Como características, a democracia cristã rejeitava tanto o liberalismo individualista, quanto o socialismo coletivista (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993), se apresentando como um meio termo entre ambas as doutrinas (SIGMUND, 2003). Sua identidade é caracterizada como confusa, por não se encaixar bem em apenas uma categoria, possuem traços religiosos, mas não carregam o traço da intolerância e se preocupam com políticas de bem-estar social (KALYVAS, 1996). Segundo Mayeur (1999, p. 898), nos programas desses partidos é possível encontrar referências aos valores familiares, respeito à propriedade privada e relevo aos direitos e à liberdade. Essa descrição vai de encontro com o conteúdo defendido no manifesto do PSC.

Outra característica interessante do manifesto é a forte crítica ao imperialismo e capital estrangeiro; bem como fortes críticas ao modelo de crescimento econômico, muitas vezes o associando com as mazelas da sociedade por subverter as relações humanas. A época, não só o Brasil, mas grande parte dos países da América Latina viviam sob a égide da estagnação econômica e crescimento da dívida externa. A ajuda por parte das agências internacionais, somente seriam dadas a partir da adoção de medidas tais como: a privatização de estatais, desregulamentação da economia e liberalização unilateral do comércio exterior (BANDEIRA, 2002). Não por menos, o manifesto possui declarações negativas contra instituições financeira internacionais, junto com um apelo pela união e valorização do que é nacional. Claramente um manifesto contrário a políticas de livre mercado e neoliberal.



No pleito de 1998 os candidatos a presidente e vice da República foram, respectivamente, os políticos Sérgio Bueno – PSC/SP e Ronald Ázaro – PSC/RJ, ambos membros da Comissão Executiva Nacional. Dos três manifestos analisados, este é o mais extenso¹²¹, composto por 20 propostas detalhadas sobre questões econômicas, políticas e sociais.

Antes de prosseguir com a análise dos resultados encontrados, se faz necessário para um melhor entendimento do manifesto do partido, uma breve contextualização da situação do Brasil à época. Não só o Brasil, mas muitos países da América Latina experienciaram durante a década de 90 o enfraquecimento da autonomia por parte dos Estados diante do processo de globalização e pelo crescimento de políticas neoliberais. Neste panorama, o papel do estado brasileiro passa a ser limitado no tocante a economia, gerando espaço para o capital privado (CARNEIRO, 2002). No plano social o país permanecia com a alta do desemprego, desigualdade social e miséria. Entre as questões sociais e as políticas macroeconômicas houve uma preponderância das últimas (ROMÃO, 2003), o que agravou a condição social de muitos brasileiros.

À vista do contexto social que o Brasil enfrentava, não é de se estranhar que o domínio com maior incidência foi 5- *Welfare e qualidade de vida*. Dentro deste, dois pontos se destacaram *per504 Expansão do Welfare* e *per506 Expansão da Educação*. Este primeiro é caracterizado como menções favoráveis para manter, introduzir ou expandir qualquer serviço social público, tais como o governo como o maior responsável

¹²¹ O manifesto está em formato de livro e possui 184 páginas.

por: saúde, cuidados com os idosos e pensão e cuidados com as crianças. Deveras, o tom de todo manifesto é marcado pela necessidade de se combater os problemas da desigualdade social, relegando ao Estado certos papéis insubstituíveis. Neste sentido, há declarações como “O Estado que queremos é que [...] assume como públicas, a justiça, a segurança, a educação, a saúde e a previdência social” (MANIFESTO PSC 1998, p. 39), “As obrigações quanto à saúde devem necessariamente ser cumpridas pelo Estado, pois ela é a sua obrigação natural [...]”, “no Brasil a terceira idade é marginalizada de todas as formas e principalmente excluída de lazer [...]” (MANIFESTO PSC 1998, p. 106). Sobre a educação as propostas vão desde a necessidade em se garantir o acesso à escola por parte das crianças e adolescentes, até o investimento na carreira dos professores e estrutura física da escola.

Contudo, há mudanças quando comparamos este manifesto com o documento de 1985. Em especial no campo econômico, onde o partido passa a defender menor intervenção estatal neste campo, embora questione a necessidade de algumas privatizações. São declarações como: “Retirar o Estado do campo produtivo, deixando-o para a iniciativa privada, de forma a fortalecê-lo cada vez mais” (MANIFESTO PSC 1998, p. 39). Além disso, o manifesto faz algumas menções a parcerias com empresas privadas para melhoria de alguns setores.



Fonte: Elaboração própria

Nas eleições de 2014, o PSC lançou para candidato à Presidência da República o evangélico Pastor Everaldo. Seu discurso ficou marcado por forte posicionamento a favor de privatizações e da redução da máquina do estado, no campo econômico; e da defesa dos valores morais tradicionais, no campo social. O ex-deputado federal Marcondes Gadelha (PSC/PB) foi o coordenador do programa de governo do Pastor Everaldo. O programa do PSC é dividido em 3 grandes frentes: qualidade de vida, poder nacional e governança. Quando comparado com os outros dois manifestos, o documento de 2014 representa uma perceptível mudança ideológica.

A maior ênfase do manifesto está centrada nas questões econômicas, mais precisamente a defesa do neoliberalismo, livre-mercado, redução da interferência estatal e desburocratização. Dentro desse domínio as maiores incidências foram de 3 variáveis: 1) *per401 – Livre Mercado*, descrita como modelo econômico baseado no Laissez-faire, garantia dos direitos a propriedade individual, superioridade das empresas individuais sobre o estado e sistemas de controle e iniciativa privada; 2) *per407 - Protecionismo: Negativo*, descrita como referência à abolição de todos os meios de proteção do mercado e apoio ao conceito de livre comércio e mercados abertos; 3) *per411 - Tecnologia e Infraestrutura: Positive*, descrita como referências a modernização da indústria e dos meios de transporte e comunicação, importância da ciência e do desenvolvimento tecnológico para indústria, gastos públicos em infraestrutura (neste caso o PSC faz referência, inclusive, a investimento nas ferrovias e hidrovias). No entanto, todas essas melhorias são citadas em parceria com o setor privado e ou privatizações.

Em relação ao domínio 5 - *Welfare e qualidade de vida*, algumas sentenças foram classificadas como *per504 Expansão do Welfare State*, porém, grande parte dessas referências são mais genéricas tais como: “criação de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da vida da população”, “a assistência social é um papel do estado” e “demais ações que garantam uma saúde de qualidade para todos os brasileiros” (MANIFESTO PSC, 2014). Questões mais precisas dentro desse domínio se encaixaram no item *per505 Limitação do Welfare*. De acordo com o MARPOR, tal categoria faz referências favoráveis ao princípio subsidiário social, como o cuidado privado antes do cuidado do estado. Neste ponto, o PSC faz inúmeras referências a importância do setor privado para melhorias da qualidade de vida, como exemplo: “desburocratização e ampliação do livre-mercado de operadoras de planos de saúde”, ou “criação de vales e instrumentos afins para portadores de necessidades especiais com

o objetivo de assegurar o atendimento em clínicas privadas especializadas [...]” (MANIFESTO PSC, 2014).

Após as eleições presidenciais de 2018, Pastor Everaldo chegou a dar declarações que o presidente Jair Bolsonaro - PSL, estava copiando o seu discurso. Nas palavras do evangélico “O governo Bolsonaro está copiando tudo o que eu disse em 2014” (revista Época 12/01/2019). Ainda segundo o pastor, questões como a previdência e privatizações, foram o centro de sua campanha. De fato, o discurso de Everaldo ficou marcado como liberal na economia e conservador nos costumes, fala também amplamente explorada por Bolsonaro nas eleições de 2018.

Calculando o Rile

Tabela 14. % Categorias da Escala Direita-Esquerda 1985 (RILE)

Right		Left	
104 -Forças Armadas: Positivo	1,27	103 – Anti-imperialismo	8,86
201 – Liberdade e Direitos Humanos	5,06	105 – Forças Armadas: Negativo	0
203 - Constitucionalismo: Positive	0	106 - Paz	0
305 – Autoridade Política	5,07	107 - Internacionalismo: Positivo	0
401 – Economia de Mercado Livre	0	202 - Democracia	5,07
402 – Incentivos Econômicos	1,27	403 - Regulação do Mercado	0
407 - Protecionismo: Negativo	0	404 – Planejamento Econômico	1,27
414 – Ortodoxia Econômica	0	406 - Protecionismo: Positive	1,27
505- Limitação do Welfare State	0	412 - Economia Controlada	1,27
601 - National Way of Life: Positive	2,53	413 - Nacionalismo	0
603 – Moralidade Tradicional: Positivo	12,66	504 – Expansão do Welfare State	0
605 – Lei e Ordem	0	506 – Expansão da Educação	1,27

606 - Civismo: Positivo	8,86	701 - Labour Groups: Positive	0
Total	36,72	Total	19,01

Fonte: MARPOR, elaboração própria.

O Rile encontrado foi de 17, 71 o que classifica o PSC de 1985 como um partido de centro direita. A categoria “moralidade tradicional” foi a que mais puxou o partido para a direita. Por sua vez, a categoria “anti-imperialismo” foi a que mais pesou para as categorias de esquerda.

Tabela 15. % Categorias da Escala Direita-Esquerda 1998 (RILE)

Right		Left	
104 -Forças Armadas: Positivo	1,66	103 – Anti-imperialismo	0
201 – Liberdade e Direitos Humanos	1,07	105 – Forças Armadas: Negativo	0,29
203 - Constitucionalismo: Positive	3,31	106 - Paz	0,58
305 – Autoridade Política	11,49	107 - Internacionalismo: Positivo	0,97
401 – Economia de Mercado Livre	1,95	202 - Democracia	1,56
402 – Incentivos Econômicos	0,10	403 - Regulação do Mercado	4,58
407 - Protecionismo: Negativo	0,10	404 – Planejamento Econômico	0,58
414 – Ortodoxia Econômica	0	406 - Protecionismo: Positive	0,97
505- Limitação do Welfare State	0,29	412 - Economia Controlada	0
601 - National Way of Life: Positive	0,78	413 - Nacionalismo	0
603 – Moralidade Tradicional: Positivo	0,78	504 – Expansão do Welfare State	10,32
605 – Lei e Ordem	5,74	506 – Expansão da Educação	4,48
606 - Civismo: Positivo	0	701 - Labour Groups: Positive	0,10
Total	27,27	Total	24,43

Fonte: MARPOR, elaboração própria.

O Rile encontrado foi de 2,84 o que classifica o PSC como um partido de centro direita. Nota-se que este programa do PSC é um direcionamento do partido ao centro. Claro que é preciso inserir esse resultado em um contexto social e econômico mais amplo. A categoria que mais puxa a agremiação à esquerda, foi a expansão do welfare state. Como já abordamos acima, no ano de 1998, o Brasil estava assolado pela alta do desemprego e desigualdade social, o que justifica o partido despender mais atenção sobre esse assunto.

Tabela 16. % Categorias da Escala Direita-Esquerda 2014 (RILE)

Right		Left	
104 -Forças Armadas: Positivo	1,42	103 – Anti-imperialismo	0
201 – Liberdade e Direitos Humanos	5,68	105 – Forças Armadas: Negativo	1,77
203 - Constitucionalismo: Positive	0,71	106 - Paz	0,35
305 – Autoridade Política	1,42	107 - Internacionalismo: Positivo	1,06
401 – Economia de Mercado Livre	11,70	202 - Democracia	1,14
402 – Incentivos Econômicos	4,26	403 - Regulação do Mercado	0,71
407 - Protecionismo: Negativo	7,45	404 – Planejamento Econômico	3,19
414 – Ortodoxia Econômica	0,35	406 - Protecionismo: Positive	0,71
505- Limitação do Welfare State	2,48	412 - Economia Controlada	0
601 - National Way of Life: Positive	0	413 - Nacionalismo	0
603 – Moralidade Tradicional: Positivo	3,90	504 – Expansão do Welfare State	4,61
605 – Lei e Ordem	7,09	506 – Expansão da Educação	1,42
606 - Civismo: Positivo	0	701 - Labour Groups: Positive	0
Total	46,46	Total	14,96

Fonte: MARPOR, elaboração própria.

O resultado do Rile foi de 31,50, o que classifica o partido como de direita. Quando comparado com os outros dois manifestos, o documento de 2014 claramente é o que posiciona o partido mais à direita. Três categorias puxaram o partido para o espectro ideológico de direita: economia de livre mercado, protecionismo negativo e lei e ordem.

O banco de dados do MARPOR possui a classificação do RILE dos manifestos de 2014 do PSB (-5.394), PSDB (-5.085) e PT (-12.048). É importante algumas considerações sobre a aplicação deste método para o caso não só brasileiro, mas também sul americano no geral. Sobre o viés dessa aplicação Tarouco e Madeira (2013), destacaram que as categorias internacionalismo e paz, como categorias de esquerda e, constitucionalismo e liberdades e direitos humanos como de direita, fazem pouco sentido para países ex-colônias. Essas categorias podem gerar distorções. O Brasil e grande parte dos países do cone sul experienciaram ao longo de sua história períodos de exceção regidos por duras ditaduras, o que explica porque grande parte dos partidos políticos, independente do espectro ideológico, defendem as 3 categorias citadas acima (TAROUCO e MADEIRA, 2013; CONTRERA, CASSOTTA e HEBLING, 2018).

Ainda, de acordo com Contrera, Cassotta e Hebling (2018, p. 31) as categorias referentes ao bem-estar social e de expansão da educação foram as categorias de esquerda mais enfatizadas em partidos/coalizões argentinos, chilenos e brasileiros de centro-direita, contribuindo de forma significativa para o posicionamento ideológico mais à esquerda desses partidos. Assim, os autores concluem que, confrontando as classificações de especialistas latino americanos, com a classificação que os partidos do cone sul recebem a partir do RILE, este último acaba por posicionar as agremiações mais à esquerda do que realmente são (Idem, 2018). Isso pode justificar o porquê de o PSC ter sido classificado como de direita e não extrema direita

Além disso, a escala confundiria direita com conservadorismo, embora muitos partidos de direita sejam conservadores. De acordo com Tarouco e Madeira (2013, p. 159), o “eixo esquerda-direita não se confunde com o eixo progressista-conservador, mas, antes, é cortado por ele, definindo um espaço político bidimensional”.

Sendo assim, aplicamos abaixo o ajuste das categorias do MARPOR proposto por Tarouco e Madeira (2013), no manifesto de 1985 e 2014, com o intuito de captar as especificidades do Brasil e comparar os seus resultados com os dados obtidos por meio do RILE. A nova escala, considerou a herança dos posicionamentos dos partidos durante o regime militar, e questões relativas à liberalização econômica nos anos 90 (Idem, 2013).

Assim, a autora chegou às seguintes categorias: posicionamento à esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do Welfare State e referências positivas à classe trabalhadora; como categorias de posicionamento à direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do Welfare State e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais.

Tabela 17. Adequação do RILE – Manifesto de 1985

Direita	%	Esquerda	%
104 -Forças Armadas: Positivo	1,27	403 - Regulação do Mercado	0
401 - Livre Iniciativa	0	404 - Planejamento Econômico	1,27
414 - Ortodoxia Econômica	0	412 - Economia Controlada	1,27
505 - Limitação do Welfare State	0	415- Análise Marxista	7,59
402 - Incentivos	1,27	504 - Expansão do Welfare State	0
702 - Classe Trabalhadora: Negativo	0	701 - Classe Trabalhadora: Positivo	0
Total	2,54	Total	10,13

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18. Adequação do RILE – Manifesto de 2014

Direita	%	Esquerda	%
104 -Forças Armadas: Positivo	1,42	403 - Regulação do Mercado	0,71
401 - Livre Iniciativa	11,70	404 - Planejamento Econômico	3,19
414 - Ortodoxia Econômica	0,35	412 - Economia Controlada	0
505 - Limitação do Welfare State	2,48	415- Análise Marxista	0
402 - Incentivos	4,26	504 - Expansão do Welfare State	4,61
702 - Classe Trabalhadora: Negativo	0	701 - Classe Trabalhadora: Positivo	0
Total	20,21	Total	8,51

Fonte: Elaboração própria

É justificável a crítica feita pelos autores acima sobre o viés produzido a partir da aplicação do RILE para o caso sul-americano. Por conta do período militar vivido pelo Brasil e do contexto político e social atual, é difícil supor que algum partido político não irá incluir temas sobre a expansão do Welfare State, Constitucionalismo e Democracia. No caso brasileiro, por exemplo, o programa bolsa família tem sido discutido de forma positiva por quase todos os partidos políticos durante período eleitoral, sem fazer distinção do espectro ideológico na qual estes estão localizados.

Contudo, a aplicação da escala ideológica proposta por Tarouco e Madeira (2013) causou maiores distorções. No caso do Manifesto de 1985, o RILE, a partir dessa nova

escala, passou de 17,71 para -7,9. Ou seja, o partido passa de centro-direita para centro-esquerda. Já no manifesto de 2014, o RILE passou de 31,50 para 11,70. Portanto, o partido passou de direita para centro-direita. Dessa forma, fica evidente que a escala proposta pelos autores empurrou ainda mais os partidos para o centro. Parte desse problema ocorreu pelos autores reduzirem o número de variáveis para cada espectro ideológico, sem alterar o cálculo. Considerando que grande parte do que é analisado no texto não é ideológico, ao diminuir ainda mais o número de categoria ideológicas, sem mexer nas métricas, fica muito difícil um partido ser classificado como de extrema direita ou extrema esquerda.

Isso não quer dizer que não seja relevante ser cuidadoso na avaliação da aplicação das categorias do MARPOR para o caso brasileiro. Mas que o RILE e as medidas do MARPOR ainda representam uma excelente ferramenta metodológica e, uma das mais utilizadas na pesquisa comparada para análise de posicionamento ideológico. Uma forma de avaliar as possíveis distorções da aplicação é confrontar o seu resultado com outros métodos. Assim, para contornar os problemas da aplicação desse método, iremos comparar os dados com a posição desses atores na arena legislativa. Sabemos que são arenas distintas, e que exigem dos atores políticos estratégias diferentes. Este ponto só contribui para uma análise mais geral do posicionamento ideológico e transformações pragmáticas que o partido tem sofrido.

Os resultados dessas análises dos manifestos acima corroboram com a nossa primeira hipótese, demonstrando que o PSC se afastou da doutrina social cristã, acarretando mudanças programáticas em relação não somente aos costumes tradicionais. Os dados encontrados por nós, com relação ao manifesto de 2014, não difere muito da classificação usual feita por especialistas. O conteúdo codificado nos pareceu alinhado com o discurso do candidato do PSC, Pastor Everaldo, que enfatizou muito às questões econômicas encontradas por nós – diminuição do aparato estatal, livre comércio e defesa dos valores tradicionais. No caso, esperávamos encontrar uma maior valorização aos preceitos morais tradicionais alinhados com a moral cristã evangélica. Ainda que estes estivessem presentes, a maior saliência foi com relação aos temas econômicos da política tradicional. A defesa de políticas neoliberal presentes no documento de 2014, são opostas ao posicionamento encontrado no documento 1985. Mesmo o manifesto de 1998, embora apresente certa simpatia ao neoliberalismo, ainda delibera ao Estado questões essenciais como educação e saúde, além de ser crítico, em muitos casos, a adoção de privatizações sem nenhum controle. O caso do manifesto de 1985, principalmente com relação à

categoria marxista, é justificável pela própria proposta do partido naquela ocasião, voltada à defesa da democracia cristã. O manifesto de 1985 estava alinhado com os ideais da social democracia cristã, e se apresentava como uma terceira via, nem capitalista ou comunista, no contexto pós-segunda Guerra, ainda que em um período mais tardio para o caso brasileiro.

5.4. Produção Legislativa dos Parlamentares do PSC

Há uma ampla agenda de pesquisa sobre o estudo do comportamento dos parlamentares e sua produção Legislativa (LIMONGI, 1996; RICCI, 2003; AMORIN & SANTOS, 2003; LEMOS, 2001; AMORIM, COX & MCCUBBINS, 2003). Em contexto democrático, a importância do legislativo é explicada pelo seu papel de formulador de políticas, com respaldo do voto, mas constrangido pelas regras e procedimentos institucionais (LEMOS, 2001).

As regras e procedimentos têm grande peso na atuação dos parlamentares. No entanto, a função de propor projetos de lei é uma das que sofre menor pressão por parte desses políticos. Não por menos, o número de proposições, de modo geral, dos deputados é extremamente alta. Claro que propor um projeto de lei e o aprovar exigem esforços completamente diferentes.

Para aprovar um projeto de lei o parlamentar precisa contar com grande influência política. A Constituição de 1988 manteve o processo legislativo concentrado nas mãos de um número reduzido de parlamentares: os membros da mesa diretora e do colégio de líderes (LIMONGI, 1996; AMORIM, COX & MCCUBBINS, 2003; AMORIM, & SANTOS, 2003; MIRANDA, 2010). São esses dois órgãos que decidem sobre as matérias a serem apreciadas em plenária, bem como o status de sua tramitação. Soma-se a isso a centralidade dos poderes legislativos do Executivo, que possui prerrogativas especiais, como solicitar urgência na tramitação de uma proposição de sua autoria (LIMONGI, 1996). Por meio desse pedido de urgência, as comissões têm um tempo limitado para apreciar a matéria e votá-la antes de ir a plenária, diminuindo o tempo de tramitação de um projeto de forma significativa, o que imprimi papel de destaque a esse procedimento largamente utilizado pelo Executivo no Brasil. (PEREIRA & MUELLER, 2000, SANTOS e ALMEIDA, 2011).

A liberdade do parlamentar em propor proposições sem qualquer limite regimental, não significa que um político irá apresentar projetos de lei que não estejam em consonância com o seu partido. Se o fizer, pode ser punido em outras arenas dentro do legislativo (como por exemplo não ser nomeado para participar de comissões, CPIs etc.), bem como pelo seu eleitorado. Porém, a formulação de proposições é a maneira mais simples de um parlamentar sinalizar para um público específico mesmo, em muitos casos, sabendo que o seu projeto nunca irá ser aprovado, seja por ser inconstitucional ou mesmo pelo árduo caminho e esforço necessário para sua aprovação.

Para nossa análise categorizamos todas as proposições dos deputados do PSC com o objetivo de responder a seguinte questão: com as mudanças ocorridas na CEN, e a presença de um maior número de parlamentares evangélicos, as proposições dos parlamentares se tornaram mais conservadoras? Para tanto, classificamos os projetos de lei de acordo com as seguintes categorias¹²²:

1. **Administrativa:** são projetos que dizem respeito ao conjunto de normas que organizam a forma de se governar, tais como: desmembramento de Estados, cidades e ou municípios; definição de competências públicas; regulamentação de concursos públicos, critérios para ascensão funcional de servidores; instituição de planos diretores metropolitanos, criação ou extinção de órgãos públicos; regulamentação das defensorias públicas quanto à sua autonomia; regulamentação de centrais de atendimento de órgãos públicos, administração de bens da união, etc.
2. **Econômico:** são projetos relacionados ao controle de despesas e receitas da União, tais como: regulamentação de atividades econômicas; leis tributárias; instituição de fundos monetários
3. **Social:** estas não dizem respeito apenas as leis relacionadas a projetos sociais. Dessa forma, englobam os projetos que se referem ao conjunto de direitos sociais: tais como leis trabalhista, direito à saúde, educação, moradia (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995). Contudo, como esta categoria é a de maior concentração de projetos propostos, a fim de analisar de modo mais minucioso os conteúdos propostos pelos deputados evangélicos, criamos subcategorias: trabalhista, educação e saúde.
4. **Político – Institucional:** são propostas relacionadas ao nosso desenho institucional ou que regulem a ação e organização dos poderes: reforma política,

¹²² Essas mesmas categorias foram utilizadas na dissertação de mestrado “Avaliando a atuação dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados: comportamento partidário ou religioso? (CASSOTTA, 2015). Contudo, para os nossos propósitos criamos mais uma categoria”.

- reeleição, orçamentário, data de posse de políticos, tempo de mandatos, financiamento de campanhas eleitorais, fidelidade partidária, criação de CPIs.
5. **Ecológico:** refere-se à relação entre o homem e a natureza. São propostas sobre utilização de materiais nocivos ao meio ambiente, descarte de lixo, preservação das nossas matas, regulamentação de exploração ou habitação de áreas em torno a matas e florestas.
 6. **Cultura – Científico – Tecnológico:** refere-se aos projetos de incentivo as artes (cinema, teatro, literatura, dança, música) e de incentivo as pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico.
 7. **Honorífico:** projetos que procuram homenagear pessoas por meio de nomeações de pontes, ruas, praças e instituições de datas comemorativas
 8. **Religioso:** projetos que se situam em outras categorias, mas tem como base princípios religiosos, bom como projetos sobre a regulamentação da atividade religiosa, relação entre o Estado e as igrejas.
 9. **Conservadorismo moral:** são projetos de lei que visam a manutenção de preceitos morais e tradicionais, enquanto oposição às políticas mais progressistas. Em outras palavras, são proposições que defendem a família tradicional, contra o aborto, contra a união homoafetiva, favoráveis a redução da maioridade penal etc.
 10. **Outros:** são propostas que não se encaixam em nenhuma das categorias descritas. Como exemplo: obrigatoriedade de banheiros em agências bancárias, cobrança de taxa de conveniência de ingressos comprados pela internet; dispõe sobre a regulamentação de despesas com condomínio, entre outro. Também classificamos como outras propostas que não forma possível encontrar a sua ementa.

É preciso ponderar que uma proposição embora seja classificada por nós numa determinada categoria, muitas vezes pode tratar de diversos assuntos. O esforço que realizamos foi de classificar cada projeto de acordo com o assunto mais proeminente do qual ele trata, mesmo que este aborde mais do que uma temática. As categorias escolhidas por nós foram adaptadas a partir de estudos que buscaram investigar sobre o que propõe um parlamentar¹²³.

Alguns trabalhos sobre as proposições dos parlamentares têm apontado para uma atuação voltada aos estados de origem dos deputados, principalmente no que concerne as emendas orçamentárias (SAMUELS, 2002). Segundo Braga (2007), as análises mais pessimistas, a combinação do sistema de lista aberta proporcional, multipartidarismo e presidencialismo, conseqüentemente acabaria por incentivar a competição intrapartidária,

¹²³ Limongi e Figueiredo (2005) criaram as seguintes categorias: Administrativa, econômica, social, político-institucional e homenagens; Santos e Amorim (2003): administrativa, econômica, honorífica, orçamentária, política, social, cultural-científica-tecnológica e ecológica, além de verificarem o nível de agregação das proposições. Para tanto, os autores dividiram em: individual, local, regional, setorial e nacional. Quanto aos efeitos dos projetos ele dividiram em: benéfica, onerante, mista e neutra.

criando incentivos para construção de uma reputação pessoal por parte dos deputados. Estes estudos buscam investigar a importância e impacto do desenho institucional nas escolhas dos parlamentares¹²⁴ (SHUGART e CAREY, 1992). No caso Brasileiro, de acordo com esses autores, as agremiações partidárias são formadas por lideranças locais que delegam ao Executivo políticas de alcance nacional.

Sobre a qualidade das proposições dos parlamentares, Limongi e Figueiredo (1995), demonstraram que há diferença entre as temáticas da produção legal quando comparados os poderes Executivo e Legislativo. Este primeiro, teria o predomínio sobre propostas voltadas para os temas econômicos, enquanto o Legislativo por uma agenda social. Por sua vez, Amorin e Santos (2003), concluem que no Brasil a legislação proposta pelos parlamentares federais não modifica o *status quo* em áreas como macroeconomia ou política fiscal e tributária (idem, 2003 p. 673). Por conseguinte, de acordo com os autores, os parlamentares despendem maior energia em problemas tópicos, sobre a vida cotidiana do cidadão médio, o que justifica o fato desses autores encontrarem um predomínio de leis de teor social. Para Ricci (2003), é enganoso sugerir que todos os parlamentares costumam legislar tendo em vistas políticas paroquias. O autor ainda complementa que o Congresso age para produzir proposições de impacto geral, embora ainda exista, mas em menor escala, projetos distributivos de impacto amplo. Isso não significa que os parlamentares não busquem legislar para eleitorados específicos, mas que há custos altos em agir meramente por políticas paroquiais, tornando-se mais estratégico despendar atenção às políticas com distribuição de benefícios difusos (idem, 2003).

Os dados por nós encontrados corroboram com essa literatura, em especial, com relação ao grande número de propostas da temática social, como demonstramos na tabela abaixo.

¹²⁴ Os autores desenvolvem uma teoria denominada de segredo ineficiente, caracterizada como o resultado da interação entre um Executivo que concentra fortes poderes Legislativos, somado a lideranças partidárias com baixo controle sobre sua bancada.

Tabela 19. Percentual do Assunto da Produção Legislativa dos deputados

Categoria	Legislaturas		
	53^a	54^a	55^a
Social	40,98	40,7	46,56
Político	9,9	5,43	8,12
Econômico	3,15	3,49	5,98
Outros	12,62	17,05	8,12
Ecológico	4,5	2,33	1,75
Admin	18,46	10,84	9,82
Cultural	4,5	8,53	5,98
Honorífico	1,8	1,94	1,29
Conservador	2,29	4,65	7,26
Religioso	1,8	5,04	5,12
Total	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Câmara dos deputados.

Analizamos as proposições de todos os deputados do PSC das 5 últimas legislaturas (51^a, 52^a, 53^a, 54^a e 55^a). Portanto, categorizamos um total de 739 projetos de lei, que foram produzidos no período entre 1999 e 2017. Para isto, selecionamos os seguintes tipos de projetos: PEC - Proposta de Emenda à Constituição, PLP - Projeto de Lei Complementar, PL - Projeto de Lei, PLV - Projeto de Lei de Conversão, PDL - Projeto de Decreto Legislativo e PRC - Projeto de Resolução.

Na primeira legislatura o PSC possuía apenas 2 parlamentares e, na seguinte, 1. A respeito da 51^a legislatura, somadas todas as proposições dos dois deputados: Dino Fernandes – PSC/RJ e Paulo Marinho – PSC/MA, não se alcançam nem 20 projetos. Estes, por sua vez, são em sua maioria sobre a categoria social: sobre medicamentos para servidores públicos (PL 749/1999), dispõe sobre a locomoção dos contribuintes do INSS por meio de ambulâncias (PL 1324/1999), veda a cobrança de mensalidades referente a títulos nas férias escolares (PL 556/1999), etc. Não há projetos de lei que se encaixam na categoria religião ou conservadorismo moral. Na 52^a Legislatura, o PSC conquistou apenas 1 cadeira, representada pelo político Renato Cozzolino PSC/RJ. Suas proposições estão divididas entre as categorias social e administrativa: a respeito do estatuto da mulher (PL 1399/2003), aumento de benefício à pessoa portadora de necessidades especiais (PEC 352/2004), etc.

A 53^a é a primeira com a participação do Pastor Everaldo e sua coalizão política. Na ocasião, o partido elegeu uma bancada com 9 deputados, sendo destes 6 evangélicos

(3 da Igreja Assembleia de Deus). Embora seja baixo o percentual de proposições sobre as temáticas “religioso” (1,80) e “conservadorismo moral” (2,29), estas temáticas passam a fazer parte da agenda desses parlamentares a partir dessa legislatura. São questões religiosas tais como: “Institui e normatiza o atendimento religioso nas plataformas de petróleo "Off-Shore"” (PL 2563/2007), “Determina a impenhorabilidade de templos religiosos e das Santas Casas de Misericórdia” (PL 5728/2009), “Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas públicas” (PL 1865/2008), “Estabelece que o Presidente abrirá a sessão, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos"” (PRC 113/2008). A respeito das propostas da categoria “conservadorismo”, grande parte dessas se caracterizam pelo enrijecimento do código penal, em especial a menores infratores: “Estabelece que a autoridade judiciária decidirá sobre a imputabilidade penal do menor de 18 (dezoito) anos (PEC 73/2007)”, “Altera a pena de multa das infrações administrativas disciplinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (PL 2347/2007)”, “Acrescenta parágrafo único ao art. 331, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, aumentando a pena do crime de desacato quando praticado contra policiais civis e militares e guardas civis. (PL 4626/2009)”, “Veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo (PL 7018/2010)”, etc.

Na 54ª Legislatura o PSC elegeu 17 deputados federais, destes 13 são evangélicos (6 da Igreja Assembleia de Deus). Constata-se que o percentual da categoria “conservadorismo moral” dobrou, passando para 4,65. Mas, o mais surpreendente é o crescimento do percentual da categoria “religião”, que saltou para 5,04. Sobre esta última destacamos as seguintes proposições: “Assegura aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos” (PL 576/2011); “Institui o Programa Nacional "Papai do Céu na Escola"” (PL 1021/2011), “Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para dispor sobre a inclusão, no acervo das bibliotecas públicas, de exemplares da Bíblia Sagrada, impressa em braile, em meio digital” (PL 1579/2011), “Altera o art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas redes públicas de ensino do país” (PL 309/2011), “Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo” (PL 8099/2011), etc. No tocante aos projetos sobre ‘conservadorismo moral’ destacamos: “Inclui nos programas Sociais e Financeiros do Governo programa específico de apoio à

mulher e a adolescente, nos casos de gravidez oriunda de estupro e nos casos de comprovada má formação do feto” (PL 797/2011), “Estabelece que os maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade são penalmente imputáveis” (PEC 57/2011), “Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (PL 7180/2014), “Estabelece que a cada dez anos, a lei fixará conteúdos mínimos para a educação básica e superior, proibindo a aplicação da transversalidade ou técnicas subliminares no ensino de matéria moral ou orientação religiosa” (PEC 435/2014), “Revoga-se a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral, às pessoas vítimas de violência sexual"(PL 6055/2013)¹²⁵.

Na última legislatura por nós analisada, 54^a, 13 deputados federais foram eleitos pelo PSC, destes 9 são evangélicos (4 da Igreja Assembleia de Deus). Embora o número da bancada eleita seja menor, quando comparadas com a legislatura anterior, as categorias “religião” e “conservadorismo” apresentaram crescimento. Entre as proposições sobre religião destacamos: “Institui o dia 18 de junho como O dia Nacional da Igreja Assembleia de Deus (PL 1463/2015), “As Casas de recuperação, Clínicas de recuperação de dependentes químicos e Comunidades terapêuticas estão autorizadas a falar sobre religião e a desenvolver trabalhos internos para seus pacientes em seus estabelecimentos, desde que não sejam forçados” (PL1377/2015), “Dispõe sobre a possibilidade de escolha pelo conselho de pais e de mestres de cada instituição educacional sobre o conteúdo a ser ministrado na disciplina de ensino religioso na rede educacional” (PL 3044/2015). Sobre a categoria “conservadorismo moral”, destacamos: “Altera o Art. 42 do Decreto-Lei N. 3.688, de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para constituir contravenção, a pessoa que usar o banheiro público diferente de seu sexo masculino ou feminino” (PL 5776/2016), “Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes” (PL 5487/2016), “Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos” (PL 3261/2015), “Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT”

¹²⁵ A justificativa deste projeto, de acordo com seu autor, é que este atendimento seria uma abertura para o processo de aborto.

(PDC 30/2015)¹²⁶, “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo” (PL 620/2015).

Nossos achados vão de encontro com a literatura corrente sobre o que propõe um parlamentar. Nas 3 legislaturas há uma maior produção sobre questões sociais. A temática social, por sua vez, é muito ampla, abarcando propostas sobre saúde, educação, segurança e políticas públicas de distribuição de rendas a grupos menos favorecidos. São questões de amplo alcance nacional, tais como: “Aumenta para 2 (dois) salários mínimo o benefício mensal concedido à pessoa portadora de necessidade especial e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais; altera a Constituição Federal de 1988” (PEC 352/2004), “Dispõe sobre ao acesso gratuito dos portadores de hiperplasia benigna ou câncer de próstata aos medicamentos que necessitam” (PL 665/2011), “Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério” (PL 7119/2010), “Dispõe sobre a jornada integral para as escolas públicas de ensino fundamental e médio (PL 5408/2009)”, “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a gratuidade dos idosos no transporte aeroviário (PL 6963/2010)”, “Dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio às Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos (PNASH), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o financiamento de projetos na área de saúde” (PL 3191/2015), “Altera o art. 74 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para estender o padrão mínimo de oportunidades educacionais a toda a educação básica e incluir lista de insumos relativos à infraestrutura escolar” (PL 4901/2016).

Uma das prováveis justificativas para o alto número de proposições sobre o tema social de amplo alcance, ao invés de políticas voltadas a grupos específicos, reside nas dificuldades de um deputado em conseguir aprovar um projeto de lei. As preferências dos parlamentares não são uma variável independente, pois além de estarem relacionadas com a arena eleitoral, também dependem das regras e procedimentos institucionais (LEMOS, 2011). Toda proposição demanda do parlamentar tempo de acompanhamento, além de poder de negociação com as lideranças partidárias, sendo mais produtivo investir em

¹²⁶ Há mais dois projetos de decreto legislativo com o mesmo teor: PDC 235/2015 e PDC 214/2015.

questões gerais, voltada a um maior número de eleitores (RICCI, 2003; AMORIN e SANTOS, 2003).

O resultado da classificação dessas proposições nos permite confirmar a nossa segunda hipótese. Assim, não podemos desprezar que a partir da 53ª Legislatura, o PSC passa a defender uma nova agenda política, em defesa de valores morais tradicionais e alinhada com o cristianismo evangélico. Essa mudança é consequência da entrada de um novo perfil de parlamentar no PSC, vinculado as Igrejas Evangélicas, em especial a Assembleia de Deus.

Conclusões Parciais

Verificamos que ocorreram importantes mudanças ideológicas no PSC quando comparamos os manifestos políticos de 1985 e 1998, com o de 2014. No primeiro manifesto, de 1985, há muitas menções difusas sobre o cristianismo. Inclusive, os preceitos cristãos são exaltados como a solução aos males vividos à época, além das diversas especificações morais. Essa questão moral religiosa foi o que mais puxou o partido à direita. Por sua vez, em 1998 o PSC parece caminhar, assim como outras agremiações, mais ao centro. No manifesto de 2014 ainda que se aborde sobre os preceitos cristãos, a categoria per603 foi aplicada mais em frases pela defesa da moral tradicional. Outro ponto de mudança fundamental é com relação a categoria econômica. No manifesto de 1985 há forte desconfiança e até mesmo combate com relação ao capitalismo e capital estrangeiro, com forte defesa do que é nacional. No manifesto de 1998, embora em vários momentos o documento faça referências positivas ao liberalismo econômico, atribui ao Estado muitas funções que não devem ser reguladas pelo mercado. Por sua vez, no manifesto de 2014 há referências diretas a necessidade da redução do aparelho estatal e incentivos ao livre mercado. Esses resultados corroboram com os dois pontos da nossa primeira hipótese: 1) Há um claro abandono dos ideais Democratas Cristãos que são exaltados no primeiro documento, de 1985. Neste ponto o manifesto de 2014 é o que mais se distancia, abandonando quase que completamente menções favoráveis aos valores tradicionais e importância da democracia cristã; 2) A mudança não foi apenas sobre o conteúdo moral, mas, principalmente, com relação ao posicionamento econômico do partido, que passa a se posicionar claramente favorável ao neoliberalismo e diminuição da máquina do estado.

Sobre a nossa segunda hipótese, os deputados federais do PSC têm despendido maior atenção para proposições da categoria social. Esse fato corrobora com a literatura sobre o tema. E isso demonstra que ainda que estes parlamentares tenham ligações com igrejas evangélicas, e sejam provenientes de um partido ligado fortemente à Assembleia de Deus, não há diferenças quando comparados com os parlamentares de outros partidos com relação à ênfase na temática social. Porém, ainda assim é interessante notar que na primeira legislatura após a entrada da coalizão liderada pelo Pastor Everaldo, há uma nova agenda de preocupações por parte dos parlamentares do PSC, que passam a demonstrar mais interesse pela defesa dos valores tradicionais e a dar importância às temáticas religiosas, com projetos ligados à defesa dos valores tradicionais em consonância com os preceitos religiosos.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo contribuir para a literatura acerca dos partidos políticos e sobre o envolvimento dos evangélicos na política, por meio da análise intrapartidária.

Mesmo uma agremiação pequena como o PSC merece atenção com relação a esta temática. Apesar de ser compreensível a exclusão de agremiações menores em grande parte dos estudos sobre partidos políticos e sistema partidário, não é justificável, pois muitas das condições relacionadas ao declínio de grandes agremiações, podem ser propícias ao aumento e sucesso dos partidos menores (PEDERSON, 1982). Na Europa, a crise do euro e, por conseguinte, o aumento da pressão social por meio de protestos e grupos organizados, levou em alguns países partidos políticos pequenos a tornarem-se centrais na região (CORDERO e COLLE, 2018). No Brasil, a crise econômica e política regada a inúmeros escândalos de corrupção, contribuíram para no pleito de 2018 o PSL, partido até então nanico, emergir como segunda maior bancada na Câmara dos Deputados. O desenvolvimento organizativo dos partidos políticos é influenciado por constantes mudanças no ambiente (mudanças na LOPP, novas tecnologias, mudanças sociais, crises econômicas etc.) (PANEBIANCO, 2005). Sendo assim, a própria persistência de um partido ao longo do tempo, é um indicador do potencial do partido, embora não seja uma evidência suficiente de institucionalização (HARMEL, SVASAND E MJELD, 2018).

Nossa investigação se iniciou com o histórico do PDR, partido político que o PSC reivindica a sua filiação, até o seu envolvimento com o segmento evangélico e as transformações organizativas da legenda. Nosso percurso foi guiado pela seguinte indagação: Como ocorre a distribuição de poder interno no PSC, a partir de mudanças no seu quadro de líderes? Quais são as consequências para o partido a partir dessa mudança? Defendemos a hipótese que a partir das mudanças nos “*top leaders*”, influenciados pelo ambiente externo, o PSC passou a alinhar o seu apelo político com o cristianismo evangélico e, como consequência, mudou o seu território de caça, e tornou-se mais conservador, mas também mais competitivo enquanto organização política. Assim, buscamos demonstrar que mudanças na coalizão dominante incidem diretamente sobre as estratégias do partido e sobre o seu desempenho enquanto organização política. Apesar da centralidade dos partidos políticos como organizações, os atores políticos individuais são cruciais para a política democrática (PRUYERS; CROSS e KATZ, 2018).

No capítulo 1 apresentamos os nossos pressupostos teóricos e contextualizamos a inserção dos evangélicos na política partidária, e como ao longo do tempo esse grupo social expandiu sua atuação no cenário político. No capítulo 2 trabalhamos a gênese do PSC a partir do PDR. Demonstramos que o PSC possui características ideológicas muito diferentes da proposta pelo PDR de Pedro Aleixo. O político mineiro se esforçou, em um período de exceção, pela construção de um terceiro partido durante o bipartidarismo. O PDR não possuía contornos ideológicos claros, por vezes defendendo os ideais do golpe de 1964, e em outros momentos o criticando. Mesmo assim, não há nenhuma menção de Pedro Aleixo, ou mesmo qualquer tipo de documento do PDR, de simpatia com os ideais cristãos. Após a morte de Aleixo, a construção do partido fica a cargo de seus filhos. Nesse contexto, foi a presença e atuação do Padre José Carlos Aleixo que deu início à construção do PSC, depois de malograda a fundação do PDR. José Aleixo, como padre jesuíta, foi fortemente influenciado pelas obras do filósofo francês Jacques Maritain, um dos mais importantes intelectuais que serviu de base para a criação dos partidos Democratas Cristãos, por defender a interação entre o cristianismo e o sistema democrático. Poucos anos após a sua fundação, o PSC começou a enfrentar problemas pelo seu baixo desempenho nas urnas, o que colocou em risco a própria sobrevivência da agremiação e, ao mesmo tempo, abriu caminho para a entrada de uma nova facção, ligada ao cristianismo evangélico e liderada pelo Pastor Everaldo. O contexto era de crescimento do segmento evangélico na política partidária. A presença de lideranças religiosas no comando do PSC, teria por objetivo tornar o partido mais competitivo e garantir a sobrevivência da agremiação, ameaçada por possíveis mudanças na LOPP, pela votação de uma nova cláusula de barreira.

No capítulo 3, dedicamos a nossa atenção à estrutura interna do PSC, e às mudanças intrapartidárias que a agremiação passou a partir da entrada de uma nova facção, com estreita relação com o segmento evangélico, na direção do partido. Demonstramos que as mudanças na estrutura de autoridade do partido, liderada pelo pastor Everaldo, alteraram a organização interna, com consequências na arena eleitoral. Para tanto, investigamos os seguintes aspectos do PSC: inclusão, centralização e institucionalização. Os dados obtidos nos forneceram evidências bastante robustas sobre o papel que os líderes desempenham nas agremiações partidárias. No caso do PSC, há uma clara divisão da organização interna antes de 2003 e após esse período, que marca a entrada dos evangélicos no partido. O PSC aumentou sua capilaridade territorial e social,

mas ainda manteve sua estrutura centralizada na Executiva Nacional, com baixa inclusão de novas lideranças.

Essas mudanças influenciaram a performance do partido na arena eleitoral. Ao comparar o partido antes e depois de 2002, eleição anterior a entrada da nova coalizão, podemos concluir que : 1) o partido aumentou a oferta de candidatos por todo os estados brasileiros; 2) o percentual de votos recebidos pelo PSC, mais que dobrou; 3) o número de eleitos para os cargos de deputado federal e estadual é indicativo de significativa melhora da performance do partido, que passou de 1 (no pleito de 2002) para 9 (no pleito de 2006) representantes na Câmara dos Deputados e, de 13 para 26 deputados estaduais eleitos. Outra importante mudança foi no perfil social dos eleitos. A partir das eleições de 2006 o quadro de eleitos do PSC – para o cargo de deputado federal – passou a ser composto, em sua maioria, por evangélicos ligados à Igreja Assembleia de Deus.

No capítulo 4, com a direção nacional do partido dividida por duas facções – uma liderada por Vítor Nólseis e outra pelo Pastor Everaldo - investigamos quem possuía o domínio das zonas de incerteza “seleção de candidatos” e “financiamento de campanha” (PANEBIANCO, 2005), como forma de avaliar a distribuição de poder interno da sigla e possíveis estratégias políticas. Todo partido enquanto canal de representação, precisa recrutar candidatos para transformar as metas organizativas em ações políticas. Se eleitos, esses candidatos irão carregar a “marca” da agremiação. Isso demanda por parte dos partidos, escolher candidatos com ideais em consonância com o seu posicionamento ideológico, mas que também sejam competitivos na disputa eleitoral. Levantamos todos os candidatos pelo PSC de 1998 a 2018 para os cargos de deputado federal e estadual, senador e governador. Constatamos que cresceu o percentual de candidatos que recorreram ao uso de “*cues*” religiosas, se compararmos as eleições anteriores às mudanças na coalizão dominante, em especial para o cargo de deputado federal. Isso demonstra que a sigla passou a ser mais atrativa a esse segmento religioso, bem como a recrutar mais candidatos evangélicos. No tocante ao financiamento de campanha, constatamos que a aplicação dos recursos financeiros por parte do PSC foi direcionada ao segmento evangélico, favorecendo esse grupo de religiosos em comparação aos demais candidatos, o que demonstrar clara estratégia do partido na escolha daqueles que irão representar a sigla na arena governativa. Esses dados também indicam qual coalizão possui domínio sobre essas zonas de incerteza, uma vez que ficou evidente o aumento de evangélicos recrutados, bem como do direcionamento do fundo partidário a esse grupo.

Por fim, no último capítulo investigamos possíveis mudanças no posicionamento ideológico do PSC. As análises dos Manifestos Partidários, indicaram clara mudança ideológica, mas não apenas relacionada aos ideias morais religiosos. O PSC nasce ancorado nos ideais democratas cristãos. Sendo assim, a sigla se apresentava enquanto uma terceira via ao liberalismo econômico e ao comunismo, e indicava a Democracia Cristã como a solução para os problemas sociais e econômicos do Brasil. Isso fica claro nos documentos de lançamento do partido, onde há passagens que atacam de forma veemente tanto o neoliberalismo, quanto o comunismo, ao mesmo tempo em que se defendia os valores morais cristãos. Nos documentos posteriores à entrada da nova coalizão, o partido muda o seu posicionamento econômico, e apoia de forma indiscriminada o neoliberalismo econômico, Estado mínimo e desburocratização estatal. Com relação ao posicionamento ideológico dos parlamentares, no que tange a produção legislativa, os dados apontam para um parlamentar mais preocupado com questões sociais. Contudo, a partir da presença de deputados evangélicos nos quadros do PSC, há uma nova agenda política defendida pelo partido nessa arena: a defesa dos valores da família tradicional, a luta contra os direitos LGBTs e o endurecimento de políticas contra a violência.

Depois de todo esse percurso e a partir dos dados analisados, concluímos que ocorreram mudanças internas na sigla, com significativa ampliação da estrutura interna do partido e melhora no desempenho eleitoral, após a entrada de uma nova facção política, ligada ao segmento evangélico e liderada pelo Pastor Everaldo. Esses resultados demonstram a importância das lideranças partidárias para as mudanças organizacionais e desenvolvimento dos partidos políticos.

Acreditamos que essa tese contribuiu para o debate e pesquisas futuras sobre o funcionamento interno dos partidos políticos, e para a crescente participação dos evangélicos na política partidária. Em especial pela escolha de um partido político pequeno, posicionado à direita no espectro ideológico, como objeto de investigação, geralmente negligenciado por grande parte das pesquisas. O contexto atual brasileiro, de crescimento do conservadorismo e realinhamento ideológico do sistema eleitoral, demanda por mais investigações que se centrem nessas siglas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, J., CLARK, M., EZROW, L., & GLASGOW, G. (2004). Understanding change and stability in party ideologies: Do parties respond to public opinion or to past election results? *British Journal of Political Science*, 34, 589-610.

ALCANTARA, Manuel e FREIDENBERG, Flávia (2003). *Partidos Políticos de América Latina*, Cono Sur. Fondo de Cultura Económica: México.

ALEIXO, José Carlos Brandi (1970). *Integração Latino Americana*. Ed. De Brasília, Brasília.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia e RIBEIRO, Ednaldo. (2012). *Associativismo e representação política feminina no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8. Brasília, maio - agosto, pp. 237-263.

ALMEIDA, Leonardo (2014). O que saber sobre os evangélicos e a política no Brasil: Partidos, Representantes e Eleições Presidenciais". Curitiba: Editora Prismas.

ALMEIDA, Ronaldo. (2004). Religião na Metrópole Paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), pp. 15–28.

_____. (2017). A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50.

ÁLVARES, M. L. M. (2008). Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares Dados - *Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, núm. 4, pp. 895-939.

AMARAL, Oswaldo. (2010). Adaptação e resistência: O PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 4, p. 105-134, jul./dez.

AMES, Barry. (2003), *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora.

AMORIM, Octavio Neto & SANTOS, Fabiano (2003). *O Segredo Ineficiente Revisto: O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, pp. 661 a 698

_____; COX, G. & MCCUBBINS, M. (2003). *Agenda Power in Brazil's Câmara dos Deputados (1989-98)*. *World Politics*, Princeton, v. 55, n. 4, p. 1-46.

ARAÚJO, Clara. (2001). As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, 44.

_____. (2005). Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 24, p. 193-215.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro e BARONE, Leonardo (2012). Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 4, 2012, pp. 987 a 1013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (2002). *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul*. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2), pp. 135-146.

BANDINI, C. A. de Paula. (2008) *Costurando certo por linhas tortas: um estudo de práticas femininas no interior de igrejas pentecostais*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFSCar, São Carlos.

BENEVIDES, Maria Victoria (1986). *Ai que saudade do MDB!* Lua Nova, junho, vol.3 no.1.

BENOIT, Kenneth e MARSH, Michael (2003). *For a Few Euros More: Campaign spending effects in the Irish local elections of 1999*. *Party Politics*, VOL 9. No.5 pp. 561–582.

BOAS, Taylor (2013). *Serving God and Man: Evangelical Christianity and Electoral Politics in Latin America*. Paper presented at the annual meeting of the APSA, Chicago.

BOAS, Taylor C. (2014). *“Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional Titles as Heuristics in Brazil.”* Working paper, Boston University

BOBBIO, Norberto (1994). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (1993). (Editores). *Dicionário de Política*. 5ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOHN, Simone R. (2004). *Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. *Opinião Pública*, vol. 10, no. 2, pp. 288-338.

BOLOGNESI, B.; CERVI, E.U. (2011). *Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições 2006: dinheiro e tempo de HGPE como financiadores de campanha a deputado federal do Paraná*. In 35º Encontro da Anpocs. Caxambu.

BOLOGNESI, Bruno (2013). *Caminhos para o Poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010*. Tese de Doutorado, PPGPOL, UFSCar.

BONINO, José Míguez. (2011). *Em busca do Poder*. Editora: Novos Diálogos.

BOURDOUKAN, A. Y. (2009). *O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

_____. (2007). *O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006*. Política & Sociedade, nº 10.

_____. (2008). *O Sistema Político-Representativo Brasileiro: Continuidades e Mudanças*. Trabalho apresentado no IX BRASA.

_____. (2010). Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, julho-dezembro, pp. 43-73.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e AMARAL, Oswaldo (2013). Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política* V. 21, Nº 46, pp. 33-43 JUN.

BRAGA, M. S. S.; CASSOTTA, L. P.; SABBAG, G. (2017). *Partidos e Representação na Política Local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas*. Bogotá, *Revista Colômbia Internacional*, v.91, pp.117-150.

BUDGE, I. (1982). Electoral volatility: Issue effects and basic change in 23 post-war democracies. *Electoral Studies* 1(2): 147–168.

_____. (2000). Expert Opinions of Party Policy Positions: Uses and Limitations in Political Research. *European Journal of Political Research* 37: 103–13.

_____. (2013). *The Standard Right-Left Scale*. Working Paper. Essex University, March.

CAMPOS, L. S. (2006). Os políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.

CARAMANI, D. (2004). *The nationalization of politics - the formation of national electorates and party systems in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARNEIRO, Ricardo M. (2002). *Desenvolvimento em Crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, UNESP/UNICAMP.

CARTY, K. (2004). *Parties as franchise systems: The stratarchical organizational imperative*. *Party Politics*, 10(1), pp. 5-24.

CARREIRÃO, Yan (2006). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 12, nº 1, Abril/Maio, pp. 136-163.

_____. (2014). O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2014, n.14, pp.255-295.

CARRUBBA, Clifford J., MATTHEW Gabel; MURRAH, L., CLOUGH, R.; MONTGOMERY, E. and SCHAMBACH, R. (2006). *Off the Record: Unrecorded*

Legislative Votes, Selection Bias and Roll-Call Vote Analysis. *British Journal of Political Science* 36: 691–704.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. (2012). *Direito constitucional*. 19 ed. Belo Horizonte: Del Rey.

CERQUEIRA, Claudia. (2017). *Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

_____ (2018). *Igreja como partido: evidências sobre a relação entre a igreja universal do reino de deus e o PRB*. 42º Encontro Anual Anpocs, GT Partidos e Sistemas Partidários.

CERVI, Emerson (2010). *Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, julho-dezembro, pp. 135-167.

CODATO, Adriano (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.* [online], n.25, pp.83-106. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>.

_____. (2015). *Apresentação*. In, *Direita, volver!* Cruz, Kaisal e Codas. São Paulo: Editora Fundação, Perseu Abramo.

COELHO, Sandro Anselmo (2003). *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 201-228.

CONTRERA, Flávio e HEBLING, Matheus (2017). *Partidos políticos, ideologias e política externa nas eleições presidenciais brasileiras de 2014*. *Revista Colômbia Internacional*, N. 90 pp. 191-220.

CORDERO, Guillermo e COLLER, XAVIER (2018). Lights and Shadows of Democratizing Candidate Selection. In *Democratizing Candidate Selection, New Methods, Old Receipts?* Ed. Palgrave Macmillan.

CONTRERA, Flávio, CASSOTTA, Priscilla L. e HEBLING, Matheus (2018). Estudo da aplicação do método padrão do Manifesto Project para o posicionamento ideológico de partidos argentinos, brasileiros e chilenos em campanhas presidenciais. In: 11o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2018, Curitiba-PR. 11o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP),

CROSS, W. P., & KATZ, R. S. (2013). The challenges of intra-party democracy. In W. P. Cross & R. S. Katz (Eds.), *The challenges of intra-party democracy*. Oxford: Oxford University Press.

_____ (2018). *The Personalization of Democratic Politics and the Challenge for Political Parties*. ECPR Press, New York.

DINAS, Elias e GEMENIS, Kostas. (2009). *Measuring Parties' Ideological Positions with Manifesto Data: A Critical Evaluation of the Competing Methods*. Keele European Parties Research Unit (KEPRU) Working Paper 26.

DOLEZAL, M.; ENNSER - JEDENASTIK, L; MÜLLER, W. C.; Winkler, A. K. (2014). *How parties compete for votes: A test of saliency theory*. *European Journal of Political Research*, Vol. 53 pp. 57 – 76.

DUVERGER, Maurice (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ELDERSVELD, Samuel J. 1964: *Political Parties. A behavioral analysis*, Chicago.

FABRE, Elodie. (2010). *Measuring party organization: The vertical dimension of the multi-level organization of state-wide parties in Spain and the UK*. *Party Politics* 17(3) 343–363.

FISCHER, Justin & EISENSTADT, Todd A. (2004). *Introduction: comparative party finance. What is to be done?* *Party Politics Review*, Vol. 10, n. 6, p. 619-626.

FLEET, Michael (2014). *The Rise and Fall of Chilean Christian Democracy*. Princeton University Press.

FLEISCHER, David. (1994). Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contro o feiticeiro. In Gláucio Soares and Maria Celina d'Araujo (eds.), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV.

FONSECA, Thiago do Nascimento (2017). *Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições*. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 25, n. 61, p. 31-49.

FRANZMANN, S. (2013). Towards a real comparison of left–right indices: A comment on Jahn. *Party Politics*. Published online before print 5 September 2013, doi: 0.1177/1354068813499865.

FREIDENBERG, Flávia e LÓPEZ, Francisco Sánchez. (2002). *Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina*. *Revista OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.158-188.

FREIDENBERG F, e LEVITSKY S. (2007). *Organizacion Informal de los Partidos en America Latina*. *Desarrollo Economico*, 46 (184) pp. 539-568.

FREIRE, Américo. (2014). A via partidária da transição política brasileira. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, pp.287-308.

FRENDREIS, J. P. GIBSON, J. L. e VERTZ, L. L. (1990). The Electoral Relevance of Local Party Organizations. *The American Political Science Review*, vol. 84, pp. 225-235.

FRESTON, P. (1993). *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry (2009). *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras.

GABEL, Matthew J., and John D. HUBER. (2000). "Putting parties in their place: Inferring party left-right ideological positions from party manifestos data." *American Journal of Political Science* 94-103.

GALLAGHER, Michael e MARSH, Michael (1988). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. Londres, Sage.

GAUJA, Anika (2017). *Party Reform the Causes, Challenges, and Consequences of Organizational Change*. ECPR, Oxford University Press.

GOLÇALVES, Marcos (2007). *Uma reflexão sobre a intelectualidade católica*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 28, p. 245-250, jun.

GONÇALVES, Rafael Bruno. (2011). *Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira*. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 116.

GRABOW, Karsten (2011). *What is christian democracy?* In *Christian Democracy: Principles and Policy-making*. GRABOW (Org). Konrad-Adenauer-Stiftung e.V., Sankt Augustin/Berlin.

GROSSI, Mírian P. & MIGUEL, Sônia M. (2001). *Transformando a diferença: mulheres na política*. *Revistas de estudos feministas*. V. 9, n. 1. Florianópolis: Editora UFSC.

GUADALUPE, José R. P. (2018) *¿Políticos Evangélicos o Evangélicos Políticos? Los Nuevos Modelos de Conquista Política de los Evangélicos*. In *Evangélicos y Poder en América Latina*, Ed. Konrad Adenauer Stiftung, Peru.

GUARNIERI, Fernando (2011). *A força dos partidos fracos*. *Dados*, *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 235 a 258.

GUNTHER, Richard & DIAMOND, Larry (2003). *Species of political parties: a new typology*. *Party Politics*, n. 9, p. 167-99.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R. (2003). *As três versões do neo-institucionalismo*. *Revista Lua Nova* nº 58.

HARMEL, Robert e JANDA, Kenneth (1994). *An Integrated Theory of Party Goals and Party Change*. *Jornal of Theoretical Politics* 6 (3), p. 259-287.

HARMEL, R.; SVASAND, L. G.; MJELD, H. (2018). *Institutionalization (And De-Institutionalization) Of Rightwing Protest Parties The Progress Parties In Denmark And Norway*. Rowman & Littlefield International

- HAUTE, Van E. and GAUJA A. (2015). *Party members and activists*. Routledge.
- RAHAT, G. & HAZAN, R. 2001. Candidate Selection Methods: an analytical framework. *Party Politics*, Thousand Oaks, v. 7, n. 3, p. 297-322
- HAZAN, R. Y., & RAHAT, G. (2010). *Democracy within parties: Candidate selection methods and their political consequences*. Oxford: Oxford University Press.
- HEILER, J. G; VIANA, J. P; SANTOS, R. D. (2016). O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 22, nº 1, abril, pp. 56-92.
- HUNTINGTON, S. (1968). *Political Order in Changing Societies*. Yale University
- IGNAZI, Piero. (2003). *Extreme Right Parties in Western Europe*. Oxford University Press, New York.
- INGLEHART, Ronald. (1977). *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press.
- IMMERGUTT, Ellen M. (1998). The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics Society* 26 (5) pp. 5 – 34.
- JACOBSON, Gary C. (1978), The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *American Political Science Review*, Vol.72, No. 2, pp. 469-491
- JANDA, K. (1980). A Note on Measures of Party System Change. *Comparative Political Studies*, 12(4), pp. 412–423.
- JANDA, Kenneth and Colman, Tyler. (1998). Effects of Party Organization on Performance during the “Golden Age” of the parties. *Political Studies* 46, pp. 611-632.
- KAYSEL, André. (2015). *Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras*. In *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Cruz, Kaysel, Cotas (org), São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo.
- KALYVAS, Sthatis N. (1996). *The Rise of Christian Democracy in Europe*. Ithaca: Cornell University Press.
- KATZ, Richard S. e MAIR, Peter (1995). *Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party*. *Party Politics*, Vol. 1 nº 1 pp. 5-28.
- _____. (2002). The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (ed.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: OUP, 2002. p. 113-135.
- _____. (2009). *The Cartel Party Thesis: A Restatement*. *Perspectives on Politics*, Vol. 7 pp. 753-766.

KINZO, Maria D'Alva Gil (1980). *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo.

_____. (1994). *O legado oposicionista do MDB, o partido do Movimento Democrático Brasileiro*. In 21 ano de Regime Militar: Balanços e Perspectivas, Soares e D'Araujo (org), pp. 142-153, Ed. FGV.

KLINGEMANN, H. D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. (2006). Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors, and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003. Oxford: Oxford University Press.

KIRCHHEIMER, Otto. (2012). *A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília, janeiro - abril, pp. 349-385.

KLEIN, Cristian (2007). *O desafio da Reforma Política: consequências dos sistemas de listas aberta e fechada*. Rio de Janeiro, Mauad.

KRAUSE, Silvana; REBELLO, Maurício Michel; SILVA, Josimar Golçaves. (2015). *O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem?* Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril, pp. 247-272.

LACERDA, F. (2017). *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 144p.

LACERDA, Fábio. (2018). *Assessing the Strength of Pentecostal Churches? Electoral Support: Evidence from Brazil*. Journal of politics in Latin America, v. 2, p. 3-40.

LAGO, I., & MONTERO, J. R. (2010). *The Nationalisation of Party Systems: a New Measure Based on Parties' Entry Decisions, Electoral results and District Magnitude*". Conferência anual da Associação Canadiense de Ciência Política, Montreal.

LAMONIER, B. (1992). *Estrutura institucional e governabilidade na década de 90*". In: VELLOSO, J.P.R. (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro, José Olympio.

LEMOS, Leany Barreiro de S. (2001). *O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista*. Dados, vol. 44, n. 3, pp. 561-605.

LEMOS, L.B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J.H. (2010). *Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006*. Opinião Pública, 16(2), pp. 366-393.

LEVITSKY, S. (2003). *Transforming Labor-Based Parties in Latin America: Argentine Peronism in Comparative Perspective*

LIBBRECHT, Liselotte; MADDENS, Bart; SWENDEN, Wilfried & FABRE, Elodie. (2009). *Issue salience in regional party manifestos in Spain*. European Journal of Political Research 48: 58–79.

LIMONGI, Fernando (1996). *Câmara dos Deputados: Organização Interna e Processo Legislativo*. Cadernos de Pesquisa, N^o 05.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

_____ (2015). *Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015, pp. 371 a 400.

LIMONGI, Fernando e MESQUISA, Lara (2008). Estratégia Partidária e preferência dos eleitores: As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Revista Novos Estudos*, vol. 81 pp. 59-67.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. (2010). As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.88, pp.21-37.

LIMONGI, Fernando e GUARNIERI, Fernando (2014). A base e os partidos As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Revista Novos Estudos*.

LOCATELLI, Luís Gustavo Bruno. (2017). *Gerações Militantes: Bases Partidárias Petistas e Tucanas em São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política da Ufscar.

MACHADO, Maria das dores C. (2005). Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2), pp. 387-396

_____ (2006). *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MADEIRA, Rafael Machado e TAROUÇO, Gabriela. (2013). *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 45, pp. 149-165, 2013.

MADEIRA, Rafael Machado; VIEIRA, Soraia e TAROUÇO, Gabriela (2017). AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB em disputas presidenciais. *Caderno C R H*, Salvador, v. 30, n. 80, pp. 257-273.

MAINWARING, Scott. (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press.

_____. (2003). *Party Objectives in Authoritarian Regimes with Elections or Fragile Democracies: A Dual Game*. In *Christian Democracy in Latin America: Electoral Competition and Regime Conflicts*. (Org), Stanford University Press, California.

_____ (2018). Why Study Parties in the Developing World? In *Party systems in Latin America: Institutionalization, Decay, and Collapse*. Cambridge University Press.

MAINWARING, Scott.; MENEGUELLO, R. & POWER, T., 2000. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra.

MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy R. (2003). *The Diversity Of Christian Democracy in Latin America*. In *Christian Democracy in Latin America: Electoral Competition and Regime Conflicts* (Org), Stanford University Press, California.

MAINWARING, Scott; POWER, T.; e BIZARRO, F. (2018). *The Uneven Institutionalization of a Party System: Brazil*. In: *Party systems in Latin America: institutionalization, decay, and collapse*. University Printing House, Cambridge.

MAINWARING, Scott (2018). Party System Institutionalization in Contemporary Latin America. In: *Party systems in Latin America: institutionalization, decay, and collapse*. University Printing House, Cambridge.

MANCUSO, Wagner P. (2015). *Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa*. Rev. Sociol. Polit., v. 23, n. 54, p. 155-183

MANUEL, Mella Márquez (Org) (1997). *Curso de Partidos Políticos*. Ediciones Akal: Madrid.

MAIR, Peter. (1994). "Party Organizations: from civil society to the state", in Richard S. Katz and Peter Mais (eds) *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organization in Western Democracies*. London: Sage.

MAIR, Peter; BARTOLINI (2001). *Challenges to contemporary political parties*. In *Political Parties and Democracy*, edit. by Larry Diamond and Richard Gunther, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

MAIR, Peter, 2001, "The freezing hypothesis. An evaluation", in: Lauri Karvonen and Stein Kuhle (ed.), *Party Systems and Voter Alignments Revisited*, London, New York: Routledge, 27-44.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio (1992). O envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 34, nov., p. 92-106.

MARIANO, Ricardo (2005). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

MARIANO, Ricardo, HOFF, Márcio e DANTAS, Souza de Y. ToTy (2006). Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos religiosos. *Debates do NER, Porto Alegre*, nº10.

MAYEUR, Jean-Marie. (1999). Partidos católicos e democrático-cristãos europeus. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, p. 898.

MEYER, T. M., & JENNY, M. (2013). Measuring error for adjacent policy position estimates: Dealing with uncertainty using CMP data. *Electoral Studies*, 32(1), pp. 174–185.

MCDERMOTT, M. L. (2009). Religious Stereotyping and Voter Support for Evangelical Candidates. *Political Research Quarterly*, 62(2), 340–354.

MEDERO, Gema Sánchez (2012). *Los Partidos Políticos: Organización y Funcionamiento*. In Márquez e Cuadrado (org.) *Partidos Políticos Y Sistemas de Partidos*. Madri: Editorial Trotta.

MICHELS, R., (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB.

MIGUEL, L. F. e BIROLI, Flávia (2009). *Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, nº 1, junho, p.55-81.

MIRANDA, Geralda Luiza de. (2010). *A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal*. Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 37, p. 201-225, out.

NICOLAU, Jairo (2006). O Sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados* 49(4), pp. 689–720.

NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (2007). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. (2012) *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.

NIEDZWIECKI, Sara; PRIBBLE, Jennifer (2017). *Social Policies and Center-Right Governments in Argentina and Chile*. *Latin American Politics and Society* 59, Vol. 03, p. 72-97.

Norris, Pippa. (2002). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. New York: Cambridge University Press.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. (2016). *Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic HaveNots and Cultural Backlash*. Faculty Research Working Paper Series, Harvard Kennedy School.

NOVAES, Regina Reyes. (2001). A Divina Política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, (49), 60-81. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 60-81, março/maio 2001.

ORO, Ari Pedro. (2003). A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *RBCS* Vol. 18 nº. 53, pp. 53-69.

_____. (2006). *Religião e Política no Brasil*. In: ORO, A. P. (Org.). *Religião e Política no Cone-sul, Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial, pp. 75-156.

_____. (2011). Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, pp. 383-395

ORO, Ari Pedro e MARIANO, Ricardo. (2011). The reciprocal instrumentalization of religion and politics in Brazil. *Annual Review of the Sociology of Religion*, Boston, v. 2, pp. 245-266.

PAIVA, Denise e TAROUÇO, Gabriela da Silva. (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, novembro, p.426-451.

PANEBIANCO, Ângelo. (2005). Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos. Martins Fontes: São Paulo.

PAPPI, Franz Urban (1984) 'The West German Party System'. *West European Politics* 7 (4): pp. 7–26.

PEDERSEN, Mogens N. (1982). Towards a New Typology of Party Lifespans and Minor Parties. *Scandinavian Political Studies*, Vol. 5, New series, Nº1.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. (2000). *Uma teoria da preponderância do poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 45-67.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo (1996). A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo: Editora Hucitec.

PIERUCCI, A. Flávio. (2011). Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos - CEBRAP*, Vol. 89, pp. 6–15

PIERSON, P. (2004). Politics in Time: History, Institutions and Social Analysis. "Timing and Sequence". pp. 54-78.

POMPER, Gerard M. (1990). Party Organization & Electoral Success. *Polity*, Vol. 23, No. 2, pp. 187-206.

PRUYERS, Scott; CROSS, Willian P. e KATZ, Richard (2018). *Personalism, Personalization and Party Politics*. In *The Personalization of Democratic Politics and the Challenge for Political Parties*, ECPR Press, London.

RAMÍREZ, César Zúniga (2018). Costa Rica: el Poder Evangélico em uma democracia Estable. In *Evangélicos y Poder en América Latina*. Guadalupe e Grundberger (ed), Konrad Adenauer.

REIS, F. W. Mercado e Utopia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. *O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro*. pp. 279-305.

RIBEIRO, Pedro F. (2010). *Dos Sindicatos ao Governo a Organização Nacional*. São Paulo: Edufscar.

_____. (2015). *Joining a Political Party: Paths to Membership and Activism in contemporary Brazil*. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca.

RICCI, Paolo. (2003). *O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais?* Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, pp. 699 a 734.

RODRIGUES, L. M. (1995). *Eleições, Fragmentação Partidária e Governabilidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 41, pp. 78-90.

_____. (2002). *Partidos Ideologia e Composição Social*. RBCS Vol. 17 no 48 fevereiro.

_____. (2009). *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Eldstein de pesquisas sociais.

RODRIGUES, G. A. e FUKS, M. (2015). *Grupos Sociais e Preferência Política: O Voto Evangélico no Brasil*. RBCS, 30(87), pp. 115 – 129.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição*. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.48, pp.31-47.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. (2003). *Brasil década de 90: a recorrência das desigualdades sociais em meio a muitas transformações*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, GT4 Desigualdades Sociais 1 a 5 de setembro.

ROSE, Richard & MACKIE, Thomas T. 1988. *Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations*. In: LAWSON, Kay & MERKL, Peter (eds.). *When parties fail*. Princeton: Princeton University Press.

SAMUELS, David (2001). *Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil*. *The Journal of Politics*, Vol. 63, No. 2 (May, 2001), pp. 569-584.

SAMUELS, David J. (2002), *“Progressive Ambition, Federalism, and Pork-Barreling in Brazil”*, in S. Morgenstern e B. Nacif (orgs.), *Legislative Politics in Latin America*. New York, Cambridge University Pres.

SARTORI, Giovanni (1982). *Partidos e Sistemas partidários*. Universidade de Brasília, Editora Zahar.

SANTOS, Livia Reis. (2013). *Confiança ou cabresto? Considerações sobre o comportamento eleitoral de um grupo evangélico nas eleições municipais de 2012*. In: *Revista Intratextos*, vol 4, no1, pp. 73-92.

SANTOS, Fabiano e ALMEIDA, ALCIR. (2011). *Fundamentos Informativos do Presidencialismo de Coalizão*. Editora Appris.

SCARROW, Suzan E. (1996). *Parties and Their Members: Organizing for Victory in Britain and Germany*. Oxford University Press.

_____. (2005). Political parties and democracy in theoretical and practical perspectives: Implementing intra-party democracy. National democratic institute for international affairs.

_____. (2007). *Political Finance in Comparative Perspective*. *Annu. Rev. Polit. Sci.* Vol. 10, pp. 193–210.

SACCHET, Teresa (2011). Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In *Mulheres, política e poder*, Paiva (Org). Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás.

SACCHET, Teresa e SPECK, Bruno (2012). *Dinheiro e sexo na política: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos*. In *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo, ABCP.

SCHMITT, Rogério. (2005). *Partidos Políticos no Brasil (1945 – 2000)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

SHUGART, Matthew S. e CAREY, John M. (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

SIGMUND, Paul E. (2003). *The Transformation of Christian Democratic Ideology: Transcending Left and Right, or Whatever Happened to the Third Way?* In *Christian Democracy in Latin America: Electoral Competition and Regime Conflicts*, Mainwaring, S. e Scully, T. (org), Stanford University.

SINGER, André. (2009). *Raízes sociais e ideológicas do Lulismo*. Revista NOVOS ESTUDOS.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *Party Government*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1942. *Democracy in Latin America: Electoral Competition and Regime Conflicts* (Org), Stanford University Press.

SCHOENFELDER, Rosilene; PAZ, Joice L. (2006). A Igreja do Evangelho Quadrangular nas Eleições de 2006: a Disputa pela Vaga de Deputado Federal. *Debates do NER*, ano 7, no. 10, pp. 27-37.

SOUZA, André Ricardo de. (2009). O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008. Anais do ii encontro nacional do Gt história das religiões e das religiosidades.

SPECK, Bruno (2013). Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. *Cadernos Adenauer*.

SPECK, Bruno e CERVI, Emerson (2016). Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 1, 2016, pp. 53-90.

SPECK, Bruno W. BRAGA, Maria do S. S. e COSTA, Valeriano. (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.* [online], vol.23, n.56, pp.125-148.

SPECK, Bruno e NETTO, Gabriela Figueiredo. (2017). O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 23, nº 3, pp. 809-836.

TADVALD, Marcelo. (2010). Eleitos de Deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, nº 18 pp. 83-109.

TAROUCO, Gabriela (2010). *Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 169-186.

THELEN, K. & STEINMO, S. (1992). Historical institutionalism in comparative politics. In S. Steinmo, K. Thelen, *et al.* (eds.), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

THORLAKSON, L. (2013). Measuring vertical integration in parties with multi-level systems data. *Party Politics*, 19(5), pp. 713–734.

WALKER, Ignácio e JOUANNET, Andrés (2006). *Democracia Cristiana y Concertación: los casos de Chile, Italia y Alemania*. *Revista de Ciencia política*. (Santiago) v.26, n.2, Santiago.

WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea (2014). *Manifesto Coding Instructions* (5 th revised edition).

VASSELAI, Fabricio (2015). Chapter 1 - The multiple dimensions of party nationalization - an application to the Brazilian case. In: *Nationalization and localism in electoral systems and party systems*, por Fabricio Vasselai. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da USP.

VERDEJO, Inês Picazo. (2003). *Chile*. In *Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur, Alcântara e Freindeberg*, org. Ed. Instituto Federal Eleitoral, México.

VERGE, Tânia e ALLERN, Elin Haugsgjerd. (2015). *Still Connecting with Society? A Cross-sectional Study of Political Parties' Formal Links with Social Groups in the 21st century*. Trabalho apresentado em: Annual Meeting of APSA, September 3-6, San Francisco.

VOLKENS, A. et al. *Manifesto Project*. (2013). Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>

VOLKENS, Andrea; ARES, Cristina; Bratanova, Radostina & Kaftan, Lea. (2015). Análisis de contenido de textos con referencias al *Manifesto Project* (2000-2015): temas, actores, y métodos para medir preferencias políticas. *RIPS*, Vol. 14, núm. pp. 233-238.

ZOVATTO, Daniel. (2005). Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, v. XI, n. 2, pp. 287-315.

ZUCCO, Cesar Jr. (2011). *Esquerda, Direita e Governo: A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros*. In O Congresso Por ele mesmo: Autopercepção da classe política brasileira. Powe e Zucco (org). Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Apêndice A – Manifesto de lançamento e Programa do PDR de 1971

dições do povo brasileiro.

sário o surgimento "de tantos par não gosto de me queixar".

O manifesto e o programa

Expressando que o Partido Democrático Republicano "não pretende restaurar situações ultrapassadas e antes quer a concretização dos objetivos de um movimento revolucionário que tantas esperanças despertou na alma do povo brasileiro", os seus organizadores divulgaram ontem o manifesto, o programa e os estatutos.

O "Diário da Justiça" (e não o "Diário Oficial" da União, já que é matéria eleitoral) publicará hoje, em Brasília, juntamente com jornais de São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte, esses documentos, com as assinaturas de 105 eleitores-fundadores — quatro a mais do mínimo exigido por lei.

REGISTRO

O PDR, com a publicação desses documentos no "Diário da Justiça" — que lhe custou mais de 500 cruzeiros — solicitará ao Tribunal Superior Eleitoral providências para a concessão do registro como agremiação política e aguardará instruções para coletar, no prazo de 12 meses, cerca de 1 milhão e 100 mil assinaturas de eleitores, correspondentes a 5% do eleitorado que votou na última eleição — 15 de novembro, — no mínimo de sete Estados.

MANIFESTO

O manifesto do PDR é o seguinte:

"Entendendo que a Democracia é força de governo e exercício do Poder e que confere aos cidadãos os meios de compreensão e liberdade de julgamento que levam à adoção voluntária de determinados princípios, fundados em ideias e aspirações, tomamos a iniciativa de criar e organizar um partido político nacional destinado "a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo.

A maior força das instituições democráticas reside na dinamicidade do sistema de sujeição intencional de sua vivência política ou social a uma análise crítica permanente, reconhecida como instrumento de seu contínuo aperfeiçoamento.

Estamos convencidos de que interpretamos o anseio de ponderáveis correntes da opinião pública, ao decidirmos que esta é a oportunidade para o lançamento de um partido que não pretende restaurar situações ultrapassadas e antes quer a concretização dos objetivos de um movimento revolucionário que tantas esperanças despertou na alma do povo brasileiro.

Certos de que a ideia que defendemos alcançará o apoio do quorum constitucional exigido, o partido que se estrutura manterá integralmente o seu programa, admitidas as alterações deliberadas pelo voto da maioria absoluta de uma Convenção Nacional."

PROGRAMA

Do programa do PDR constam:

1. — Oferecer aos governos da União, dos Estados e dos Municípios, bem como do Distrito Federal e dos Territórios, eficiente colaboração no estudo e na execução de planos visando ao equacionamento de problemas políticos, econômicos e sociais.

2. — Manter, defender e aperfeiçoar o regime democrático definido na Constituição e na forma republicana de Governo.

3. — Trabalhar intensamente em favor da paz e do entendimento, da aproximação e da cooperação internacionais.

4. — Assegurar e preservar os direitos fundamentais da pessoa humana.

5. — Patrocinar a manutenção dos direitos reconhecidos aos brasileiros naturalizados.

6. — Pôr em prática o princípio da pluralidade de partidos políticos representativos de ponderáveis correntes de opinião, satisfazendo as exigências legais e uma vez que se comprometam com a manutenção, com a defesa e com o aperfeiçoamento da democracia representativa.

7. — Garantir a participação ativa dos cidadãos no processo de

escolha de seus governantes e dos membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas estaduais e das Camaras Municipais.

8. — Impedir que o voto fique sujeito à influência do exercício de função, cargo ou emprego público ou de abuso do poder econômico, bem como promover a punição dos autores de fraude, de corrupção e de compressão.

9. — Emendar, mediante processo legislativo, a Constituição Federal, para excluir dispositivos contrários à tradição política e ao sentimento do povo brasileiro.

10. — Prevenir e tornar efetivos os meios de prevenção e repressão à violência contra pessoa, contra bens e contra instituições.

11. — Adotar medidas tendentes a evitar a abstenção eleitoral e a anulação intencional de votos.

12. — Promover a incorporação na vida política nacional, mediante educação adequada, de brasileiros marginalizados pelo analfabetismo.

13. — Implantar programas de educação cívica e a instrução política para a formação dos quadros partidários, tendo, como fim último, o aprimoramento do sistema democrático.

14. — Resguardar a igualdade de direitos e de deveres entre militares e civis, tendo em atenção as peculiaridades de cada classe.

15. — Preservar a harmonia e a independência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, vedados privilégios de qualquer ordem.

16. — Colocar, acima de dissídios eleitorais e conflitos de interesses de unidades federativas, a solidariedade nacional.

17. — Preservar e defender, interna e externamente, a ordem, a segurança e a tranquilidade dos cidadãos e da Nação.

18. — Estimular o desenvolvimento econômico do País, consideradas as características e potencialidade regionais, no plano de uma política de regiões municipais e sócio-econômicas.

19. — Desenvolver programas prioritários de âmbito nacional no setor da educação, no da saúde, no das comunicações e no das pesquisas científicas e tecnológicas.

20. — Proteger os recursos naturais do País, processada sua exploração racional de conformidade com os altos interesses nacionais.

21. — Dignificar o trabalho e o estudo, assegurado o direito de livre escolha e condições justas e favoráveis para o seu exercício, inclusive com vista a proporcionar aos jovens mais amplas oportunidades.

22. — Manter os valores éticos tradicionais da cultura brasileira.

23. — Assegurar a efetiva tutela jurisdicional para a apreciação das ofensas ou ameaças às liberdades cívicas".

Lei para substituir o AC-54

Da Sucursal de
BRASILIA

O ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, reuniu-se ontem com o presidente nacional da Arena e os líderes do governo na Câmara e no Senado, deputado Batista Ramos e Geraldo Freire e senador Filinto Muller, para prosseguir no exame de sugestões à elaboração de projeto de lei destinado a fixar novas normas para as eleições partidárias, em substituição ao Ato Complementar n.º 54.

As sugestões que o ministro recebeu dos parlamentares e de seus assessores ainda estão rasalhadas e por falta de tempo não foi preparado um texto para estudo, o que só ocorrerá após a Semana Santa, quando se realiza novo encontro.

Em consequência, haverá atraso no encaminhamento da matéria ao Legislativo, antes previsto para os primeiros dias de abril. Calcula-se que somente na segunda quinzena de abril o governo envie o projeto à deliberação do Congresso Nacional, juntamente com outro, regulamentando o princípio constitucional da fidelidade partidária.

Apêndice B - Percentual de Comissões provisórias por Estados (1995-2017)

UE	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	0,45	0,5	0,5	0,95	1	1	1	1	1	1
AL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,009	0,009	0,009	0,019	0,43	0,48	0,48	0,31	0,3	0,72	0,57
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,37	0,37	0,37	0,37	0,62	1	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,32	0,41	0,41	0,41	0,41	0,41	0,43	0,43	0,9	1	1
BA	0	0	0	0	0	0	0	0	0,02	0,02	0,023	0,023	0,05	0,06	0,069	0,069	0,27	0,38	0,39	0,39	0,59	0,81	0,42
CE	0	0	0	0	0	0	0	0	0,005	0,01	0,01	0,01	0,07	0,076	0,086	0,097	0,53	0,57	0,55	0,47	0,52	0,54	0,25
ES	0	0	0	0	0	0	0	0	0,025	0,025	0,025	0,025	0,051	0,064	0,2	0,2	0,47	0,5	0,51	0,51	0,7	0,92	0,84
GO	0	0,016	0,016	0,016	0,04	0,04	0,04	0,04	0,06	0,077	0,081	0,085	0,337	0,43	0,43	0,34	0,439	0,42	0,44	0,38	0,62	0,58	0,46
MA	0	0	0	0	0,013	0,02	0,02	0,02	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,21	0,22	0,22	0,239	0,26	0,27	0,19	0,59	0,7	0,7
MT	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,007	0,051	0,051	0,051	0,051	0,3	0,3	0,34	0,35	0,64	0,85	0,87
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,01	0,01	0,01	0,09	0,09	0,15	0,37	0,44	0,42	0,44	0,5	0,84	0,87
MG	0	0	0	0	0,002	0,002	0,002	0,002	0,019	0,025	0,029	0,033	0,157	0,2	0,21	0,21	0,26	0,29	0,3	0,35	0,54	0,57	0,47
PA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,076	0,09	0,09	0,13	0,46	0,95	1
PB	0	0	0	0	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	0,05	0,05	0,058	0,058	0,067	0,139	0,139	0,5	0,51	0,51	0,5	0,56	0,74	0,73

PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0,002	0,002	0,002	0,002	0,012	0,012	0,017	0,03	0,2	0,298	0,32	0,34	0,78	0,99	0,99	
PE	0	0	0	0	0,01	0,01	0,01	0,01	0,037	0,032	0,032	0,032	0,032	0,059	0,059	0,059	0,18	0,24	0,21	0,21	0,34	0,69	0,7	
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0,013	0,022	0,022	0,022	0,049	0,12	0,17	0,21	0,3	0,3	0,31	0,328	0,36	0,59	0,45	
RJ	0	0	0	0	0	0	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,25	0,27	0,29	0,22	0,45	0,88	0,88	
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,005	0,011	0,089	0,14	0,16	0,17	0,49	0,51	0,51	0,51	0,53	0,54	0,55	
RS	0	0	0	0	0	0	0	0	0,002	0,002	0,008	0,012	0,018	1	0,014	0,01	0,01	0,018	0,012	0,026	0,04	0,05	0,1	0,018
RO	0	0	0	0	0,03	0,05	0,05	0,05	0,07	0,07	0,07	0,07	0,326	0,5	0,51	0,51	0,61	0,61	0,59	0,61	0,73	0,82	0,82	
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,003	0,006	0,006	0,01	0,034	0,092	0,095	0,14	0,14	0,17	0,16	0,21	0,35	0,38	
SP	0	0	0	0	0	0	0	0	0,001	0,001	0,004	0,006	0,119	0,124	0,14	0,15	0,35	0,37	0,43	0,44	0,62	0,72	0,69	
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,24	0,42	0,44	0,44	0,6	1	1	
TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,122	0,179	0,19	0,18	0,4	0,48	0,489	0,49	0,59	0,91	0,82	
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: TSE, Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias. Acreditamos que os dados não estão completos, pois há registros de candidatos pelo PSC de RR, a partir de 1998, o que indica que deveria existir órgãos partidários municipais e estadual nessa região.

Apêndice C - Percentual aumento e recuo de filiados de todos os partidos políticos

Ano	PSC	PRB	DEM	PPS	PSDC	PMDB	PSDB	PT	PP	PV	PDT	PSOL	PCdoB	PCB	PCO	PEN
2004-2005	0,10		0,00	0,37	0,92	- 0,06	0,06	0,19		0,81	0,01		0,04	0,02	- 0,04	
2005-2006	- 0,01		- 0,06	- 0,01	0,01	- 0,02	- 0,01	0,07	- 0,02	0,05	- 0,03		- 0,01	- 0,01	- 0,07	
2006-2007	- 0,02		0,17	- 0,01	- 0,02	0,00	- 0,00	- 0,01	- 0,01	0,00	0,00		0,22	0,14	- 0,08	
2007-2008	0,17	31,39	- 0,01	0,01	0,18	0,03	0,09	0,11	0,01	0,34	0,07	4,11	0,04	0,01	- 0,01	
2008-2009	0,05	0,47	- 0,00	- 0,01	0,10	- 0,02	- 0,01	0,00	- 0,01	0,03	- 0,00	0,05	- 0,02	- 0,08	- 0,12	
2009-2010	- 0,02	0,08	- 0,01	- 0,05	- 0,05	- 0,05	- 0,07	0,03	- 0,05	- 0,03	- 0,04	0,22	0,17	0,09	0,06	
2010-2011	0,17	0,15	0,01	0,15	0,13	0,20	0,18	0,17	0,14	0,13	0,15	0,12	-	- 0,00	- 0,04	
2011-2012	0,17	0,25	- 0,01	0,05	0,15	0,00	0,04	0,09	0,03	0,19	0,05	0,53	0,21	- 0,02	- 0,00	
2012-2013	0,02	0,04	0,01	0,00	0,03	- 0,00	- 0,02	0,02	0,00	0,04	0,02	0,06	0,08	- 0,02	- 0,03	30,19
2013-2014	0,01	0,04	- 1,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	0,02	0,00	0,01	- 0,00	0,33	0,01	- 0,01	- 0,00	0,62
2014-2015	0,00	0,02	0,01	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	0,63	0,04	- 0,02	- 0,02	2,15
2015-2016	0,05	0,12	- 0,01	0,00	0,03	0,01	0,04	0,00	0,00	0,04	0,01	- 0,22	0,06	- 0,00	0,13	0,84
2016-2017	0,07	0,13	0,01	0,04	0,08	0,01	0,03	- 0,00	0,01	0,07	0,02	0,08	- 0,00	- 0,02	- 0,01	- 0,01

APÊNDICE C

Ano	PHS	PMN	PPL	PR	PROS	PRP	PSB	PSD	PSTU	PTdoB	PTB	PTC
2004-2005	0					- 0,05	- 0,03		- 0,03	- 0,03	- 0,02	- 0,03
2005-2006	- 0,03	- 0,01				- 0,02	- 0,02		- 0,01	- 0,02	- 0,01	- 0,02
2006-2007	0,23	0,06				0,03	0,19		- 0,02	0,14	0,01	0,09
2007-2008	0,03	0		- 0,01		- 0,01	0,07		- 0,01	0,01	0,03	0
2008-2009	- 0,06	- 0,06		- 0,06		- 0,06	- 0,03		- 0,1	- 0,07	- 0,05	- 0,04
2009-2010	0,15	0,12		0,09		0,14	0,2		0,06	0,16	0,18	0,12
2010-2011	0,21	0,09		0,04		0,11	0,15		0,05	0,16	0,02	0,15
2011-2012	0,04	0,01	0,42	0,01		0,02	0,03	0,38	0,08	0,07	0	0,02
2012-2013	0,01	- 0,01	0,17	0		0,03	0	0,06	0,18	0,01	0	0,02
2013-2014	0,09	- 0,01	- 0,01	0	3,87	0	0	0,02	0,02	0	0	0
2014-2015	0,13	0,03	0,39	0,01	1,81	0,04	0,04	0,3	0,01	0,04	0	0,04
2015-2016	0,18	0,04	0,67	0,03	0,46	0,08	0,07	0,25	0	0,06	0,01	0,09
2016-2017	- 0,01	- 0,02	- 0,02	- 0,01	0	- 0,02	- 0,01	0	- 0,02	- 0,02	- 0,01	- 0,01

Apêndice D – Percentual de Filiados de todos os partidos políticos

Partido	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DEM				8,04	8,02	7,89	7,94	7,35	7,24	7,13	7,08	6,82	6,6	6,57
NOVO												0,01	0,05	0,06
PAN	0,45	0,45	0,45	0,39										
PC DO B	1,55	1,63	1,62	1,84	1,91	1,94	1,95	2,2	2,24	2,32	2,33	2,33	2,36	2,36
PCB	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,1	0,1	0,1	0,09	0,09	0,09
PCO	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
PDT	8,36	8,2	8,26	8,21	8,15	8,18	8,14	7,94	7,99	7,92	7,88	7,73	7,52	7,53
PFL	8,97	8,88	8,87											
PEN									0	0,05	0,08	0,25	0,44	0,43
PHS	0,73	0,74	0,72	0,83	0,85	0,83	0,82	0,93	0,95	0,95	1,03	1,12	1,27	1,26
PL	5,77	5,72	5,62											
PMB													0,23	0,23
PMDB	17,63	17,48	17,6	16,92	16,54	16,39	16,68	15,84	15,58	15,43	15,36	15	14,45	14,44
PMN	1,47	1,49	1,49	1,48	1,48	1,45	1,4	1,42	1,41	1,38	1,36	1,36	1,34	1,32
PP	11,16	11,01	10,94	10,31	10,13	10,06	9,86	9,45	9,36	9,28	9,23	8,96	8,65	8,64
PPL								0,07	0,1	0,11	0,11	0,15	0,24	0,24
PODE														0,97
PPS	3,48	3,49	3,5	3,3	3,27	3,22	3,21	3,12	3,09	3,05	3,02	2,94	2,9	2,88
PR				5,83	5,76	5,61	5,27	5,09	5,05	5,02	4,99	4,89	4,81	4,79
PRB			0,03	0,98	1,44	1,62	1,6	1,86	1,91	1,98	2	2,18	2,34	2,36
PRONA	0,42	0,41	0,41											
PROS										0,03	0,15	0,4	0,55	0,55
PRP	1,57	1,52	1,49	1,44	1,42	1,4	1,37	1,42	1,43	1,46	1,46	1,47	1,51	1,48
PRTB	0,6	0,61	0,6	0,68	0,7	0,7	0,67	0,75	0,76	0,76	0,77	0,78	0,82	0,82
PSB	2,96	2,91	2,87	3,19	3,4	3,44	3,55	3,79	3,84	3,82	3,82	3,84	3,9	3,87
PSC	1,9	1,9	1,87	2,03	2,13	2,18	2,19	2,4	2,42	2,43	2,43	2,48	2,54	2,53
PSD								0,88	1,19	1,26	1,28	1,61	1,91	1,93
PSDB	9,41	9,44	9,48	9,66	9,54	9,29	9,47	9,19	8,96	8,85	8,8	8,9	8,7	8,71
PSDC	0,87	0,89	0,88	0,96	1,05	1,04	1,01	1,08	1,1	1,09	1,09	1,09	1,2	1,12
PSL	1,19	1,17	1,18	1,26	1,27	1,23	1,22	1,31	1,32	1,32	1,31	1,3	1,36	1,36
PSOL			0,05	0,23	0,24	0,31	0,3	0,42	0,44	0,59	0,6	0,72	0,74	0,88
PSTU	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11	0,1	0,09	0,09	0,09	0,11	0,11	0,11	0,11	0,1
PT	8,39	9,04	9,05	9,34	9,34	9,97	10,04	10,22	10,26	10,41	10,36	10,04	9,54	9,52
PT DO B	0,97	0,94	0,93	0,99	1	0,97	0,97	1,05	1,1	1,1	1,1	1,11	1,12	1,11
PTB	8,65	8,55	8,54	8,03	8,25	8,18	8,35	7,89	7,81	7,77	7,72	7,46	7,18	7,18
PTC	1,12	1,1	1,08	1,1	1,1	1,1	1,07	1,14	1,15	1,16	1,15	1,15	1,19	1,18
PTN	0,63	0,63	0,63	0,73	0,74	0,74	0,72	0,81	0,84	0,85	0,85	0,88	0,97	0,97
PV	1,47	1,56	1,57	1,96	2,01	2,03	1,97	2,19	2,23	2,23	2,22	2,23	2,26	2,26
REDE												0,01	0,11	0,11
SDD										0,03	0,19	0,61	1,09	1,12

Apêndice E – Tabela Completa do PSC sobre filiados

UF	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
AC	151	0,067	104	0,047	149	0,069	454	0,18	480	0,181	639	0,245	697	0,229	1.363	0,382	1.450	0,396	1.458	0,393	1.454	0,391	1.450	0,369	1.495	0,355	1.487	0,356
AL	4.565	2,034	4.413	1,986	4.280	1,974	5.359	2,122	5.220	1,969	4.987	1,914	5.987	1,967	6.254	1,751	6.280	1,716	6.251	1,684	6.239	1,676	6.170	1,572	6.536	1,55	4.976	1,192
AM	3.340	1,488	2.978	1,34	2.888	1,332	3.654	1,447	4.273	1,612	3.672	1,409	4.452	1,463	5.725	1,603	5.851	1,599	5.821	1,569	6.281	1,687	15.438	3,933	19.145	4,541	19.122	4,58
AP	432	0,192	426	0,192	415	0,191	777	0,308	810	0,306	742	0,285	800	0,263	1.212	0,339	1.207	0,33	1.278	0,344	1.268	0,341	1.404	0,358	1.406	0,334	1.351	0,324
BA	33.221	14,802	32.175	14,479	30.992	14,295	31.246	12,371	31.391	11,843	30.759	11,804	36.156	11,88	38.937	10,901	39.339	10,749	39.217	10,568	39.165	10,522	39.681	10,109	41.538	9,853	41.450	9,927
CE	10.835	4,828	10.249	4,612	8.806	4,062	8.923	3,533	8.970	3,384	8.591	3,297	10.245	3,366	10.676	2,989	10.462	2,859	10.415	2,807	10.355	2,782	10.490	2,672	10.598	2,514	10.572	2,532
DF	1.782	0,794	1.864	0,839	1.948	0,899	1.774	0,702	720	0,272	3.943	1,513	14.242	4,68	14.373	4,024	14.091	3,85	13.985	3,769	14.444	3,88	14.222	3,623	14.102	3,345	14.088	3,374
ES	6.344	2,827	6.202	2,791	6.119	2,822	7.077	2,802	7.184	2,71	6.439	2,471	7.366	2,42	7.558	2,116	7.505	2,051	7.451	2,008	7.431	1,996	7.413	1,888	7.970	1,891	7.570	1,813
GO	7.409	3,301	7.557	3,401	7.535	3,476	8.711	3,449	10.159	3,833	9.899	3,799	10.913	3,586	13.472	3,772	13.721	3,749	13.899	3,745	13.861	3,724	14.106	3,594	14.959	3,548	14.988	3,589
MA	12.984	5,785	13.398	6,029	13.421	6,19	14.668	5,807	14.694	5,544	13.467	5,168	15.637	5,138	17.167	4,806	17.389	4,751	17.294	4,66	17.263	4,638	17.072	4,349	17.332	4,111	17.313	4,146
MG	33.509	14,93	32.194	14,488	31.840	14,686	35.774	14,164	39.941	15,069	38.642	14,829	41.116	13,51	44.848	12,556	45.249	12,363	46.183	12,445	46.242	12,423	47.166	12,016	50.811	12,053	50.750	12,154
MS	1.846	0,823	1.906	0,858	2.000	0,923	2.653	1,05	2.669	1,007	2.481	0,952	2.759	0,907	4.099	1,148	4.299	1,175	4.347	1,171	4.313	1,159	4.526	1,153	5.173	1,227	5.173	1,239
MT	1.715	0,764	1.702	0,766	1.716	0,792	2.384	0,944	2.603	0,982	2.451	0,941	2.690	0,884	6.054	1,695	6.411	1,752	6.697	1,805	6.793	1,825	8.171	2,082	9.937	2,357	9.943	2,381
PA	5.929	2,642	6.472	2,912	5.982	2,759	8.066	3,194	8.200	3,094	7.444	2,857	8.862	2,912	15.950	4,465	18.938	5,174	21.258	5,728	21.432	5,758	23.186	5,907	26.015	6,171	26.178	6,269
PB	1.824	0,813	1.711	0,77	1.757	0,81	2.652	1,05	2.688	1,014	2.596	0,996	2.817	0,926	5.417	1,517	5.553	1,517	5.524	1,489	5.525	1,484	5.846	1,489	6.299	1,494	6.304	1,51
PE	12.753	5,682	13.412	6,036	10.848	5,004	12.243	4,847	13.197	4,979	11.664	4,476	13.053	4,289	14.685	4,111	14.725	4,023	14.656	3,949	14.616	3,927	14.342	3,654	14.763	3,502	14.441	3,458
PI	1.103	0,491	1.098	0,494	1.124	0,518	1.956	0,774	1.970	0,743	1.842	0,707	2.071	0,68	3.349	0,938	3.399	0,929	3.397	0,915	3.379	0,908	3.495	0,89	4.056	0,962	4.037	0,967
PR	22.207	9,895	21.574	9,709	21.141	9,751	25.812	10,22	26.411	9,964	26.969	10,35	29.718	9,765	36.851	10,317	37.516	10,25	37.583	10,127	37.581	10,096	42.622	10,858	45.831	10,871	45.718	10,949
RJ	19.680	8,769	19.858	8,936	20.473	9,443	22.012	8,715	20.966	7,91	20.774	7,972	24.169	7,941	25.645	7,18	25.938	7,087	25.869	6,971	25.762	6,921	25.258	6,435	26.031	6,175	25.685	6,151
RN	2.824	1,258	2.563	1,153	2.843	1,311	2.972	1,177	2.913	1,099	2.770	1,063	3.019	0,992	3.978	1,114	4.215	1,152	4.199	1,131	4.176	1,122	3.944	1,005	4.111	0,975	4.104	0,983
RO	2.845	1,268	2.726	1,227	2.642	1,219	3.059	1,211	3.336	1,259	3.231	1,24	3.605	1,185	3.623	1,014	4.316	1,179	4.402	1,186	4.383	1,177	4.384	1,117	4.925	1,168	4.943	1,184
RR	342	0,152	138	0,062	142	0,065	327	0,129	345	0,13	346	0,133	541	0,178	732	0,205	742	0,203	745	0,201	738	0,198	833	0,212	905	0,215	905	0,217
RS	1.442	0,642	1.801	0,81	2.099	0,968	2.331	0,923	3.295	1,243	3.176	1,219	3.806	1,251	5.021	1,406	5.324	1,455	5.558	1,498	5.724	1,538	6.067	1,546	7.782	1,846	7.767	1,86
SC	4.122	1,837	4.106	1,848	3.972	1,832	4.059	1,607	4.141	1,562	4.523	1,736	5.311	1,745	7.648	2,141	8.297	2,267	9.490	2,557	9.713	2,609	10.321	2,629	11.279	2,675	11.331	2,714
SE	3.771	1,68	3.695	1,663	3.794	1,75	5.788	2,292	5.811	2,192	5.380	2,065	5.732	1,883	6.358	1,78	6.414	1,752	6.460	1,741	6.514	1,75	6.395	1,629	6.504	1,543	5.063	1,213
SP	25.106	11,186	25.525	11,487	25.654	11,833	35.678	14,126	40.479	15,272	41.209	15,814	46.476	15,271	53.855	15,077	55.000	15,028	55.249	14,888	55.096	14,802	56.015	14,27	58.541	13,886	58.771	14,075
TO	2.355	1,049	2.368	1,066	2.213	1,021	2.162	0,856	2.175	0,821	1.936	0,743	2.082	0,684	2.320	0,65	2.344	0,64	2.399	0,646	2.467	0,663	2.501	0,637	3.519	0,835	3.505	0,839
TOTAL	224.436		222.215		216.800		252.574		265.057		260.581		304.340		357.188		365.993		371.102		372.232		392.535		421.580		417.552	
ZZ	17	0,004			7	0,003	3	0,001	16	0,006	9	0,003	18	0,006	18	0,005	18	0,005	17	0,005	17	0,005	17	0,004	17	0,004	17	0,004

Apêndice F – Deputados estaduais do PSC eleitos por estado

Deputados Estaduais por Estado						
	1998	2002	2006	2010	2014	2018
AC	0	1	0	1	0	0
AL	0	0	0	1	1	0
AM	1	1	0	1	1	0
AP	0	0	1	1	2	1
BA	3	1	2	5	2	3
CE	1	0	0	0	1	0
DF	0	0	0	1	0	1
ES	0	1	1	0	0	0
GO	2	0	1	1	1	1
MA	1	1	1	1	2	0
MG	1	0	3	2	2	3
MS	0	0	0	0	0	0
MT	0	0	0	0	0	2
PA	0	0	1	1	2	2
PB	0	0	0	3	2	1
PE	2	2	2	1	0	5
PI	0	0	0	0	0	0
PR	1	1	0	3	12	4
RJ	2	3	5	3	1	2
RN	0	0	0	0	0	0
RO	2	0	0	0	0	0
RR	0	0	1	1	1	0
RS	0	0	0	0	0	0
SC	0	0	0	0	0	1
SE	1	2	5	4	2	4
SP	0	0	2	4	3	0
TO	0	0	1	0	0	0

Apêndice G - Deputados federais do PSC eleitos (1998 – 2018)

Ano	Nome de Urna	Religião	Igreja	Região
1998	Paulo Marinho	**	**	MA
1998	Dino Fernandes	**	**	RJ
2002	Renato Cozzolino	Católico	**	RJ
2006	Jurandyr Loureiro	Evangélico	Assembleia de Deus	ES
2006	Pr Mário de Oliveira	Evangélico	Evangélio Quadrangular	MG
2006	Zequinha Marinho	Evangélico	Assembleia de Deus	PA
2006	Marcos Antônio	**	**	PE
2006	Deley	Espirita	**	RJ
2006	Hugo Leal	Evangélico	**	RJ
2006	Filipe Rio de Cara Nova	Evangélico	Assembleia de Deus	RJ
2006	Eduardo Amorim	Evangélico	**	SE
2006	Regis de Oliveira	**	**	SP
2010	Antonia Lucia	Evangélica	Assembleia de Deus	AC
2010	Silas Camara	Evangélico	Assembleia de Deus	AM
2010	Sergio Brito	Evangélico	Batista	BA
2010	Erivelton Santana	Evangélico	Assembleia de Deus	BA
2010	Lauriete	Evangélico	Assembleia de Deus	ES
2010	Mario de Oliveira	Evangélico	Evangélio Quadrangular	MG
2010	Zequinha Marinho	Evangélico	Assembleia de Deus	PA
2010	Cadoca	**	**	PE
2010	Takayama	Evangélico	Evangélio Quadrangular	PR
2010	Ratinho Junior	**	Presbiteriana	PR
2010	Edmar Arruda	Evangélico	Independente	PR
2010	Nelson Padavani	**	**	PR
2010	Hugo Leal	Evangélico	**	RJ
2010	Filipe Pereira	Evangélico	Assembleia de Deus	RJ
2010	Andre Moura	Católico*		SE
2010	Marco Feliciano	Evangélico	Catedral do Avivamento	SP
2010	Marcelo Aguiar	Evangélico	Renascer em Cristo	SP
2014	Macos Reategui	**	**	AP
2014	Erivelton Santana	Evangélico	Assembleia de Deus	BA
2014	Irmão Lázaro	Evangélico	Batista	BA
2014	Raquel Muniz	**	**	MG
2014	Professor Victorio Galli	Evangélico	Assembleia de Deus	MT
2014	Julia Marinho	Evangélica	Assembleia de Deus	PA
2014	Silvio Costa			PE
2014	Takayama	Evangélico	Evangélio Quadrangular	PR

		Presbiteriana		
2014	Edmar Arruda	Evangélico	Independente	PR
2014	Andre Moura	Católico*		SE
2014	Pastor Marco Feliciano	Evangélico	Catedral do Avivamento	SP
2014	Gilberto Nascimento	Evangélico	Assembleia de Deus	SP
2014	Eduardo Bolsonaro	Evangélico	Batista	SP
2018	Glaustin da Fokus	Evangélico	Assembleia de Deus	GO
2018	Euclides Pettersen	**	**	MG
2018	Andre Ferreira	Evangélico	Assembleia de Deus	PE
2018	Paulo Martins	**	**	PR
2018	Otoni de Paula	Evangélico	Assembleia de Deus	RJ
2018	Valdevan Noventa	**	**	SE
2018	Gilberto Nascimento	Evangélico	Assembleia de Deus	SP
2018	Osires Damaso	**	**	TO

Apêndice H – Categorias do MARPOR

Categorias do MARPOR						
Cod	Categoria			Cod	Categoria	
101	Relações Positivo	exteriores	especial:	402	Incentivos: Positivo	
102	Relações Negativo	exteriores	especial:	403	Regulação do Mercado	
103	Anti-imperialismo			404	Planejamento Econômico	
104	Forças Armadas: Positivo			405	Corporativismo/Economia Mista	
105	Forças Armadas: Negativo			406	Protecionismo: Positivo	
106	Paz			407	Protecionismo: Negativo	
107	Internacionalismo: Positivo			408	Metas econômicas	
108	European Community/Union or Latin America Integration: Positive			409	Gerenciamento da	Keynesiano da
109	Internationalism: Negative			410	Crescimento Econômico: Positivo	
110	Comunidade Européia/ Integração Latino Americana: Negativo			411	Tecnologia e Infraestrutura: Positivo	
201	Liberdade e Direitos humanos			412	Economia controlada	
202	Democracia			413	Nacionalismo	
203	Constitucionalismo: Positivo			414	Ortodoxia Econômica	
204	Constitucionalismo: Negativo			415	Análise Marxista: Positiva	
301	Descentralização: Positivo			416	Anti-crescimento sustentável	econômico e

302	Centralização: Positivo	501	Proteção Ambiental
303	Eficiência Governamental e Administrativa	502	Cultura: Positivo
304	Corrupção Política	503	Igualdade Social: Positivo
305	Autoridade Política	504	Expansão do Welfare State
401	Economia de Mercado Livre	505	Limitação do Welfare State
506	Expansão da Educação	608	Multiculturalismo: Negativo
507	Limitação da Educação	701	Classes trabalhadoras: Positivo
601	Nacionalismo: Positivo	702	Classes trabalhadoras: Negativo
602	Nacionalismo	703	Agricultura e agricultores
603	Moralidade Tradicional: Positivo	704	Classe média e grupos profissionais
604	Moralidade Tradicional: Negativo	705	Grupo de minorias desprivilegiadas
605	Lei e Ordem	706	Grupos Demográficos não Econômicos
606	Civismo: Positivo	000	Nenhuma categoria se aplica
607	Multiculturalismo: Positivo		